

Editorial

Temos o prazer de trazer aos leitores o segundo número da Revista Brasileira de Psicologia (REVPSI). Nesta edição apresentamos, além dos artigos regulares, o dossiê produzido à luz do Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP) por professores de três importantes programas de pós-graduação em Psicologia, os da Universidade de Brasília (UNB), da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Federal da Sergipe (UFS).

Os artigos regulares apresentam reflexões teóricas, bem como pesquisas empíricas, além de uma resenha. O artigo “Trabalho do formador de professores para a educação profissional” discute, na perspectiva da Clínica da Atividade, a concepção de mediação psicológica e os recursos utilizados pelos professores na condução das suas atividades. Trata-se de uma pesquisa de base qualitativa, multimétodo, fundamentada no relato de um coordenador e três professores. Um dos elementos mais importantes discutido no texto se refere ao descompasso entre a dimensão prescritiva e a ação efetiva dos profissionais.

O segundo artigo reflete, numa perspectiva vinculada ao estudo da subjetividade, como as exigências do modo de produção capitalista impõe a desvalorização real e simbólica do idoso e como é possível gerar novos agenciamentos capazes de oferecer uma nova dimensão para a fruição estética e funcional do corpo. As autoras sugerem a importância do método cartográfico, indicando como este método de pesquisa e ação, a partir de suportes como a produção de desenhos, entrevistas e diários de campo, contribui para permitir aos idosos potencializar criativamente a vida e se abrir para um novo mundo de experiências.

O terceiro artigo, tal como se pode concluir mediante a leitura do título, “A homossexualidade e a psicologia: revisitando a produção científica nacional”, se refere a um levantamento sistemático, em periódicos brasileiros da área da psicologia, de artigos vinculados ao tema da homossexualidade. Mediante a técnica de análise dos conteúdos, foram identificadas e discutidas seis categorias analíticas: 1) concepções teóricas e história da homossexualidade; 2) homofobia e preconceito internalizado; 3) homossexualidade e repertórios discursivos; 4) homossexualidade e movimentos sociais; 5) homossexualidade e adoção; e 6) psicologia e questões de gênero. A parte final do artigo é dedicada à discussão das lacunas teóricas e das novas possibilidades de estudo da homossexualidade no domínio da Psicologia.

O quarto artigo é dedicado à discussão de um tema atual e controverso, o do politicamente correto e de que forma esta prática discursiva se relaciona com a subjetividade. Seria o discurso politicamente correto uma forma de censura ou ele é um elemento necessário para marcar posição em um mundo hierarquizado? Trata-se de um discurso libertador ou de uma nova forma de controle? O autor não se furta a tomar posição a respeito dessas questões, concordemos ou não com as escolhas.

Além destes artigos, incluímos nesta edição a resenha do livro “*Cultural dynamics of women’s lives*”, organizado pelas professoras Ana Cecília Bastos e Kristiina Uriko e pelo professor Jaan Valsiner. A estes artigos regulares, acrescentamos o dossiê acima aludido, composto por uma apresentação e por seis artigos. O conjunto de artigos aqui apresentados retrata um panorama abrangente da produção em psicologia brasileira e, como tal, acreditamos que a REVPSI tem cumprido o papel a que se propôs.

Cabe assinalar, no entanto, que há muito a ser alcançado para que sejamos capazes de explorar todo o potencial oferecido por um periódico eletrônico. Todos os artigos podem ser lidos em computadores, mediante acesso ao conteúdo em html, podem ser impressos, a partir da versão PDF, bem como oferecemos as versões epub, para serem lidos em leitores de livro eletrônico, assim como a versão para dispositivos Kindle. Além desses formatos de leitura, o *website* da REVPSI também oferece fóruns de discussão, capazes de permitir uma interação mais sistemática entre os autores e os nossos leitores. Este é um potencial ainda a ser explorado e contamos com os nossos leitores para desbravar estas novas avenidas oferecidas pelas novas tecnologias da informação a serviço do saber e do conhecimento.

Marcos Emanuel Pereira
Editor

Como Citar:

Pereira, M. E. (2014). Editorial. *Revista Brasileira de Psicologia*, 1(2), 1-2.

Dossiê “Cognições Sociais em Contextos Diversos”

Apresentação

Sonia Gondim¹

Marcus Eugênio O. Lima²

Antônio V. B. Bastos³

Jairo E. Borges-Andrade⁴

A centralidade das noções de redes, parcerias e cooperação nas políticas e estratégias na área de Ciência e Tecnologia é algo cada vez mais visível, como bem demonstram os documentos básicos que diagnosticam a realidade e projetam o futuro esperado para a produção científica e a formação de pesquisadores no Brasil. Pode-se afirmar que as Agências governamentais atuam a partir de um pressuposto largamente aceito – a produção da ciência e a formação de pesquisadores se dão, necessariamente, no âmbito de coletividades sociais que requerem, para serem efetivas, redes de parceria amparadas no compartilhamento de significados e de ações entre os seus atores.

O dossiê que está sendo apresentado é um dos produtos do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), financiado pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), órgão vinculado ao Ministério da Educação, e que envolveu os programas de pós-graduação *stricto sensu* de três instituições públicas de ensino superior: Universidade Federal da Bahia, Universidade de Brasília e Universidade Federal de Sergipe.

Uma das principais atividades desse projeto foi a realização do Simpósio PROCAD, em Aracaju, entre 17 e 19 de maio de 2012. O Simpósio PROCAD foi planejado com o objetivo de promover uma integração entre docentes e discentes das três instituições de ensino superior envolvidas no referido projeto. A coordenação docente do evento ficou a cargo de Marcus Eugênio O. Lima (UFS), Sonia Gondim (UFBA), Jairo Eduardo Borges-Andrade (UNB), Dalila Xavier França (UFS) e Ângela Almeida (UnB). A comissão discente contou com os seguintes mestrandos do programa de pós-graduação da UFS: Carina Feitosa dos Santos, Claudia Mara de Oliveira Bezerra, Conceição Bruna Soares do Nascimento, Floricélia Santana Teixeira, Jackeline Maria de Souza, Khalil da Costa Silva, Priscila Ferreira Mendonça e Rodrigo de Sena e Silva Vieira. O evento contou com a participação de diversos docentes e discentes das três instituições de pós-graduação, e as discussões que tiveram curso na ocasião serviram de base para a elaboração dos artigos deste dossiê.

A ideia de realização deste dossiê surgiu a partir da avaliação do Simpósio. As discussões que haviam sido levadas a termo nas atividades de mesa-redonda mereciam, em nossa avaliação, que fossem registradas e levadas a público. Tendo em vista que o evento havia sido videografado, procedemos à contratação de serviços de transcrição das apresentações dos docentes no referido evento. As transcrições foram enviadas aos docentes, que, a partir daí, construíram textos curtos que foram reunidos em um artigo para o qual convidamos um docente-membro do PROCAD que na ocasião não pode estar presente ao evento. Deste modo pudemos assegurar maior envolvimento dos docentes do PROCAD. Ao professor convidado era solicitado que assumisse a primeira autoria dos artigos, com a tarefa de fazer uma articulação entre os textos apresentados.

A expectativa dos organizadores é que este dossiê possa servir de material de apoio a programas de pós-graduação na área de Psicologia Social e do Trabalho e que desperte o interesse crítico de outros estudiosos e pesquisadores afins, fomentando novos diálogos e interlocuções.

1 Psicóloga, professora associada na Universidade Federal da Bahia.

2 Psicólogo, professor adjunto na Universidade Federal de Sergipe.

3 Psicólogo, professor titular na Universidade Federal da Bahia.

4 Psicólogo, professor titular na Universidade de Brasília.

No artigo 1, Elisabeth Loiola e colaboradores analisam os fenômenos das cognições e da aprendizagem na Psicologia Organizacional e do Trabalho. Três contribuições são integradas de modo a oferecer ao leitor um panorama do que vem sendo produzido no Brasil na subárea de comportamento organizacional em três grupos de pesquisa distintos, dois com sede na UFBA e um sediado na UnB.

No artigo 2, Cláudio Torres, Ronaldo Pilati e Sônia Regina Fernandes discutem as abordagens metodológicas em Psicologia Social e da Saúde, referindo os procedimentos de mensuração dos processos implícitos em Psicologia Social, ao tempo em que fornecem uma categorização dos métodos mais utilizados para a avaliação dos processos automáticos. Os autores exploram ainda o entendimento de saúde e doença como mola propulsora da escolha entre estratégias metodológicas adotadas em Psicologia do Trabalho e saúde psíquica, oferecendo uma discussão sobre as repercussões de tais abordagens para os estudos da área.

No artigo 3 são analisadas pesquisas em Psicologia Social e da Saúde. Sônia Regina Fernandes, André Faro Santos e Elza Maria analisam as bases conceituais dessas áreas e suas diferentes perspectivas. São analisadas as concepções de saúde mental e a mudança de eixo até recentemente dominada pela noção de saúde como a ausência de doença (ausência de sinais e sintomas), inspirada no paradigma tradicional do modelo médico. Finalmente, são apresentados estudos empíricos sobre as repercussões da exposição a situações de violência no bem-estar.

No artigo 4, Gardênia Abbad, Katia Puente-Palácios e Sônia Maria Guedes Gondim focam as abordagens metodológicas em Psicologia Organizacional e do Trabalho, com ênfase na adoção de abordagens multinível e métodos mistos de pesquisa. As autoras propõem que é preciso, antes de mais nada, identificar o nível ao qual o fenômeno estudado pertence, uma vez que diferentes atributos ou propriedades de comportamentos e resultados podem ser encontrados, considerando que a característica multinível dos fenômenos organizacionais exige a adoção de diferentes estratégias metodológicas.

No artigo 5 são discutidas a formação e a difusão das cognições sociais. Marcus Lima, Dalila França, Raimundo Gouveia e Ana Clésia Costa analisam os fenômenos da mídia, racismo e homofobia. De modo específico, é discutido como desenhos animados colaboram na difusão e perpetuação do racismo na infância e como as crenças e valores colaboram na produção do preconceito contra os homossexuais. Além desses encontros teóricos, os dois textos que compõem este artigo apresentam evidência empírica que integra processos mais cognitivos, como a formação de estereótipos, com processos mais contextuais, como a difusão de crenças.

Como Citar:

Gondim, S. M. G., Lima, M. E. O., Bastos, A. V. B., & Borges-Andrade, J. E. (2014). Apresentação: dossiê "Cognições Sociais em Contextos Diversos." *Revista Brasileira de Psicologia*, 1(2), 3–4.

Cognições Sociais: Uma Introdução

Marcos Emanuel Pereira¹

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos²

O impacto das abordagens teóricas de fundamentação cognitiva na psicologia ainda não pode ser definitivamente estimado. A substituição do modelo associacionista pelo conceito de processamento de informação e, sobretudo, a popularização das chamadas ciências cognitivas parece ser uma marca registrada do desenvolvimento de vários campos especializados da psicologia nas últimas décadas (Kunda, 1999; Lachman, Lachman, & Butterfield, 1979; Liew & Aziz-Zadeh, 2011; Pennington, 2000). Embora avanços teóricos em tópicos de investigação como os processos perceptuais e atencionais, em áreas como a da representação do conhecimento ou no esclarecimento de questões como as relacionadas com o registro, armazenagem e evocação dos conteúdos da memória possam ser facilmente identificados na literatura (Matlin, 2009), tais avanços representaram, em contrapartida, uma intensificação ainda mais acentuada da adoção de uma perspectiva ontológica individualista e, conseqüentemente, a colocação entre parênteses das variáveis ambientais, situacionais, históricas e culturais (Fiske, 1984; Fiske & Taylor, 1991).

A abordagem da cognição social surge com o objetivo de reparar essas dificuldades e, mediante a justaposição do predicativo “social” ao substantivo “cognição”, representa uma tentativa de redimensionar o lugar e a importância deste substantivo no contexto qualificado por aquele predicativo. Os estudos que se perfilam ao lado desta perspectiva aderem a uma premissa básica: o conhecimento acerca do mundo físico e social é essencial para a sobrevivência humana (Moskowitz, 2005). Ao contrário dos animais, que esquadrinham atentamente o mundo em que vivem e procuram se apartar dos estímulos aversivos, e se aproximar das coisas que podem proporcionar prazer, sendo apenas capazes de perceber e diferenciar os eventos ameaçadores daqueles que proporcionam algum tipo de vantagem ou satisfação instrumental, o ser humano consegue ir além da mera percepção do ambiente físico e social.

Definido como um agente processador de informações, o ser humano raciocina sobre os elementos processados e procura identificar, explicar e compreender os eventos que ocorrem no ambiente que o cerca. Esta capacidade de raciocinar sobre as causas e razões de um determinado evento é um dos elementos mais importantes na caracterização da natureza humana e uma das premissas básicas de estudo da cognição social (Bishop & Trout, 2005).

O mencionado predicativo pode ser qualificado nos termos de algumas premissas fundamentais (Augustinos, Walker, & Donaghue, 2006):

o ser humano exerce de forma intencional uma série de influências sobre o ambiente em que vive;

toda percepção é mútua e como ocorre uma negociação entre quem percebe e quem é percebido, a noção de “eu” deve ser considerada um elemento imprescindível na cognição, dado que o “eu” se comporta ao mesmo tempo como sujeito e objeto dos processos cognoscitivos;

os objetos da cognição não são estáticos e podem sofrer algum tipo de mudança a partir do momento em que o agente cognitivo percebe que as suas ações estão sob avaliação alheia, o que torna o julgamento sobre a veracidade ou a precisão das cognições a respeito das outras pessoas uma tarefa bem mais complexa do que a avaliação dos objetos não sociais;

toda e qualquer cognição social envolve alguma forma de explicação sobre o evento ou as circunstâncias em que a pessoa está envolvida, o que exige a introdução de variáveis individuais, posicionais e contextuais;

1 Psicólogo e professor associado na Universidade Federal da Bahia

2 Psicólogo e professor titular na Universidade Federal da Bahia

a cognição social é compartilhada, pois as cognições se manifestam em um domínio no qual a dimensão da linguagem e a comunicação entre os agentes são elementos que não podem ser desconsiderados.

Esses fatores, em conjunto, permitem identificar uma noção central na abordagem da cognição social, o conceito de mediadores cognitivos, sendo particularmente importante identificar a maneira pela qual alguns dispositivos mentais se inserem numa posição intermediária entre o mundo dos estímulos sociais e as manifestações comportamentais investigadas pelos pesquisadores da psicologia (Bandura, Adams, & Beyer, 1977).

Uma das consequências da adesão à tese de que tais mediadores podem ser circunscritos numa posição intermediária entre o agente e o mundo real envolve a aceitação da ideia de que os julgamentos, as lembranças e as distintas formas de avaliações das pessoas e julgamentos sociais são moldados e guiados pelo conhecimento prévio e pelas representações formadas a respeito do mundo em que vivemos. Algumas estruturas mentais, tais como os esquemas, as categorias, as expectativas ou os estereótipos, são essenciais na organização do conhecimento e se encarregam de fornecer os componentes básicos para a avaliação dos objetos encontrados no mundo físico e social, assim como permitem a criação de modelos capazes de evitar o trabalho desnecessário de pensar sobre cada uma das situações particulares e específicas com as quais a pessoa se defronta.

Em suma, a sugestão apresentada há duas décadas por Hamilton, Devine e Ostrom (1994), de que a abordagem da cognição social centra os seus esforços na investigação direta das estruturas e dos processos cognitivos subjacentes aos vários fenômenos sociais, permanece válida. Como estes fenômenos ocorrem no mundo social, são interpretados nos termos de uma estrutura conceitual centrada no modelo do processamento da informação, pode-se afirmar que a cognição social deve ser interpretada tanto como uma abordagem ou perspectiva teórica, quanto como uma área de investigação voltada para o estudo de conteúdos específicos.

Ainda que o impacto da cognição tenha se manifestado de forma abrangente na psicologia social, é possível identificar as dimensões nas quais estes impactos se fizeram sentir com mais intensidade (Macrae & Hewstone, 1999). Uma primeira área na qual o impacto foi profícuo se refere ao domínio da *formulação dos problemas de pesquisa* da psicologia. O esclarecimento das diferenças na cognição de objetos sociais e de objetos não sociais (Schneider, 2004) ocupa um papel decisivo nessas reflexões, sendo especialmente marcante a tentativa de identificar as semelhanças e diferenças na percepção e julgamento dos objetos sociais e não sociais. Algumas questões básicas de investigação se subordinam a este problema maior. Em que medida os agentes cognitivos, ao se defrontarem com as pessoas em um encontro social, procuram ir além da informação imediatamente oferecida pelos sentidos? Como os objetos da cognição, tais como as crenças e os julgamentos, podem ser modificados mediante processamento da informação? É aceitável o entendimento de que toda a cognição social é avaliativa nas suas implicações, uma vez que sempre existe alguma forma de envolvimento afetivo entre quem percebe e quem é percebido? Qual o papel da ausência da informação no nível da consciência do agente durante o processamento da informação?

Outros problemas de pesquisa, além dos anteriormente mencionados, merecem destaque. Um deles é a questão da organização do conhecimento. A ênfase nos mediadores cognitivos pressupõe uma preocupação maior com a análise do processamento da informação, com a descrição da natureza das estruturas cognitivas envolvidas nestes processos, assim como com o esclarecimento dos mecanismos mediante os quais as estruturas cognitivas influenciam a percepção dos grupos e dos seus membros.

As tentativas de identificação da natureza das estruturas cognitivas foram conduzidas de

acordo com os desenvolvimentos oriundos da psicologia cognitiva, sendo especialmente importantes as contribuições provenientes dos estudos voltados para a análise das representações mentais constituídas a partir dos esquemas, protótipos e exemplares (Bartlett, 1932; Neisser & Winograd, 1988; Stangor & Schaller, 1996).

Enfim, podemos aludir a outro problema de pesquisa marcante nos estudos sobre a cognição social: o impacto *dos processos automáticos e controlados* (Sternberg, 1985). Tais estudos se originaram de pesquisas desenvolvidas na área da psicologia cognitiva dos processos atencionais, posteriormente retomadas pelos psicólogos sociais, nos quais se procurou identificar a influência da intencionalidade ou do automonitoramento na manifestação dos processos cognitivos que se desenrolam durante as interações sociais.

Uma segunda dimensão na qual a abordagem da cognição social exerceu um profundo impacto no desenvolvimento da cognição se refere à *metodologia da investigação*. Uma vez que o foco principal da investigação dos processos cognitivos continua sendo o indivíduo, a pesquisa conduzida pelos pesquisadores da psicologia social de orientação cognitivista, preferencialmente, tende a adotar a metodologia experimental.

Dada a magnitude das medidas dos processos, cujas diferenças muitas vezes estão situadas na casa dos milésimos de segundo, o uso de recursos computacionais para a preparação dos procedimentos de investigação deve ser entendido como uma tendência absolutamente natural no futuro desenvolvimento metodológico e técnico desta disciplina. Em razão da sofisticação crescente da metodologia e da presença cada vez mais acentuada dos recursos computacionais e multimídia para a coleta e o registro dos dados, uma parcela considerável das pesquisas conduzidas nessa área considera, ao mesmo tempo, dois ou mais fatores na análise dos fenômenos, o que leva a uma utilização crescente de desenhos experimentais fatoriais, aos quais se aliam estratégias multivariadas de análise dos dados (Fazio & Olson, 2003; Gavronski & Payne, 2010; Nosek, Hawkins, & Frazier, 2011; Schnabel, Asendorpf, & Greenwald, 2010).

Inputs como vídeos, fotos, sons, descrições ou histórias são tratados como variáveis independentes, enquanto as medidas de atenção, de memória, de reconhecimento e de organização do conteúdo podem ser tratadas como variáveis dependentes. A interpretação das medidas das variáveis dependentes encontra-se subordinada a uma metáfora de distorção (Knippenberg & Dijksterhuis, 1996), onde as diferenças entre o *input* e o *output* são consideradas indicadores da existência ou da ativação de um processo mental, e a uma metáfora da medida do tempo de resposta, uma vez que o tempo requerido para a realização de uma tarefa é um indicador da profundidade e complexidade dos processos cognitivos (Atance, Bernstein, & Meltzoff, 2010; Cohen & German, 2010).

Em termos concretos, três questões, todas tendo como foco central o problema da memória, orientam a maior parte das pesquisas sobre a cognição social (Wyer & Srull, 1989). A primeira envolve a identificação do tipo de informação que é armazenada e organizada na memória. A segunda questão se relaciona com a identificação da forma pela qual a informação armazenada e organizada subsequentemente afeta o processamento de informação, a tomada de decisões e a expressão aberta do comportamento. A terceira questão se relaciona com a determinação das circunstâncias nas quais a informação armazenada na memória pode ser modificada, tanto por novas informações, quanto pela ação dos próprios processos cognitivos.

Ainda que seja possível afirmar a hegemonia dos procedimentos experimentais no estudo e pesquisa dos processos cognitivos, atualmente se considera benéfica a adoção de uma postura metodológica pluralista, em razão do acolhimento quase generalizado do pressuposto de que o comportamento social deve ser estudado em múltiplas perspectivas de análise.

Finalmente, o último domínio no qual o impacto da abordagem da cognição é marcante se refere à *dimensão teórica*. Uma questão importante enfrentada pelos estudiosos da cognição social se refere ao esclarecimento das capacidades e dos limites de processamento do agente cognitivo. Esta concepção representa, claramente, uma rejeição das teses de que os seres humanos podem ser caracterizados como agentes cujas ações poderiam ser explicadas mediante a adoção de estratégias inteiramente racionais. A contextualização da racionalidade da ação humana foi discutida por Turner (1991), que apresentou os critérios requeridos para que uma ação possa ser qualificada como racional. Em primeiro lugar, o agente deve estar autoconsciente das metas almejadas. Além disso, ele deve não só ser capaz de identificar as suas próprias opiniões, como também deve estar em condições de avaliar tanto os prováveis custos e benefícios quanto as facilidades e dificuldades oferecidas por todos os elementos pertinentes à determinação do curso da ação. Nessas condições, qualquer decisão para ser considerada racional deve levar em consideração os valores e as probabilidades relativas oferecidas por cada curso potencial de ação. Finalmente, pode-se dizer que nada disso é possível sem que se presuma a existência de uma espécie de automonitoramento. As perspectivas que englobam todos estes elementos são denominadas de *strong rationality* e se contrapõem a uma concepção denominada *weakly* ou *bounded rationality* (Simon, 1991).

Uma vez que os critérios que definem a racionalidade plena são muito restritivos, observa-se, nos estudos sobre a cognição, certo predomínio dos modelos centrados na concepção de racionalidade mitigada (Klaczynski, 2000). Neste particular, um problema teórico importante se relaciona com a própria definição do agente cognitivo. Qual concepção de ser humano oferece os fundamentos ontológicos para a abordagem da cognição social? A posição mais tradicional é a de que o agente deve ser caracterizado como cognitivamente avaro (Fiske & Taylor, 1984). Nesta perspectiva, o ser humano é considerado um processador de informação limitado e sujeito a falhas, entendida a mente como um computador de limitada capacidade de trabalho e de armazenamento, capaz de lidar com uma parcela restrita do amplo espectro de informações a que se encontra sujeita, sendo comum a adoção de estratégias heurísticas para simplificar os problemas complexos que emergem durante o julgamento e a tomada de decisão. Posteriormente, em particular pela preocupação com a introdução de variáveis motivacionais e afetivas, foram introduzidas modificações a fim de substituir a metáfora do avaro cognitivo por uma concepção menos restrita (Fiske & Taylor, 1991). O ponto de partida dessa mudança reside no entendimento de que a interação com os outros está sujeita à influência das crenças e concepções que se dispõem a respeito da pessoa com quem se interage e a respeito do contexto em que se vive.

O ser humano dispõe de uma série de dispositivos mentais (crenças, valores, atitudes, estereótipos, preconceitos, metas, expectativas etc.) que dirigem o processamento da informação e o comportamento. A influência destes constructos impõe que se aceite, ao menos parcialmente, a tese de que a cognição deve trabalhar em conjunto com os afetos e as motivações (Jost & Amodio, 2012; Park, Glaser, & Knowles, 2008; Stacey, 2005; Stevens & Fiske, 1995), de forma que se em algumas circunstâncias, em razão das necessidades de parcimônia, efetivamente os indivíduos agem como avaros cognitivos, em outras circunstâncias, especialmente quando motivados ou envolvidos afetivamente, eles são capazes de considerar a situação de uma forma cuidadosa e sistemática.

Essa perspectiva introduz uma nova forma de tratar o agente cognitivo, que passa a ser considerado um ente taticamente motivado. Com essa mudança, o agente cognitivo passa a ser visto como um pensador fortemente engajado que escolhe, a partir das suas metas, motivos e necessidades, qual a estratégia de processamento de informações deverá adotar, concebendo-se, portanto, que o agente pode processar a informação de maneira mais cuidadosa, dependendo da

meta em relação ao processamento de informação que adotou, enquanto em outras circunstâncias, em especial quando o objetivo do agente é o de preservar os recursos cognitivos, ele tende a utilizar o pensamento categórico.

Essa discussão sobre em que medida o ser humano age de forma apressada e irrefletida e as circunstâncias em que ele avalia cuidadosamente as peças de informações disponíveis para raciocinar e fazer julgamentos sociais cuidadosos pode ser considerada um elemento central no desenvolvimento atual dos estudos acerca da cognição social.

Processos duais

Desde o início dos anos de 1980 a discussão sobre a existência de dois processos mentais, um evolutivamente mais antigo, e um segundo, mais recente, tem sido predominante na psicologia social, acarretando impacto em muitas áreas conexas de estudo. Uma série de modelos, com terminologias muito diversificadas, mas genericamente subordinados ao modelo dos processos duais, foi emergindo em vários domínios especializados da psicologia social, fazendo alusão a dois modos de processamento, um realizado com pouco esforço e de forma relativamente automática e outro mais cuidadoso e refletido.

Essa diferença se identifica claramente na diferenciação estabelecida por Sloman (1996) entre o raciocínio associativo e o raciocínio baseado em regras. Uma das formas de raciocínio, o associativo, envolveria a identificação de pistas encontradas nos estímulos mediante a extração de informações previamente aprendidas, enquanto o raciocínio baseado em regras dependeria de um uso formal da lógica simbólica para a formulação de regras precisas destinadas a elaborar inferências consistentes com as informações. Estas duas formas de raciocínio não seriam incompatíveis entre si, e o uso do raciocínio baseado em regras dependeria de uma maior capacidade e esforço da parte do percebido.

Nos domínios da aprendizagem e memória merece destaque a proposta de McClelland, McNaughton e O'Reilly (1995) sobre as diferenças entre os sistemas lento e rápido de aprendizagem e memória. Estes modelos partem da identificação das diferenças entre um sistema evolutivamente mais antigo, dedicado a regular e processar as regularidades encontradas no ambiente, e um sistema mais recente, capaz de processar as informações inesperadas e incomuns no ambiente. Eles foram postulados com base na suposição de que o ser humano deve contar com dois sistemas que ofereçam respostas para duas demandas de aprendizagem incompatíveis. Deve, por um lado, registrar de forma lenta, contínua e irreversível, as informações no ambiente, de maneira que a representação dos conteúdos na memória retratem as experiências enfrentadas pelo percebido ao longo da vida. Este sistema se encarrega da elaboração da nossa visão de mundo, ou seja, constitui um repertório de conhecimento estável e permanente que se forma de maneira lenta e não está sujeito a ser modificado ou desestabilizado por novas informações. Ao mesmo tempo, é necessário postular um sistema mais rápido, capaz de identificar as mudanças mais sutis, episódicas e que, muitas vezes, dependem de informações que se oferecem de forma repetida.

Dada a incompatibilidade desses dois sistemas de aprendizagem, Smith e DeCoster (1996) sugerem que animais e humanos desenvolveram dois sistemas de memória, um associativo e outro baseado em regras. O processamento no primeiro sistema depende fundamentalmente de associações entre as representações, especialmente pela via da similaridade da contiguidade, ocorrendo de forma automática e fora da consciência, enquanto no segundo sistema se fundamenta em regras, que depende do raciocínio lógico, não depende de uma repetição incessante de experiências, dependendo de forma acentuada da capacidade, da atenção e da motivação, ou seja, da atividade consciente do percebido.

No campo de estudo das atitudes e persuasão, Chaiken (1980) chama atenção para as diferenças entre o processamento heurístico e o sistemático das atitudes. No primeiro caso, a atitude é processada predominantemente em razão da prevalência de pistas disponíveis e evidentes por si mesmas, levando em conta a avaliação positiva ou negativa da mensagem, assim como a atratividade da fonte, enquanto no processamento sistemático os principais elementos envolvem a busca exaustiva de informações relevantes e a preocupação com a consistência lógica dos argumentos. A decisão quanto ao processamento a predominar depende, sobretudo, da disponibilidade de recursos cognitivos para realizar um processamento mais sistemático, bem como do grau de importância que o percebido atribui ao assunto ao qual dedica a sua atenção. O modelo da probabilidade de elaboração (*likelihood elaboration model*) estabelece a diferenciação entre as duas rotas determinantes para a persuasão e a mudança das atitudes, uma periférica, que se aproximaria do processamento heurístico, e uma rota central, mais sistemática (Petty & Cacioppo, 1986). A decisão quanto ao domínio de uma das rotas para a persuasão dependeria tanto da habilidade cognitiva quanto da motivação do percebido em conduzir julgamentos mais cuidadosos.

Aperspectiva de Fazio (1986), ao admitir a impossibilidade de um processamento concomitante nos dois sistemas de informação, difere, neste particular, das formulações anteriores, que acolhem o entendimento de que as duas formas de processamento podem ocorrer simultaneamente. Em que pese esta diferença, o modelo de Fazio também postula um processamento menos sistemático, decorrente da repetição sistemática de associações com o objeto atitudinal, assim como um processamento mais elaborado, decorrente da busca sistemática e consistente de informações relevantes ao objeto da atitude.

O impacto dos modelos duais foi particularmente marcante no domínio de estudo da formação de impressões, pois permitiu adotar uma perspectiva mais dinâmica e menos dependente da noção de traços psicológicos. Dois modelos foram marcantes no início dos anos oitenta, o do processamento dual (Brewer, 1986) e o do contínuo (Fiske & Neuberg, 1990). Em ambos os casos, o papel da informação sobre as categorias e, em particular, sobre os estereótipos, ocupa uma posição central no processo de formação de impressões. A marca mais distinta, e comum a estes dois modelos, é a que se estabelece entre a formação de impressões mediante a categorização, em contraposição a uma forma mais individualizada de formar e gerenciar as impressões. Os dois modelos postulam que no nível *default* o processamento é automático e depende, sobretudo, do uso do pensamento categórico, em especial das representações estereotipadas a respeito da categoria social à qual o alvo do julgamento pertence. Este processo acarretaria julgamentos imprecisos e rápidos, facilitando a formação da impressão a partir de informações consistentes com os estereótipos. Se as circunstâncias forem outras, se a pessoa estiver motivada, por exemplo, se estiver fazendo parte de uma equipe de trabalho com a pessoa objeto do julgamento, passará a levar mais em consideração as peças de informação incompatíveis com a representação estereotipada da categoria à qual o alvo pertence, conduzindo um processamento mais individualizado e menos centrado em representações estereotípicas.

O modelo de Gilbert (1989) se refere a dois estágios na formação de impressões. Em um primeiro momento, a impressão é formada a partir de inferências a respeito dos traços atribuíveis à pessoa objeto do julgamento mediante o raciocínio inferencial, em que se identificam as características da pessoa e função da repetição sistemática de comportamentos compatíveis com os traços psicológicos previamente postulados. Em uma etapa ulterior da formação de impressões, o percebido tenderá a abandonar as inferências a respeito dos traços psicológicos e passará a levar em consideração as pistas presentes na situação, formulando atribuições tanto a respeito das atribuições internas, quanto das atribuições externas para os comportamentos percebidos do alvo

do julgamento.

Ainda na perspectiva do julgamento social, o modelo formulado por Martin, Seta e Crelia (1990) adota uma perspectiva semelhante ao de Gilbert, acentuando a passagem de um processamento mais sistemático, dominado pelas influências automáticas inerentes ao contexto, para uma etapa em que o impacto destas influências é corrigido pela intervenção de uma forma de pensamento mais controlada. Neste caso, a suposição é de que se o percebido se encontrar motivado e tiver recursos cognitivos disponíveis poderá avaliar cuidadosamente as informações comumente associadas ao contexto e corrigir as informações potencialmente enganadoras, conduzindo a um julgamento mais consistente com a realidade e menos subordinado à visão predominante da sociedade.

No domínio específico do estudo dos estereótipos sociais, o modelo dissociacionista de Devine (1989) postula uma diferença entre duas formas de ativação e aplicação dos estereótipos. Um estereótipo é considerado um hábito, aprendido durante a socialização, mediante o estabelecimento de associações entre um conjunto de informações (traços, imagens, representações, concepções etc.) e uma determinada categoria social. Estereotipar seria aplicar automaticamente estas associações, o que levaria a um julgamento baseado nestas representações categóricas, embora este julgamento possa vir a ser suprimido pelas pessoas com baixo nível de preconceito pessoal, desde que elas se esforcem para sobrepor suas crenças pessoais igualitárias de forma que suplantem as crenças estereotipadas cultivadas durante a socialização.

Ainda que diferentes, esses processos podem ser qualificados por três noções fundamentais: (1) a informação pode ser processada de uma forma rápida e “descuidada”; (2) a informação também pode ser processada de uma forma mais lenta e cuidadosa; e (3) podem-se estabelecer relações de concomitância ou de transformação entre as duas formas de processamento (Hunt, Borgida, & Lavine, 2012).

Conforme mencionado no início desta introdução, a abordagem da cognição social centra os seus esforços na investigação direta das estruturas e dos processos cognitivos subjacentes aos vários fenômenos sociais, sendo concebida tanto como uma abordagem teórica, quanto uma área de investigação voltada para o estudo de conteúdos específicos. Esta introdução focou-se principalmente no entendimento da cognição social como abordagem teórica, levando o leitor a compreender os seus impactos no estudo dos diversos processos cognitivos que se encontram presentes no processamento da informação que está em jogo na relação e no julgamento das outras pessoas. No entanto, a cognição social também pode ser entendida como uma área de investigação, e é nesta última perspectiva que se inserem os estudos da cognição social em contextos organizacionais e do trabalho do qual serão feitas breves considerações.

Cognição Social em contextos organizacionais e de trabalho

Os estudos organizacionais trazem, claramente, a marca da interdisciplinaridade. Ao longo da sua constituição enquanto domínio científico, diferentes abordagens e movimentos trouxeram para a sua compreensão o aporte conceitual e metodológico de distintas disciplinas. Tal pluralidade associa-se a uma riqueza de conceitos e níveis de análises, assim como a tensões e rupturas inevitáveis entre diferentes perspectivas analíticas, com suas claras implicações metodológicas para a apreensão desse objeto.

Embora sejam múltiplas as definições, diferenciadas as ênfases, qualquer tentativa de se conceituar *organização* incorpora a ideia de um *agrupamento social* ou a de *indivíduos em interação*. Organizações são criações ou ferramentas sociais, produtos de ações individuais e coletivas; sua dinâmica e seus processos entrelaçam-se com processos e dinâmicas de indivíduos e de grupos

em um espaço e tempo que delimitam e circunscrevem suas interações.

Assim entendidas, fica clara a importância atribuída por pesquisadores e gestores ao papel do conhecimento, do pensamento e dos processos que os geram e os transformam, para uma compreensão mais adequada das características e dinâmicas das organizações. Na realidade, compreender as organizações requer, necessariamente, uma teoria sobre o homem e sua ação social, mesmo quando se assume o pressuposto de que essas unidades sociais não se reduzem ao comportamento dos indivíduos singulares que as compõem. É evidente a importância que o pensamento, a linguagem, o manejo de símbolos, de conceitos e de regras desempenham neste complexo cotidiano de pessoas que têm que articular suas ações em torno de um objetivo organizacional. É esse fato que torna a cognição uma classe de fenômenos central para a compreensão dos processos organizacionais.

Uma perspectiva de análise ampla para compreender qualquer ação, escolha, decisão ou interação humana em uma organização poderia apoiar-se no seguinte conjunto de pressupostos:

Eleger a ação humana como foco privilegiado (não único) do seu olhar implica, necessariamente, na análise das interações indivíduo e contexto. Contexto que, na sua dimensão mais significativa, é composto por outras pessoas; logo é social, cultural e simbólico. O significado do comportamento/ação só emerge quando temos acesso a tais interações.

O comportamento humano é processo, é fluxo e não pode ser confundido com “movimentos motores” públicos e observáveis; inclui os atos da fala e, portanto, podem ser privados. Em todas as suas formas, o indivíduo, ao se comportar, busca intervir e modificar ambientes e contextos, influenciar outrem, dirigir o seu próprio comportamento.

A ação humana constitui uma unidade que integra práticas, significados pessoais e culturais a elas associados e, certamente, componentes emocionais e afetivos. O sentir, o pensar e o agir interligam-se em complexas redes que geram “atos” e são resultantes de uma história singular em um contexto que também é singular, naquilo em que é percebido, interpretado e construído pelo próprio sujeito.

A compreensão do comportamento humano em contexto envolve movimentos complementares que devem buscar no próprio indivíduo (como organismo e história) e na situação, as forças responsáveis por sua emergência e manutenção. Os processos de aprendizagem fazem com que o indivíduo traga, para cada nova situação, o produto de sua história de vida, o percurso singular de suas experiências, dentro da sociedade e da cultura que estruturaram esse seu percurso.

Inúmeros modelos que buscam representar as relações entre contexto de trabalho e comportamento do trabalhador dão destaque aos processos cognitivos mediadores dessa relação. Apoiada no pressuposto de que o pensamento e o conhecimento gerado no cotidiano jogam um importante papel nas ações e interações humanas, abordagens cognitivistas têm sido largamente utilizadas para analisar e explicar fenômenos e processos organizacionais, de forma congruente com a tendência que domina a investigação em outros campos da psicologia.

A importância assumida pelas variáveis cognitivas nos estudos organizacionais deve-se ao reconhecimento de que a natureza do ambiente ao qual o indivíduo responde é, ao menos parcialmente, construída pelo próprio indivíduo nos seus processos de interação social. Ou seja, a crescente visão do fenômeno organizacional como socialmente construído através da interação entre atores relevantes. Certamente não existe, hoje, um tópico de investigação – dos mais tradicionais aos mais recentes – que não seja tocado por enfoques simbólicos.

Os autores que revisam o campo de estudos sobre cognição e organização mantêm a distinção entre os domínios micro e macro-organizacionais (Ilgen & Klein, 1988; Lord & Maher, 1989,

1991; Walsh, 1995). Há um amplo reconhecimento de que os processos micro-organizacionais, tradicionalmente, foram estudados sob uma perspectiva cognitivista, pelo peso dos estudos sobre cognição social no campo da Psicologia Social, área dos estudos psicológicos mais diretamente associada aos estudos organizacionais. Como entender as relações entre membros de uma equipe, os processos de avaliação de desempenho, o comportamento da liderança, os conflitos e processos de negociação sem recorrer aos conhecimentos de percepção social ou às teorias de atribuição, por exemplo? Parece-nos natural, portanto, que tópicos clássicos do comportamento humano nas organizações demandem conceitos cognitivos para a sua adequada compreensão.

Para resumir, três grandes perspectivas de abordar a cognição têm contribuído sobremaneira para o desenvolvimento dos estudos organizacionais: a *cognição social*, que foca nos processos mediante os quais os indivíduos percebem, estruturam e usam, no seu cotidiano, o conhecimento sobre si, sobre os outros e sobre o mundo; as teorias sobre o *processo decisório*, outro campo mais especificamente voltado para a análise de como as pessoas, nos seus ambientes naturais, tomam decisões; e as *teorias instrucionais*, que historicamente se voltaram para investigar os processos de aprendizagem em contextos formais e informais de ensino.

Referências

- Atance, C. M., Bernstein, D. M., & Meltzoff, A. N. (2010). Thinking About False Belief: It's Not Just What Children Say, But How Long It Takes Them To Say It. *Cognition*, 116(2), 297-301. doi: 10.1016/j.cognition.2010.05.008
- Augoustinos, M., Walker, I., & Donaghue, W. (2006). *Social cognition: An integrated introduction*. London: SAGE Publications.
- Bandura, A., Adams, N. E., & Beyer, J. (1977). Cognitive Processes Mediating Behavioral Change. *Journal of Personality and Social Psychology*, 35(3), 125-139. doi: 10.1037/0022-3514.35.3.125
- Bartlett, F. C. (1932). *Remembering: A study in experimental and social psychology*. New York: Macmillan Co.
- Berkowitz, L. (1986). *Advances in experimental social psychology (vol. 19)*. Orlando: Academic Press.
- Berkowitz, L. (1988). *Advances in experimental social psychology*. San Diego: Academic Press.
- Bishop, M. A., & Trout, J. D. (2005). *Epistemology and the psychology of human judgment*. New York: Oxford University Press.
- Brewer, M. (1988). A dual process model of impression formation. In T. K. Srull & R. S. Wyer (Orgs.), *Advances in social cognition* (pp. 1-36). Hillsdale, N.J.: L. Erlbaum.
- Chaiken, S. (1980). Heuristic versus systematic information processing and the use of source versus message cues in persuasion. *Journal of Personality and Social Psychology*, 39(5), 752-766. doi: 10.1037/0022-3514.39.5.752
- Cohen, A. S., & German, T. C. (2010). A reaction time advantage for calculating beliefs over public representations signals domain specificity for a "theory of mind". *Cognition*, 115(3), 417-425. doi: 10.1016/j.cognition.2010.03.001
- Devine, P. G. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56(1), 5-18. doi: 10.1037/0022-3514.56.1.5
- Devine, P. G., Hamilton, D. L., & Ostrom, T. M. (1994). *Social cognition: Impact on social psychology*. San Diego: Academic Press.

- Ebstein, R. P. (2011). *From DNA to social cognition*. Hoboken: Wiley-Blackwell.
- Fazio, R. (1986). How do attitudes guide behavior? In R. M. Sorrentino, & E. T. Higgins (Orgs.), *Handbook of motivation and cognition: foundations of social behavior* (pp. 204-243). New York: Guilford Press.
- Fazio, R. H., & Olson, M. A. (2003). Implicit measures in social cognition research: Their meaning and use. *Annual Review of Psychology*, 54(1), 297-327. doi: 10.1146/annurev.psych.54.101601.145225
- Fiske, S. T., & Taylor, S. E. (1984). *Social cognition*. Reading, Mass.: Addison-Wesley Pub. Co.
- Fiske, S. T., & Neuberg, S. L. (1990). A continuum model of impression formation: From category-based to individuating processes as a function of information, motivation, and attention. In M. P. Zanna (Org.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 23, pp. 1-108). San Diego: Academic Press.
- Gawronski, B., & Payne, B. K. (2010). *Handbook of implicit social cognition: Measurement, theory, and applications*. New York: Guilford Press.
- Gilbert, D. T. (1989). Thinking lightly about others: Automatic components of the social inference process. *Unintended thought* (pp. 189-211). New York: Guilford Press.
- Igen, D. R., & Klein, H. J. (1988). Organizational Behavior. *Annual Review of Psychology*, 40, 327-51. doi: 10.1146/annurev.ps.40.020189
- Jost, J. T., & Amodio, D. M. (2012). Political ideology as motivated social cognition: Behavioral and neuroscientific evidence. *Motivation and Emotion*, 36(1), 55-64. doi: 10.1007/s11031-011-9260-7
- Klaczynski, P. A. (2000). Is rationality really "bounded" by information processing constraints? *Behavioral and Brain Sciences*, 23(5), 683-684. doi: 10.1017/S0140525X00413439
- Knippenberg, A. V., & Dijksterhuis, A. (1996). A posteriori stereotype activation: The preservation of stereotypes through memory distortion. *Social Cognition*, 14(1), 21-53. doi: 10.1521/soco.1996.14.1.21
- Kunda, Z. (1999). *Social cognition making sense of people*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Lachman, R., Lachman, J. L., & Butterfield, E. (1979). *Cognitive psychology and information processing: An introduction*. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.
- Liew, S., & Asiz-Zadeh, L. (2011). The human mirror neuron system and social cognition. In S-L. Liew, & L. Aziz-Zadeh (Orgs.), *From DNA to social cognition* (pp. 63-80). Hoboken: Wiley-Blackwell. doi: 10.1002/9781118101803.ch4
- Lord, R., & Maher, K.J. (1991). *Leadership and information processing: Linking perception and performance*. Boston: Unwin-Everyman.
- Lord, R. G., & Maher, K. J. (1989). Cognitive processes in Industrial and organizational psychology. In C. L. Cooper, & I. T. Robertson (Orgs.), *International Review of Industrial and Organizational Psychology*, (Vol.4, pp.49-91). Manchester, UK: Wiley.
- Martin, L. L., Seta, J. J., & Crelia, R. A. (1990). Assimilation and contrast as a function of people's willingness and ability to expend effort in forming an impression. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59(1), 27-37. doi: 10.1037/0022-3514.59.1.27
- Matlin, M. W. (2009). *Cognitive psychology* (7th ed.). Hoboken, NJ: Wiley ;.
- McClelland, J. L., McNaughton, B. L., & O'Reilly, R. C. (1995). Why there are complementary learning systems in the hippocampus and neocortex: Insights from the successes and failures

- of connectionist models of learning and memory. *Psychological Review*, 102(3), 419-457. doi: 10.1037/0033-295X.102.3.419
- Moskowitz, G. B. (2005). *Social cognition: Understanding self and others*. New York: Guilford Press.
- Neisser, U., & Winograd, E. (1988). *Remembering reconsidered: ecological and traditional approaches to the study of memory*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Nosek, B. A., Hawkins, C. B., & Frazier, R. S. (2011). Implicit social cognition: From measures to mechanisms. *Trends in Cognitive Sciences*, 15(4), 152-159. doi: 10.1016/j.tics.2011.01.005
- Park, S. H., Glaser, J., & Knowles, E. D. (2008). Implicit motivation to control prejudice moderates the effect of cognitive depletion on unintended discrimination. *Social Cognition*, 26(4), 401-419. doi: 10.1521/soco.2008.26.4.401
- Pennington, D. C. (2000). *Social cognition*. London: Routledge.
- Petty, R. E., & Cacioppo, T. J. (1986). The elaboration likelihood model of persuasion. *Advances in experimental social psychology* (Vol. 19, pp. 123-205). Orlando: Academic Press.
- Schnabel, K., Asendorpf, J. B., & Greenwald, A. G. (2008). Assessment of individual differences in implicit cognition. *European Journal of Psychological Assessment*, 24(4), 210-217. doi: 10.1027/1015-5759.24.4.210
- Simon, H. A. (1991). Bounded rationality and organizational learning. *Organization Science*, 2(1), 125-134. doi: 0.1287/orsc.2.1.125
- Sloman, S. A. (1996). The empirical case for two systems of reasoning. *Psychological Bulletin*, 119(1), 3-22. doi: 10.1037/0033-2909.119.1.3
- Smith, E. R., & DeCoster, J. (2000). Dual-process models in social and cognitive psychology: Conceptual integration and links to underlying memory systems. *Personality and Social Psychology Review*, 4(2), 108-131. doi: 10.1207/S15327957PSPR0402_01
- Sorrentino, R. M., & Higgins, E. T. (1986). *Handbook of motivation and cognition: Foundations of social behavior*. New York: Guilford Press.
- Srull, T. K., & Wyer, R. S. (1988). *Advances in social cognition*. Hillsdale, N.J.: L. Erlbaum.
- Stacey, R. (2005). Affects and cognition in a social theory of unconscious processes. *Group Analysis*, 38(1), 159-176. doi: 10.1177/0533316405050000
- Sternberg, R. J. (1985). Controlled versus automatic processing. *Behavioral and Brain Sciences*, 8(01), 32. doi: 10.1016/S0364-0213(03)00011-9
- Stevens, L. E., & Fiske, S. T. (1995). Motivation and cognition in social life: A social survival perspective. *Social Cognition*, 13(3), 189-214. doi: 10.1521/soco.1995.13.3.189
- Uleman, J. S., & Bargh, J. A. (1989). *Unintended thought*. New York: Guilford Press.
- Walsh, J. P. (1995). Managerial and organizational cognition: notes from a trip down memory lane. *Organizational Science*, 6(3), 280-321. doi: 10.1287/orsc.6.3.280
- Wyer, R. S., & Srull, T. K. (1989). *Memory and cognition in its social context*. Hillsdale, N.J.: L. Erlbaum Associates.

Como Citar:

Pereira, M. E., & Bastos, A. V. B. (2014). Cognições sociais: uma introdução. *Revista Brasileira de Psicologia*, 01(02), 5-17.

Cognições e Aprendizagem na Psicologia Organizacional e do Trabalho Contemporânea

Elisabeth Loiola¹

Antônio Virgílio B. Bastos²

Jairo E. Borges-Andrade³

Jorge Nérís⁴

Cláudio Leopoldino⁵

Janice J. de Souza⁶

Ana C. A. Rodrigues⁷

Introdução

Este artigo reúne três recortes do tema geral da mesa redonda do Seminário do PROCAD, realizado em Aracaju, intitulada “Cognições e Aprendizagem na Psicologia Organizacional e do Trabalho Contemporânea”.

O primeiro texto, “Cognição e Organizações”, de Antônio Virgílio B. Bastos, Janice Janissek de Souza e Ana Carolina de Aguiar Rodrigues, apresenta de forma sintética e rica o legado de um dos grupos de pesquisa mais longo e maduro da UFBA, e que, atualmente, está sob o abrigo do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da UFBA. Inicia-se com a discussão das bases conceituais do termo organização, traçando a evolução deste conceito para defender que há hoje um entendimento dominante de que “as organizações não são entidades e não estão para além dos indivíduos, mas são processos [...] essa mudança significa recolocar os atores no centro dos processos organizacionais ativos”. Essa visão sociocognitiva das organizações, como ressaltado no texto, põe ainda no centro dos estudos sobre esse fenômeno questões de estabilidade e de dinâmica. Aponta também o reconhecimento de que o fenômeno organização abarca o nível macro, ou seja, não se limita ao nível micro. Acrescenta que todas essas mudanças de enquadramento e de definição do conceito organização influenciam os estudos sobre comprometimento.

Discutindo a trajetória dos estudos sobre comprometimento, desde o trabalho pioneiro de Mayer e Allen, que operacionalizou o conceito de comprometimento em bases afetiva, instrumental e normativa, à luz das mudanças na compreensão do fenômeno organizacional, Antônio Virgílio B. Bastos, Janice Janissek de Souza e Ana Carolina de Aguiar Rodrigues evidenciam a maturidade desse campo de pesquisa, embora reconheçam que essa maturidade não eliminou a polissemia conceitual e, conseqüentemente, diferenças na forma de mensurá-lo. A compreensão das organizações como processos micro e macro-organizacionais explica, por sua vez, a centralidade e a importância de estudos do fenômeno comprometimento organizacional. Nas palavras dos autores, “Por ser algo que une as pessoas a metas e a valores, esse vínculo (comprometimento) termina sendo fundamental para consolidar a noção de empreendimento coletivo”. Situam ainda que o comprometimento dos indivíduos com as organizações sofre influência de fatores “associados à interação do profissional com diferentes pessoas (dimensão interpessoal), grupos (dimensão inter e intragrupal), situações (dimensão organizacional), e percepções e emoções (dimensão individual)”. Por fim, revelam novas inflexões nesse campo de pesquisa, que refletem achados de pesquisas

1 Economista, professora associada na Universidade Federal da Bahia.

2 Psicólogo, professor titular na Universidade Federal da Bahia.

3 Psicólogo, professor titular na Universidade de Brasília.

4 Administrador, professor adjunto na Universidade do Oeste da Bahia.

5 Graduação em Computação e professor na Universidade Federal do Ceará.

6 Psicóloga, professora adjunta na Universidade Federal da Bahia.

7 Psicóloga, professora na Universidade de São Paulo.

realizadas pelo grupo nos últimos anos, as quais têm contribuído para “maior delimitação do conceito de comprometimento ao reunirem evidências de sobreposição entre a base instrumental proposta por Meyer e Allen e o vínculo de entrincheiramento”.

O segundo texto de composição da mesa redonda, “Aprendizagem no Contexto de Trabalho”, de Jairo Borges Andrade, também reflete uma ampla e madura base de pesquisas, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (PPG-PSTO), do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB), sobre objeto bastante estudado tanto em nível nacional quanto internacional. O autor começa demarcando seu campo de análise: os resultados apresentados são de pesquisas das quais participou, seja como pesquisador, *expertise* que desenvolve desde 1989, quando ainda era funcionário da Embrapa, seja como orientador. Sobre o tema de “Organizações de Aprendizagem”, Jairo Borges Andrade afirma que, baseados na perspectiva S-O-R, “nossos estudos fazem referência a processos psicológicos subjacentes a mudanças no nível do indivíduo [...] que não (são) resultantes do processo de maturação biológica desse indivíduo, mas [...] decorrentes da interação desse indivíduo com o contexto [...] que promoveria processos de aquisição, de retenção e de transferência de competências, que então poderiam gerar mudanças de comportamento”, ou seja, a interação (S) promove processos de aquisição, retenção e transferência de competências (O), que podem implicar mudanças comportamentais (R).

Quando promovidas pelas organizações, aprendizagens geralmente se dão por T&D (Treinamento e Desenvolvimento). O autor ressalta que os estudos sobre T&D realizados no PPG-PSTO foram principalmente focados na transferência das aprendizagens em T&D para situações de trabalho, embora tenham existido pesquisas voltadas para o diagnóstico de necessidades de treinamento e algumas outras visando compreender o processo de aquisição de competências em situações de treinamento.

Estruturando os achados de diversas pesquisas em nível individual e em nível das unidades organizacionais (estudos multiníveis) em termos de preditores individuais, instrucionais e organizacionais, Jairo Borges Andrade introduz a questão dos modelos de efetividade T&D, os quais se associam a tecnologias para promoção de T&D, difundidas em múltiplos manuais profissionais utilizados pelas organizações em geral. Discute, de forma sintética, mas com muita acuidade e riqueza, cada um dos preditores de transferência para o trabalho do que é adquirido em T&D, oferecendo pistas valiosas não só para a formação de pesquisadores como também para a realização de novas pesquisas na área e para o estabelecimento de planos de intervenção.

Também mais recentemente, verifica-se um deslocamento de interesse do grupo de pesquisa que passa a investigar aprendizagem no trabalho por meios não sistematizados, especialmente enfocando as estratégias de aprendizagem dos trabalhadores no trabalho (EATs). Visualiza certa equivalência entre o posto de trabalho, ou melhor, aprendizagens realizadas nos contextos dos postos de trabalho e os contextos demarcados pelos padrões instrucionais em aprendizagens formais. Para dar maior sustentação e clareza a suas afirmações, cita que pesquisas realizadas pelo grupo indicam que “A busca de ajuda interpessoal (estratégia de aprendizagem informal) é mais utilizada em postos de trabalho com pouco uso de tecnologias da informação e grande uso de interação interpessoal. A busca de ajuda em material escrito (estratégia de aprendizagem informal) é utilizada em cargos menos complexos. A aplicação prática (estratégia de aprendizagem informal) é intensificada, ao longo dos 10 primeiros meses de trabalho de dirigentes municipais em primeiro mandato”.

O terceiro texto que compõe este artigo apresenta a trajetória do grupo de pesquisa Aprendizagem Organizacional do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da UFBA, ao qual pertencem os três primeiros autores deste artigo. Esta trajetória é dividida em três períodos.

Embora venha contando com o apoio do CNPq há 12 anos, é o mais jovem e menos estruturado comparativamente aos dois grupos antes mencionados. Até recentemente, esse grupo contou com o suporte adicional do grupo de pesquisa do prof. Antônio Virgílio Bastos, dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia da UFBA.

Conforme descrito em sua trajetória na terceira parte desse artigo, após um prolongado investimento em estudos de caso e em mapeamento do campo em termos teórico e empírico, esse grupo de pesquisa passou a estruturar suas pesquisas em bases quantitativas, realizando *survey*, *cross section* e longitudinal (painel), e utilizando técnicas inferenciais (correlações e análises estruturais), para desenvolver e testar escalas e modelos integrados de aprendizagem individual e aprendizagem organizacional. Nas pesquisas desse grupo, aprendizagem individual é definida conforme abordagem sociocognitiva, como processo individual mental, mas também de interação entre indivíduos contextualizados, desdobrando-se nas etapas de aquisição/retenção, generalização e transferência. Aprendizagem organizacional corresponde, por sua vez, ao processo de transformação dos conhecimentos individuais em conhecimentos organizacionais, por socialização e por codificação, dois constructos *proxies* do constructo aprendizagem organizacional. Considera-se ainda que sem transferência do que foi aprendido pelos indivíduos para o trabalho, o que requer a ativação de suportes psicossociais e materiais, possibilidades de aprendizagem organizacional não se efetivam. Os resultados das pesquisas realizadas pelo grupo indicam a grande importância da aprendizagem informal para os trabalhadores pesquisados, que se mostra correlacionada aos suportes psicossociais e à sua conversão, predominantemente por socialização, em aprendizagens organizacionais.

Finalizando o artigo, são feitas algumas considerações finais sobre os três textos procurando articulá-los, destacando os pontos mais significativos trazidos por cada um deles no que tange aos objetivos da mesa redonda.

Cognição e Organização: Implicações nos Estudos Sobre Comprometimento⁸

Na última década, o grupo de pesquisa “Indivíduo, Organizações e Trabalho” avançou na discussão sobre cognição organizacional e, paralelamente, na delimitação do conceito de comprometimento organizacional. Embora sejam duas agendas de pesquisa relacionadas, sendo a primeira também uma abordagem teórica para a condução da segunda, essas duas linhas não têm sido colocadas diretamente em comunicação nas publicações do grupo.

O objetivo deste artigo é oportunizar esse debate, em três etapas: primeiramente, abordando as bases conceituais da relação entre cognição e organização; em seguida, apresentando como o conceito de comprometimento se insere nesse campo, a partir das reflexões sobre seus limites conceituais e empíricos; por fim, discutindo as vertentes e perspectivas de pesquisa nesse domínio de vínculos do trabalhador com a organização.

Bases conceituais e a relação entre cognição e organização

Quando falamos cotidianamente o termo “organização”, normalmente usamos um verbo, ou seja, um termo associado ao ato de organizar. Utilizamos tal noção para denotar algo que está ou não está organizado, preparado ou planejado. Este é o significado do senso comum, o entendimento que a maioria das pessoas possui sobre o significado dessa palavra. No entanto, nós também utilizamos a expressão “organização” como um substantivo, algo que resulta de um

⁸ Esta seção se refere à comunicação dos autores: Antonio Virgílio B. Bastos, Janice Janissek de Souza e Ana Carolina de Aguiar Rodrigues

conjunto de ações empreendidas por um grupo de indivíduos reunidos em um determinado contexto para atingir objetivos comuns. É neste sentido que iremos aprofundar o entendimento do conceito de organização, destacando duas grandes tensões que resultam deste tipo de compreensão e que têm impactos importantes na forma como pesquisamos e atuamos neste contexto social específico.

A primeira tensão relaciona-se com a natureza ontológica do fenômeno “organização”. A organização é uma entidade que existe concretamente como uma “coisa” ou ela é um processo, um conjunto de interações humanas, fluídas, abstratas, não passível de ser visualizado concretamente? Portanto, a primeira tensão consiste em se questionar se a organização é uma entidade concreta ou um processo fluído de interações humanas.

A segunda tensão resulta da seguinte pergunta: quem é que tem o poder da ação na organização? São os indivíduos que tomam decisões, comportam-se e se comunicam e por meio de tais ações constroem a organização? Ou podemos dizer que é a organização que age, toma decisões, define rotinas e normas de comportamento? Esta segunda tensão reflete a clássica relação entre indivíduo e sociedade, e nos faz refletir sobre o papel e o poder de transformação que os indivíduos possuem diante das regras, rotinas e hábitos sociais amplamente arraigados na estrutura social. Essas duas grandes questões se traduzem, portanto, em duas matrizes teóricas. Uma valorizará mais os processos individuais que são construídos pelos seres humanos, e a outra enfatizará a organização como uma entidade, uma estrutura social que exerce ampla influência no comportamento dos indivíduos.

Essas duas grandes matrizes teóricas irão configurar os campos de estudo macro e micro-organizacionais. O campo micro-organizacional enfatizando a compreensão do indivíduo, dos processos considerados de nível individual (vínculos, aprendizagem, significado, interações) tem seus fundamentos teóricos oriundos da psicologia social. Já os estudos de natureza macro-organizacional se dedicam a compreender a organização como uma unidade social, com sua cultura, sua estrutura, suas rotinas e normas com bases teóricas ancoradas na sociologia. Assim, tradicionalmente ficam esses dois campos bem delimitados, cada qual estudando os seus fenômenos específicos.

O fato é que ao longo dos últimos 30 anos essa separação entre micro e macro foi gerando um conjunto de insatisfação de ambas as partes. De um lado, os pesquisadores do campo micro-organizacional vão percebendo que é difícil entender o comportamento dos indivíduos em relações fora do contexto social e sentem necessidade de entender esse contexto organizacional como fator importante que influencia os processos individuais. Por outro lado, os pesquisadores da vertente mais macro começam a conceber que essa entidade permanente, que ultrapassa os indivíduos, trata-se, na verdade, de uma abstração, ou seja, a organização não é tão formal, tão estável, mas é fluída e dinâmica. Assim, os teóricos dos fenômenos macro também foram se aproximando e reconhecendo que as organizações têm um estado ontológico precário e paulatinamente reconhecem a importância dos processos de organizar e percebem que as organizações são fluidas e dinâmicas. Portanto, podemos dizer que houve um movimento de ambas as partes a fim de romper o isolamento dessas duas grandes matrizes, nesses dois campos na área organizacional.

Na realidade, essas mudanças terminam hoje assumindo o movimento que é considerado relativamente dominante, ou seja, um entendimento cada vez maior que as organizações não são entidades e não estão para além dos indivíduos, mas são processos. Essa posição revela-se cada vez mais consensual, e essa mudança significa recolocar os atores no centro dos processos organizacionais ativos. Portanto, compreender como os atores criam ordem, rotina, a noção de estabilidade e permanência a um padrão de interação que nós chamamos de organização torna-se um aspecto central nos estudos organizacionais. No entanto, esse é um movimento que extrapola

o campo de estudos organizacionais e ocorre nas ciências sociais, em que também é dominante a ideia de que os fenômenos são construídos, organizações são construções sociais, históricas, e que os atores estão implicados, envolvidos neste processo. Ou seja, não é possível se pensar numa organização fora da rede que os atores configuram. Por conseguinte, toda organização vai refletir uma forma, um momento, uma circunstância e a forma como os indivíduos a constroem. Tais concepções são próprias de uma visão socioconstrutivista, que incorpora elementos da revolução cognitivista, que acaba influenciando também os estudos organizacionais.

Um importante teórico representante desta visão no campo da administração é Karl Weick. Este estudioso sugere a existência de processos que criam, conservam e dissolvem coletividades sociais, que tais processos constituem o trabalho de organizar, e que as maneiras pelas quais tais processos são executados são a organização. Assim, a partir da disseminação dessas ideias, ele dilui a noção de organização como entidade e assume que as organizações são processos de organizar, e que as pessoas estão envolvidas. Logo, as organizações são fluidas, estão em constante mudança. A organização pode ser considerada uma entidade quando essa fluidez é congelada em um dado momento. De uma forma geral, essa é a perspectiva que orienta o trabalho da maioria dos estudiosos do campo organizacional. Em síntese, as organizações são processos construídos pelos atores, embora nós tenhamos muito menos capacidade de perceber o quanto, enquanto atores, nós moldamos a organização. Na maioria das vezes, é mais fácil perceber mais facilmente o quanto somos influenciados pela organização. Isto porque quando nós entramos na organização, ela já existia previamente, não percebemos que a nossa entrada tem um impacto mútuo. No entanto, se olharmos com mais atenção, como se estivéssemos com uma lupa, de fato, observaríamos que uma organização está sempre mudando. Pessoas entram, pessoas saem, esse é um processo constante que congelamos em certos momentos, e que nos oferece a sensação de que as coisas na organização são mais estáveis do que elas efetivamente são. Então, essa é a base conceitual maior, que articula organização e cognição.

Essa perspectiva que chamamos de sociocognitiva tem extrapolado aquele campo micro-organizacional, voltado mais para entender atitudes, a ação do indivíduo com o trabalho. Portanto, essa perspectiva rompe esses limites organizacionais e passa a ser uma perspectiva para entender a própria organização nas suas interações com o meio, com o contexto. Podemos dizer, assim, que essa representa a grande transformação ocorrida na área, uma mudança na forma de entender como o micro está imbricado no macro e vice-versa. Os acontecimentos decisivos são sempre os processos, e o comportamento social é fundamental na ontogênese da organização. Interações que são recorrentes, que geram rotinas, padrões, expectativas, vão moldando o comportamento das pessoas, depois socializando as pessoas na maneira de chegar, de reagir, de se comportar.

Comprometimento como um fenômeno micro e macro-organizacional

A mudança que se observa na forma de compreender a dinâmica da organização, não mais exclusivamente como uma entidade, mas como um processo fluido, influencia os estudos sobre comprometimento organizacional. Definido como uma atitude ligada a outros fenômenos correlatos, o comprometimento sempre foi um tópico pertencente ao campo micro-organizacional. É um conceito que não guarda uma unicidade de significados e, mesmo dentro da pesquisa científica, há diferentes formas de concebê-lo, de defini-lo e de mensurá-lo. Por isso, grande parte da pesquisa de comprometimento é fragmentada por essas diversas perspectivas. Dois autores canadenses, J. Meyer e N. Allen, buscaram organizar conceitualmente os avanços na agenda de pesquisa até os anos de 1990. A partir disso, construíram o quadro teórico de referência para as pesquisas subsequentes, definindo o comprometimento como um elo entre indivíduo e organização que reduz

a probabilidade de *turnover*. Esse elo, segundo Meyer e Allen, poderia ter diferentes naturezas, ou bases: afetiva (identificação e afetos positivos com a organização), instrumental (continuidade na organização porque sair é mais custoso) e normativa (introjeção de normas e valores pelo funcionário, que se sente obrigado a permanecer).

Nos últimos anos, diversas pesquisas têm contribuído para a desconstrução desse modelo, a partir da constatação de que seu foco é explicar o que leva as pessoas a permanecerem na organização, como se permanência fosse necessariamente – e o principal – consequente do comprometimento. É um modelo que estica o conceito de comprometimento para inserir em seu arcabouço fenômenos que são diferentes. As pesquisas vêm acusando, por exemplo, que a base instrumental proposta por J. Meyer e N. Allen tem antecedentes diferentes, impactos diferentes e qualidade da medida diferente do que é apresentado pelas bases afetiva e normativa. A pesquisa, então, vem acumulando questões empíricas e evidências de que essas três bases não podem ser tratadas como parte do mesmo fenômeno. Elas atuam juntas, apenas, como antecedentes da permanência do trabalhador. Quando colocamos foco na satisfação, motivação, qualidade de desempenho, bem-estar, tudo isso diferencia o indivíduo com maior comprometimento instrumental daquele com maior comprometimento afetivo.

As evidências já reunidas até aqui permitem dizer que o indivíduo que permanece na organização por falta de alternativas, pelos custos associados à saída, ou pelo desperdício potencial dos conhecimentos adquiridos, não está comprometido. Nossos avanços teóricos indicam que esse é um indivíduo entrincheirado, aprisionado na organização. Afirmamos, dessa forma, que esse é outro fenômeno, outro tipo de vínculo, e não é comprometimento. Por sua vez, o indivíduo que é aquiescente, que cede, que contribui para a organização pelo senso de dever, de obrigação, é na verdade um trabalhador obediente, mas não um trabalhador comprometido. Da sociologia foi originado o conceito de consentimento, que estamos usando para nomear o consentimento organizacional. Essa é a grande mudança que promovemos: a proposição de dois conceitos que partem de outros campos para serem aplicados à relação dos indivíduos com a organização.

Tradicionalmente, os estudos sobre vínculos vêm dando ênfase ao nível individual, partindo dos indivíduos para caracterizar grupos, equipes, setores. Nessa linha de raciocínio, ao somar as médias de comprometimento de cada indivíduo, obtidas a partir da aplicação de instrumentos quantitativos, tem-se um parâmetro do comprometimento do grupo, ou mesmo da empresa. Então, se cada trabalhador é comprometido, ainda que alguns mais do que outros, se faz referência a grupos comprometidos, empresas comprometidas. Esse sempre foi um tópico de grande importância na pesquisa de vínculos, de relações, de significados e de atitudes no trabalho.

Na perspectiva da organização como um processo, também o comprometimento passa a ser entendido como um processo central para a constituição de um empreendimento coletivo, porque passa a ser entendido como um fenômeno dinâmico que vincula o indivíduo a um conjunto de comportamentos, a um padrão de relação que é fundamental para que a organização permaneça. Por ser algo que une as pessoas a metas e a valores, esse vínculo termina sendo fundamental para consolidar a noção de empreendimento coletivo. Não existe nenhuma ação coletiva se não houver compromisso das pessoas em realizar determinados projetos, mesmo que seja por objetivos diferentes, ou por pressão, obrigação. De certa forma, o comprometimento vai se reportar exatamente a um tipo de engajamento das pessoas, ou a ações que elas não são obrigadas a realizar: envolve a livre escolha. O processo de comprometimento vai estabilizar padrões de comportamento e de interações. Como afirma Weick, o comprometimento é um cimento que une as pessoas nas organizações, são compromissos com normas, valores, equipe, grupo, pessoas; isso tudo cria conjuntos que acabam vinculando as pessoas. Portanto, essa é a mudança, ou seja, comprometimento deixa de ser um tópico e passa a ser um processo fundamental para se entender

a dinâmica da coletividade que chamamos de organização, ou de um grupo, ou de um setor. Então, passa a ser visto como um processo que dá uma estabilidade, que configura a organização.

Nesse ponto, para aprofundar a questão entidade *versus* processo, é importante considerar também as dimensões estabilidade e dinâmica. Dissemos anteriormente que, ao conceber a organização como entidade, estamos congelando um processo em determinado momento. Do mesmo modo, ao falarmos de um vínculo estável, também nos colocamos diante de uma fotografia panorâmica de um fenômeno que é dinâmico, ainda que essa dinamicidade não seja volúvel, inconstante. Historicamente, a ampliação da pesquisa sobre comprometimento ocorreu também como resposta à expectativa de estudar um fenômeno que apresentasse maior estabilidade do que, por exemplo, a motivação, que é resultante de variáveis específicas, intrínsecas ou situacionais. Ainda assim, o fato de ter maior estabilidade não nega que o comprometimento seja um processo em movimento, e que, à medida que mudam os antecedentes, também o vínculo passe por transformações paulatinas.

Um desdobramento dos estudos recentes para a delimitação do conceito de comprometimento consistiu em analisar qualitativamente as histórias de trabalhadores com diferentes tipos de vínculo. Essa análise possibilitou a compreensão de como variados fatores, associados à interação do profissional com diferentes pessoas (dimensão interpessoal), grupos (dimensão inter e intragrupal), situações (dimensão organizacional), percepções e emoções (dimensão individual) impactam na construção e no desenvolvimento dos vínculos. Ou seja, embora conceitualmente estejamos falando de comprometimento *com a organização*, aí colocada como uma entidade, sua construção e seu desenvolvimento advêm da fluidez imbuída nos processos de interação, da articulação de fatores em níveis micro e macro das organizações. Em última análise, significa dizer que se o comprometimento é responsável por promover alguma estabilidade à organização, essa mesma organização, por ser fluida, também é responsável por promover alguma dinamicidade ao comprometimento (por isso a analogia com fotografia panorâmica: é um fenômeno dinâmico, mas com um espectro de estabilidade que lhe confere a característica de gerar comportamentos consistentes ao longo do tempo).

Ao colocarmos em análise os conceitos de comprometimento e de organização, tomando como ponto de partida a cognição social, vemos que a existência da organização depende da ação coletiva que, para ser articulada e coerente em objetivos, valores etc., é condicionada ao comprometimento dos indivíduos e dos grupos. Entendemos, então, que o comprometimento seja um dos fundamentos para a compreensão da organização enquanto um processo.

À guisa de conclusão: vertentes de pesquisa nesses campos

Diante das discussões conceituais apresentadas neste texto, como as pesquisas respondem e articulam, a partir da abordagem sociocognitiva, o conceito de comprometimento e sua relação com os campos micro e macro-organizacional?

Como mencionado anteriormente, o principal foco tem sido na delimitação conceitual do comprometimento. Conduzimos pesquisas com o objetivo de construir e validar medidas, a partir das quais podemos analisar o comprometimento partindo de delineamentos quantitativos. Essas medidas buscam operacionalizar variáveis latentes (conceitos) a partir de comportamentos observáveis (no caso, o que é descrito pelo respondente com base em sua própria percepção). A partir dos estudos quantitativos, que são maioria na agenda de pesquisa sobre comprometimento, é possível a utilização de análises estatísticas sofisticadas para o teste de relações entre variáveis, com foco nos antecedentes e consequentes. Dentre esses, vêm sendo estudados, predominantemente, variáveis de nível micro-organizacional (satisfação no trabalho, valores individuais, *locus* de controle,

conflito família-trabalho, liderança, desempenho, entre outros). Mesmo com essa predominância, estão contempladas também nas pesquisas variáveis de nível macro, como suporte organizacional, políticas de gestão, clima, cultura e valores organizacionais.

Como limitação dos delineamentos quantitativos que repercutem na pesquisa sobre vínculos, temos frequentemente apontado os possíveis efeitos da desejabilidade social, ou a avaliação feita pelo indivíduo do que é esperado como resposta. Assim, do mesmo modo que a medida do vínculo depende da percepção dos indivíduos a respeito de seus comportamentos e de sua avaliação a respeito da organização, esses processos são acompanhados por vieses, em geral traduzidos nas margens de erro dos resultados encontrados.

Os estudos quantitativos conduzidos pelo grupo nos últimos anos contribuíram para uma maior delimitação do conceito de comprometimento ao reunirem evidências de sobreposição entre a base instrumental proposta por Meyer e Allen e o vínculo de entrincheiramento. Exemplos dessas evidências foram as altas correlações encontradas entre essas variáveis e a constatação de que ambos (base instrumental e entrincheiramento) apresentam relações muito semelhantes com antecedentes e consequentes, diferente do que é observado com relação à base afetiva do comprometimento.

Somado a isso, nós também temos um conjunto de estudos qualitativos, que exploram esses conceitos entre os atores organizacionais. Em pesquisas com gestores, em que foram exploradas suas teorias implícitas sobre o trabalhador comprometido, verificamos congruência com o movimento de delimitação conceitual que estamos conduzindo: para os gestores, o trabalhador comprometido é aquele que tem um vínculo de identificação com normas e valores, mas não é aquele que permanece porque não tem alternativa, porque é custoso. Ao investigar narrativas de trabalhadores com diferentes padrões de vínculos, passamos a entender como as expectativas individuais e os contratos psicológicos, manejados diante de diversas situações que ocorrem continuamente na organização, geram um ciclo contínuo de reavaliação e reconstrução dos vínculos. Notamos também como os vínculos orientam os comportamentos dos trabalhadores, e como esses comportamentos, por sua vez, repercutem no desenvolvimento dos vínculos.

Para alcançar um conceito mais enxuto e preciso, e para ampliar a compreensão do seu significado e das suas fronteiras, temos cercado esse problema utilizando abordagens quantitativas e qualitativas. Cada vez mais temos buscado articular essas abordagens para permitir, simultaneamente, o teste de relações entre variáveis e a exploração da dinamicidade do fenômeno. Estudos compreensivos e longitudinais têm recebido maior atenção do grupo, sem prejuízo para os delineamentos que, tradicionalmente, vêm contribuindo para os avanços na agenda de pesquisa. Essa é a agenda de trabalho do nosso grupo nos últimos anos, explorando outros consequentes e antecedentes para diferenciar o comprometimento organizacional desses dois vínculos (entrincheiramento e consentimento) que nós estamos agora propondo.

Aprendizagem no contexto de trabalho⁹

Apresentarei uma síntese dos estudos que realizamos com o foco em aprendizagem no contexto de trabalho, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (PPG-PSTO), do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB). Meu foco será nos resultados das pesquisas das quais participei, como pesquisador ou orientador, ou em ambos os casos. Esse trabalho começou em 1989, fora da UnB.

No meu caso, tudo iniciou na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa),

⁹ Esta seção se refere à comunicação do autor Jairo Eduardo Borges-Andrade

onde trabalhei como pesquisador, em recursos humanos e gestão estratégica, de 1979 a 1993. Nos últimos desses anos, eu já tinha algumas atividades de ensino e orientação no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UnB, embora permanecesse como pesquisador na Embrapa. Fui contratado como professor titular, nessa Universidade, em 1993, quando comecei projetos para estudar treinamento e desenvolvimento de pessoal (T&D) e comportamento organizacional, baseado em método e referencial teórico que levei daquela empresa.

Em 1998, nosso grupo de pesquisa da UnB concorreu e obteve recursos generosos de um edital do Programa de Núcleos de Excelência. Nosso projeto tinha como parceiros as Universidades Federais da Bahia (Psicologia), de Minas Gerais (Administração) e de Uberlândia (Psicologia). Esses recursos foram utilizados até 2006, e nós investigamos principalmente a transferência de aprendizagem de contextos de T&D para contextos de trabalho.

Com a finalização desse projeto, a Prof^a Gardênia Abbad, outra professora do PPG-PSTO, e eu tomamos a decisão de que ela voltaria seu interesse para T&D a distância e que eu passaria a investigar processos de aprendizagem em contextos de trabalho, isto é, não induzidos por T&D. Tanto ela quanto eu, contudo, ainda, eventualmente, investigamos aquela transferência. A minha apresentação, aqui, divide-se em duas partes: 1) os preditores de transferência que encontramos; e 2) os processos de aprendizagem no contexto de trabalho.

Entendemos a aprendizagem como um processo psicológico que faz referência às mudanças que ocorrem no comportamento do indivíduo. Isso nos coloca, portanto, numa subdivisão que o Prof. Antônio Virgílio Bastos anteriormente comentou, sobre como o trabalhador domina o campo do comportamento. Existe outra subdivisão, que floresceu nos últimos 15 anos, chamada aprendizagem organizacional. Nós não estamos vinculados a este movimento, embora nossa produção de resultados de pesquisa possa “conversar” com ele.

Insistimos, para nos diferenciar do que é feito nessa outra subdivisão, que nossos estudos fazem referência a processos psicológicos subjacentes a mudanças no nível do indivíduo. Mudanças essas que não seriam resultantes do processo de maturação biológica desse indivíduo, mas especialmente decorrentes da interação desse indivíduo com o contexto. Essa interação com o ambiente, supostamente, promoveria processos de aquisição, de retenção e de transferência de competências, que então poderiam gerar mudanças de comportamento.

Nós adotamos a perspectiva S-O-R (Estímulo-organismo-resposta) e não S-R (estímulo-resposta). Ambas as perspectivas têm origem nas teorias de aprendizagem do século passado e não nos quadros de referência da psicologia organizacional e do trabalho (PO&T). Estes são mais frequentemente baseados em teorias de psicologia social, também oriundas do século XX. Nossa perspectiva supõe que a interação (S) promoverá processos que envolvem aquisição, retenção e transferência de competências (O), que podem ter como consequências as mudanças comportamentais (R).

Utilizamos taxonomias para classificar essas competências relativas aos domínios cognitivo, afetivo e psicomotor. Tais taxonomias tampouco foram desenvolvidas no campo de conhecimento da PO&T. Esse desenvolvimento teve início na metade do século passado, em psicologia instrucional, uma subárea de conhecimento mais frequentemente encontrada na educação, com foco bastante aplicado, fundamentada na psicologia da aprendizagem e fortemente influenciada pela abordagem de sistemas. Essa visão de competências foi bastante utilizada, na área de educação, a partir da metade do século passado. No final do mesmo, na área de administração, a chamada gestão por competências passou a utilizar esse quadro de referências. Foi por este caminho que ela acabou chegando, com força, ao campo profissional da PO&T.

A aprendizagem no trabalho, quando é promovida pela organização, é geralmente associada

à T&D. Neste caso, estamos fazendo referência a um método, geralmente fundamentado na abordagem de sistemas, que envolve um diagnóstico de necessidades, planejamento, execução e avaliação de resultados (Figura 1). Tal método pretende promover a aquisição de competências e sua retenção, mas tendo como finalidade última a transferência para o trabalho. Nossos estudos sobre T&D no PPG-PSTO foram principalmente focados nesta transferência, embora tenham existido esforços voltados para aquele diagnóstico e poucas investigações visando compreender esta aquisição.

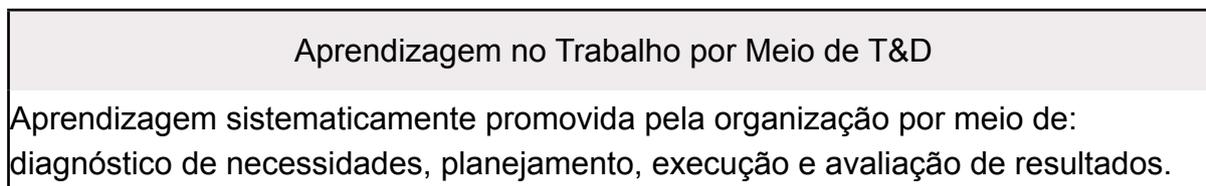


Figura 1. O processo de promoção de aprendizagem no trabalho por meio de T&D.

Estruturei os achados de diversas pesquisas que realizamos sobre a mencionada transferência, incluindo coleta de dados em várias unidades da federação, em termos de seus preditores individuais, instrucionais e organizacionais (Figuras 2, 3 e 4). Alguns desses preditores também são moderadores, mas não farei referência a eles aqui. Os preditores, nessas três figuras, estão organizados em vários modelos de efetividade de T&D, tanto os modelos adotados por nós, no PPG-PSTO, quanto os adotados em outras partes, especialmente fora do Brasil. Esses modelos de efetividade são bastante comuns na literatura especializada internacional, principalmente a produzida nos Estados Unidos. Geraram tecnologias para a promoção de T&D, disponíveis em manuais profissionais e utilizados pelas organizações em geral, a fim de apoiar o desempenho produtivo dos indivíduos no trabalho e permitir a melhoria do desempenho organizacional.

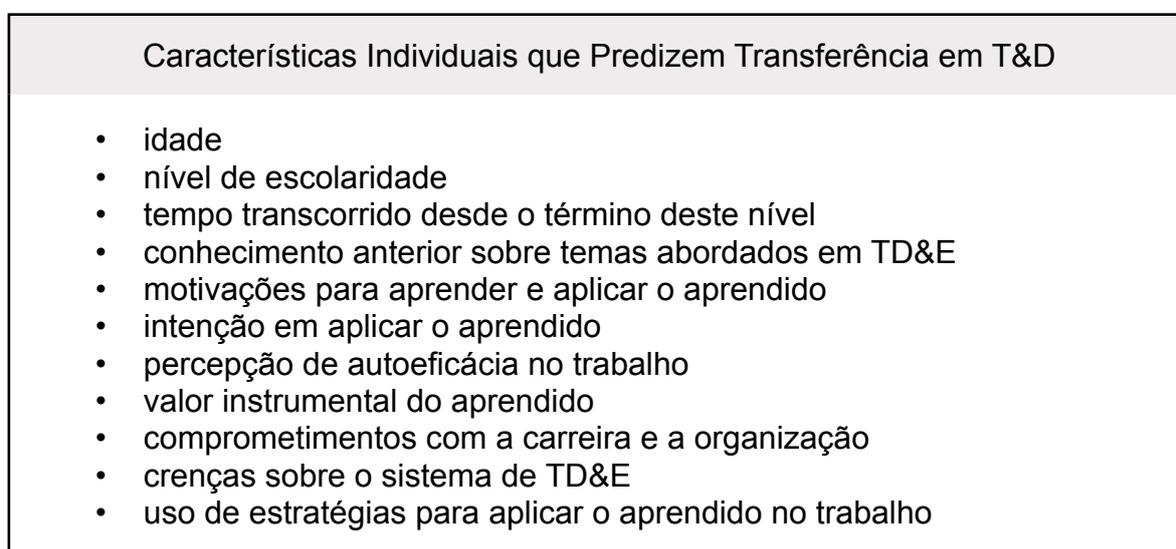


Figura 2. Os preditores individuais de transferência do que é adquirido, em T&D, para o trabalho.

Começamos pelos preditores individuais de transferência, para o trabalho, do que é adquirido em T&D (Figura 1). Geralmente variáveis sociodemográficas como idade, último nível de escolaridade e tempo transcorrido desde o término deste último nível estão negativamente associadas a essa transferência, embora as correlações sejam pequenas. Outra correlação é positiva: pessoas que tinham conhecimentos anteriores sobre os temas abordados em eventos de T&D, ao retornarem ao trabalho, tiveram maior probabilidade de transferir o que adquiriram nesses

eventos.

Outro subconjunto de variáveis individuais está associado ao constructo “motivação” e os resultados evidentemente sempre sugerem correlações positivas: percepção de autoeficácia no trabalho, motivação para aprender, intenção e motivação para aplicar o aprendido e valor instrumental do aprendido. As medidas destas variáveis geralmente são aplicadas antes dos eventos de T&D, e algum tempo depois desses eventos é verificado o nível de transferência. Resultado similar ocorre no caso das crenças que as pessoas desenvolvem a respeito da efetividade dos próprios sistemas de T&D das suas organizações. Se essas crenças são positivas (isto é, existe uma boa imagem a respeito de como são feitos os diagnósticos de necessidades e o planejamento, execução e avaliação das atividades de T&D), a transferência do adquirido para o trabalho será maior.

Quanto às relações entre o comprometimento afetivo e essa transferência, as relações são bastante curiosas e, certamente, refletem dois aspectos contemporâneos do mundo do trabalho – valorização de carreiras individuais autônomas e de estabilidade nas organizações, em distintos grupos de pessoas. O maior comprometimento com a carreira está associado a uma posterior menor transferência do adquirido em T&D, enquanto o comprometimento com a organização prediz níveis mais elevados dessa transferência. Portanto, no caso de comprometimento afetivo, precisamos saber qual é o seu foco (carreira ou organização) antes de poder predizer os efeitos pós T&D.

O último preditor individual que devo mencionar aqui é o uso de estratégias para aplicar o aprendido no trabalho. Isto é, o que as pessoas fazem para superar obstáculos, sejam eles materiais ou psicossociais, quando retornam ao trabalho e tentam nele aplicar o que adquiriram em T&D. Pudemos identificar certos padrões, ou estratégias, que os egressos de eventos de T&D utilizam nesses casos. Mais que isto, encontramos que os egressos que as utilizam relatam níveis de transferência mais elevados.

Há também aqueles preditores que estão relacionados ao que é feito, durante os eventos de T&D, para promover a aquisição, e que podem predizer o que as pessoas transferem para o trabalho: os fatores instrucionais (Figura 3). Um deles é a clareza e precisão dos objetivos formulados. Programas de T&D que têm objetivos formulados com essas duas características têm melhores indicadores de posterior transferência para o trabalho do que foi adquirido neles. Isto provavelmente acontece porque tais objetivos são compreendidos pelas pessoas que participarão e, portanto, nelas promovem expectativas que servem de guia ou que motivam para aprender. Não podemos, ainda, esquecer que se estão claros e precisos, melhor conduzirão o trabalho de quem planeja ou executa, ou o trabalho de quem planeja e executa os eventos de T&D. Se esses planejadores ou instrutores são mais bem conduzidos, provavelmente oferecerão tais eventos com mais eficácia, em contraposição àqueles que não terão tais objetivos claros e precisos.

Fatores Instrucionais que Predizem Transferência em T&D
<ul style="list-style-type: none">• clareza e precisão dos objetivos formulados para o evento de TD&E• categoria taxonômica do objetivo principal do evento de TD&E (domínio afetivo vs. cognitivo)• complexidade deste objetivo (se domínio cognitivo)• similaridade entre situação instrucional e realidade de trabalho• uso de exercícios práticos no evento de TD&E

Figura 3. Os preditores instrucionais de transferência do que é adquirido, em T&D, para o trabalho.

Além dessa característica dos objetivos, há outras duas muito importantes: 1) a categoria taxonômica de competências a que correspondem as formulações dos objetivos principais e 2) o nível de complexidade desses objetivos, quando são do domínio cognitivo. No primeiro desses casos, o que temos encontrado é que eventos de T&D que têm objetivos principais pertencentes ao domínio cognitivo das taxonomias de competências geralmente são aqueles com melhores indicadores de transferência, quando comparados aos eventos em que tais objetivos possam ser classificados como pertencentes ao domínio afetivo. Naquele segundo caso, nossos resultados de pesquisa sugerem que a complexidade do objetivo principal, quando ele é pertencente ao domínio cognitivo, está associada a níveis diferentes de transferência. Se tais objetivos são mais complexos, há mais transferência para o trabalho. Por exemplo, comparemos a natureza da aquisição de conceitos, que está na base das taxonomias, com a natureza da resolução de problemas, que está no topo de complexidade dessas taxonomias. Eventos de T&D cujos objetivos principais são desta natureza produzirão mais transferência que eventos em que tais objetivos são daquela natureza.

Contudo, as mencionadas três características dos objetivos são somente parte dos fatores instrucionais, a parte referente ao planejamento dos eventos de T&D. Há ainda que considerar a outra parte desses eventos: a sua execução. Neste caso, há dois importantes preditores da transferência, para o contexto do trabalho, do que é adquirido nos contextos desses eventos. Quanto há similaridade entre ambos os contextos, essa transferência é maior. Por último, quando nesse contexto de T&D são utilizados exercícios práticos, ocorre mais transferência para aquele contexto de trabalho. Sabemos, portanto, que certas características de planejamento e execução de eventos de T&D, juntamente com aspectos sociodemográficos, cognitivos, motivacionais, afetivos e comportamentais dos indivíduos que participam desses eventos, facilitam ou dificultam a transferência do que é adquirido para o trabalho. Mas há ainda um terceiro conjunto de preditores a considerar, relativos ao contexto organizacional (Figura 4).

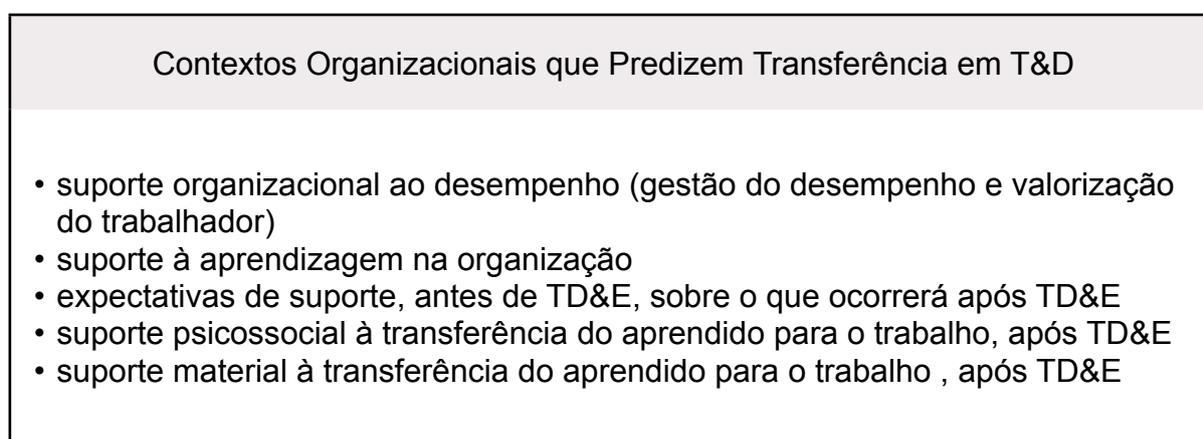


Figura 4. Os preditores organizacionais de transferência do que é adquirido, em T&D, para o trabalho.

Há, nos nossos estudos no PPG-PSTO, um achado muito importante, pelo fato de emergir em várias pesquisas realizadas em muitos contextos e porque tem elevada capacidade de predição da transferência do aprendido em T&D. Estudos realizados nos EUA, na mesma época, encontraram um quadro bastante parecido. Trata-se do papel do suporte organizacional percebido, que pode chegar a prever mais de 50% da variabilidade dessa transferência. Sua operacionalização pode ocorrer por meio de medidas proximais (diretamente relacionadas aos suportes material e psicossocial à transferência do que foi adquirido em eventos de T&D), ou às expectativas deste suporte, antes desses eventos. Entretanto pode ainda ser distal (menos diretamente relacionada

a tal suporte à transferência), como nas medidas que têm o foco na gestão do desempenho, na valorização geral do trabalhador e na aprendizagem que pode ocorrer na organização (e não em T&D). De maneira bastante sistemática, essas percepções de suporte, principalmente as proximais, são melhores preditoras que os fatores individuais ou instrucionais já mencionados neste texto. Na maioria dos estudos que realizamos, essas relações foram encontradas com a percepção medida no nível individual. Em alguns casos foram também utilizadas as percepções compartilhadas no nível das unidades organizacionais. Isto é, foram realizados estudos multiníveis. Para interpretar esse fenômeno, utilizamos um referencial teórico de cognição social, que veio contribuir com os referenciais teóricos tradicionalmente utilizados em T&D, descritos anteriormente.

Logo após a virada do século, com base numa abordagem multinível sistematizada num livro, totalmente voltada para a PO&T, passamos a trabalhar com a proposta de que a transferência em T&D deveria também ser vista como um fenômeno multinível (Figura 5). Assim, aquelas competências adquiridas pelos indivíduos, nos domínios afetivo, cognitivo e psicomotor, poderiam, eventualmente, emergir para um segundo nível, o das equipes. Estamos, neste caso, supondo que seriam compartilhadas e, portanto, passariam a ser características desse segundo nível. Essas competências de equipes, por sua vez, poderiam emergir para um terceiro nível, o organizacional. Nesse caso, estaríamos supondo que, em razão de um compartilhamento de competências entre equipes, recursos poderiam ser obtidos, processos internos poderiam ser melhorados e metas poderiam ser alcançadas. A proposta, dessa maneira, envolve pensar em processos *bottom-up* de T&D: dos indivíduos para as equipes e destas para a organização como um todo. Entretanto, ao mesmo tempo, estariam em operação os processos *top-down*: variáveis organizacionais poderiam afetar a transferência do adquirido em T&D, nos níveis de equipe e individual, e variáveis de equipe teriam o mesmo efeito no nível individual.

Visão Multinível de Transferência em T&D



Figura 5. A visão multinível de transferência em T&D.

Recentemente, passamos a investigar a aprendizagem no trabalho promovida por meios não sistematizados (Figura 6). Neste caso, com mais frequência trabalhamos com referenciais teóricos que não são oriundos predominantemente da literatura especializada norte-americana. São provenientes, em muitos casos, do Reino Unido e de países escandinavos e da Oceania. O fenômeno que temos estudado são as estratégias de aprendizagem no trabalho (EATs). O foco, neste caso, é no que os trabalhadores fazem, para aprender no local de trabalho, e não no que as organizações fazem, por meio de T&D, para que esses trabalhadores aprendam.

Aprendizagem no Trabalho por Meio de	
T&D	EATs
Aprendizagem sistematicamente promovida pela organização por meio de: diagnóstico de necessidades, planejamento, execução e avaliação de resultados.	Aprendizagem no trabalho, por meios não sistematizados pela organização.

Figura 6. A utilização de EATs como outra face do processo de aprendizagem no trabalho.

Atividades manifestas ou encobertas, empreendidas pelo trabalhador e direcionadas à aquisição, manutenção e recuperação de competências e ao seu uso em diferentes contextos de trabalho, são definidas como EATs. São classificadas em três tipos:

1. cognitivas, já operacionalizadas em escalas nacionais e internacionais (Figura 7);
2. comportamentais, igualmente operacionalizadas nessas escalas (Figura 8); e
3. autorregulatórias, para as quais, infelizmente, ainda não foram desenvolvidas escalas de medida, e que supostamente incluiriam os controles emocional e motivacional e o monitoramento da compreensão, que o indivíduo deveria lançar mão para poder aprender no trabalho.

Os preditores desses dois primeiros tipos de EATs estão relacionados a: (a) características individuais; (b) contextos organizacionais; e (c) aspectos do posto de trabalho. Já sabemos, além disto, que a utilização desses dois tipos está associada à expressão, no trabalho, de diversas competências importantes para o desempenho produtivo.

EATs podem ter muito valor no processo de aprendizagem no trabalho e podem ser estimuladas. Em termos práticos, então, as organizações poderiam planejar processos de aquisição, retenção e transferência de competências por meios distintos daqueles usualmente utilizados (T&D). Para isto, no entanto, precisaríamos produzir muito mais conhecimento científico sobre EATs, de modo que essas organizações pudessem contar com uma fundamentação empírica que ao menos se aproximasse daquilo que já foi produzido sobre T&D. Isto é, são necessários modelos de efetividade e tecnologias para promoção de EATs. Antes, contudo, é preciso desenvolver métodos para mensurá-las e realizar investigações para testar modelos de predição delas, assim como as associações que elas possam efetivamente ter com competências expressas no trabalho. Os resultados das nossas pesquisas, que passaremos a abordar no próximo parágrafo, são restritos às cognitivas e às comportamentais. Já sabemos algumas coisas, mas estamos bem distantes do estado da arte da pesquisa em T&D.

Dentre as variáveis individuais, encontramos que motivação para aprender prediz

positivamente todas as estratégias exceto a de repetição mental da informação. Esta, por sua vez, está mais presente entre aqueles que têm menor escolaridade. Aumentos nesta escolaridade, por outro lado, estão associados à busca de ajuda em material escrito e aplicação prática combinada com a reflexão intrínseca. Estas duas EATs também são mais frequentes nas pessoas que têm mais idade, assim como a reflexão extrínseca. As mulheres relatam mais o uso de busca de ajuda interpessoal para aprender no trabalho, quando comparadas aos homens. Este último resultado tem sido sistematicamente obtido em vários contextos e amostras de empregados e profissionais autônomos.

EATs Cognitivas

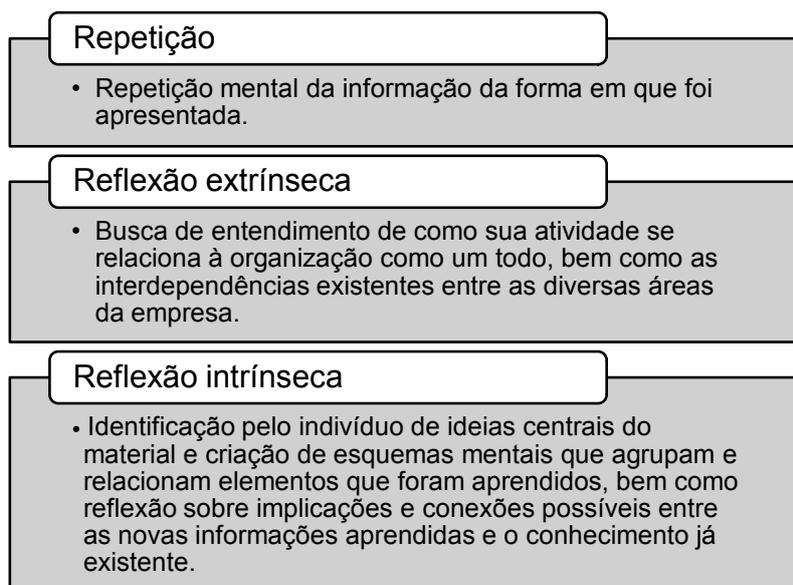


Figura 7. Tipos de EATs cognitivas e suas definições.

Além das características individuais, tal como no caso da transferência em T&D, o contexto organizacional tem aqui uma atribuição preditora. Outra vez, a percepção de suporte foi encontrada como tendo função importante, tanto sua medida em nível individual, quanto a sua medida compartilhada no nível de unidade organizacional. Temos operacionalizado tal variável como um constructo proximal: trata-se de percepção de suporte à aprendizagem e não ao desempenho no trabalho. Ela aparece significativamente associada a todas as EATs que temos investigado. Além disto, a percepção do clima organizacional, nas suas dimensões relativas à autonomia, inovação e relações interpessoais, prediz a reflexão extrínseca.

O posto de trabalho integra vários aspectos que também aparecem associados a EATs. É neste contexto que ocorrem os processos de aquisição e retenção, o que tem certa equivalência com o papel já descrito para os fatores instrucionais, no contexto de T&D. A busca de ajuda interpessoal é mais utilizada em postos de trabalho em que pouco se usam tecnologias da informação e intensamente se utiliza a interação interpessoal. A busca de ajuda em material escrito é utilizada em cargos menos complexos. A aplicação prática é intensificada ao longo dos 10 primeiros meses de trabalho de dirigentes municipais em primeiro mandato.

Quando há alteração no escopo do trabalho de funcionários públicos, há um aumento de várias EATs, mas as de repetição mental diminuem. Por outro lado, estas aumentam quando há ruptura do modelo de trabalho realizado por eles, enquanto outras EATs diminuem em frequência.

No contexto de empresas júnior, encontramos que seus membros, quando acompanham análises de cenários dessas empresas, utilizam mais reflexões intrínsecas e extrínsecas. Estas duas EATs, além disto, são mais frequentes entre gestores dessas empresas do que entre membros não gestores. Entre esses gestores, encontramos que os inexperientes têm mais dificuldade para descrever EATs cognitivas, quando comparados aos experientes, embora utilizem com mais frequência as EATs em geral.

EATs Comportamentais

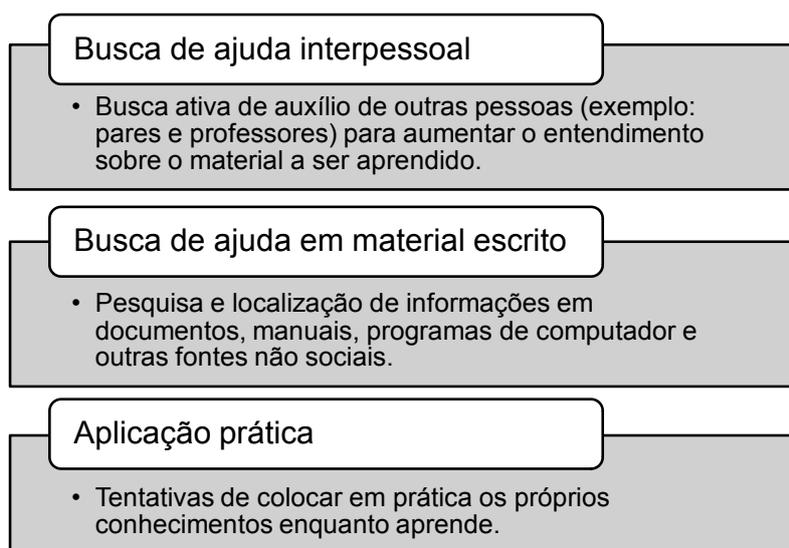


Figura 8. Tipos de EATs comportamentais e suas definições.

Finalmente, ao invés dos antecedentes, passemos a considerar as consequências do uso de EATs. Numa organização nacional cuja missão é voltada para a pesquisa aplicada, duas dimensões de competências são essenciais e têm caráter transversal (requeridas em distintos papéis ocupacionais internos): (i) trabalhar em equipe e (ii) com visão estratégica. Verificamos que a primeira delas emerge com mais frequência entre aqueles que utilizam buscas de ajuda interpessoal e em material escrito e reflexões intrínsecas e extrínsecas. A segunda aparece mais entre os que mais frequentemente buscam ajuda interpessoal e realizam reflexões intrínseca e extrínseca. Ambas as competências são menos frequentes entre pessoas que relatam um maior uso de repetição mental.

Num grande banco brasileiro, encontramos que as reflexões intrínseca e extrínseca são fortes preditoras de várias dimensões de competências gerenciais, seguidas da busca de ajuda em material escrito. Entre dirigentes de municípios do Sul e Sudeste brasileiros, averiguamos a aquisição de conhecimentos e habilidades para a gestão tecnopolítica de municípios, dez meses depois que assumiram seus mandatos pela primeira vez. Essa aquisição foi maior entre aqueles que tinham, no início desses mandatos, elevados escores de buscas de ajuda interpessoal e em material escrito e de reflexões intrínseca e extrínseca.

Concluindo, quando comparamos o conhecimento que produzimos, no caso de TD&E e de EATs, fica bastante evidente que avançamos muito mais no primeiro caso. Isto se deu porque o esforço e o investimento foram muito maiores e porque nos beneficiamos de uma grande e robusta base teórica e metodológica disponível na literatura internacional. As investigações sobre EATs ainda podem ser consideradas exploratórias, no Brasil e no exterior. Faltam escalas de medida

estáveis e que consigam cobrir todos os três tipos. Ainda estamos bastante distantes da construção de modelos de efetividade empiricamente fundamentados.

Aprendizagem Organizacional: a Trajetória de um Grupo de Pesquisa¹⁰

Múltiplos artigos escritos em períodos diferentes de tempo, separados entre si por várias décadas – desde 1980, passando por 1990 e chegando à de 2000 – têm recorrentemente apontado o baixo nível de consenso sobre o que é aprendizagem organizacional e como ela ocorre. Tendo em mente esse questionamento do conceito-chave e dúvidas sobre seus processos constituintes, não nos surpreende também a falta de consenso sobre a existência de uma teoria de aprendizagem organizacional. Assim, observamos que o campo de pesquisa da aprendizagem é marcado por imprecisões conceituais e de método e muita contestação. É nesse campo onde imperam tais ambiguidades e contestações que a trajetória de nosso grupo de pesquisa se insere.

O grupo de pesquisa Aprendizagem Organizacional do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da UFBA, ao qual pertencem os três primeiros autores deste artigo, embora venha contando com o apoio do CNPq há 12 anos, é o mais jovem e menos estruturado comparativamente aos dois grupos antes mencionados, o grupo coordenado por Antônio Virgílio Bastos (Instituto de Psicologia, UFBA) e o grupo coordenado por Jairo Borges-Andrade (UnB). Até recentemente, esse grupo contou com o suporte adicional do grupo de pesquisa de Antônio Virgílio Bastos, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFBA.

Em nossas pesquisas, aprendizagem individual é definida, conforme abordagem sociocognitiva, como processo individual mental, mas também de interação entre indivíduos contextualizados, desdobrando-se nas etapas de aquisição/retenção, generalização e transferência. Embora a denomine de abordagem sociocognitiva, essa definição é aderente à apresentada por Jairo Borges-Andrade. Aprendizagem organizacional corresponde, por sua vez, ao processo de transformação dos conhecimentos individuais em conhecimentos organizacionais, por socialização e por codificação, dois constructos *proxies* do constructo aprendizagem organizacional. Consideramos ainda que sem transferência do que foi aprendido pelos indivíduos para o trabalho, o que requer a ativação de suportes psicossociais e materiais, possibilidades de aprendizagem organizacional não se efetivam.

Para deixar mais claro suas particularidades e suas realizações, o percurso desse grupo será dividido em três períodos: (1) 2000 a 2003; (2) 2003 a 2008; e (3) 2008 aos dias atuais.

Primeira Fase – 2000 a 2003

O primeiro período da pesquisa sobre aprendizagem organizacional (2000–2003) corresponde à realização de trabalhos voltados para mapeamento do campo e, especialmente, ao projeto de pesquisa intitulado “Microprocessos de aprendizagem em organizações/interorganizações na Bahia”, apoiado pelo CNPq, em 2000. Esse projeto buscava minimizar algumas lacunas já mapeadas, em particular aquelas derivadas da utilização de abordagens sobre aprendizagem individual, para pesquisar, compreender e explicar o fenômeno da aprendizagem organizacional, com base na seguinte questão de pesquisa: *Quais os fatores que influenciam os processos de aprendizagem em organizações/interorganizações que vivenciaram mudanças tecnológicas e gerenciais em função de alterações ambientais, no período 1995 a 2000, na Bahia?*

No âmbito desse projeto, foram realizados vários estudos de caso com base em entrevistas em profundidade com todos os indivíduos que participaram das experiências de aprendizagem

10 Esta seção se refere à comunicação dos autores Elisabeth Loiola, Jorge Nérís, Cláudio Leopoldino.

nas organizações selecionadas por acessibilidade e que implicaram mudanças nas práticas organizacionais. A seleção prévia de experiências concretas de aprendizagem, denominadas microprocessos de aprendizagem, justificou-se como recurso metodológico para dar maior foco aos entrevistados em suas evocações para responder sobre os fatores em nível pessoal, grupal e da organização que facilitaram ou dificultaram seus processos de aprendizagem, assim como acerca dos efeitos sobre seu trabalho e para a organização.

A experiência acumulada com a realização desses estudos de caso foi muito rica. Identificaram-se diferenças entre os fatores pessoais, grupais e organizacionais, que condicionaram as referidas experiências de aprendizagem, que se associavam a características individuais (cognitivas, comportamentais e demográficas) e contextuais (da aprendizagem, do grupo e da organização), corroborando resultados já clássicos de pesquisa em aprendizagem no trabalho. Os resultados apontaram ainda que os vários estilos de aprendizagem se distribuíam ao longo de um *continuum*, no qual um dos extremos era a aprendizagem por associação e o outro a aprendizagem por reconstrução. Encontramos ainda pistas que sugeriam que todas as organizações aprendem; tanto aquelas consideradas inovadoras e que se adaptam com facilidade às mudanças, como aquelas que têm foco na eficiência – perseguida por meio da divisão do trabalho, de uma rígida cadeia de comando e da racionalidade técnica –, embora em graus, ritmos e direções diferentes.

Em consonância com estudos internacionais foi possível observar que no campo de pesquisa da aprendizagem organizacional encontram-se: linguagens e conceitos variados que careciam de maior integração teórica e representavam obstáculos à acumulação do conhecimento; utilização do conceito de aprendizagem organizacional de forma analógica ou metafórica à aprendizagem individual sem a compreensão das implicações geradas quando se usa para a produção de conhecimentos científicos conceitos de um campo mais desenvolvido (aprendizagem individual) e os aplica em outro campo menos desenvolvido (aprendizagem organizacional); carência de abordagens que integrassem os três níveis em que o processo de aprendizagem se realiza – individual, grupal e organizacional –, o que abre espaços para perspectivas unidirecionais que, no geral, enxergam o nível organizacional como um somatório dos processos individuais; relativa desconsideração dos fatores culturais, setoriais e locais que exercem impactos e singularizam a aprendizagem de cada organização; pouca atenção conferida ao nível micro-organizacional e às interações dos indivíduos nos pequenos grupos.

Tudo isso sugeria que estudiosos do campo estavam dedicando pouca atenção a entender como se dá a articulação ou a passagem de processo que é essencialmente individual para o nível coletivo, assumindo-se, em geral, a existência do fenômeno de aprendizagem organizacional sem consciência mais clara da natureza metafórica deste conceito. Essa conclusão, embora provisória, estimulou a elaboração de novos projetos de pesquisa apoiados mais uma vez pelo CNPq, em 2003 e 2006, cujos resultados são comentados a seguir.

Segunda Fase – 2003 a 2008

No segundo período (2003–2008) prevalecem pesquisas de levantamento, *cross section* e longitudinal, voltadas para exploração das relações entre aprendizagem individual e aprendizagem organizacional. Conforme já indicado, seu marco inicial é a apresentação ao CNPq, em 2003, do projeto de pesquisa *survey* denominado “Microprocessos de aprendizagem em organizações na Bahia”, que representa uma inflexão em termos de procedimentos de métodos aplicados na primeira fase.

O delineamento da pesquisa *survey* assenta-se, mais expressivamente do que os estudos de caso antes mencionados, em leitura multinível do processo de aprendizagem organizacional.

Mantém, no entanto, o foco em microprocessos de aprendizagem, os quais são indicados pelos respondentes e não previamente pelo pesquisador, como realizado nos estudos de caso. Foram pesquisadas 32 organizações, de grande e médio porte, produtoras de uva, manga e outras frutas, em sistema de irrigação, sendo a maioria delas exportadoras para mercados sofisticados, caracterizados por expressivas barreiras fitossanitárias. Seus 32 gestores principais responderam ao questionário completo (o que e como aprendeu, socializou, codificou o conhecimento e quais os resultados/impactos para a organização), ao passo que seus 950 trabalhadores responderam uma versão simplificada do questionário (domínio inicial e atual sobre suas tarefas, o que aprendeu e como aprendeu).

Em síntese, os resultados da pesquisa junto aos trabalhadores na fruticultura irrigada do BMSF indicaram:

Pouca variabilidade no uso de mecanismos de aquisição de conhecimentos pelos indivíduos.

Predomínio de mecanismos de aquisição de conhecimentos, internos e informais, de domínio dos agricultores de subsistência e difundidos pelas práticas extensionistas.

Que muitos dos conhecimentos relevantes adquiridos pelos indivíduos envolvidos nos microprocessos de aprendizagem enfocados não haviam sido incorporados à base de conhecimentos acumulados pelas empresas, porque os processos de socialização e de codificação, que são chave para tanto, não eram geridos no escopo de uma política de aprendizagem pelas organizações.

Já em relação à pesquisa com os gestores, as principais conclusões são:

A ocorrência de aprendizagens significativas em várias áreas e domínios do trabalho, tanto sobre tecnologias novas, como, por exemplo, sobre técnicas de melhoria da produção.

E uma maior variabilidade das estratégias de aquisição de conhecimentos em relação àquelas relatadas pelos trabalhadores.

O projeto de 2006 continuou localizado no BMSF. No entanto, realizaram-se estudos longitudinais. Os resultados das quatro coletas da pesquisa de corte longitudinal foram submetidos a análises com base em estatísticas descritivas e inferenciais. Além do banco de dados longitudinais, um banco de dados especial foi constituído com os trabalhadores que participaram de apenas uma das coletas, num total de 128 respondentes, para desenvolver, em caráter preliminar, modelo empírico com base em equações estruturais.

Em relação ao tratamento dos dados a partir de equação estrutural, os resultados preliminares foram considerados promissores. Foram desenvolvidos três modelos que articulavam as relações entre os construtos da pesquisa, objetivando-se testá-los e validá-los, os quais foram denominados de modelo inicial, modelo reespecificado e modelo com estimativas de cargas padronizadas. Buscou-se um modelo progressivamente mais adequado às medidas de ajustamento e validação estatística e aos pressupostos teóricos. Serão relatados nesta seção apenas os resultados do modelo com estimativas de cargas padronizadas, tendo em vista que os escores padronizados eliminam unidades de medida, substituindo-as por uma unidade padronizada, o que facilita a interpretação dos resultados.

No modelo com estimativas de carga padronizadas, os maiores coeficientes estão na relação entre: (i) aprendizagem em treinamento e aprendizagem em grupo de trabalho; (ii) aprendizagem em treinamento e externalização escrita; (iii) e aprendizagem com colegas e superiores e suporte psicossocial. Todas essas relações mostraram-se estaticamente significativas ao nível de $*p < .001$. Também com expressivo coeficiente padronizado encontram-se relacionadas variáveis endógenas ao modelo: aprendizagem por iniciativa própria e aprendizagem em treinamento; e aprendizagem em grupo de trabalho e aprendizagem individual.

Os resultados sugerem ainda que nos ambientes de trabalho onde prevalecem mecanismos de aprendizagem menos estruturados e formais (aprendizagem em grupo e aprendizagem com ajuda de colegas e superiores, por exemplo), a difusão de conhecimentos se opera com relativa autonomia em relação aos suportes materiais à transferência de conhecimento para situação de trabalho, ao passo que os suportes psicossociais são de alta importância.

Em relação aos estudos de casos longitudinais, foram escolhidas três empresas já pesquisadas, com base em critérios de intencionalidade e de acessibilidade. Nessas três empresas foram feitas quatro coletas de dados. A cada coleta, o número de entrevistados foi aumentando para garantir um mínimo de 40 casos comuns nas quatro coletas, meta essa que foi ultrapassada, obtendo-se 51 casos comuns. Tal procedimento foi adotado em razão da alta rotatividade de mão de obra, que foi potencializada pela crise que a fruticultura irrigada do BMSF, em geral, e das empresas da amostra, em particular, vivenciaram em 2007/2008. Os resultados da pesquisa longitudinal corroboram resultados da pesquisa *survey* de prevalência de aprendizagem individual informal, seja em grupos, seja ainda com a ajuda de superiores.

Terceira Fase – 2008 até o presente momento

O rápido apanhado dos resultados encontrados nas duas primeiras etapas cumpre a função de deixar evidente a pertinência das escolhas metodológicas, as quais evoluíram com a experiência do grupo, reforçando a decisão de continuar apostando em escolhas metodológicas similares. Em vista disso, em 2009, foi apresentado novo projeto de pesquisa, intitulado “Relações entre Aprendizagem Individual e Organizacional: Explorando Relações entre Construtos”.

Neste projeto, têm-se dois objetos empíricos de investigação. Um deles são empresas e trabalhadores da sojicultura irrigada, em Barreiras, município da região Oeste do Estado da Bahia que, a exemplo da região do BMSF, tem experimentado notáveis mudanças em suas práticas produtivas, com a rápida difusão de agricultura empresarial e utilização de tecnologias atualizadas de cultivo, colheita e beneficiamento. Nesse caso, o foco permanece sobre empresas e trabalhadores rurais, o que se supõe seja oportunidade de retestar modelos empíricos desenvolvidos para o BMSF, a fim de verificar, por exemplo, o quão específicos ou genéricos tais modelos são. O outro objeto de investigação são gestores de projetos e analistas de desenvolvimento do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), empresa pública criada em 1964 com o objetivo de modernizar e dar agilidade a setores estratégicos da Administração Pública brasileira. Prestando serviços em Tecnologia da Informação e Comunicações para o setor público, a empresa pública SERPRO, hoje, é considerada a maior empresa pública de informática da América Latina (www.serpro.gov.br).

Aqui serão objeto de análise os resultados da pesquisa no SERPRO. Nessa empresa, foram pesquisados os desenvolvedores, uma vez que inerente a essa função está a implementação de processos internos de inovação ou de incorporação de inovações realizadas externamente ao SERPRO. Tais trabalhadores têm níveis de escolaridade superiores, além de desenvolverem funções mais complexas e atuarem com maior grau de liberdade em relação às tarefas, comparativamente à grande maioria dos trabalhadores já pesquisados no BMSF. Entende-se que essa opção traz para o contexto da pesquisa maior heterogeneidade (entre contextos de aprendizagem e aprendizes do SERPRO e das empresas do BMSF), favorecendo a realização de comparações, reteste dos modelos empíricos já desenvolvidos e a elaboração de novos modelos empíricos.

Nesse novo projeto, foi encontrada evidência de validação junto aos trabalhadores do SERPRO da Escala Integrada de Aprendizagem Individual e Aprendizagem Organizacional (EIAIAO), o que preenche uma lacuna do grupo de pesquisa, em um campo no qual escalas

validadas são escassas. Sobre as aprendizagens, os resultados mostram que:

1. Houve aprendizagem individual sobre ferramentas livres no período.
2. Aprendizagem individual informal foi mais expressiva que aprendizagem individual formal.
3. Poucas modalidades de aprendizagem individual foram significativas, verificando-se baixa variabilidade dos mecanismos de aprendizagem efetivamente empregados, prevalecendo apenas itens de aprendizagem informal: “Autoestudo em sites relacionados ao tema”, “Por meio da utilização do software” e “Interação direta com colegas de trabalho”.
4. Suportes à transferência, tanto na dimensão psicossocial quanto material, foram estatisticamente significativos.
5. Aprendizagem organizacional, representada pelos processos de socialização e codificação, apresentou apenas um fator estatisticamente significativo com variabilidade reduzida de itens.
6. A análise dos modelos de equações produzidos mostrou que:
 - 6.1. A aprendizagem individual em si, o quanto foi aprendido pelos respondentes, apresentou baixo impacto na aprendizagem organizacional, além do que os diferentes tipos de aprendizagem individual (formal ou informal) apresentaram diferentes impactos nos processos da aprendizagem organizacional.
 - 6.2. O suporte material à transferência não se mostrou preditor dos processos de socialização e codificação, ou seja, da aprendizagem organizacional.
 - 6.3. O suporte psicossocial à transferência apresentou influência positiva sobre a aprendizagem organizacional, atuando como elo entre mecanismos de aprendizagem formal e socialização.

Como foi visto, mais uma vez, a relação entre AI e AO não assumiu a evidência esperada. Em meio a muitas conjecturas e ainda nesse terceiro período de produção do grupo de pesquisa procurou-se avançar em termos ontológicos e epistemológicos, tendo como referência potencialidades da metáfora da cognição e da cultura para compreender a aprendizagem organizacional, em especial a relação entre aprendizagem individual e aprendizagem organizacional. Buscou-se maior clareza no que diz respeito à natureza metafórica do conceito de aprendizagem organizacional, agenda sugerida pelos estudos de mapeamento realizados no primeiro período. Aliada a essa questão, os estudos que envolvem os dois períodos anteriores reforçaram a crença de que a relação entre aprendizagem individual e aprendizagem organizacional não era apenas uma questão dentre outras no campo de pesquisa, mas a questão central, uma vez que, sem o entendimento de como se constitui a aprendizagem organizacional, não há sequer como se apresentar uma definição precisa do conceito. No estudo sobre potencialidades e limites das metáforas da cognição e da cultura, nos interessava explorar o quanto tais metáforas ajudavam a entender os processos de conversão dos conhecimentos individuais em conhecimento organizacional.

Observou-se, então, que a metáfora cognitiva, ao reduzir a aprendizagem organizacional à aprendizagem dos indivíduos na organização, e a metáfora da cultura, ao concentrar-se no nível coletivo, em detrimento do nível individual, não oferecem meios de solucionar o problema da conversão da aprendizagem individual em organizacional. Com isso, sinaliza-se a necessidade de apelar-se para concepções metafóricas que possam assumir, em seu núcleo básico, os processos de interação entre o indivíduo e a organização. Ou seja, que não focalizem, exclusivamente, nem o individual (cognição), nem o coletivo (cultura). Isso implicaria, em nossa perspectiva, uma reestruturação dos conceitos presentes no campo de pesquisa, e o estabelecimento de pontes mais seguras com a sociologia, em especial, com abordagens que procurem superar a dicotomia

entre sujeito e objeto, a exemplo do estruturacionismo.

Algumas considerações finais sobre o percurso do grupo de pesquisa

Como visto nas pesquisas comentadas nesta terceira seção, a aprendizagem informal foi situada como mecanismo de aquisição de conhecimentos aplicados pelos indivíduos no trabalho. Ainda que essa seja uma afirmação válida para todos os estudos aqui relatados, não se pode negligenciar as diferenças entre as organizações do BMSF e SERPRO quanto aos mecanismos de aprendizagem informal. No BMSF prevaleceram os mecanismos ajuda de colegas e superiores, não aparecendo com grau de significância a aprendizagem por autoestudo. No SERPRO, além dos dois mecanismos de aprendizagem individual informal, o autoestudo apareceu de forma expressiva. Relações entre aprendizagem individual e aprendizagem organizacional ainda não foram suficientemente exploradas e demonstradas.

A predominância de aprendizagem informal foi verificada tanto em contextos organizacionais caracterizados por trabalhadores com baixo grau de escolaridade, organização do trabalho taylorista-fordista, tarefas fechadas, parcelamento das tarefas, elevado grau de supervisão e de controle da mão de obra, quanto em contexto organizacional marcado por alta escolarização de sua mão de obra, pela predominância de tarefas abertas, cuja consecução requer discricionariedade dos trabalhadores, e nas quais o controle e a supervisão não se realizam de forma tão direta. As organizações pesquisadas também diferem em termos de complexidade organizacional e de maturação de políticas de gestão de pessoas. Ao passo que as empresas do BMSF singularizam-se pela simplificação de suas estruturas organizacionais e pela quase inexistência de políticas e práticas de gestão de pessoas voltadas ao desenvolvimento e aprimoramento das competências de sua mão de obra, a empresa SERPRO apresenta estrutura burocrática bem desenvolvida e complexa, abrigando setor de gestão de pessoas com forte ênfase no aprimoramento de sua mão de obra técnica.

Os ambientes sistêmicos das organizações pesquisadas diferem. No caso do BMSF, as empresas atuam em mercados externos nos quais prevalece elevado nível de exigências quanto à qualidade dos produtos e dos processos, verificando-se forte competição. No caso do SERPRO, empresa pública da área de informática, o ambiente sistêmico é estável, tendo em vista que essa empresa goza de relativa reserva de mercado, ainda que se verifiquem elevados níveis de exigência quanto ao atendimento de especificações dos produtos/serviços fornecidos.

As lacunas no conhecimento produzido são indicações do quanto ainda é necessário pesquisar e refinar abordagens, técnicas e instrumentos de pesquisas em aprendizagem organizacional. Apesar dessas lacunas, algumas contribuições merecem destaque.

As pesquisas aqui comentadas apresentam como contribuição a possibilidade de se intervir nos processos de aprendizagem organizacional pelo aumento da variabilidade e intensidade dos mecanismos da aprendizagem individual; apontam a maior importância relativa dos processos de aprendizagem informal, aprendizagem essa que, segundo a literatura, é mais fácil e diretamente transferida para o trabalho e, simultaneamente, menos dispendiosa, embora não viabilize a realização de inovações radicais; e sugerem a existência de relações diretas e indiretas entre os processos de aprendizagem informal e os de aprendizagem organizacional, influenciadas pelo suporte psicossocial percebido.

Tais resultados apontam, empiricamente, que os processos de aprendizagem individual informal são estratégicos para o desenvolvimento do conhecimento organizacional, corroborando postulações teóricas, mas magnifica os desafios das organizações em termos de gestão dos processos de aprendizagem, que precisam inovar no sentido de incentivar a aprendizagem informal

sem tirar a autonomia do trabalhador e das equipes de trabalho, que é uma das características-chave de processos de aprendizagem informal. Os resultados relatados contribuem, também, para dar sustentação empírica a um dos maiores consensos teóricos da área de pesquisa em aprendizagem organizacional: a predominância de aprendizagens informais na formação e desenvolvimento dos trabalhadores.

Considerações finais

Os três textos que compõem este artigo têm em comum o fato de trazerem contribuições à discussão da psicologia organizacional e do trabalho a partir de informações sobre a trajetória de seus grupos de pesquisa. No primeiro texto o destaque foi dado aos aspectos de demarcação conceitual, centrais na fase atual do grupo coordenado por Antônio Virgílio Bastos. Apoiados na abordagem sociocognitiva, os estudos desse grupo estão predominantemente direcionados para a aclaração de conceitos que possam contribuir para a melhor compreensão do comportamento humano nas organizações, dentre os quais se destacam o de comprometimento afetivo, entrincheiramento e consentimento organizacional, procurando estabelecer relações entre os níveis micro e macro-organizacional e fazendo uso de diversas abordagens metodológicas. A construção de medidas que permitam mensurar estes novos conceitos tem sido umas das preocupações, permitindo fazer surgir evidências que fortaleçam a esta nova composição conceitual no campo do comportamento organizacional. A trajetória trazida por este grupo oferece importantes contribuições teóricas e instrumentais a pesquisadores e estudiosos do comportamento organizacional, sendo considerado um grupo de referência nacional.

No segundo caso, a longa trajetória do grupo de pesquisa de Jairo Borges-Andrade, cujo foco principal está na transferência de aprendizagem para o trabalho a partir de intervenções de Treinamento e Desenvolvimento, é revelada pelos resultados de estudos que permitiram apresentar uma extensa lista dos principais preditores de transferência de aprendizagem no trabalho. Os achados de diversas pesquisas realizadas por esse grupo foram organizados em termos de seus preditores individuais, instrucionais e organizacionais, oferecendo informações importantes para o planejamento de programas de treinamento e desenvolvimento que visam a potencializar a aprendizagem individual e sua transferência para o contexto de trabalho. Cabe destaque ao comprometimento afetivo com a organização como um dos principais preditores individuais, o que revela a importância deste construto para o comportamento organizacional.

Além da transferência de aprendizagem, o grupo de pesquisa passou a estudar o uso de estratégias de aprendizagem no trabalho (EATs), procurando trazer à luz o que os trabalhadores fazem, para aprender no local de trabalho, e não no que as organizações fazem, por meio de T&D, para que esses trabalhadores aprendam. Os preditores de aprendizagem no trabalho estão relacionados às características individuais contextos organizacionais e aspectos do posto de trabalho. As contribuições trazidas por esse grupo auxiliam sobremaneira ao fortalecimento da gestão de pessoas e, principalmente, a tornar mais efetiva as ações de treinamento e desenvolvimento, além de permitir a compreensão do uso de estratégias de aprendizagem pelo trabalhador brasileiro.

Dois preditores do conjunto de preditores da transferência de T&D para o trabalho, apontados por Jairo Borges Andrade, merecem destaque: o suporte organizacional e comprometimento afetivo. O primeiro porque, segundo Jairo Borges Andrade, “pode chegar a prever mais de 50% da variabilidade dessa transferência” e também por causa de suas interfaces com o terceiro relato de pesquisas sobre aprendizagem organizacional. Ao passo que o segundo preditor de transferência de T&D aqui destacado, comprometimento afetivo, mostra resultados instigantes com a transferência de competências adquiridas por meio de T&D para o trabalho – se o comprometimento é com a

carreira, a relação com a transferência de T&D é inversa, ao passo que se o comprometimento é com a organização, a relação é direta. O autor sugere que a relação inversa antes mencionada reflete um aspecto contemporâneo do mundo do trabalho: valorização de carreiras individuais autônomas.

O terceiro texto apresenta sua relevante contribuição ao estudo da aprendizagem organizacional a partir da sua rica trajetória dividida em três fases. O primeiro período foi marcado pelo mapeamento do campo aprendizagem organizacional e o uso de metodologias qualitativas, delineados em torno de questões que o fundamentam (fatores pessoais e do contexto que condicionam os processos de aprendizagem dos indivíduos nas organizações), enquanto no segundo e no terceiro períodos foi marcado por pesquisas de levantamento, *cross section* e longitudinal, para compreender as relações entre aprendizagem individual e aprendizagem organizacional. Os esforços da segunda e da terceira fases traduziram-se em delineamento de um conceito de aprendizagem organizacional, centrado em processos específicos e relacionado às aprendizagens dos indivíduos nas organizações, em validação de escalas, em testes de modelos e em combinação de diferentes procedimentos de pesquisa. Escalas, modelos e procedimentos de pesquisas usados para aumentar a compreensão sobre inter-relações e diferenças relativas entre aprendizagem individual em situações de trabalho e aprendizagem organizacional.

Nesta parte final serão postos em destaque apenas os achados de pesquisa do grupo de pesquisa de aprendizagem organizacional da UFBA que permitem estabelecer diálogos com aqueles do grupo de aprendizagem individual da UnB. Ressalta-se primeiro que o conceito de aprendizagem informal foi operacionalizado em itens de pesquisa muito semelhantes aos que compõem os itens do construto estratégias de aprendizagem comportamentais dos indivíduos do grupo de pesquisa sobre aprendizagem individual da UNB. No caso do grupo de pesquisa sobre aprendizagem organizacional, ajuda de colegas e de superiores, busca em material escrito e autoestudo, por exemplo, são itens que operacionalizam a dimensão aprendizagem informal na escala utilizada. Ao passo que aprendizagem formal tem sido operacionalizada como participação em cursos de curta ou de longa duração, em seminários, em grupos de discussão de problemas, dentre outros promovidos pela organização. Assim, o critério mais importante para definir aprendizagem individual formal e informal é o quanto a oportunidade de aprendizagem é direcionada pela organização (aprendizagem formal) ou pelo indivíduo (aprendizagem informal).

Tanto em pesquisas com trabalhadores rurais de baixa escolaridade, lotados em empresas da fruticultura irrigada do Baixo Médio São Francisco (BMSF), quanto com trabalhadores do SERPRO, desenvolvedores de projetos e de alta escolaridade, verifica-se a predominância de mecanismos de aprendizagem informal, embora autoestudo e busca em material escrito tenham sido mais importantes para os trabalhadores de alta escolaridade que operam em ambiente fortemente mediado por tecnologias digitais e de comunicação (TICS), enquanto ajuda de colegas e de superiores prevaleceram no grupo de trabalhadores rurais do BMSF. Novo achado de pesquisa que difere relativamente dos encontrados pelo grupo de aprendizagem individual da UNB refere-se ao papel dos suportes organizacionais. Nas pesquisas sobre aprendizagem organizacional, no BMSF e no SERPRO, a existência de suportes materiais não se mostrou estatisticamente significativa, enquanto suportes psicossociais mostraram-se estratégicos para potencializar oportunidades de aprendizagem organizacional (socialização).

A maior importância da aprendizagem informal do que a formal em ambientes de trabalho é um consenso teórico na área de estudos organizacionais. Dados que evidenciam a importância da aprendizagem informal em situações de trabalho são encontrados em sites dos Ministérios do Trabalho de países desenvolvidos, a exemplo dos USA. No entanto, tais dados são relativamente antigos. Também foram encontradas algumas estatísticas em literatura estrangeira, embora

defasadas. Assim, resultados das pesquisas do grupo de aprendizagem organizacional promovem mais evidência desse fenômeno.

As diferenças de importância de itens de aprendizagem informal são explicadas em razão das características de organização do trabalho. Nas empresas do BMSF prevalecem o trabalho em grupo, com cabo de turma e forte controle, o que é viabilizado pelas tarefas fechadas (em parcelas e prescritas) e a baixa autonomia dos trabalhadores. Ao passo que no SERPRO, o desenvolvedor atua com relativa autonomia em comparação com o trabalhador do BMSF. Nesse caso, podemos dizer que suas tarefas são abertas, o que comporta algum grau de discricionariedade em suas realizações.

A importância dos suportes psicossociais e a falta de importância dos suportes materiais explicam-se em razão de características intrínsecas a aprendizagens informais, as quais, segundo a literatura, são mais fáceis de transferir para o trabalho e para as quais os suportes materiais parecem funcionar como condição necessária à aprendizagem. Por exemplo, sem a existência de encomenda e de infraestrutura informatizada, os desenvolvedores de projetos do SERPRO não poderiam dar cabo de suas tarefas e, conseqüentemente, não poderiam ao longo de seu trabalho aprender sobre softwares livres. De igual modo, sem as ferramentas de poda, os trabalhadores do BMSF não poderiam aprender a podar com a ajuda de seus chefes e de seus colegas. Essas são algumas conjecturas e convites aos debates.

Enfim, cada um dos três textos que compuseram este artigo, a seu modo, oferece um panorama do que vem sendo produzido no Brasil na subárea de comportamento organizacional em três grupos de pesquisa distintos, dois com sede na UFBA e um sediado na UnB. Os grupos, no entanto, possuem uma trajetória histórica de cooperação não só decorrentes de vínculos de formação acadêmica, mas de projetos realizados em conjunto. De fato, os relatos aqui apresentados não representam tudo o que é produzido no Brasil na contemporaneidade, mas é revelador do estágio em que se encontra este campo do conhecimento no país. A busca de maior clareza conceitual para demarcar o fenômeno; de construção de medidas para mensurar mais apropriadamente o fenômeno; e de pesquisas que tragam à tona evidências que ajudem nos processos de gestão revela estar na base das contribuições trazidas pelos três textos. Certamente, trata-se de um recorte de um processo em que novos desafios conceituais e metodológicos farão repensar e redirecionar caminhos essenciais ao desenvolvimento de um campo científico em eterna construção.

Como Citar:

Loiola, E., Bastos, A. V., Borges-Andrade, J. E., Nérís, J., Leopoldino, C., Souza, J. J. de, & Rodrigues, A. C. A. (2014). Cognições e aprendizagem na Psicologia Organizacional e do Trabalho contemporânea. *Revista Brasileira de Psicologia*, 01(02).

Introdução

Este artigo apresenta diferentes abordagens metodológicas de investigação em Psicologia Social, Psicologia do Trabalho e Saúde Psíquica. Representam um painel e servem de fonte de referência com relação às abordagens metodológicas e mensuração nas respectivas áreas. Em um primeiro momento, são discutidos os procedimentos de mensuração dos processos implícitos em Psicologia Social, fornecendo uma categorização dos métodos mais utilizados para a avaliação dos processos automáticos. Em seguida, explora-se o entendimento de saúde e doença na área Saúde Coletiva como mola propulsora da escolha entre estratégias metodológicas adotadas em Psicologia do Trabalho e saúde psíquica, oferecendo uma discussão sobre as repercussões de tais abordagens para os estudos da área. Finalmente, procura-se promover um debate entre os temas discutidos pelos autores.

Estratégias de Mensuração de Processos Automáticos³

Nossas explicações dos mecanismos naturais nunca são finais – apenas tornam-se mais eficazes à medida que descrevemos dados cada vez mais precisos. São narrativas que construímos a partir da nossa fantástica capacidade de inventar instrumentos e de interpretar o que medimos com eles. (Marcelo Gleiser).

A ação de mensuração é central em ciência. O desenvolvimento de novas estratégias permite o aperfeiçoamento das teorias vigentes ou a sobreposição das mesmas por novos modelos teóricos. Medir ocupa boa parte da atividade laboratorial diária e o desenvolvimento de novas estratégias de mensuração permite a formulação de novas perguntas, proporcionando a inserção em campos do conhecimento outrora não explorados, dando a possibilidade de alçar perspectivas antes não observadas e, conseqüentemente, dando-nos a possibilidade de mudar paradigmas teóricos vigentes por novas concepções que englobem processos que antes não eram acessíveis.

No campo da Psicologia Social, os desafios da mensuração se misturam com os primórdios da área. O desenvolvimento de formas de mensuração ocupa parte considerável do ofício do cientista Psicólogo Social. Nas últimas duas décadas, a Psicologia Social apresentou o desenvolvimento de uma série de procedimentos para a mensuração de processos implícitos ou automáticos, o que permitiu uma revolução na compreensão da cognição humana e nos seus efeitos sobre o comportamento social. Como é corriqueiro nas diversas áreas do conhecimento, o desenvolvimento de novas estratégias de mensuração está atrelado às rubricas de conhecimento com outras áreas de interface.

No caso específico da Psicologia Social, as medidas de processos implícitos só foram possíveis graças à sofisticação, popularização e acessibilidade dos computadores e à criação de softwares focados na mensuração do tempo de latência. Também é fundamental neste campo

1 Psicólogo, doutor em psicologia e professor adjunto na Universidade de Brasília.

2 Psicóloga, doutora em saúde pública, consultora organizacional e professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia.

3 esta seção se refere à comunicação de Ronaldo Pilati. O autor agradece os comentários e sugestões feitos por Maurício Sarmet em versões anteriores deste artigo

o aprimoramento de instrumentos para medida de potencial relacionado a eventos do sistema nervoso central (ERPs), assim como para a produção de imagens do cérebro por meio de ressonância magnética funcional (fMRI). Este conjunto de realizações possibilitou a produção de grande quantidade de inovações na compreensão teórica da cognição social humana.

Este texto tem como objetivo apresentar uma breve descrição de procedimentos para mensuração e/ou eliciação de processos implícitos da cognição social. Seu propósito é fornecer uma visão geral deste assunto ao leitor, apresentar os principais procedimentos corriqueiros da área e remeter o leitor interessado à literatura do campo de mensuração implícita.

Modelo da cognição social: Processamento dual

O modelo vigente da cognição social é fruto dos desenvolvimentos advindos da capacidade de mensuração de processos implícitos, além de outros achados de pesquisa. Atualmente se considera que a cognição humana se organiza em um contínuo dimensional de dois sistemas com características idiossincráticas distintas (Evans, 2008; Fiske & Taylor, 2008). O primeiro sistema tem sido nomeado de Sistema 1 e possui como características de processamento ser implícito, automático, de baixo esforço, rápido, alta capacidade, evolutivamente antigo, paralelo, pragmático e associativo. Já o segundo é nomeado de Sistema 2 e tem como características ser consciente, explícito, controlado, alto esforço, baixa capacidade, analítico, reflexivo, evolutivamente recente, abstrato e sequencial. Esta nomenclatura, relativamente consolidada, tem sido utilizada mais recentemente na literatura da área e seu mote é agregar sob uma mesma denominação processos investigados há mais de 40 anos em cognição social, psicologia cognitiva e nos estudos de julgamento e tomada de decisões (Kahneman, 2011). É interessante notar que, ainda que de forma independente, por não serem observadas citações cruzadas, vários autores desenvolveram, nos últimos 30 anos, mais de uma dezena de modelos teóricos que partilham da mesma metáfora compreensiva da cognição humana (*i.e.* Sistemas 1 e 2 funcionando de forma interconectada e indissociável), resultando em uma modelação teórica integradora de vários dos mecanismos processuais da cognição (Evans, 2008). A Figura 1 apresenta um modelo esquemático do modelo dual de processamento e alguns dos tipos de processamento característicos de cada polo.

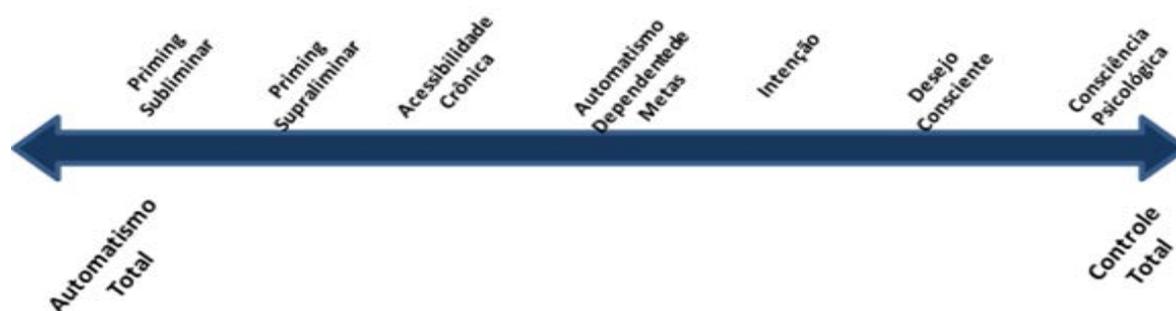


Figura 1. Modelo esquemático do processamento dual adaptado de Fiske e Taylor (2008).

No final das contas, esse modelo dual serve muito mais como uma metáfora para a compreensão didática do funcionamento da cognição do que como um modelo teórico específico que logre explicar como se dá a interação entre os dois sistemas. O que se observa na literatura é a produção de modelos focados em processos específicos, que logram explicar o processo de interação entre os sistemas, como é o caso do *Elaboration Likelihood Model*, circunscrito ao processo

de persuasão (Tormala, Brinol, & Petty, 2006). Estes modelos fazem uso da noção de conexão entre processos automáticos e controlados (*i.e.* provenientes dos dois diferentes sistemas) como determinantes dos processos cognitivos e de suas consequências comportamentais. É importante que o leitor tenha clareza que na ocorrência de processos e comportamento a dicotomia dimensional se desfaz para a própria ocorrência dos mesmos.

Processos automáticos e seus efeitos no comportamento

Nas últimas décadas, a pesquisa em cognição social tem produzido grande quantidade de evidências sobre o efeito que processos automáticos, aqueles relativos ao Sistema 1, têm sobre o comportamento social. Tais evidências indicam que conteúdos ativados de forma automática exercem efeito posterior direto sobre julgamento, percepção social e comportamento (*e.g.* Aarts, Dijksterhuis, & Custers, 2003; Bargh, Chen, & Burrows, 1996; Dijksterhuis & Aarts, 2010; Dijksterhuis, 2004; Ferguson & Bargh, 2004). Mais recentemente, desenvolvimentos teóricos têm indicado que os processos automáticos exercem um efeito mais complexo do que a relação direta com percepção, julgamento e comportamento. Mais especificamente o raciocínio teórico no campo caminhou para considerar a existência de diversas variáveis que exercem um efeito de moderação entre a ativação dos processos automáticos e seus impactos no julgamento, atitudes, percepções e comportamentos, caminhando de um raciocínio de descrição causal para um de explicação causal. No geral tais variáveis moderadoras dizem respeito a aspectos situacionais, disposicionais ou a uma combinação de ambas as categorias de variáveis, produzindo compreensões teóricas mais complexas e, provavelmente, mais aproximadas da maneira pela qual processos automáticos interagem com controlados, traços disposicionais e indicadores situacionais que exercem impacto no julgamento, percepção e comportamento (Loersch & Payne, 2011; Schröder & Thagard, 2013; Smeesters, Wheeler, & Kay, 2010).

Essa modelação teórica demanda o desenvolvimento continuado de estratégias de mensuração que sejam adequadas para a mensuração de processos automáticos em delineamentos de pesquisa cada vez mais complexos, pois estes demandam a necessidade de eliciação de processos automáticos ou a mensuração dos mesmos num contexto de pesquisa que manipula e mensura simultaneamente diversas variáveis e, conseqüentemente, as interações entre elas. Vários são os relatos de pesquisa na área que têm buscado testar as relações desta forma, utilizando múltiplas estratégias de manipulação e mensuração de processos automáticos, investigando relações multideterminadas entre as variáveis (Perugini, Conner, & Gorman, 2011; Perugini & Prestwich, 2007; Rabelo, Hees, & Pilati, 2012).

Métodos de mensuração de processos automáticos

A tarefa de categorizar os métodos de avaliação dos processos automáticos não é simples, mas é o principal propósito deste texto. Em razão das características que a pesquisa neste campo desenvolveu nas últimas décadas, a quantidade de procedimentos é enorme e eles se filiam a tradições teóricas ligeiramente diferentes, associados a perguntas de pesquisa também distintas, além de serem dependentes de diversas condições e equipamentos para pesquisa. Todavia, como tentativa de classificação, a proposta aqui é de condensar essa miríade de estratégias em três grandes categorias. Isto não quer dizer que não existam exemplos de pesquisa que mesclam procedimentos que aqui estão sendo categorizados em lugares diferentes, pois como todo processo de criação de agrupamentos ele possui um bom nível de arbitrariedade, que deixa de fora elementos que se combinam de forma mútua, como o que ocorre na prática laboratorial diária das investigações sobre processos automáticos em cognição social.

A primeira categoria organiza os procedimentos de mensuração baseados em tempo de reação. Estes procedimentos têm como elemento comum a avaliação de processos implícitos a partir da execução de tarefas que têm como principal variável dependente o tempo, mensurado em milissegundos, que os participantes levam para reagir a um estímulo ou associar estímulos. Em geral são executados via computador e exigem um grau de moderado a alto de controle experimental. A segunda categoria congrega os procedimentos que buscam ativar conceitos, a partir de uma perspectiva teórica que considera que a ativação de estruturas cognitivas ocorre por meio de pacotes organizados em uma estrutura cognitiva dispersa, baseada em redes neurais que funcionam de forma interconectada. Estas ativações ocorrem de maneira automática por meio de técnicas que têm sido genericamente chamadas de *priming*. Em geral estes procedimentos exigem alto controle experimental e sua ideia geral é avaliar o efeito de interferência (assimilação ou contraste) que um conteúdo ativado automaticamente exerce sobre uma ou mais variáveis dependentes não explicitamente conectadas à categoria ativada (ao menos para o participante da pesquisa). A terceira categoria diz respeito a técnicas que permitem avaliar reações do sistema nervoso aos procedimentos experimentais que eliciam processos automáticos, sejam relativas a potenciais relacionados a eventos ou a imagem cerebral. Esta categoria engloba múltiplas estratégias, largamente difundidas nas neurociências, mas que têm sido amplamente empregadas em uma rubrica do conhecimento recente, chamada de neurociência sociocognitiva, que tem contribuído com avanços significativos para a compreensão dos processos automáticos e seus efeitos no comportamento social.

A seguir são apresentados alguns exemplos de mensuração de cada uma das três categorias de medida, bem como a citação de referências pertinentes à pesquisa empírica com o uso da técnica e/ou capítulos de revisão que podem aprofundar a discussão para leitores interessados. É óbvio que esta apresentação está longe de ser exaustiva, pois a literatura sobre medidas implícitas é muito ampla e tem crescido de forma vertiginosa nos últimos 10-15 anos.

Métodos baseados no tempo de reação

Desde o início dos anos 1990, uma grande quantidade de estratégias de mensuração foi desenvolvida baseada no mesmo princípio: o tempo que o participante leva para classificar um estímulo ou associar categorias. Estas medidas têm sido compreendidas, de maneira ampla na literatura de psicologia social, como medidas de atitudes implícitas. Ainda que esta compreensão seja restritiva, pois os procedimentos vão muito além da mensuração de atitudes, ela traz uma indicação clara da aplicação mais frequente no campo, que é a mensuração indireta das atitudes em relação a objetos diversos (grupos sociais, programas governamentais, comportamentos compulsivos, entre vários outros).

Certamente, o procedimento mais difundido dessa categoria é o *Implicit Association Test* (IAT – temos traduzido como Teste de Associação Implícita – TAI). Desde sua apresentação em 1998 (Greenwald, McGhee, & Schwartz, 1998), este procedimento já foi citado milhares de vezes, e centenas de versões para diferentes objetos de avaliação foram comunicadas em diversos campos do conhecimento. Publicações recentes dão conta de que o IAT é o procedimento de avaliação implícita mais citado e utilizado na literatura, tendo sido alvo de meta-análises que envolvem milhares de estudos (Nosek, Hawkins, & Frazier, 2011). O IAT é compreendido como uma medida associativa de categorias-alvo (e.g. Homem X Mulheres) e atributos (e.g. Matemática X Artes), e a atitude implícita é derivada pela diferença na velocidade do tempo de associação entre o pareamento na forma A (i.e. Homens com Matemática e Mulheres com Artes) e na forma B (i.e. Mulheres com Matemática e Homens com Artes). Ainda que seja o mais utilizado, o IAT tem recebido muitas

críticas referentes justamente ao seu caráter associativo, o que não necessariamente eliciaria processos automáticos, agravado pela possibilidade de recodificação feita pelos participantes ao longo dos sete blocos do procedimento (Meissner & Rothermund, 2013).

Outro procedimento bastante utilizado nessa categoria é o *Priming Avaliativo* (Fazio, Jackson, Dunton, & Williams, 1995; Herring et al., 2013). Na verdade, este se refere a uma família de procedimentos que possuem uma característica em comum, que é o participante ser exposto a uma série de tentativas em que dois estímulos são subseqüentemente ou simultaneamente apresentados, mas apenas um dos estímulos, chamado de alvo, deve ser processado e avaliado, enquanto o outro, chamado de *priming*, é considerado como tarefa irrelevante (Wentura & Degner, 2010). De forma geral, esta família de procedimentos opera por um processo de efeito de interferência que um *priming* prévio, de conteúdo específico e definido pelo experimentador (p. ex: imagens de idosos X imagens de jovens) exerce sobre uma resposta posterior (ex: nível de afeto positivo sobre uma palavra). A meta-análise de Herring et al. (2013) demonstra que esta tarefa logra resultados satisfatórios para acessar processos implícitos relativos à avaliação atitudinal. As críticas principais a esse procedimento têm se centrado em sua baixa confiabilidade, demonstrada em uma série de estudos empíricos (veja, por exemplo, em: Bar-Anan & Nosek, 2012).

Ainda que os dois procedimentos exemplificados no parágrafo anterior sejam os mais utilizados e citados, a quantidade de procedimentos de avaliação implícita na área já passa de vinte, considerando variações do IAT e da própria tarefa de *Priming Avaliativo*. São exemplos desses procedimentos o *Affective Misattribution Procedure* (AMP), o *Single-Target IAT*, o *Brief IAT* (BIAT), o *Go-NoGo Association Test*, tarefas de Sroop adaptadas, entre vários outros (para revisão e comparação de medidas: Houwer & Moors, 2010; Nosek et al., 2011). Ainda existem procedimentos que não são baseados em tempo de reação, mas que buscam uma avaliação indireta de objetos atitudinais, como é o caso do efeito letra do nome, aplicado para a mensuração de autoestima e que tem evidências de validade relativamente satisfatórias (Buhrmester, Blanton, & Swann, 2011).

Métodos baseados na ativação automática de categorias

As técnicas de *Priming* são extremamente frequentes na literatura acadêmica de Psicologia Social. Ao se ler os artigos publicados em um número recente do principal periódico da área de Psicologia Social, o *Journal of Personality and Social Psychology*, é impossível não se deparar com vários dos artigos que utilizam alguma estratégia de *priming* para manipulação de variáveis. Um busca no Google Scholar com as palavras-chave "*Priming and Social Psychology*" resulta em aproximadamente 17.500 entradas apenas desde o ano de 2009. Este é um claro indicador da frequência de uso da técnica e da importância que o campo dá a esta como estratégia metodológica de pesquisa sobre processos automáticos e controlados.

De forma geral, o paradigma de *priming* é executado em duas etapas. Invariavelmente, há uma situação de engano para recrutar o participante, informando a ele que se trata de dois experimentos ou de duas tarefas que não possuem relação entre si. Quando chega ao laboratório o participante é convidado a executar uma primeira tarefa, que ele julga que já seja a tarefa principal, mas que na verdade refere-se à ativação do *priming*. Inumeráveis estratégias de *priming* são relatadas na literatura, mas algumas usuais expõem o participante a, por exemplo: (a) desembaralhar sentenças para formar frases que façam sentido a partir de uma lista de palavras desorganizadas, mas que se organizadas formam uma frase com sentido (Srull & Wyer, 1979); (b) memorizar uma lista de adjetivos e dois minutos depois escrever a lista na ordem e forma apresentada na tarefa de memorização (Maio, Pakizeh, & Rees, 2009); e (c) visualizar uma série de imagens e elaborar uma lista de palavras que vêm à mente em razão das imagens (Chao, Chen, Roisman, & Hong, 2007).

Depois de realizada a tarefa de *priming*, quando se espera que os conceitos ativados pelo conteúdo do material a que se expõe o participante tenham surtido efeito, o participante inicia a segunda tarefa, explicitamente não relacionada à primeira, mas na qual, na verdade, ocorre a mensuração da variável dependente. Esta segunda parte pode ser a mensuração de uma atitude ou intenção de comportamento ou, inclusive, a observação do comportamento do participante em uma situação específica. Em geral, se a categoria foi efetivamente ativada, se a variável dependente possui relação coerente com o *priming* e se houve garantia de boa validade interna do experimento, o processo automático é avaliado pelo efeito produzido na variável dependente. Desconheço qualquer tipo de manual que sintetize todos os possíveis tipos de *priming* relatados na literatura da área, mas há um capítulo de livro, relativamente antigo, que faz uma classificação dos tipos de *priming* e apresenta protocolos de uso na aplicação de algumas técnicas (Bargh & Chartrand, 2000).

Mais recentemente, estudos em cognição social também têm buscado evidências de efeitos automáticos que a ativação de conceitos corpóreos tem sobre processos cognitivos complexos (*Embodied Cognition*). A ideia básica desses procedimentos é a de que existe um processo associativo metafórico entre processos sensoriais e conceitos abstratos (Meier, Schnall, Schwarz, & Bargh, 2012). Alguns autores argumentam que a estruturação dessas metáforas corporificadas tem influência cultural (Leung, Qiu, Ong, & Tam, 2011). Dentre os efeitos que ficaram mais notórios da ativação automática de metáforas corporificadas estão a avaliação de severidade de situações por meio do peso percebido e o nível de afeição de uma pessoa em razão da sensação térmica tátil (Jostmann, Lakens, & Schubert, 2009; Williams & Bargh, 2008).

Métodos baseados em eventos do sistema nervoso central

O uso de técnicas para avaliação de respostas fisiológicas não é recente em Psicologia. A encefalografia, por exemplo, é um procedimento já em uso há várias décadas. Nos últimos anos tem crescido o interesse na interface entre neurociências e cognição social, resultando no desenvolvimento do campo chamado de neurociências sociocognitivas (Harmon-Jones & Beer, 2009; Harmon-jones & Devine, 2003). Esta aproximação de campos tem possibilitado a aplicação de procedimentos de mensuração, em geral oriundos do campo das neurociências, que potencializam, em muito, o que tem sido feito no campo de mensuração de processos implícitos. Estas medidas são muito robustas para aferição de processos automáticos, configurando-se em excelentes indicadores de validade e fidedignidade, pois sofrem pouca ou nenhuma influência dos indivíduos, consistindo em estratégia de aferição indireta bastante robusta.

Conforme descrevem Harmon-Jones e Beer (2009), são inúmeras essas técnicas, como avaliação de hormônios salivares, eletromiografia, sobressalto de piscada ocular, mensuração do sistema nervoso autônomo (e.g. atividade eletrodérmica, atividade cardiovascular e pressão sanguínea), eletroencefalografia, potenciais relativos a eventos baseados em medidas eletroencefalográficas (ERPs), estimulação transcraniana e ressonância magnética funcional (fMRI). De forma geral, os métodos listados permitem o desenvolvimento de projetos para a produção de conhecimento sobre inúmeras questões, mas por sua natureza estes métodos se constituem em estratégias eficientes de avaliação de processos afetivos e, conseqüentemente, automáticos.

O uso de diferentes tipos de estratégias, como as descritas neste texto, de forma simultânea na mesma ação de investigação tem sido algo cada vez mais corriqueiro e relevante para o desenvolvimento do campo da cognição social implícita. Por exemplo, há estudos que procuram avaliar o funcionamento cerebral por meio de ERPs, ao mesmo tempo em que submetem o participante a um Teste de Associação Implícita, relevando o padrão de funcionamento cerebral relacionado à atitude implícita (J. K. Williams & Thermanon, 2011). Outros estudos têm buscado

testar o efeito que a ativação de categorias via *priming* exerce sobre a mensuração do sistema nervoso autônomo (Chao et al., 2007). Tem-se notado um esforço no campo da cognição social no mesclar do uso de técnicas dos dois primeiros tipos (*i.e.* tempos de reação e *priming*) com medidas de neurociências sociocognitivas. Isto também tem se tornado verdadeiro com o uso de técnicas mais populares de mapeamento cerebral, como é o caso da ressonância magnética funcional (fMRI). Essa interseção traz inúmeras possibilidades de acesso aos processos automáticos, produzindo inovações relevantes para a compreensão teórica e metodológica da cognição social humana.

Considerações Finais

As estratégias de mensuração de processos implícitos têm sido amplamente empregadas na Psicologia Social. Outras áreas da Psicologia têm iniciado um uso intensivo destas estratégias, como a Psicologia da Personalidade para avaliação de diferenças individuais, baseadas, principalmente, em medidas de tempo de reação. Não tenho notado um esforço sistemático para o uso desses procedimentos para a avaliação de fenômenos no campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho. Graças às possibilidades de avaliação de processos afetivos, o uso de técnicas de mensuração implícita seria muito útil para avaliar vários constructos clássicos e emergentes em Psicologia Organizacional, principalmente aqueles de base afetiva, como as atitudes no trabalho.

Ainda que não comentado até este momento, as estratégias de avaliação de processos implícitos trazem outra vantagem metodológica muito relevante: são mais resistentes à desejabilidade social. Instrumentos de medida explícita, como os tradicionais instrumentos psicométricos de avaliação de atitudes e personalidade, são consideravelmente sujeitos ao problema do participante responder aquilo que ele julga que o pesquisador quer ouvir e não aquilo que ele tem a dizer. Por sua natureza indireta as estratégias de avaliação implícita eliminam de forma considerável este problema, permitindo acessar informações impossíveis de serem acessadas por instrumentos explícitos.

De forma geral, o campo da discussão teórica e metodológica sobre a avaliação de processos implícitos tem avançado rapidamente nas últimas décadas. Há uma quantidade enorme de publicações recentes sobre estes procedimentos. Obviamente que estas técnicas não se tratam de uma panaceia para a mensuração em Psicologia Social, mas se constituem em recursos indispensáveis para o bom desenvolvimento teórico das diversas áreas da Psicologia. É urgente o envolvimento de mais pesquisadores brasileiros na temática, uma vez que uma quantidade muito pequena está trabalhando com esses procedimentos, o que acarreta em uma formação muito restrita de novos pesquisadores. Este cenário precisa mudar, de forma a garantir acesso às técnicas e à formação de novos alunos no uso dos procedimentos descritos no presente artigo.

De forma geral, espero que este texto sirva como uma breve introdução ao tema e que o leitor venha a se interessar por buscar nas fontes aqui citadas e em outras informações para poder se especializar neste campo.

Abordagens Metodológicas em Trabalho e Saúde Psíquica⁴

Este texto é uma síntese da apresentação no Simpósio PROCAD, pretendendo analisar os dilemas sobre as concepções de saúde-doença na Saúde Coletiva e suas implicações para as investigações sobre trabalho e saúde psíquica, particularmente para as abordagens metodológicas. Assim, são discutidas as questões que envolvem as estratégias metodológicas: a) os instrumentos; b) a coleta de dados; c) a análise de dados.

4 Esta seção se refere à comunicação de Sônia Regina Pereira Fernandes

Concepções de saúde – doença

Ao analisar as estratégias metodológicas adotadas em trabalho e saúde, deve-se, inevitavelmente, fazer uma reflexão sobre as questões que antecedem essas escolhas metodológicas. Assim, inicialmente temos de refletir sobre as concepções de saúde e doença na Saúde Coletiva, que trazem profundas repercussões para as abordagens metodológicas desses estudos.

O conceito de saúde, além de complexo, tem demonstrado ser de difícil aproximação, e ocorrem problemas no estabelecimento dos seus indicadores. Segundo Almeida-Filho (2010), o conceito de saúde ainda é um ponto cego paradigmático no âmbito da ciência epidemiológica. Nessa direção, ele considera que as ciências do campo da saúde ainda não construíram, conceitualmente, o objeto Saúde, havendo uma preocupação muito forte na construção de modelos biomédicos de patologia. Salienta, desse modo, que as análises devem ir além do foco da presença ou da ausência de patologias ou lesão, devendo considerar a questão do grau de severidade das doenças e as complicações resultantes, bem como a repercussão sobre a qualidade de vida dos sujeitos.

A *saúde* tem sido considerada como o oposto da doença, sendo definida a partir da ausência de sinais e sintomas. Tradicionalmente, as concepções de saúde têm focalizado a ausência de doença e, nessa perspectiva, como assinala Almeida-Filho (2010), saúde tem sido considerada como atributo dos não doentes, entre os expostos e os não expostos a fatores de risco, em dada população definida.

É importante mencionar que a noção de doença parece ser atravessadora nas análises da Saúde Coletiva e, inevitavelmente, contamina os estudos que focalizam Trabalho e Saúde Psíquica, pois têm, na Saúde Coletiva, a sua matriz teórico-conceitual. Assim, mediante os desafios impostos, é possível assinalar a necessidade de avaliar positivamente os níveis de salubridade de dada população, bem como a construção e/ou descrição de indicadores de saúde. Nessa direção, visando atender a essa necessidade, urge uma nova agenda de estudos e a possibilidade de se incorporar a perspectiva teórico-conceitual da Psicologia Positiva, desenvolvendo estratégias metodológicas que atendam às especificidades deste segmento da população – trabalhadores inseridos ocupacionalmente.

O conceito de bem-estar subjetivo emerge da Psicologia Positiva, incorpora a satisfação com a vida e os afetos como elementos de análise e é considerado como uma das dimensões da Saúde Mental (Diener & Seligman, 2002; Dinner, Lucas, & Oishi, 2009, Giacomoni, 2004). Segundo Galinha e Ribeiro (2005), o bem-estar subjetivo, embora seja complexo, é um conceito positivo de saúde e abrange tanto a dimensão cognitiva como a dimensão afetiva e os respectivos afetos – positivos e negativos.

É necessário, também, assinalar que a adoção dessa nova agenda incorpora outra ordem de dificuldades, uma vez que lida com um constructo que emerge de elementos subjetivos e de difícil avaliação. Essa dimensão subjetiva contempla representações de aspectos, entre os quais, bem-estar, felicidade, amor, prazer, realização pessoal.

Na atualidade, ocorre a construção de indicadores de salubridade, tanto na perspectiva de saúde em geral, como na saúde psíquica, que é o nosso foco. Esses são os desafios, principalmente para nós, psicólogos, pois nos deparamos com um *modelo* insuficiente para explicar as questões que permeiam o eixo trabalho-saúde.

Tentando buscar novas respostas para desconfortáveis questões, estamos incorporando o desenvolvimento teórico-conceitual advindo da Psicologia Positiva e focalizando os elementos vinculados ao bem-estar na tentativa de responder à questão: o que acontece ou o que tem

sido associado aos trabalhadores que permanecem saudáveis nos contextos ocupacionais/ organizacionais? É importante mencionar que a problemática na esfera teórico-conceitual em trabalho-saúde psíquica também tem reflexos nas suas abordagens metodológicas nessa subárea.

Dilemas nas abordagens metodológicas

Desenho, instrumentos e coleta de dados

Os estudos em trabalho e saúde psíquica tendem a adotar os desenhos e estratégias metodológicas oriundos da medicina, com delineamentos que vão de menor controle e maior profundidade, como história de vida e estudos de caso, a desenhos com um escopo intermediário em relação ao controle e à profundidade, a exemplo dos estudos de corte transversal.

A tendência observada na subárea trabalho e saúde psíquica tem sido a adoção de estudos de corte transversal, também denominados de corte seccional, descrição instantânea do fenômeno. Assim, essa descrição do fenômeno não tem a pretensão de identificar a sua etiologia.

Quanto aos instrumentos de avaliação, geralmente são autoaplicados e de autorrelatos. Utilizam-se informantes-chave em populações específicas de trabalhadores ou “estudo censitário” em dada organização de trabalho, onde todos os trabalhadores são elegíveis.

Os instrumentos, geralmente, são escalas e inventários usados para *screening* de doença/sintomas. Neste sentido, pode-se observar a incorporação de estratégias metodológicas do modelo médico na avaliação e, a partir do resultado obtido, realiza-se uma grosseira aproximação do *status* (conceito) de saúde. Nessa perspectiva, são adotados os indicadores de ocorrência de doença – morbidade – mediante medida de prevalência.

Na avaliação de saúde psíquica, os instrumentos comumente utilizados são: a) SRQ-20 – *Self Report Questionnaire* (Mari & Williams, 1986); b) GHQ-12 General Health Questionnaire (Goldberg, 1992, 1992); c) QSG (Questionário de Saúde Geral – versão original GHQ-60 de Goldber e validado no Brasil por Pasquali, 1996).

O SRQ-20 é um *checklist* de 20 sintomas com um escala bimodal (sim/não) e que adota um ponto de corte 7, a partir do qual há suspeição para transtornos psíquicos menores. Foi um instrumento bastante utilizado, nas décadas de 1970 e 1980, pela Organização Mundial de Saúde para *screening* de saúde psíquica da população em geral. Contudo, como fica esse instrumento ao ser aplicado para uma população específica – trabalhadores inseridos?

Na tentativa de responder a essa indagação, Fernandes e Almeida-Filho (1997) validaram o SRQ-20 para estudos com trabalhadores inseridos no segmento de informática. Assim, realizaram uma validação tipo pragmática, realizando simultaneamente entrevistas psicológicas e aplicação do SRQ-20. Neste sentido, a opção pelo ponto de corte 7 na escala do SRQ-20 não apresentou um bom desempenho geral em termos de validade, sensibilidade e valor preditivo positivo. Entretanto, reduzindo o ponto de corte para 5, o instrumento apresentou uma melhoria para identificar os casos positivos. Então, sugeriu-se a redução do ponto de corte para 5 ao se aplicar o SRQ-20 em trabalhadores.

É necessário salientar que os demais instrumentos GHQ-12 e QSG, já validados para a população geral, também precisam ser validados para a população específica de trabalhadores a fim de um melhor refinamento, em termos de especificidade e de validade.

Quanto aos instrumentos de bem-estar, que foram mais recentemente incorporados aos estudos dessa subárea: a) BES (Albuquerque & Tróccoli, 2004) e b) BET (Siqueira & Padovam, 2006), além da questão teórico-conceitual envolvida no construto bem-estar, devem-se considerar

os mesmos aspectos já indicados quanto à validade desses instrumentos.

Em relação à categoria trabalho, existe um desenvolvimento considerável de instrumentos para a sua avaliação que são plenamente reconhecidos, entre os quais JDS (Hackman & Oldman, 1975) e JCI (Sims, Szilagyi, & Keller, 1976).

Sobre a coleta de dados, nos estudos organizacionais adota-se o critério da acessibilidade. Os participantes dos estudos, então, são voluntários, o que pode gerar uma forte distorção aos resultados, funcionando como uma real fonte de erro. Outro aspecto diz respeito ao fato da coleta de dados dessas investigações ser feita no próprio local de trabalho dos participantes, o que pode gerar *bias* de informação em virtude de o trabalhador tender a avaliar mais positivamente os aspectos da sua saúde, ou seja, mascarar o adoecimento.

Análise de dados

Quanto à análise, um dos problemas diz respeito à passagem do plano do indivíduo para o coletivo. Então, a nossa unidade de análise no eixo trabalho-saúde é o coletivo dos trabalhadores, entretanto a avaliação da saúde é no plano do indivíduo. Nesse sentido, a avaliação é do *indivíduo*, e a análise é realizada considerando o *grupo*.

Os modelos de análise geralmente adotam as análises descritivas, análises fatoriais exploratórias (dimensões trabalho) e poucos estudos adotam análises multivariadas.

Finalmente, o denominado “efeito trabalhador sadio”, discutido na literatura por Monson (1983) e Thiele e Enderlei (1986) a partir de achados que identificaram menores indicadores de ocorrência de doenças (incidência e prevalência) em trabalhadores inseridos ocupacionalmente do que na população em geral. Em estudo realizado por Fernandes (1997), esse efeito também foi identificado, uma vez que as prevalências de sintomas psicológicos foram menores do que os observados na população em geral. Esse fato pode ser atribuído aos inúmeros processos seletivos a que esse segmento populacional é submetido, como o processo de seleção para admissão no emprego e a avaliação de desempenho. Além desses aspectos, sabe-se que as pessoas que são mantidas no pleno emprego são as que são consideradas sadias psicologicamente. Então, esse processo pode contaminar os resultados obtidos sobre trabalho e saúde, uma vez que é possível que as pessoas inseridas nos contextos de trabalho estejam com melhores níveis de saúde do que a população geral.

Conclusões

Os principais dilemas e contradições que permeiam as concepções de saúde-doença são refletidos nas abordagens metodológicas sobre trabalho-saúde. Assim, saúde tem sido considerada, na maioria dos estudos, como ausência de doença/sintomas. Uma nova agenda torna-se necessária, especialmente a partir dos desenvolvimentos teóricos da Psicologia Positiva. A construção de instrumentos para avaliação da saúde e a sua validação para trabalhadores se impõem como uma necessidade para a subárea. É fundamental que sejam revistos os critérios de elegibilidade dos participantes dos estudos e o local da coleta de dados. Finalmente, análises mais específicas, que considerem com melhor propriedade a passagem do plano do indivíduo para o coletivo, são norteadoras para avanços metodológicos nessa temática.

Considerações finais

O objetivo do presente artigo foi o de apresentar um panorama sobre a diversidade de abordagens metodológicas que caracterizam a pesquisa em Cognição Social, Psicologia do Trabalho

e Saúde Psíquica, desenvolvidos a partir de diferentes posições teóricas, sem desconsiderar os temas clássicos das respectivas áreas. Parte do que pode ser observado pelo conteúdo das discussões é que existe um bom progresso no desenvolvimento de abordagens metodológicas na Psicologia Social e do Trabalho no Brasil, especialmente quando se verifica a qualidade de pesquisa empírica realizada nos últimos 30 anos. Contudo, talvez haja uma necessidade premente de que os pesquisadores brasileiros diversifiquem seus métodos de pesquisa, partindo da realidade atual em direção ao uso de abordagens multimetodológicas, referentes a grandes amostras provenientes das diferentes subculturas descritas por Ribeiro (1997). Essa tendência permitiria a interpretação de similaridades e diferenças entre as subculturas brasileiras. Dado o tamanho do país e sua grande diversidade cultural e regional, o Brasil apresenta uma vocação ideal para tais comparações.

As abordagens metodológicas da Psicologia Social e do Trabalho se beneficiam de teorizações oriundas dos grandes sistemas psicológicos, mas também apresentam teorizações próprias desenvolvidas a partir das pesquisas realizadas pelos pesquisadores brasileiros. Parece existir um problema causado por um interesse crescente em novas áreas e um decorrente abandono ou falta de acumulação sistemática de conhecimento em áreas mais “tradicionais”. Van der Vijver e Leung (2000) observaram, na década passada, um maior desenvolvimento, em escala mundial, da Psicologia aplicada ao estudo transcultural e, especialmente, nas pesquisas sobre individualismo-coletivismo. Não parece ser essa a realidade da produção brasileira. O campo ainda apresenta microteorias, não desenvolvendo estudos pretensivos de comparação global para a explicação do comportamento humano no contexto social. Contudo, vários fenômenos psicossociais foram identificados e analisados, enfatizando os fatores que o influenciam.

Nas últimas quatro décadas a Psicologia Social tem sido predominantemente influenciada pela psicologia social-cognitiva, que avalia os fenômenos sociais sob a perspectiva individual. Em uma das chamadas “crises da Psicologia Social”, nos anos 1960 e 1970, os estudos se envolveram mais com fenômenos que abarquem a interação e relação entre os indivíduos. Essa crise consistiu em uma crítica e autocritica dos psicólogos sociais acerca da validade dos métodos utilizados nas suas pesquisas, preponderantemente experimentais, da relevância social de seus resultados, além da ética envolvida em alguns dos seus experimentos. No caso da Psicologia do Trabalho e Saúde Psíquica, é importante ressaltar que na maioria das vezes a saúde tem sido considerada apenas como *ausência* de doença, o que acaba por ignorar as valiosas contribuições da chamada Psicologia Positiva. Além disso, conforme já apresentado aqui por Fernandes, há a necessidade de desenvolvimento de análises mais específicas, que incluam a passagem do nível individual para o grupal.

No Brasil, até os anos de 1970, predominou a influência da psicologia “psicológica” (Sampson, 1988) estadunidense, de modo semelhante ao que ocorreu em toda a América Latina. Por exemplo, e no caso da Psicologia Social, uma das obras mais adotadas nos cursos de graduação durante esse período, e que expressa essa tendência, é o livro *Psicologia Social*, de autoria de Aroldo Rodrigues e publicado pela primeira vez em 1972. Seu autor foi também o responsável pelo desenvolvimento de uma profícua linha de pesquisa em psicologia social psicológica no país, a qual foi divulgada em uma série de artigos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros, ao longo dos anos de 1970 e 1980. Para Bomfim (2003), as abordagens metodológicas de pesquisa são marcadas por duas tendências em oposição, representadas por Aroldo Rodrigues e José Augusto Dela Coleta (empiristas, com uma abordagem experimental-cognitiva interessada em processos individuais relacionados ao contexto social) e Silvia Lane (marxista e sócio-histórica). As discordâncias teóricas e metodológicas presentes nesse campo evidenciaram não apenas posições antagônicas em relação a temas importantes na Psicologia, como também deram visibilidade a alguns autores que representavam essas rivalidades.

Alguns dos temas considerado típicos em Psicologia inspiraram a proliferação de estudos realizados no país, que, mesmo perseguindo fenômenos diferentes (e.g., Influência Social, Preconceito e Discriminação), são marcados por uma similaridade: a influência de uma cultura individualista. A partir das propostas históricas de Freud e William James, de inconsciente e habilidade, respectivamente, nasceram duas tradições de pesquisa (Wegner & Bargh, 1998). A primeira é relacionada fundamentalmente ao estudo inconsciente, ou seja, ao estudo por meio de *priming*, enquanto a segunda se refere à resolução de problemas comparando as diferentes habilidades de fazê-lo. Todavia, parece não haver uma referência na literatura que tenha feito uma ponte histórica das influências das diferentes tradições de pesquisa no estudo do fenômeno de acessibilidade (Pérez-Nebra, 2010).

Talvez possa-se considerar que um esforço de construção de ligações entre diferentes tradições de pesquisa está sendo feito pelo crescente movimento da Psicologia Positiva (e.g. Warr, 2007), que se debruça sobre os aspectos positivos da experiência humana. Todavia, vale ressaltar que ainda não há um consenso sobre a definição de uma das principais variáveis de interesse desse movimento: o bem-estar do indivíduo. Embora pareça claro que o trabalho seja componente fundamental para a construção do bem-estar, poucos são os modelos teóricos e pesquisas empíricas sobre este construto e seus antecedentes. As duas principais correntes no campo de estudo do bem-estar (o *bem-estar subjetivo* de Diener; e o *bem-estar psicológico* de Ryff) se complementam neste sentido. A primeira corrente, de visão hedonista (Diener, 1984), conceitua o bem-estar a partir das dimensões de afeto positivo, negativo e de satisfação com a vida, enquanto a segunda (Ryff, 1989) entende a eudaimonia como condição suficiente, mas não necessária para o bem-estar hedônico (Waterman, 1993). Assim, importantes contribuições são dadas para a compreensão do indivíduo de que, no seu trabalho, expressa e desenvolve seus potenciais e avança no alcance de suas metas de vida.

As pesquisas na perspectiva da Psicologia Transcultural já sugeriam (Triandis, 1994) a tendência metodológica de se superestimar o papel dos fatores disposicionais como características evidentes de culturas individualistas (e.g., países do Norte Europeu, Estados Unidos). Pesquisas desenvolvidas com culturas mais coletivistas (e.g., China, Índia) encontraram, por exemplo, que participantes de pesquisas nessas culturas tendem a fazer atribuições mais situacionais. Segundo Morris e Peng (1994), essas diferenças se relacionam às teorias implícitas sobre o comportamento social: enquanto as culturas individualistas adotam uma teoria sobre o comportamento social centrada na pessoa, culturas coletivistas tendem a aderir a uma teoria centrada na situação.

Retomando o argumento de que a similaridade que une essas e outras abordagens metodológicas tem sua origem em países individualistas, vale discutir a proposta da Psicologia Transcultural. O simples desenvolvimento dessas pesquisas em contexto individualista traz um *viés* também individualista, que parte do próprio pesquisador, refletindo-se nos sujeitos recrutados para as pesquisas, na escolha de método utilizado e até mesmo no próprio fenômeno estudado. Se a cultura pode ser entendida como uma lente que distorce a realidade e nossa compreensão do mundo, torna-se relevante questionar até que ponto essas pesquisas e seus resultados têm aplicação direta a outros grupos de natureza distinta, como no caso do Brasil – país citado na literatura como exemplo de cultura coletivista (e.g., Triandis, 1995).

Estudos como os de Hofstede (e.g., 1993) e Schwartz (e.g., 1994) reportam que as culturas podem ser entendidas em termos de significados e que, por isso, é apropriado estudá-las por meio da avaliação dos valores de amostras representativas de membros de cada cultura. Vale reforçar, porém, que o fato de duas nações se diferenciarem em termos de uma dada dimensão não justifica a conclusão de que quaisquer dois membros dessas culturas irão se diferenciar da mesma maneira. O nível de análise cultural não pode, assim, ser transposto para o nível de

análise individual. Além disso, as pesquisas de Hofstede e Schwartz demonstraram a existência de significados consistentes entre culturas. As polaridades que emergiram do estudo de Schwartz (conservadorismo *versus* autonomia; domínio e hierarquia *versus* igualitarismo) podem ser entendidas como fortes reminiscências das dimensões de Hofstede de individualismo-coletivismo e distância do poder, respectivamente.

Vale lembrar, porém, que tais manifestações culturais são puramente relacionais. O Brasil, por exemplo, pode ser considerado como coletivista em relação aos Estados Unidos, mas, seguramente, é individualista quando comparado a nossa vizinha Colômbia (Hofstede, 1984). Já na teoria de Schwartz, quando comparado à Europa Ocidental, o Brasil tem altos escores em Hierarquia e baixos em Autonomia Intelectual. Quando comparado aos Estados Unidos, o Brasil também apresenta maiores escores em Autonomia Intelectual, com os EUA apresentando maiores escores em Autonomia Afetiva. A dimensão de Domínio parece ser maior para os EUA, enquanto o Brasil apresenta um maior escore para Harmonia. Todavia, quando comparado a países da Ásia, África e Oriente Médio, o Brasil apresenta uma posição praticamente inversa. Esse tipo de comparação é o mote da Psicologia Transcultural e representa uma abordagem que vem ganhando reconhecimento na comunidade acadêmica brasileira. Os psicólogos transculturais, tradicionalmente, trabalham com ferramentas tais como questionários, escalas e entrevista/observação estruturada, têm uma predominância quantitativa nas suas análises e opções metodológicas as quais, com uma orientação empírica, objetivam o teste de diferenças entre amostras de nações e/ou grupos étnicos. Tipicamente, procura-se nesta abordagem o estabelecimento da variância explicada por valores culturais. Essas pesquisas se diferenciam daquelas da Psicologia Intercultural, no sentido de que os representantes do segundo grupo estão mais preocupados com a relação interpessoal entre membros de diferentes grupos culturais. Já as pesquisas voltadas para a Psicologia Cultural têm uma preocupação maior com os processos por meio dos quais a cultura é transmitida entre os membros do grupo.

Juntas, o que essas pesquisas e abordagens demonstram é que há a urgente necessidade de se exercitar a habilidade da tradução ao buscar os conhecimentos da Psicologia. Mas não a tradução da língua inglesa, que, afinal de contas, pode ser considerada como a *língua franca* da área, ou o Latim dos nossos tempos. O que é necessário é uma tradução *Cultural*. Nem tudo o que se lê e estuda pode ser diretamente aplicado a nossa realidade. Nem tudo que é produzido no, aproximadamente, um quinto do mundo que é individualista é diretamente aplicável aos quatro quintos restantes do mundo, que é coletivista.

Referências

- Aarts, H., Dijksterhuis, A., & Custers, R. (2003). Automatic Normative Behavior In Environments: The Moderating Role Of Conformity In Activating Situational Norms. *Social Cognition, 21*(6), 447–464. doi:10.1521/soco.21.6.447.28687
- Albuquerque, A. S., & Tróccoli, B. T. (2004) Desenvolvimento de uma escala de bem-estar subjetivo. *Psicologia, Teoria e Pesquisa, 20*, 153-164. doi:10.1590/S0102-37722004000200008
- Almeida-Filho, N. (1989). *Epidemiologia sem números: uma introdução crítica à ciência epidemiológica*. Rio de Janeiro: Campus.
- Almeida-Filho, N. (2000). O conceito de saúde ponto-cego da epidemiologia. *Revista Brasileira de Epidemiologia, 3*(1), 4-20. doi: 10.1590/S1415-790X2000000100002.
- Bar-Anan, Y., & Nosek, B. A. (2012). A Comparative investigation of seven implicit measures of social cognition. *SSRN Electronic Journal, 1–60*. doi:10.2139/ssrn.2074556

- Bargh, J. A., & Chartrand, T. L. (2000). Studying the mind in the middle: A practical guide to priming and automaticity research. In H. T. Reis & C. M. Judd (Orgs.), *Handbook of research methods in social psychology*. (pp. 253-285). New York: Cambridge University Press.
- Bargh, J. A., Chen, M., & Burrows, L. (1996). Automaticity of social behavior: direct effects of trait construct and stereotype-activation on action. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71(2), 230–44. doi:10.1037/0022-3514.71.2.230
- Bomfim, E. M. (2003). Contribuições para a história da psicologia no Brasil. In: A. M. Jacó-Vilela, M. L. Rocha, & D. Mancebo (Orgs.), *Psicologia social: Relatos na América Latina*. (pp. 123-144). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Buhrmester, M. D., Blanton, H., & Swann, W. B. (2011). Implicit self-esteem: nature, measurement, and a new way forward. *Journal of Personality and Social Psychology*, 100(2), 365–85. doi:10.1037/a0021341
- Chao, M. M., Chen, J., Roisman, G. I., & Hong, Y. (2007). Essentializing Race. *Psychological Science*, 18(4), 341–348. doi: 10.1111/j.1467-9280.2007.01901.x
- Diener, E. (1984). Subjective well-being. *Psychological Bulletin*, 95(3), 542-575. doi:10.1037/0033-2909.95.3.542
- Diener, E. & Seligman, M. E. P. (2002) Very happy people. *Psychological Science*, 13, 81-84. doi: 10.1111/1467-9280.00415
- Diener, E., Oishi, S., & Lucas, R. E. (2009). Subjective well-being: The science of happiness and life satisfaction. In C. R. Snyder & S. J. Lopez (Orgs.), *The handbook of positive psychology* (2nd ed., pp. 187-194). New York: Oxford University Press.
- Dijksterhuis, A. (2004). Think different: the merits of unconscious thought in preference development and decision making. *Journal of personality and social psychology*, 87(5), 586–98. doi:10.1037/0022-3514.87.5.586
- Dijksterhuis, A., & Aarts, H. (2010). Goals, attention, and (un)consciousness. *Annual review of psychology*, 61, 467–90. doi:10.1146/annurev.psych.093008.100445
- Evans, J. S. B. T. (2008). Dual-processing accounts of reasoning, judgment, and social cognition. *Annual review of psychology*, 59, 255–78. doi:10.1146/annurev.psych.59.103006.093629
- Fazio, R. H., Jackson, J. R., Dunton, B. C., & Williams, C. J. (1995). Variability in automatic activation as an unobtrusive measure of racial attitudes: a bona fide pipeline? *Journal of personality and social psychology*, 69(6), 1013–27. doi:10.1037/0022-3514.69.6.1013
- Ferguson, M. J., & Bargh, J. A. (2004). How social perception can automatically influence behavior. *Trends in Cognitive Sciences*, 8(1), 33–39. doi:10.1016/j.tics.2003.11.004
- Fernandes, S. R. P. (2007). Tecnologia Informática e Saúde Psíquica: dimensões psicossociais do trabalho e sintomas psicológicos. (Tese de doutorado não publicada). Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Fernandes, S. R. P. & Almeida-Filho, N. (1997). Validação do SRQ-20 em amostra de trabalhadores de informática. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 24 (89/90), 105-112.
- Fiske, S. T., & Taylor, S. E. (2008). *Social cognition: From brains to culture* (1st ed., p. 540). New York: McGraw-Hill.
- Galinha I. & Ribeiro, J. L. (2005). História da evolução do conceito de bem-estar subjetivo. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 6(3), 203-214.
- Giacomoni, C.H. (2004). Bem-estar subjetivo: base da qualidade de vida. *Temas de Psicologia*, 12,

1401-1410.

- Goldberg, D. P. (1972). *The detection of psychiatric illness by questionnaire: A technique for the identification and assessment of non-psychotic psychiatric illness*. London: Oxford University Press.
- Goldberg, D. P. & Huxley, P. (1992). *Common mental disorders: a bio-social model*. London: Tavistock.
- Greenwald, a G., McGhee, D. E., & Schwartz, J. L. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: the implicit association test. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(6), 1464–80. doi:10.1037/0022-3514.74.6.1464
- Hackman, J. R. & Oldman, G.R. (1975). Development of the job diagnostic survey. *Journal of Applied Psychology*, 60(2), 159-170. doi: 10.1037/h0076546
- Harmon-Jones, E., & Beer, J. S. (2009). Introduction to social and personality neuroscience methods. In E. Harmon-jones & J. S. Beer (Orgs.), *Methods in social neuroscience* (pp. 1–9). New York: The Guilford Press.
- Harmon-jones, E., & Devine, P. G. (2003). Introduction to the special section on social neuroscience : Promise and caveats. *Journal of Personality*, 85(4), 589–593. doi:10.1037/0022-3514.85.4.589
- Herring, D. R., White, K. R., Jabeen, L. N., Hinojos, M., Terrazas, G., Reyes, S. M., Taylor, J. H., et al. (2013). On the automatic activation of attitudes: A quarter century of evaluative priming research. *Psychological Bulletin*. doi:10.1037/a0031309
- Hofstede, G. (1984). The cultural relativity of the quality of life concept. *Academy of Management Review*, 9, 389-398. doi:10.2307/258280
- Hofstede, G. (1993). Cultural constraints in management theories. *Academy of Management Executive*, 7, 81-94. doi: 10.5465/AME.1993.9409142061
- Houwer, J. De, & Moors, A. (2010). Implicit measures: Similarities and differences. In B. Gawronski & B. K. Payne (Orgs.), *Handbook of implicit social cognition: measurement, theory, and applications* (pp. 176–195). New York: Guilford.
- Jostmann, N. B., Lakens, D., & Schubert, T. W. (2009). Weight as an embodiment of importance. *Psychological science*, 20(9), 1169–74. doi:10.1111/j.1467-9280.2009.02426.x
- Kahneman, D. (2011). *Thinking, fast and slow* (1st ed., p. 512). New York: Farrar, Strauss and Giroux.
- Leung, A. K. -y., Qiu, L., Ong, L., & Tam, K.-P. (2011). Embodied cultural cognition: situating the study of embodied cognition in socio-cultural contexts. *Social and Personality Psychology Compass*, 5(9), 591–608. doi:10.1111/j.1751-9004.2011.00373.x
- Loersch, C., & Payne, B. K. (2011). The Situated Inference Model: An integrative account of the effects of primes on perception, behavior, and motivation. *Perspectives on Psychological Science*, 6(3), 234–252. doi:10.1177/1745691611406921
- Maio, G. R., Pakizeh, A., & Rees, K. J. (2009). Changing, priming, and acting on values : Effects via motivational relations in a circular model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 97(4), 699 –715. doi:10.1037/a0016420
- Mari, J.J., & Willians. P. (1986). A validaty study of a psychiatric screening questionnaire (SRQ-20) in primary care in the city São Paulo. *Br J Psyquiatriy*, 148, 23-26. doi: 10.1192/bjp.148.1.23
- Meier, B. P., Schnall, S., Schwarz, N., & Bargh, J. a. (2012). Embodiment in social psychology. *Topics in cognitive science*, 4(4), 705–16. doi:10.1111/j.1756-8765.2012.01212.x

- Meissner, F., & Rothermund, K. (2013). Estimating the contributions of associations and recoding in the Implicit Association Test: the ReAL model for the IAT. *Journal of Personality and Social Psychology*, *104*(1), 45–69. doi:10.1037/a0030734
- Monson, R. R. (1983). *Occupational epidemiology*. Florida (USA): Press Inc. Boca Raton
- Morris, M. W., & Peng, K. (1994). Culture and cause: American and Chinese attributions for social and physical events. *Journal of Personality and Social Psychology*, *67*, 949-971. doi: 10.1037/0022-3514.67.6.949
- Nosek, B. a, Hawkins, C. B., & Frazier, R. S. (2011). Implicit social cognition: from measures to mechanisms. *Trends in cognitive sciences*, *15*(4), 152–9. doi:10.1016/j.tics.2011.01.005
- Pasquali, L., Gouveia, V.V, Adriola. W. B, Miranda, F.J., & Ramos, A. L. (1996). *Questionário de Saúde Geral de Goldberg*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pérez-Nebra, A. R. (2010). *Consumo de beleza: um estudo da relação entre automatismo e comportamento*. (Tese de doutorado não publicada). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Perugini, M., Conner, M., & Gorman, R. O. (2011). Automatic activation of individual differences : A test of the gatekeeper model in the domain of spontaneous helping. *European Journal of Personality*, *25*(6), 465-476. doi:10.1002/per
- Perugini, M., & Prestwich, A. (2007). The Gatekeeper : Individual differences are key in the chain from perception to behavior. *European Journal of Personality*, *21*(3), 303–317. doi:10.1002/per
- Rabelo, A. L. A., Hees, M. A. G., & Pilati, R. (2012). A moderação da prosocialidade entre o priming e a intenção de gentileza. *PSICO*, *43*(2), 163–173.
- Ribeiro, D. (1997). *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ryff, C. D. (1989). Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, *57*(6), 1069-1081. doi: 10.1037/0022-3514.57.6.1069
- Sampson, E. E. (1988). The debate on individualism: Indigenous psychologies of the individual and their role in personal and societal functioning. *American Psychologist*, *43*, 15-22. doi: 10.1037/0003-066X.43.1.15
- Schröder, T., & Thagard, P. (2013). The affective meanings of automatic social behaviors: Three mechanisms that explain priming. *Psychological review*, *120*(1), 255–80. doi: 10.1037/a0030972
- Schwartz, S. H. (1994). Beyond individualism/collectivism: New dimensions of values. In: U. Kim, H. C. Triandis, C. Kagitçibasi, S. C. Choi, & G. Yoon (Orgs.), *Individualism and collectivism: Theory application and methods*. Newbury Park, CA: Sage.
- Sims, C.A., Szilagy, A, & Keller, R. (1976). The measurement of job characteristics. *Academy of manager Journal*, *19*(2), 195-212. doi: 10.2307/255772
- Siqueira, M. M. M., Padovam, V. A. R., Chiuzi, R. M., Covacs, J. M. L. de M. A. (2006). Interface bem-estar subjetivo e bem-estar no trabalho. *Congresso Nacional de Psicologia da Saúde*, Faro, Portugal.
- Smeesters, D., Wheeler, S. C., & Kay, A. C. (2010). *Indirect prime-to-behavior effects : The role of perceptions of the self , others , and situations in connecting primed constructs to social behavior*. *Advances in Experimental Social Psychology* (1st ed., Vol. 42, pp. 259–317). Elsevier

Inc. doi:10.1016/S0065-2601(10)42005-5

- Srull, T. K., & Wyer, R. S. (1979). The role of category accessibility in the interpretation of information about persons: Some determinants and implications. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37(10), 1660–1672. doi:10.1037/0022-3514.37.10.1660
- Thiele, H. & Enderlein, G. (1986). Cross-sectional studies. In M. Karvanen, & M.I. Mikheev (Orgs.) *Epidemiology of occupational health*. (pp. 135-148) Copenhagen: World Health Organization (WHO).
- Tormala, Z., Brinol, P., & Petty, R. (2006). When credibility attacks: The reverse impact of source credibility on persuasion. *Journal of Experimental Social Psychology*, 42(5), 684–691. doi:10.1016/j.jesp.2005.10.005
- Triandis, H. C. (1994). Cross-cultural industrial and organizational psychology. In H. C. Triandis, M. D. Dunnette, & L. M. Hough (Eds.). *Handbook of industrial and organizational psychology, 2nd Ed.* (Vol. 4, pp. 103-172). Palo Alto, CA: Consulting Psychologists Press.
- Triandis, H. C. (1995). *Individualism and collectivism*. Boulder, CO: Westview Press.
- Van der Vijver, F. J. R., & Leung, K. (2000). Methodological issues in psychology research on culture. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 31, 33-51. doi: 10.1177/0022022100031001004
- Warr, P. B. (2007). *Work, happiness and unhappiness*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Waterman, A. S. (1993). Two conceptions of happiness: contrasts of personal expressiveness (eudaimonia) and hedonic enjoyment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64(4), 678-691. doi: 10.1037/0022-3514.64.4.678
- Wegner, D. M., & Bargh, J. A. (1998). Control and Automaticity in Social Life. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey (Orgs.), *The handbook of social psychology* (4th ed., pp. 446-496). Boston: McGraw-Hill.
- Wentura, D. & Degner, J. (2010). A practical guide to sequential priming and related tasks. In B. Gawronski & B. K. Payne (Orgs.), *Handbook of implicit social cognition: Measurement, theory, and applications* (pp. 95–116). New York: The Guilford Press.
- Williams, J. K., & Themanon, J. R. (2011). Neural correlates of the implicit association test: evidence for semantic and emotional processing. *Social cognitive and affective neuroscience*, 6(4), 468–76. doi:10.1093/scan/nsq065
- Williams, L. E., & Bargh, J. a. (2008). Experiencing physical warmth promotes interpersonal warmth. *Science*, 322(5901), 606–7. doi:10.1126/science.1162548

Como Citar:

Torres, C., Rodrigues, R. P., & Fernandes, S. R. (2014). Abordagens metodológicas em Psicologia Social e da Saúde. *Revista Brasileira de Psicologia*, 1(2).

Introdução

Inicialmente, este artigo apresenta as questões que envolvem o campo da Psicologia da Saúde e da Psicologia Social da Saúde. Nesse sentido, são analisadas as bases conceituais e suas diferentes perspectivas. Assim, o processo saúde-doença assume um papel central no foco de análise. Destaca-se o fato que a Psicologia da Saúde incorpora o campo das práticas, mas é insuficiente para explicar os determinantes do processo saúde-doença e não possibilita explicar a capacidade de adaptação e vulnerabilidade ao adoecimento. De forma mais ampla, a Psicologia Social da Saúde tem a sua formulação a partir de aspectos teóricos, conceituais e metodológicos advindos dos dois campos (Psicologia da Saúde – Psicologia Social) e suas respectivas interfaces. Nessa direção, tenta compreender como se produziu, se mantém ou transforma o processo de saúde ou de adoecimento. Em seguida, são analisadas as concepções de saúde mental e a mudança de eixo até recentemente dominada pela noção de saúde como a ausência de doença (ausência de sinais e sintomas) inspirada no paradigma tradicional do modelo médico. É possível adotar uma perspectiva mais ampla e contemporânea de saúde mental como um estado de bem-estar físico e emocional, que incorpora tanto os afetos positivos como os negativos. Esta nova perspectiva é fortemente influenciada pela concepção da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre saúde e qualidade de vida. E, de forma particular, incorpora os desenvolvimentos teóricos da Psicologia Positiva e suas contribuições para a noção de bem-estar psicossocial. Também são apresentados estudos empíricos sobre as repercussões da exposição a situações de violência no bem-estar. E, finalmente, são indicadas as fronteiras e limitações das abordagens analisadas.

Psicologia Social e Psicologia da Saúde: Integrações Possíveis⁴

É importante mencionar que a Psicologia da Saúde refere-se a um campo da Psicologia já bem definido, figurando entre as áreas de especificação propostas pela *American Psychological Association* (APA), cuja principal característica é ser essencialmente baseado em evidências. O foco desse campo é entender como ocorre a interação entre fatores biológicos, psicológicos e sociais na determinação do processo saúde-doença (Leventhal, Weinman, Leventhal, & Phillips, 2008; Marks, Sykes, & McKinley, 2003; Sanchez, Garrido, & Álvaro, 2003). Nessa perspectiva, os interesses são direcionados para a elucidação de como um indivíduo torna-se ou mantém-se saudável (fatores de proteção), como também se dirigem as atenções para os fatores que favorecem o adoecimento, além da identificação dos aspectos que podem influenciar tanto negativa como positivamente na recuperação-restabelecimento e/ ou na promoção da saúde de indivíduos, grupos e populações.

Tais focos assumem como princípio a possibilidade de atuar preventivamente, antes que ocorra a manifestação da doença, podendo diminuir as consequências ou até mesmo evitar que se desenvolvam problemas de saúde. Simultaneamente, uma vez instalada a enfermidade, almeja-se um melhor desenvolvimento teórico e de práticas que possibilitem o processo de recuperação, estabilização ou controle da doença, bem como o desenvolvimento de estratégias e aparatos técnicos que facilitem o alcance do ajustamento psicológico satisfatório, mesmo na condição de

1 Psicóloga, doutora em saúde pública, consultora organizacional e professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia.

2 Psicólogo, professor na Universidade de Sergipe.

3 Psicóloga, doutora em psicologia e professora adjunta na Universidade Federal da Bahia.

4 Esta seção se refere à comunicação do autor André Faro.

enfermo.

Partindo dessa orientação, qual o pressuposto norteador da Psicologia da Saúde? É possível que uma resposta seja o entendimento que determinados níveis de ativação da capacidade de adaptação do organismo, bem como os modos de interação entre vários estímulos originados das dimensões social, psicológica e biológica, em um dado contexto de inserção de um indivíduo, podem propiciar o aparecimento de doenças (Gee & Payne-Sturges, 2004; Leventhal et al., 2008; Miller, Chen, & Cole, 2009). Logo, o mecanismo central, ou seja, o elo na tríade que envolve *estímulos externos*, *estímulos internos* e *repercussão sobre o organismo* pode ser concebido por meio do processo de estresse (Defur et al., 2007; Evans, 1994). O estresse seria resultante da interação do sujeito com o contexto externo e as repercussões no meio interno, sendo uma via intercomunicacional entre os estímulos internos e externos e, inevitavelmente, as reações neurofisiológicas decorrentes do processo de ajustamento aos desafios adaptativos (Bartolomucci, 2005; Santos, 2010).

É necessário destacar que, na Psicologia da Saúde, coexistem diversas abordagens e modelos para explicar o processo saúde-doença. Nesse sentido, entre as várias abordagens, uma delas tem assumido destaque no cenário atual, que prioriza as análises das *diferenças individuais* e o *cognitivismo*. Essa perspectiva busca entender como as pessoas se diferenciam na capacidade de adaptação e vulnerabilidade ao adoecimento. Seu foco não é exclusivo ao nível grupal e ao nível populacional de explicação, mas tenciona principalmente entender o que protege e expõe cada indivíduo a determinados tipos de doença (Bartolomucci, 2005; Lazarus & Folkman, 1984; Miller et al., 2009). Entende-se, assim, que com a extrapolação dos achados no nível individual, alcançar-se-ão modos de compreensão da dinâmica adaptativa em escala grupal e/ou comportamental.

A perspectiva das diferenças individuais se sustenta na análise psicossocial do adoecimento, isto é, o adoecimento decorrendo de interações complexas entre as interfaces biológica e psicológica em um determinado *locus* social de produção de saúde. Hoje, tem-se como elemento fundamental dessa perspectiva o conceito de vulnerabilidade (Defur et al., 2007; Evans, 1994; Gee & Payne-Sturges, 2004; Wilkinson, 2006), no entendimento de que a probabilidade de adoecimento oscila a depender da interação entre as variáveis psicológicas e as sociais, cujo desfecho implica alterações sobre o organismo na forma de adaptação (saúde) ou inadaptação (doença) (Defur et al., 2007; Hodge & Pless, 1994; *National Environmental Justice Advisory Council* – NEJAC, 2004; Schulz & Northridge, 2004).

Em suma, a tendência dominante na atualidade é voltada para os estudos que visam esclarecer como funciona a equação de fatores de exposição e de proteção, em uma linguagem já utilizada no campo da epidemiologia, que é a de vulnerabilidade, além de assimilar a dinâmica psicológica em maior complexidade (NEJAC, 2004). Cabe salientar que, antes dessa fase contemporânea de estudos, o destaque era dado às condições estáticas de vulnerabilidade, a exemplo das psicopatologias e da pobreza, cujos elementos de inadaptação eram cristalizados em torno de um único fator de risco, ou seja, portadores do transtorno X ou pessoas em condição Y estão mais vulneráveis para o desfecho Z.

Nessa perspectiva, surge o questionamento: como podemos identificar fatores psicológicos, sociais e/ou psicossociais que assumem a forma de aspectos de proteção ou de exposição à saúde? É possível que essas respostas possam ser encontradas ou desenvolvidas no contexto de um campo de interfaces denominado Psicologia Social da Saúde. É necessário mencionar que a Psicologia da Saúde enquanto área é mais direcionada às práticas, à identificação dos fatores de risco e à própria quantificação do risco. Nesse sentido, a Psicologia da Saúde vincula-se aos modelos teórico-conceituais da Epidemiologia Social, entretanto focaliza os aspectos psicológicos.

A Psicologia Social se insere nesse campo de estudo da saúde ao fomentar a análise da conjectura de relações que discriminam as formas como se produziu, mantém-se ou se transforma um dado *status* de saúde ou adoecimento (Santos, 2010; Schnittker & McLeod, 2005; Schwartz & Meyer, 2010). De modo sintético, seria o seguinte:

1. A Epidemiologia se encarrega de fotografar de modo transversal ou longitudinal a saúde da população, a fim de saber como ocorre a distribuição social ou o adoecimento de determinado grupo, além dos fatores a ela associados;

2. A Psicologia da Saúde busca os elementos ligados ao domínio psicológico e de interação psicossocial de indivíduos e grupos, para entender como influenciam o processo de adoecimento;

3. A Psicologia Social propõe modelos teóricos para elucidar as interinfluências, seja no desfecho “manutenção da saúde”, seja na ocorrência de variadas doenças (agudas, crônicas, infectocontagiosas, endêmicas, epidêmicas, entre outras).

A interface entre essas três áreas se estabelece na intenção de obter um retrato panorâmico e não mais pontual do processo saúde-doença. Portanto, a Epidemiologia retrata uma realidade, a Psicologia da Saúde descreve o cenário e a Psicologia Social se encarrega de criar o enredo: contar a história de como se configurou tal enquadramento.

O conceito da Psicologia Social da Saúde é a aplicação de conhecimentos e técnicas da Psicologia Social para compreender o processo saúde-doença (Santos, 2010; Schnittker & McLeod, 2005). Logo, os aportes da Psicologia Social buscam prover as investigações da Psicologia da Saúde de variadas perspectivas teóricas e empíricas, visando o detalhamento da dinâmica interacional dos fatores de proteção e exposição em nível psicológico, social e psicossocial. Importa destacar que a definição ora utilizada para o processo saúde-doença é a que trata este objeto como uma dinâmica de processos individuais e grupais interdependentes no contexto experiencial, voltado para entender como os elementos individuais (diferenças) permitem explicar o *status* de saúde da população em recortes micro (individuais) e mesossociais (grupais), favorecendo a compreensão de dinâmicas macrossociais (populacionais) no que toca à distribuição social da saúde e da doença (Conrandiopoulos, 2006; Leventhal et al., 2008; Wilkinson & Marmot, 2003).

Ao formular modelos teóricos, a Psicologia Social da Saúde explicita os modos de compreensão de como os determinantes da saúde e das doenças considerados como fatores sociais, ambientais, modos de interpretação dos eventos e a capacidade de adaptar-se às adversidades em interações sistêmicas podem provocar alterações na probabilidade de adoecimento. O processo de estresse, nesse íterim, tem sido posto como uma das principais vertentes que perpassam as subáreas da *Psicologia da Saúde* e da *Psicologia Social da Saúde*, porque ele é visto como um fenômeno que envolve o intercâmbio entre experiências externas e internas; com efeito, o seu estudo se volta para a relação entre modalidades de interpretação da realidade e a perpetuação de reações neurofisiológicas, estas que são o motor do desgaste fisiológico que leva ao desencadeamento de doenças derivadas do estresse (Evans, Hodge, & Pless, 1994; Jones & Bright, 2007; McEwen, 2008).

Na temática do estresse, outra contribuição da Psicologia Social da Saúde está vinculada ao estudo da capacidade adaptativa, que seria, nesse sentido, o equalizador dessas experiências. Teoricamente, o modelo de Santos (2010) supõe que esse equalizador seja composto por duas dimensões: o Contexto Psicossocial e os Mecanismos Psicológicos de Adaptação (Figura 1).

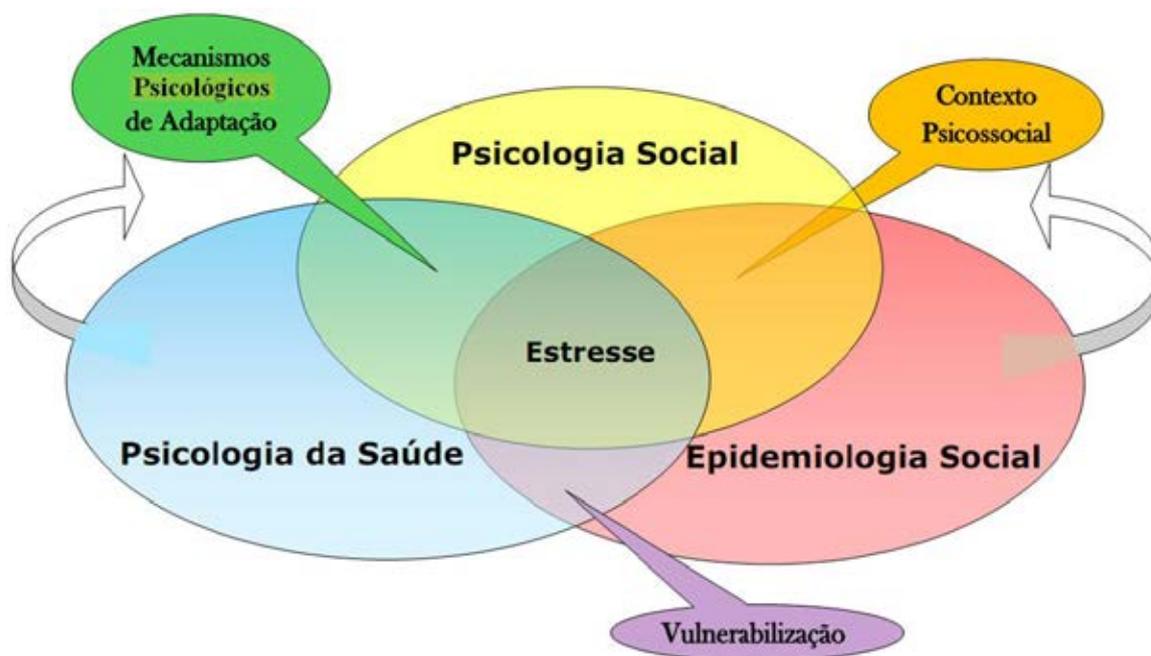


Figura 1. Estrutura teórica das prioridades de estudo da capacidade de adaptação psicossocial – Modelo de Interfaces do Estresse.

Fonte: Adaptado de Santos (2010).

O contexto psicossocial pode ser entendido como um conjunto de características que descrevem os múltiplos papéis e alocações sociais que atribuem uma posição ao sujeito na organização da sociedade, o que aponta para situações singulares de experiência social para grupos e indivíduos. A exemplo de variáveis dessa categoria, também estariam sendo incorporadas a raça, o sexo, a idade, o *status* socioeconômico, o trabalho, a religiosidade, entre outras (Santos, 2010).

Quanto aos mecanismos psicológicos de adaptação, apreendem-se como construtos que compreendem processos constitucionais e/ou cognitivos, desenvolvidos mediante a relação social ou aspectos interativos entre o aparato genético e as experiências vitais, que modificam a percepção, avaliação e interpretação dos eventos externos e/ou internos. Nesse grupo, são inseridos alguns construtos, entre os quais a percepção de controle, a valência afetiva, a resiliência, as estratégias de enfrentamento, a autoestima, o suporte social (Santos, 2010). Tanto o contexto psicossocial quanto os mecanismos psicológicos de adaptação são variáveis que contribuem para a explicação dos modos pelos quais se modificam as intensidades, probabilidades e desfechos sobre a saúde, quando da exposição aos determinantes da saúde e das doenças.

Na análise do modelo de interfaces (Figura 1), o estresse encontra-se no centro e atua como elo entre os diversos campos de estudo, sendo as áreas limítrofes entendidas da seguinte forma:

1. Entre os campos da Epidemiologia Social e da Psicologia da Saúde há o diálogo em torno da existência da vulnerabilização (quem é mais vulnerável, onde e quando?);
2. Entre a Psicologia da Saúde e a Psicologia Social ocorre um interjogo dialógico em torno dos mecanismos psicológicos de adaptação (que recursos são ativados para o enfrentamento?);
3. Entre a Epidemiologia Social e a Psicologia Social situam-se as variáveis do contexto psicossocial, isto é, como as diferenças na alocação social e a respectiva estratificação (papéis, grupos) aumentam ou diminuem a vulnerabilidade (quem é e como se insere

socialmente esse indivíduo?).

Na Figura 1, o processo do estresse torna-se o fulcro das interfaces na busca por essa equação da vulnerabilidade dos indivíduos ao adoecimento, uma lógica de estudos. Adotando o processo de estresse como foco e considerando-o enquanto fenômeno que aparece como um elo, ocorre a indagação: como o estresse entra e opera no corpo?

Na tentativa de respondê-la propõe-se o seguinte entendimento: o estresse se instala no corpo (no organismo) durante o processo de adaptação às experiências adversas e sua factibilidade se detecta por meio da gama de patologias e psicopatologias a ele relacionadas (Adler & Rehkopf, 2008; Defur et al., 2007; Monroe, 2008; Sanchez, Garrido, & Álvaro, 2003; Schulz & Northridge, 2004; Sexton & Hattis, 2007). Logo, trata-se de entender como estímulos (objetivos e subjetivos), que são decorrentes da interpretação e da experiência cotidiana, transformam-se (ou não) em elementos capazes de alterar o *status* de saúde, produzindo variabilidade na adaptação e facilitando a ocorrência de doenças (Santos, 2010).

É nesse panorama de investigações em torno da adaptação humana que a Psicologia Social pode ter uma significativa contribuição, especialmente quando assume a forma da Psicologia Social da Saúde, porque pretende estudar como os Mecanismos Psicológicos de Adaptação e o Contexto Psicossocial agem sobre o funcionamento do indivíduo (psicológico, biológico e social), ocasionando mudanças na proporcionalidade do risco de adoecer ou de manter-se saudável (Monroe, 2008; Schwartz & Meyer, 2010).

No campo das práticas e estudos do processo saúde-doença, é apresentado um resumo na Figura 2 sobre os determinantes da saúde (Marmot, 2005; Wilkinson & Marmot, 2003). Tal esquema retrata os fatores que incidem sobre o corpo, alterando o *status* adaptativo. Eles são, na ótica da Epidemiologia Social, os grandes responsáveis pelo adoecimento humano, excetuando-se as causas genéticas (Evans, 1994; Hodge & Pless, 1994; Marmot, 2005; Wilkinson & Marmot, 2003).

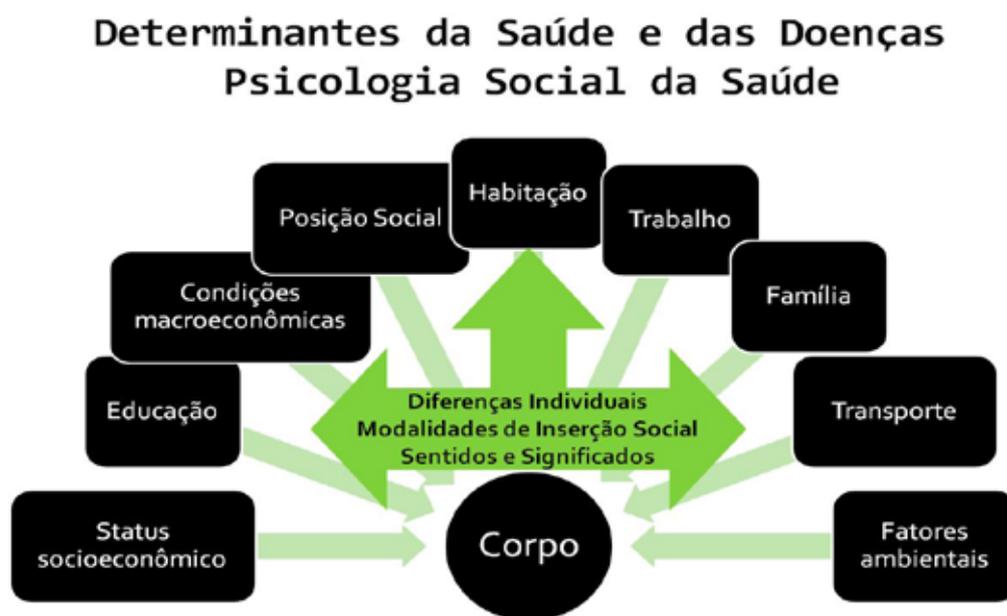


Figura 2. Determinantes da saúde e das doenças na perspectiva da psicologia social da saúde (adaptado).

Adotando-se o eixo da Psicologia Social da Saúde, acredita-se que o impacto dos

determinantes sobre o corpo não ocorre de modo direto, pois carece de explicação a forma pela qual cada um dos elementos (*status* socioeconômico, educação, condições macroeconômicas, posição social, habitação, trabalho, família, transporte e fatores ambientais) age sobre o indivíduo, e como os recursos individuais modulam as repercussões que incidem no corpo. Assim, a partir do rol de estudos envolvidos com o tema (Marmot, 2005; Wilkinson & Marmot, 2003), pode-se dizer que é sabido que cada elemento citado denota efetivo impacto. Todavia ainda não está claro como esses elementos, isoladamente ou em seu conjunto, são percebidos como adversos ou não, ou como são convertidos em elementos nocivos, neutros ou favoráveis ao ajustamento. Nesse espaço se insere a noção de que são necessárias mais pesquisas que abordem como a interpretação das experiências possui a capacidade de diferenciar condições de vulnerabilidade ao adoecimento, uma vez que nem todos os indivíduos são expostos da mesma forma e nem todos, quando expostos, reagem do mesmo modo.

Dado o exposto, acreditamos que seriam três as dinâmicas de mediação em questão:

1. A atribuição de sentidos e significados, isto é, a forma de interpretar os eventos, é considerada uma das responsáveis pela atribuição da valência afetiva aos estressores, modificando o desfecho do processo saúde-doença;
2. Modalidades de inserção social, ou seja, o montante de impacto depende do locus individual no status social;
3. As diferenças individuais, sejam constitucionais ou desenvolvimentais, alteram os moldes de suscetibilidade aos efeitos dos determinantes.

A partir da Figura 2, parece-nos que o foco primordial dos estudos em Psicologia Social da Saúde é entender o que ajuda um indivíduo a suportar, satisfatoriamente, o impacto de um dado estressor, como também o que o torna mais vulnerável à sobrecarga de estressores, extraindo-se daí a estruturação de como interagem fatores expositores e protetores no processo saúde-doença. Contingencialmente, busca-se compreender os fatores que auxiliam na recuperação, especialmente modificando a velocidade em que esta ocorre e quando ocorre. Desse modo, apreende-se que o que nos interessa enquanto pesquisadores é saber como o estressor é interpretado e como esse processo da percepção cria diferenças na capacidade de adaptação ao estresse.

Finalmente, pode-se indagar sobre qual seria a problemática que traduziria o desdobramento dos estudos na Psicologia Social da Saúde. Na tentativa de responder, é importante assinalar a questão explicitada por Evans (1994): “Por que algumas pessoas adoecem mais facilmente, enquanto outras pessoas não?” Essa questão nos parece ser um bom exemplo da pergunta que orienta os estudos em Psicologia da Saúde e na Psicologia Social.

As Repercussões da Violência Coletiva no Bem-estar^{5,6}

Como destacado no segmento anterior, a Psicologia Social pode contribuir para o entendimento dos mecanismos psicossociais de adaptação do indivíduo ao contexto e de como o contexto pode influenciar na saúde e no adoecimento. Os estudos sobre o bem-estar vinculados à psicologia contemporânea, especialmente ao eixo da denominada Psicologia Positiva ou Psicologia das Potencialidades Humanas (Seligman & Csikszentmihalyi, 2000), busca compreender as virtudes e fortalezas humanas considerando a construção das qualidades e das experiências positivas.

5 Artigo original: Bilbao, M. A., Techio, E. M., Zubieta, E., Cárdenas, M., Páez, D., Díaz, D., Barrientos, J. & Blanco, A. (2011). Bienestar subjetivo y psicológico-social: el impacto de la violencia colectiva (pp.207-246). In: D. Páez., C. M. Beristain., J. L. González-Castro, N. B. Basabe. & J. de Rivera, J. (2011). Superando a violencia colectiva y construyendo cultura de paz. Madrid: Editorial Fundamentos.

6 Esta seção se refere à comunicação da autora Elza Techio

É importante ressaltar que, nas duas últimas décadas, sob a influência dessa perspectiva, ocorreram profundas transformações no entendimento do processo saúde-doença, no qual os aspectos positivos da saúde e do bem-estar passaram a ter prioridade no debate e não mais o processo de adoecimento. Assim, temas como saúde, bem-estar psicológico e social, prevenção e promoção da saúde foram incorporados como eixos essenciais dos debates.

Nesse sentido, o conceito de *saúde mental*, concebido como a ausência de sintomatologia ou de síndromes, começa a ser considerado como deficitário e limitado, dando lugar à concepção mais ampla de *saúde mental* como um estado de bem-estar físico e emocional, que faz referência ao equilíbrio dos afetos positivos e negativos, com predominância das experiências emocionais positivas. Nesta concepção, a saúde mental também pode ser entendida como qualidade de vida, que inclui tanto aspectos objetivos, entre os quais emprego e moradia, como aspectos subjetivos vinculados ao bem-estar. Sendo assim, incorpora-se o controle do meio relacionando a presença de atributos positivos que possibilitem à pessoa exercer o controle sobre o seu meio, ter uma adequada percepção da realidade e obter níveis satisfatórios de autorrealização, autoestima e autonomia. Em síntese, a saúde mental não pode ser entendida somente como a ausência de doença, mas precisa incorporar outra lógica, e entender a sua dimensão positiva através do bem-estar.

Nessa análise, torna-se necessário elucidar o entendimento sobre o bem-estar subjetivo, bem como avaliar o impacto, entre outros, da percepção da violência coletiva na produção e manutenção do bem-estar, considerado por meio da balança de afetos, bem-estar psicológico e social, satisfação vital e qualidade de vida.

Para considerar a saúde mental na sua dimensão positiva, torna-se necessário incorporar a satisfação vital ou bem-estar subjetivo, vinculados à concepção de qualidade de vida da OMS. Nesse sentido, a presença ou ausência de enfermidade não é tão importante como a vivência da enfermidade e seus efeitos no bem-estar subjetivo e no funcionamento social. Assim, o bem-estar subjetivo refere-se a avaliações cognitivas específicas e gerais de satisfação com a vida em diferentes aspectos. Particularmente, a noção de bem-estar subjetivo – BES (Diener, 1984, 2000, 2002) envolve duas dimensões: *cognitiva* – satisfação global com a vida, satisfação com diferentes focos (trabalho, família, lazer, saúde) e *afetiva* – reações emocionais aos eventos que ocorrem em suas vidas: a) afetos positivos (agradáveis, alegria, orgulho e contentamento); b) afetos negativos (tristeza, depressão, inveja).

Considerando essa perspectiva teórico-conceitual, em geral, as pessoas dizem estar ligeiramente satisfeitas e muito satisfeitas com a vida, mesmo em situações de extrema violência coletiva, como é o caso dos paquistaneses, que manifestam estar satisfeitos com a sua vida, e da Colômbia, país com sérios problemas econômicos, estruturais e de violência, cujas pessoas apresentam níveis mais elevados de satisfação com a vida e felicidade, quando comparadas a outros países (Bilbao et al., 2011).

Acompanhando a mesma tendência, a maioria das pessoas informa um equilíbrio de emoções positivas ante as negativas (Bilbao et al., 2011). Deve-se ressaltar que a balança de afetos pende para o lado negativo somente com pessoas em situações de *estresse* agudo. Nesse sentido, o alto nível de afeto negativo associa-se ao *estresse*, a queixas somáticas, ansiedade e neuroticismo, e o baixo grau de afeto positivo associa-se a eventos de perdas, depressão, e ao perfil característico de personalidade introvertida. Ou seja, o afeto negativo vincula-se à presença de eventos negativos, enquanto o baixo grau de afeto positivo relaciona-se à ausência ou perda de reforço positivo. Nessa perspectiva, a afetividade positiva associa-se à realização e à boa conduta social, à frequência de contatos, à satisfação com amigos e relações, às implicações com organizações sociais e ao

conhecimento de novas relações (Basabe, 2004).

Deve-se assinalar que, em situações extremas, tais como as de violência coletiva, as vítimas, quando comparadas com grupos normativos (não vítimas), tendem a manifestar menores níveis de qualidade de vida e saúde mental. Frequentemente, a violência coletiva provoca nas pessoas algum grau de “incapacidade”, ou seja, algum nível de deficiência de natureza física, psicológica ou outras. Assim, quando se compara o grau de satisfação com a vida, percebe-se que 68% das vítimas com “incapacidade” afirmam estar satisfeitas ou muito satisfeitas com a vida, se comparadas com 90% dos não “incapacitados”. Ainda que as vítimas de violência apresentem níveis menores de satisfação com a vida, a maioria diz estar satisfeita (Diener, Suh, Lucas, & Smith, 1999).

Estudos de acompanhamento sobre os efeitos do holocausto não encontraram diferenças relevantes no grau de satisfação com a vida (SWL) entre as vítimas diretas (4,66) e as não vítimas (4,5). Essa tendência também foi observada com a balança de afetos: as vítimas apresentavam valores de afetos positivos similares (0,49) aos valores das não vítimas (0,40). Entretanto, outros estudos (Shmotkin & Lomranz, 1998) têm demonstrado que os sobreviventes de catástrofes apresentam menor nível de bem-estar subjetivo ao longo do tempo e que as vítimas consideradas mais bem adaptadas são aquelas que: a) compartilharam experiências de trauma coletivo; b) têm companheiro afetivo; c) manifestam maior enfrentamento instrumental e menor enfrentamento emocional; d) participam de associações de vítimas e da vida pública.

É importante ressaltar que o conceito de qualidade de vida tem vinculação direta com o de bem-estar. Nesse sentido, há que se considerar que a Organização Mundial da Saúde realizou um alargamento da concepção de qualidade de vida, considerando que o sentimento de bem-estar é derivado da avaliação objetiva e subjetiva do grau de satisfação da pessoa com a sua saúde em distintas dimensões de sua vida: no domínio psicológico (balança de afetos; autoestima); no domínio das relações sociais (relações interpessoais ou de intimidade, apoio social, atividades que promovem suporte); no nível de independência (mobilidade, atividades cotidianas, capacidade de comunicar-se e trabalhar); na satisfação com o meio ambiente (ambiente familiar, de trabalho, financeiro, saúde, físico e transporte); nas crenças religiosas e pessoais; e no domínio físico (dor, energia e fadiga, sexualidade, sono e descanso, funções sensoriais) (OMS, 2001). Assim, a qualidade de vida é concebida de forma abrangente e multifatorial, incorporando as dimensões saúde física, saúde psicológica, nível de independência, relações sociais e meio ambiente.

Estudo realizado com amostra de jovens universitários da Argentina, Brasil, Chile, Madri e País Vasco visou avaliar o impacto da violência social percebida. Nesse estudo, foram analisadas as diferenças entre as pessoas que perceberam que, no último ano, não houve problemas em sua sociedade que os impediram de viver tranquilos e sem preocupação de serem agredidos, e as pessoas que haviam percebido a existência desses problemas. O impacto percebido da violência foi mensurado tendo como medida as escalas de satisfação pessoal vital (SWLS, Diener, 1996), felicidade (Lyubomirsky, 2007), solidão social (ESLI, Wittenberg, & Reis, 1986), bem-estar psicológico (Ryff, 1989) e social (Keyes, 1998).

Os principais resultados do respectivo estudo, conforme podem ser visualizados na Tabela 1, sugerem existir uma relação entre a percepção de violência e o bem-estar subjetivo, visto que as pessoas que perceberam maior violência social no último ano apresentaram menor satisfação pessoal vital e felicidade. Os resultados sugerem que as pessoas que vivem em um ambiente social inseguro e violento apresentam menor satisfação vital e felicidade. Essas diferenças são mais acentuadas em situação de violência coletiva.

É interessante observar que a investigação realizada por Blanco e Diaz (2011) com a população espanhola e com vítimas diretas dos atentados terroristas de 11 de março em Madri

pareceu confirmar a tendência do impacto negativo da violência na satisfação vital e afetividade positiva. Assim, deve-se ressaltar que as vítimas apresentaram níveis de satisfação com a vida e afetividade positiva abaixo da média, e inferiores à média da população geral (população espanhola geral: satisfação vital média 3.76, $dp=.92$; afeto positivo média 3.81, $dp=.86$) e vítimas diretas (satisfação vital média 2.15, $dp=.81$; afeto positivo média 1.71, $dp=.62$).

Quanto à concepção de bem-estar subjetivo, esta abrange a avaliação que a pessoa faz das áreas de sua vida, bem como o sentimento de felicidade e um nível baixo de emoções negativas. Um aspecto importante a ser considerado na discussão sobre bem-estar é a solidão vivenciada ou percebida por uma pessoa que tem poucos contatos interpessoais e/ou apoio social. De fato, os estudos têm evidenciado que as vítimas da violência coletiva manifestam o sentimento de solidão, abandono e isolamento (Blanco & Díaz, 2011). Nessa perspectiva, a solidão social refere-se à ausência de relações sociais positivas com conhecidos, bem como companheiros de atividades que satisfaçam a necessidade de pertencer a grupos e redes sociais. De forma específica, a solidão emocional faz alusão à necessidade de apego ou de relações íntimas, isto é, ausência de relações intensas e relativamente duradouras com outra pessoa, amor romântico, paternal ou filial, ou seja, pessoa próxima que sirva de apoio afetivo. Pode-se assinalar que, nos resultados do estudo com jovens de vários países, a percepção de violência social repercutiu mais intensamente na percepção de solidão social do que o grupo que não apresentou a percepção de violência social (Tabela 1). Entretanto, a solidão emocional não se diferenciou entre o grupo que percebia violência social e o que não percebia, sugerindo que o afeto se associa a situação de vínculos íntimos mais que nas relações sociais em geral.

Os estudos do bem-estar psicológico centram sua atenção no desenvolvimento da capacidade e crescimento pessoal, concebidos como indicadores do funcionamento positivo. Focalizam o seu interesse no desenvolvimento pessoal, no estilo e na maneira de enfrentar a vida, pelo esforço de atingir as suas metas. Ryff e Keyes (1995) sugerem um modelo de bem-estar psicológico composto por seis dimensões: *autoaceitação* (as pessoas tentam sentir-se bem consigo mesmas, sendo conscientes de suas limitações); *relações positivas com as outras pessoas* (manter relações sociais estáveis e ter amigos em quem confiar); *autonomia* (a pessoa necessita assentar-se em suas próprias convicções, manter sua independência e autoridade pessoal); *domínio do meio* (habilidade pessoal para escolher ou criar ambiente favorável para satisfazer seus desejos e necessidades); *propósito na vida* (empenho para desenvolver suas potencialidades para seguir crescendo como pessoa e elevar suas capacidades); *crescimento pessoal* (definir metas ou objetivos que permitam dotar a vida de sentido, propósito na vida).

Já a concepção de bem-estar social tem como antecedentes os estudos sobre alienação e critérios individuais do bem-estar psicológico (Blanco & Díaz, 2005), e se refere à avaliação que fazemos das circunstâncias e do funcionamento da sociedade. Assim, a escala de bem-estar social (Keyes et al., 2002) foi agrupada em cinco dimensões, que fazem menção a: *integração social* (avalia a qualidade das relações com a sociedade e com a comunidade, sentir-se parte da comunidade, reconhecido e apoiado por ela); *aceitação social* (grau de satisfação que se experimenta a partir do saber e sentir-se parte de um grupo ou comunidade); *contribuição social* (sentimento de ser um membro importante na sociedade e ter algo útil para oferecer ao mundo); *atualização social* (grau de confiança que os membros de um grupo têm no potencial de crescimento e desenvolvimento da sociedade de pertença); *coerência social* (capacidade de entender a dinâmica social, percepção de qualidade, organização e funcionamento do mundo social).

Ao comparar as dimensões das escalas de bem-estar psicológico e social, é possível perceber a íntima relação entre as dimensões de autoaceitação e aceitação social, desenvolvimento pessoal e atualização social, propósitos na vida e contribuição social, controle ou domínio do meio

e coerência social, e as relações positivas com os outros com integração social. É necessário mencionar que os resultados do estudo com jovens universitários (Argentina, Brasil, Chile, Madri e País Vasco) confirmam a associação positiva e significativa entre a percepção de violência social e o bem-estar psicológico e social. O grupo de jovens que percebe níveis mais altos de violência social apresenta níveis mais baixos de bem-estar psicológico e social (Tabela 1). Resultados similares foram encontrados com vítimas diretas dos atentados terroristas de 11 de março em Madri, ao apresentarem níveis mais baixos de bem-estar psicológico que a população geral.

De fato, o bem-estar social se correlaciona fortemente com o bem-estar psicológico, felicidade, alto afeto positivo, satisfação com a vida e baixo afeto negativo, menor solidão emocional e social.

Tabela 1

Avaliação (médias) do Bem-estar e Percepção de Violência Social

Escala	Grupo que não percebe violência social	Grupo que percebe violência social máxima.
	Média (DP)	Média (DP)
Satisfação Pessoal	5,08 (0,82)	4,80 (1,08)
Felicidade	5,03 (1,00)	4,80 (1,11)
Solidão Social	8,92 (2,70)	10,10 (3,88)
Bem-estar psicológico	4,64 (0,58)	4,44 (0,69)
Bem-estar social	3,69 (0,45)	3,52 (0,45)

Fonte: Bibao et al. (2011)

Em síntese, foi possível observar que a solidão social era maior, e a satisfação pessoal vital, a felicidade, o bem-estar psicológico e social, menor no grupo que percebia maior violência social. De posse dessas análises, é plausível considerar que viver em um ambiente violento faz com que a pessoa sinta mais solidão e menor satisfação, felicidade e bem-estar psicológico e social.

De fato, observou-se que a percepção de violência social e coletiva tem um impacto negativo na qualidade de vida, na saúde mental e no bem-estar subjetivo, sendo este impacto limitado quando existem boas condições e apoio psicossocial, podendo diminuir seu efeito, inclusive diminuir ou desaparecer com o passar do tempo. Não obstante, em contextos de falta de apoio, marginalização social e pobreza, a qualidade de vida das vítimas pode piorar com o passar do tempo.

Considerações finais

Pode-se considerar que existe uma zona de fronteira nessa análise, tanto no âmbito da Psicologia Social da Saúde quanto no âmbito das abordagens sobre bem-estar – que diz respeito às concepções positivas de saúde e à identificação dos fatores de proteção. Assim, de forma consoante, essas perspectivas, tanto no patamar teórico-conceitual quanto no metodológico, buscam nos seus desenvolvimentos abarcar os fenômenos que envolvem o processo de saúde de indivíduos, grupos e populações.

É importante considerar alguns aspectos que distanciam essas abordagens, particularmente a Psicologia da Saúde, que tem como balizadores os pressupostos da Epidemiologia Social, que embora focalize a vulnerabilidade, é centrada nos processos de adoecimento.

A integração de investigações sobre saúde e bem-estar focalizando a dimensão positiva desses processos possibilitará uma nova agenda de estudos visando à construção de modelos explicativos dos mecanismos psicológicos de adaptação e da vulnerabilidade das pessoas submetidas a contextos de riscos. Por fim, identificar a capacidade de adaptação e os fatores de proteção à saúde são os grandes desafios desse campo de estudo.

Referências

- American Psychological Association (APA). Recuperado de <http://www.health-psych.org>.
- Adler, N. E., & Rehkopf, D. H. U.S. (2008). Disparities in health: descriptions, causes, and mechanisms. *Annual Review of Public Health, 29*, 235-252. doi:0.1146/annurev.publhealth.29.020907.090852
- Bilbao, M. A., Techio, E. M., Zubieta, E., Cárdenas, M., Páez, D., Díaz, D., Barrientos, J., & Blanco, A. (2011). Bienestar subjetivo y psicológico-social: El impacto de la violencia colectiva. In D. Páez., C .M. Beristain., J. L. González-Castro., N. B. Basabe. & J. de Rivera, J. (Orgs.), *Superando la violencia colectiva y construyendo cultura de paz* (pp.207-246). Madrid: Editorial Fundamentos.
- Basabe, N. (2004). Salud, factores psicosociales y cultura. In D. Páez et al. (Orgs.), *Psicología social, cultura y educación* (pp.891-913). Madrid: Pearson-Prentice Hall.
- Blanco, A., & Díaz, D. (2011). Trauma and the complete model of health. Manuscrito não publicado.
- Blanco, A., & Díaz, D. (2005). El bienestar social: Su concepto y medición. *Psicothema, 17*, 582-589.
- Bartolomucci, A. (2005). Resource loss and stress-related disease: is there a link? *Medical Science Monitor, 11*(5), 147-154. Recuperado de <http://www.medscimonit.com/download/index/idArt/16172>.
- Contradiopoulos, A.P. (2006). Éléments pour une topographie du concept de santé et ses déterminants. *Ruptures, 11*, 86-99.
- Defur, P. L., Evans, G. W., Hubal, E. A. C., Kyle, A. D., Morello-Frosch, R. A., & Williams, D. R. (2007). Vulnerability as a function of individual and group resources in cumulative risk assessment. *Environmental Health Perspectives, 115* (5), 817-824. doi: 10.1289/ehp.9332
- Diener, E. (1984). Subjective well-being. *Psychological Bulletin, 95*, 542-575.
- Diener, E. (1996). Subjective well-being in cross-cultural perspective. In H. Grad, A. Blanco, & J. Georgas (Orgs.), *Key issues in cross-cultural psychology* (pp. 319-330). Lisse, Netherlands: Swets & Zeitlinger.
- Diener, E., Suh, E. M., Lucas, R. E., & Smith, H. L. (1999). Subjective well-being: Three decades of progress. *Psychological Bulletin, 125*(2), 276-302. doi: 10.1037/0033-2909.125.2.276
- Diener, E. (2000). Subjective well-being: The science of happiness and a proposal for a national index. *American Psychologist, 55*, 34-43. doi:10.1037/0003-066X.55.1.34
- Evans, R.G. (1994). Introduction. In R.G. Evans, M.L. Barer, & T.R. Marmot (Orgs.), *Why are some people health and others not? The determinants of health of populations* (pp. 1-17). New York: Aldine de Gruyter.
- Evans, R.G., Hodge, M., & Pless, I.B. (1994). If not genetics, then what? Biological pathways and population health. In R.G. Evans, M.L. Barer, & T.R. Marmot (Orgs.), *Why are some people health and others not? The determinants of health of populations* (pp.161-188). New York: Aldine de Gruyter.

- Gee, G. C., & Payne-Sturges, D. C. (2004). Environmental health disparities: a framework integrating psychosocial and environmental concepts. *Environmental Health Perspectives*, 112(17), 1645-1653. doi: 10.1289/ehp.7074
- Jones, F.J. & Bright, J. (2007). Stress: health and illness. In A. Monat, R.S. Lazarus, & G. Reevy (Orgs.), *The Praeger handbook on stress and coping* (pp.267-281). London: Praeger.
- Keyes, C. L. M. (1998). Social well-being. *Social Psychology Quarterly*, 61, 121-140.
- Keyes, C., Shmotkin, D., & Ryff, C. (2002). Optimizing well-being: the empirical encounter of two traditions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82, 1007-1022. doi: 10.1037//0022-3514.82.6.1007
- Lazarus, R. S., & Folkman, S. (1994). *Stress, appraisal and coping*. New York: Springer.
- Leventhal, H., Weinman, J., Leventhal, E. A., & Phillips, L. A. (2008). Health psychology: the search for pathways between behavior and health. *Annual Review of Psychology*, 59, 477-505. doi: 10.1146/annurev.psych.59.103006.093643
- Lyubomirsky, S. (2007). *The how of happiness*. New York: Penguin Press.
- Marks, D.F., Sykes, C.M., & McKinley, J.M. (2003). Health psychology: Overview and professional issues. In A.M. Nezu, C.M. Nezu, & P.A. Geller (Orgs.), *Handbook of Psychology: Health Psychology* (pp. 5-27). Hoboken, N.J.: John Wiley & Sons.
- Marmot, M. (2005). Social determinants of health inequalities. *The Lancet*, 365, 1099-1104. doi: 10.1016/S0140-6736(05)71146-6
- McEwen, B.S. (2008). Central effects of stress hormones in health and disease: understanding the protective and damaging effects of stress and stress mediators. *European Journal of Pharmacology*, 583, 174-185. doi: 10.1016/j.ejphar.2007.11.071
- Miller, G., Chen, E., & Cole, S. W. (2009). Health psychology: Developing biologically plausible models linking the social world and physical health. *Annual Review of Psychology*, 60, 501-524. doi: 10.1146/annurev.psych.60.110707.163551
- Monroe, S.M. (2008). Modern approaches to conceptualizing and measuring human life stress. *Annual Review of Clinical Psychology*, 4, 33-52. doi: 10.1146/annurev.clinpsy.4.022007.141207
- National Environmental Justice Advisory Council (NEJAC). (2004). *Ensuring risk reduction in communities with multiple stressors: environmental justice and cumulative risks/impacts*. Washington, DC: United States Environmental Protection Agency.
- Organização Mundial da Saúde. (2001). *Clasificación internacional del funcionamiento de la discapacidad y de la salud*. Ginebra.
- Ryff, C. (1998). Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 1069-1081. doi: 10.1037/h0054778
- Ryff, C., & Keyes, C. (1995). The structure of psychological well-being revisited. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 719-727. doi: 10.1037/0022-3514.69.4.719
- Sanchez, E., Garrido, A., & Álvaro, J.L. (2003). Un modelo psico-sociológico para el estudio de la salud mental. *Revista de Psicología Social*, 18(1), 17-33. doi: 10.1174/02134740360521750
- Santos, A. F. (2010). *Determinantes psicossociais da capacidade adaptativa: um modelo teórico para o estresse*. (Tese de Doutorado não Publicada). Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Schnittker, J., & McLeod, J. D. (2005). The social psychology of health disparities. *Annual Review of Sociology*, 31, 75-103. doi: 10.1146/annurev.soc.30.012703.110622

- Schulz, A.J., & Northridge, M. (2004). Social determinants of health and environmental health promotion. *Health Education & Behavior, 31*(4), 455-471. doi: 10.1177/1090198104265598
- Schwartz, S., & Meyer, I.H. (2010). Mental health disparities research: the impact of within and between group analyses on tests of social stress hypotheses. *Social Science & Medicine, 70*, 1111-1118. doi: 10.1016/j.socscimed.2009.11.032
- Seligman, M.E.P., & Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive psychology: An introduction. *American Psychologist, 55*, 5-14. doi: 10.1037/0003-066X.55.1.5
- Sexton, K., & Hattis, D. (2007). Assessing cumulative health risks from exposure to environmental mixtures: Three fundamental questions. *Environmental Health Perspectives, 115*(5), 825-832. doi: 10.1289/ehp.9333
- Shmotkin, D., & Lomranz, J. (1998). Subjective well-being among Holocaust survivors: An examination of overlooked differentiations. *Journal of Personality and Social Psychology, 75*, 141-155. doi:10.1037/0022-3514.75.1.141
- Wilkinson, R. (2006). Ourselves and others – for better or worse: social vulnerability and inequality. In M. Marmot & R.G. Wilkinson (Eds.), *Social determinants of health* (pp.341-358). New York: Oxford.
- Wilkinson, R., & Marmot, M. (2003). *Social determinants of health: Solid facts*. Copenhagen: WHO Europe.
- Wittenberg, M. T., & Reis, H. T. (1996). Loneliness, social skills and social perception. *Personality and Social Psychology Bulletin, 12*(1), 121-130. doi: 10.1177/0146167286121012

Como Citar:

Fernandes, S. R., Techio, E., & Faro, A. (2014). Pesquisas em Psicologia Social e da Saúde. *Revista Brasileira de Psicologia, 1*(2).

Introdução

Este artigo discute a adoção de abordagens multinível e métodos mistos de pesquisa em Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT). Na primeira parte, o texto aborda questões relacionadas à realização de pesquisas em POT que analisam fenômenos que se manifestam e são afetados por variáveis pertencentes a diferentes níveis de análise: macro, meso e micro. Há pesquisas que pretendem compreender e analisar fenômenos pertencentes ao indivíduo e aos seus atributos, e outras que objetivam estudar atributos inerentes a equipes ou grupos de trabalho ou a processos e resultados organizacionais. Para que as pesquisas tenham validade científica, entretanto, é preciso, antes de mais nada, identificar o nível ao qual o fenômeno estudado pertence, uma vez que diferentes atributos ou propriedades de comportamentos e resultados podem ser encontrados. A característica multinível dos fenômenos organizacionais exige a adoção de diferentes estratégias metodológicas. Por esse motivo, a primeira parte deste artigo apresenta uma análise da importância da definição teórica das variáveis estudadas, de acordo com o nível a que pertencem os construtos psicológicos.

O desalinhamento entre o nível teórico (definição do constructo) e o nível de análise produz efeitos desastrosos, dentre os quais erros de interpretação e compreensão dos fenômenos, conhecidos como falácia atomística e ecológica, que se caracterizam como erros cometidos pelo pesquisador ao analisar dados em um nível e tirar conclusões para outro. Para evitar esses problemas, o pesquisador deveria seguir os seguintes passos: (1) estabelecer o nível ao qual pertence o fenômeno estudado; (2) definir os constructos de acordo com o nível; (3) criar ou escolher medidas compatíveis com os fenômenos e aos níveis a que pertencem; (4) classificar os fenômenos de emergência, quando os fenômenos de interesse são pertencentes ao nível meso ou macro e são construídos a partir de atributos e processos do nível micro (individual); (5) escolher a melhor forma de descrever e mensurar os atributos coletivos de interesse, a partir de modelos propostos por Chan (1998), denominados: a) aditivo; b) consensual direto; c) mudança de referente; d) dispersão; e e) processo de composição, que possibilitam a classificação dos fenômenos de acordo com o tipo de emergência do nível individual para os níveis mais abrangentes.

Mais desafios caracterizam os fenômenos estudados em POT, um dos quais diz respeito à escolha dos métodos de pesquisa: quali, quanti ou misto. Os métodos mistos caracterizam-se pela combinação de distintas estratégias qualitativas e quantitativas de coleta e análise de dados, sustentadas em diferentes paradigmas ou em um mesmo paradigma. Muitos autores sugerem a adoção de estudos mistos por serem mais adequados à complexidade e à natureza dos fenômenos de interesse em POT.

A segunda parte deste artigo apresenta uma ampla análise dos métodos adotados em pesquisas nacionais e internacionais da área, visando avaliar o uso dos três métodos em POT. Os resultados dessa análise mostram um claro predomínio de pesquisas quantitativas, e em menores proporções, estudos com métodos qualitativos e métodos mistos. Os últimos ainda não estão muito difundidos, mesmo com sugestões de importantes autores da área, preconizando a aplicação desse tipo de método de modo a abarcar a complexidade dos fenômenos e processos organizacionais. Entre as justificativas para a baixa adesão dos pesquisadores a métodos mistos estão questões de natureza ontológica e epistemológica, ainda de difícil solução, a necessidade de formação de

1 Psicóloga, doutora em psicologia e professora adjunta na Universidade de Brasília.

2 Psicóloga, doutora em psicologia e professora associada na Universidade Federal da Bahia.

pesquisadores para esse tipo de estudo, bem como a incompatibilidade das normas e regras de publicação científica, visto que a utilização de métodos mistos requer mais espaço nas revistas para os relatos de pesquisas. Além disso, os recursos e o tempo gastos para a realização de estudos com métodos mistos também são maiores do que os comumente empregados em pesquisas com método único – quanti ou quali.

A terceira parte apresenta exemplos de duas pesquisas brasileiras que adotaram modelo multinível e método misto de pesquisa. A primeira foi realizada por Brandão (2009) e a segunda por Rodrigues (2011). A pesquisa de Rodrigues (2011), denominada “Trabalhador entrincheirado ou comprometido? Delimitação dos vínculos do indivíduo com a organização”, é um exemplo de adoção bem sucedida de um método misto de pesquisa. A pesquisa envolveu dois estudos complexos. O Estudo 1, quantitativo, extensivo e de corte transversal, investigou a validade discriminante dos constructos de comprometimento e entrincheiramento organizacional. O Estudo 2, qualitativo, explicativo e intensivo, analisou eventos narrativos e histórias de trabalhadores com diferentes padrões de vínculos com a organização por meio de estudo de casos múltiplos. Em face da combinação dos dois métodos foi possível elaborar modelo explicativo robusto, apoiado em teoria, definições precisas dos constructos de interesse e por evidências empíricas oriundas de diversas fontes e estratégias distintas de coleta e análise de dados. Esse caso é analisado de modo a demonstrar a pertinência, a complexidade e os desafios que cercam a aplicação de métodos mistos em estudos sobre fenômenos individuais em contextos de trabalho e organização.

A segunda pesquisa, realizada por Brandão (2009), denominada “Aprendizagem, contexto, competência e desempenho: um estudo multinível”, ilustra o uso da abordagem multinível, caracterizada como *cross level* (especifica relações entre constructos de diferentes níveis de análise), e de determinantes mistos (preditores de dois níveis distintos) e uma variável critério (pertencente a apenas um nível). A pesquisa, extensiva, predominantemente quantitativa do tipo *survey*, realizada em três etapas, teve como objetivo principal desenvolver e testar dois modelos de investigação. No primeiro modelo de predição da variável critério de nível 1 (individual) expressão de competências gerenciais, foram incluídas as variáveis explicativas do nível 2 (agência): horas de treinamento (agência), percepção compartilhada de suporte material e a variável controle (nível 2) grau de complexidade da agência. Além dessas, o modelo incluiu como variáveis explicativas de nível 1: indivíduo, estratégias de aprendizagem e percepção individual de suporte organizacional, e como variáveis controle o cargo e o grau de escolaridade do indivíduo. O modelo 2 testou as relações entre variáveis do nível 2 – agência (horas de treinamento da agência e percepções compartilhadas de suporte), a variável mediadora, expressão de competências gerenciais, e a variável critério, desempenho da agência.

O artigo é finalizado com algumas considerações finais sobre a importância do uso adequado de métodos mistos e de análises multinível, visando contribuir para o avanço da produção de conhecimentos em POT.

Abordagem Multinível em Psicologia Organizacional e do Trabalho³

Os fenômenos que constituem objeto de interesse de psicólogos organizacionais pertencem a diversos níveis da organização, os quais podem ser referidos como macro, meso ou micro. A respeito desses níveis, Klein e Kozlowski (2000) destacam que eles estão naturalmente presentes nesses cenários e se diferenciam pelo *locus* de interesse focado num determinado diagnóstico. Assim, quando o objetivo do pesquisador é compreender ou diagnosticar propriedades da organização, por exemplo, clima ou cultura, o nível é macro, em cujo caso diferenças entre indivíduos são

3 Esta seção se refere à comunicação da autora Katia Puente-Palácios

irrelevantes. Quando o interesse é pela compreensão de atributos dos indivíduos (competências, estilos de aprendizagem ou personalidade), o nível ou lócus de interesse constitui as pessoas que compõem a organização. Neste caso, diferenças entre organizações estão fora do foco de interesse. Por fim, quando o pesquisador busca compreender o comportamento de grupos, equipes ou similares, o nível é referido como meso e, neste caso, os comportamentos coletivos ou propriedades globais destas células constituem o alvo da investigação (por exemplo, potência ou coesão).

Da categorização de níveis ora referida, pode-se concluir que os fenômenos que ocorrem nos cenários organizacionais e do trabalho são oriundos de um desses três níveis. A importância dessa compreensão decorre da necessidade de respeitar as especificidades de cada fenômeno, dependendo do nível ao qual pertence. Entretanto, isso nem sempre é discutido ou sequer esclarecido, o que ocasiona ruído ou desencontro entre os estudiosos da área, que por vezes investigam o mesmo fenômeno, mas nem sempre destacam o nível em que o construto foi teorizado ou, ainda, as razões pelas quais o seu pertencimento a um ou outro nível é considerado adequado.

A importância desse esclarecimento impacta não somente na definição teórica dos atributos do fenômeno estudado, como também traz implicações metodológicas para o estudo. Isto porque, a depender do nível ao qual o fenômeno pertence, diferentes propriedades ou comportamentos devem ser esperados, logo, diferentes estratégias metodológicas para a pesquisa empírica precisam ser adotadas. Por essa razão, o objetivo desta seção é apontar a importância de estabelecer o nível dos construtos psicológicos, assim como destacar as implicações resultantes para a investigação empírica.

Ao definir um determinado atributo para ser estudado, o primeiro passo é estabelecer o nível ao qual ele pertence. Assim, uma vez definido que se trata, por exemplo, de propriedade da organização, a descrição das suas características, antecedentes e consequentes deverá respeitar esse nível previamente definido. Da mesma forma, ao planejar a investigação empírica, essa especificidade precisa ser considerada.

Lamentavelmente, em diversas ocasiões observa-se uma falta de alinhamento entre o nível teórico do construto e o nível de análise. González-Romá e Peiró (1999) apontaram, por exemplo, o longo histórico de pesquisas relativas a clima organizacional (atributo macro), acompanhado da escassez de estudos empíricos que o investigassem nesse nível. Isto porque, segundo esses autores, a maior parte de estudos de campo sobre essa temática apresenta e discute o clima enquanto propriedade da organização, mas levanta dados no nível micro (pessoas respondendo perguntas sobre o clima da organização) e analisa os dados nesse nível, desconsiderando o fato de se tratar de atributo coletivo. Usualmente, ao tecer considerações e discutir os achados da pesquisa, novamente o nível macro é focado.

O que, aparentemente, pode parecer apenas uma estratégia analítica legítima traz consequências severas, uma vez que o nível de análise dos dados precisa respeitar o nível do construto teórico. A incongruência entre nível teórico e nível de análise resulta em erros na compreensão do comportamento dos fenômenos e, em termos operacionais, resulta no incremento da magnitude do erro de mensuração ou na presença de correlação espúria. Desde uma perspectiva teórica, Hox (1995) e Snijder e Bosker (1999) apontam a ocorrência do erro de interpretação de associação de fenômenos ocorridos em diferentes níveis, conhecido como falácia ecológica, que se caracteriza como o erro cometido ao analisar dados em um nível macro ou meso e tecer conclusões no nível micro. O oposto também seria um erro. Trata-se, segundo os mesmos autores, do erro teórico conhecido como falácia atomística, similar ao erro acima exemplificado nas pesquisas de clima: análises no nível micro (informações coletadas no nível individual) sendo usadas para tecer

conclusões do nível macro ou meso.

A inadequação dessas derivações (de um nível para outro) pode ser mais claramente visualizada a partir de um exemplo concreto. Ao estudar a associação entre nível de educação e salário das pessoas (docentes e funcionários) de uma universidade pública brasileira, facilmente encontraríamos uma associação positiva, de sorte que nesse tipo de instituição, quanto maior o nível de educação, maior o salário dos indivíduos. Em um segundo estudo, podemos ter o mesmo foco de interesse (associação entre salário e nível de educação), porém com o lócus do estudo no nível macro. Assim, respeitando o nível de interesse, coletaríamos dados médios (média aritmética) de salários e do nível de educação. Para ser representativa, a amostra iria incluir diversos tipos de organizações: indústrias, empresas públicas e também universidades. Neste caso, não seria uma surpresa descobrir que mesmo sendo as universidades as organizações com níveis médios mais elevados de educação (dada a elevada concentração de profissionais com doutorado), não seriam as que apresentam salários mais elevados. Nas análises realizadas no nível macro, portanto, no exemplo apontado, poderíamos verificar que a associação entre salário e nível de educação não é da mesma intensidade que ao fazer a análise no nível individual, e podem ser até encontradas relações invertidas.

Esse exemplo concreto permite visualizar que as associações entre atributos não ocorrem da mesma forma nos diversos níveis em que se manifestam; logo, a definição do nível teórico ao qual pertencem os fenômenos estudados precisa ser claramente estabelecida e observada nos testes empíricos, evitando, desta forma, que erros teóricos de interpretação sejam cometidos ao tecer conclusões relativas a um nível diferente daquele em que as análises foram realizadas.

Analisando as estratégias analíticas seguidas para buscar o alinhamento teórico e de análise de fenômenos que foram teorizados e mensurados em diferentes níveis, Snijder e Bosker (1999) descrevem duas, entre as mais frequentemente adotadas. Por um lado, pesquisadores agregam dados coletados no nível individual e a partir dessa estratégia compõem escores grupais. De outro lado, escores grupais (por exemplo, volume de vendas da equipe) são “desagregados” e colocados como indicadores de desempenho de indivíduos. Em ambos os casos, as consequências podem ser severas. No primeiro caso, o procedimento de agregação (cálculo de uma medida de tendência central, usualmente a média aritmética) resulta em perda da variância da variável, atributo tão importante à maioria dos procedimentos de análise quantitativa, e que traz como consequência a redução da probabilidade de encontrar correlações, mesmo quando elas são verdadeiras. No segundo caso, as consequências são opostas, mas igualmente graves: incremento da probabilidade de identificação de associações significativas (correlações), mesmo quando elas não são verdadeiras. Parafraseando autores da área, Snijder e Bosker consideram ambas as opções analíticas no mínimo perigosas e no máximo desastrosas para qualquer pesquisa.

Apesar dessas considerações é preciso reconhecer que certos fenômenos dificilmente podem ser capturados diretamente do nível a que teoricamente pertencem, por exemplo, a potência, ou novamente clima ou cultura da organização. Isto porque embora sejam adequadamente teorizados como propriedades meso ou macro, a melhor fonte de informação são as pessoas. Assim, no caso dos fenômenos acima mencionados, o nível de mensuração dos dados provavelmente será individual.

Puente-Palácios e Borba (2009) destacam, todavia, a possibilidade do uso da estratégia de coleta de dados do nível meso ou macro via reunião de consenso. Nesse caso, um grupo representativo do nível ou o grupo como um todo fornece as informações requeridas. A decisão da resposta que melhor descreve o grupo será obtida a partir de reunião do consenso. Embora se trate de um mecanismo viável, as autoras alertam a respeito das possíveis perdas ou riscos associados

ao uso dessa estratégia. Isto porque fenômenos como exposição pública (estarem perante outros colegas ou perante um chefe), pressão por respostas politicamente corretas, ou por concordância podem mascarar as opiniões que os membros estão dispostos a expressar perante seus pares. Ainda assim, trata-se de uma opção viável, desde que tomados os cuidados necessários para favorecer a obtenção de respostas fidedignas do grupo, assim como da natureza do fenômeno investigado. Quando a reunião por consenso não é uma opção considerada adequada, coletar dados no nível individual pode se mostrar a melhor alternativa, embora o assunto de interesse pertença teoricamente ao nível meso ou macro. Nesses casos, o pesquisador está perante um fenômeno caracterizado pela emersão. Klein e Kozlowski (2000) o descrevem como o processo mediante o qual um atributo do nível macro ou meso surge (emerge, daí a palavra emersão) a partir de diferentes processos de composição ou estruturação de atributos que originalmente eram relativos ao nível individual.

Quando as pessoas são colocadas a trabalhar sob o mesmo conjunto de regras ou normas, ou, em geral, sob a influência dos mesmos eventos, existe elevada probabilidade de, com o passar do tempo, não terem mais interpretações diferentes e individualizadas sobre alguns dos fenômenos do seu entorno organizacional e passarem a construir percepções compartilhadas. Nesse caso, é necessário reconhecer que, embora a interpretação seja um processo cognitivo individual, ela é socialmente construída de sorte que as pessoas interpretam o âmbito em que estão inseridos com base em marcos de referência social (interpretações coletivas).

Nesses casos, o processo de emersão está presente, e embora o atributo em análise seja coletivo, como no caso do clima, o nível individual pode ser adotado para a sua mensuração. Entretanto, isso não significa dizer que a análise deva ser realizada nesse nível. A partir dos dados coletados no nível individual, estratégias analíticas diversas devem ser adotadas para construir o fenômeno enquanto atributo grupal.

Discorrendo sobre os processos de emersão, assim como sobre a necessidade de alinhamento entre nível teórico e nível de análise, Chan (1998) lança uma proposta compreensiva desse processo. O autor oferece alternativas diversas para a compreensão de fenômenos coletivos que surgem a partir de processos de composição de atributos que se originam no nível micro. Segundo o autor, o ponto de partida deve ser a compreensão da natureza teórica do fenômeno em análise, e a partir dela o pesquisador pode adotar determinados caminhos que lhe permitam capturar o processo de emersão a partir do qual esse fenômeno se constrói.

Os modelos propostos pelo autor são cinco, definidos como: a) aditivo; (b) consensual direto; c) mudança de referente; d) dispersão; e e) processo de composição. O *modelo aditivo*, sob o ponto de vista teórico, pressupõe que o fenômeno que se manifesta no nível superior (meso ou macro) guarda similaridade com aquele do nível micro do qual se origina. Portanto, não haveria diferenças teóricas para compreender, por exemplo, desempenho no nível individual ou no nível grupal. Seguindo com o exemplo referido, a partir de um modelo aditivo, o pesquisador reconhece que assim como pessoas demonstram um melhor ou pior desempenho, grupos ou equipes também terão desempenhos melhores ou piores, sem que ocorram mudanças no fenômeno em si. Logo, o desempenho grupal, de acordo com essa perspectiva, seria o resultado de contribuições similares dadas pelos membros do grupo, as quais coletivamente compõem esse desempenho meso ou macro.

No caso de fenômenos que surgem por emersão, mas mantêm similaridade teórica, esse mesmo autor propõe como estratégia de mensuração a obtenção de um escore global calculado a partir dos escores individuais. Isto é: no exemplo citado, a obtenção do desempenho grupal seria o resultado da adição dos desempenhos individuais, sem prestar atenção a possíveis diferenças

individuais. Tanto um escore composto por somatório, como o cálculo da média aritmética seriam formas adequadas de operacionalização desse escore. O leitor pode se perguntar: em que medida esta proposta difere das práticas anteriormente criticadas nesta seção (agregação de escores)? A resposta está no fato de ter sido analisada a pertinência teórica de adotar o procedimento por considerar que o fenômeno do nível superior é exatamente igual ao do nível inferior, mostrando diferença somente no nível em que se manifesta.

A segunda proposta do autor é a do modelo *consenso direto*. Neste caso, a análise de um fenômeno de nível superior mostra que ele mantém as mesmas propriedades do fenômeno de nível inferior do qual é originário (do qual emerge). Entretanto, para que seja legitimamente constatado o seu surgimento deve ser evidenciada a presença de similaridade nas interpretações individuais, isto é, não seria pertinente somar (ou calcular a média aritmética) dos escores individuais sem antes verificar se eles são similares. A presença dessa similaridade seria o elemento que “autoriza” ou evidencia a existência de um atributo coletivo.

A definição de adequação desse modelo deve partir da própria definição teórica do fenômeno estudado. Por exemplo, ao estudar o clima organizacional, cabe lembrar que ele é compreendido, de maneira geral, como percepções compartilhadas sobre as práticas e políticas da organização. Logo, a definição do construto estabelece ser uma propriedade da organização resultante de um processo social de construção de significado. Assim, não seria pertinente calcular um escore grupal (clima da organização) sem antes ter verificado a existência de similaridade das respostas individuais daqueles que forneceram dados relativos ao clima. Operacionalmente, a análise da similaridade das respostas pode ser realizada mediante o cálculo de diversas métricas, entre as quais podem ser referidos o cálculo do índice de concordância entre avaliadores (r_{wg}) ou ainda o cálculo dos desvios médios (AD_{md}), cuja operacionalização pode ser vista respectivamente em James, Demaree e Wolf (1983, 1993) e Burke e Dunlap (2002). De posse desses dados, o pesquisador pode confirmar a presença de visões similares ou percepções compartilhadas que o autorizariam a compor um escore global genuinamente representativo do nível mais elevado (organização), ainda que os dados tenham sido recolhidos no nível inferior (indivíduo).

O terceiro modelo proposto por Chan (1998) é o denominado *mudança de referente*. Neste caso, o pesquisador entende que o construto do seu interesse surge a partir de processos ocorridos no nível inferior, mas a emersão implica na mudança do aspecto focado, embora permaneça com natureza semelhante, isto é, o fenômeno mantém a mesma natureza nos níveis micro e macro (ou meso), mas há mudança no foco de interesse. Um exemplo esclarecedor deste tipo de emersão pode ser visto na construção do conceito de potência. Teoricamente, trata-se de fenômeno similar à autoestima, assim, é um construto autorreferente. Entretanto, enquanto o primeiro tem como foco de interesse ou alvo de avaliação o próprio sujeito, o segundo tem como alvo de avaliação o grupo como um todo. Assim, a potência não resulta da agregação de informações individuais sobre a autoestima dos membros do grupo. A sua operacionalização demanda que essas pessoas sejam indagadas sobre as suas avaliações relativas ao grupo como um todo, o que significa dizer que é necessário que haja mudanças no tipo de pergunta feita aos membros. No caso da autoestima seria perguntado em que medida o sujeito se considera confiante na sua capacidade de ter êxito na realização do seu trabalho. Já no caso da potência a pessoa seria indagada sobre a sua percepção a respeito da capacidade de êxito da sua equipe. Assim, houve uma mudança do aspecto referido na avaliação.

Em termos de construção de escore, os procedimentos analíticos são similares aos adotados no modelo de consenso direto: verifica-se a presença de similaridade das respostas individuais em relação ao atributo coletivo e, no caso delas serem de magnitude suficiente (critério estabelecido de acordo com a análise realizada: 0,70 para r_{wg} e = 0,083 para escalas tipo Likert de 5 pontos,

segundo critério AD_{md}), procede-se ao cálculo do valor que representa o grupo, seja ele uma média de tendência central ou o somatório dos escores individuais.

O quarto modelo é o de dispersão. A seu respeito Chan (1998) defende que a perspectiva teórica em que se sustenta estabelece que um dado fenômeno do nível grupal só pode existir na medida em que haja uma pequena variabilidade grupal. Isto é: só posso defender que há coesão (por exemplo) na medida em que o grupo como um todo mostra elevado vínculo. A diferença deste modelo para o aditivo está na falta de similaridade entre as informações coletadas no nível individual não apenas desautorizar a composição de um escore que represente o grupo, mas evidenciar a ausência do fenômeno em si.

De acordo com a perspectiva defendida por Chan (1998), os fenômenos dessa natureza teórica somente ocorrem após certo tempo de existência do grupo, quando a partir das relações de interação as pessoas passam, de fato, a construir interpretações coletivas. Quando elas ainda não estão consolidadas, o fenômeno não se manifesta (ou não existe). Um exemplo de fenômeno cuja emergência obedece à lógica dos modelos de dispersão é a “força” do clima. Proposto sob essa denominação por Schneider, Salvaggio e Subrats (2002), é compreendido como força situacional. A lógica subjacente a esse construto é a de que ao se tornarem percebidos pelos membros da organização como relevantes, os atributos do clima passam a ter capacidade de influenciar os comportamentos dos indivíduos. No caso da organização adotar políticas que não são claramente identificadas ou interpretadas pelos seus membros, a probabilidade delas impactarem nos comportamentos é reduzida. Portanto, o fenômeno só existe (só há força do clima) na medida em que há ocorrência de percepções compartilhadas.

Para operacionalizar a verificação deste processo de emergência, o autor sugere a realização de avaliações da magnitude da similaridade, utilizando estratégias similares às apresentadas anteriormente para os modelos de consenso direto e mudança de referente. O aspecto diferencial em relação a esses modelos é que o escore de similaridade obtido mediante o cálculo do r_{WG} ou AD_{md} não constitui um indicador da pertinência de construir um escore que sume as respostas dos membros do grupo, mas constitui a variável em si. Portanto, sempre que o valor encontrado por diferentes mecanismos estiver fora do padrão estabelecido pelo teste escolhido, conclui-se que o fenômeno de interesse não existe, o que implica em afirmar que não ocorreu o processo de emergência, uma vez que não teriam sido encontradas evidências de que atributos individuais tenham-se conjugado e, dessa forma, tenham dado lugar ao aparecimento de uma propriedade grupal.

O último modelo proposto por Chan (1998) para explicar as possíveis vias pelas quais ocorre o processo de emergência é o *processo de composição*. Segundo o autor, os modelos antes descritos tomaram como foco de interesse um atributo estático. Ou seja, partindo do princípio de que o fenômeno pode se manifestar com as mesmas propriedades, mas em diferentes níveis, o interesse central seria a sua captura ou mensuração após ter emergido para o nível mais elevado.

No caso desse último modelo, a lógica subjacente é que o interesse do pesquisador não estaria na captura dos atributos estáticos, mas nos aspectos dinâmicos do construto. Isto é, o interesse do pesquisador não estaria no conteúdo do fenômeno, mas na compreensão da forma como ele se estrutura ao migrar do nível individual para o nível coletivo. Assim, o foco de interesse está na compreensão da forma como os elementos constitutivos organizam-se e associam-se em diferentes níveis.

Destaca, todavia, que para a investigação empírica desse modelo ainda não se conta com uma proposta concreta de algoritmo que possa ser utilizado. Contudo, alguns trabalhos do campo das cognições compartilhadas, nos quais o interesse recai na investigação da estrutura

das cognições, assim como na similaridade dessas estruturas, adotam como estratégia analítica o *Pathfinder* (Cooke, Salas, Cannon-Bowers, & Stout, 2000). Esse método permite identificar tanto os parâmetros que estruturam as cognições, como as relações estabelecidas entre eles. A partir dessas definições é possível comparar as estruturas cognitivas de diferentes indivíduos e verificar se elas são ou não similares. Esse mesmo procedimento pode ser útil também para comparar estruturas cognitivas de indivíduos e equipes, e, dessa forma, possibilitar a identificação de processos de emergência resultantes de processos de composição.

A partir das proposições teóricas feitas por Chan (1998), assim como da compreensão da necessidade de observar o nível teórico dos construtos com que a Psicologia Organizacional se depara, podemos concluir que os estudos deste campo que focam nos níveis micro, meso ou macro precisam descrever claramente o nível a que o construto teórico pertence. Também é importante que seja analisado e descrito se o construto de interesse nasce e se manifesta no mesmo nível ou se surge por processos de emergência, em cujo caso é imprescindível descrever como se dá esse processo. De posse dessas informações, o pesquisador poderá definir adequadamente as estratégias a serem adotadas para levantar os dados, ou, dito de outra forma, poderá estabelecer o nível adequado de mensuração. Entretanto, o nível de análise necessariamente deve ser compatível com o nível teórico, de sorte a evitar que falácias atomísticas ou ecológicas contaminem a interpretação dos resultados obtidos.

Métodos Mistos em Psicologia Organizacional e do Trabalho⁴

Nos últimos anos, temos observado o crescimento do discurso a favor do uso de métodos mistos no campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho. Há uma suposição de que os métodos mistos oferecem melhor compreensão do fenômeno estudado e também articulação entre os níveis micro, meso e macro de análise.

Métodos são caminhos escolhidos por aquiescência a um conjunto de regras e parâmetros para estudar um fenômeno. Os métodos mistos representam o terceiro movimento metodológico (Creswell, 2003; Creswell & Plano Clark, 2007; Molina-Azorin & Cameron, 2010; Tashakkori & Teddlie, 2003) e são definidos como a combinação de distintos métodos qualitativos e quantitativos e estratégias de coleta e análise de dados sustentadas em diferentes paradigmas ou em um mesmo paradigma (Thurston, Cove, & Meadows, 2008).

Certamente não se pode ignorar que a adoção de métodos mistos requer um posicionamento crítico acerca de questões de natureza ontológica e epistemológica, ainda de difícil solução (Bazeley, 2004). No plano ontológico se tem de dar resposta às questões, dentre as quais, se o mundo existe além de nossa percepção e se é possível aprendê-lo. No plano epistemológico, a questão central está em definir o que significa conhecimento válido e como se chegar a ele (método). Pressupostos ontológicos distinguem o realismo e o construcionismo, e os epistemológicos, por sua vez, separam o objetivismo, em suas variantes *hard* (certeza de parte da realidade) e *soft* (probabilidade), e o subjetivismo, que oscila entre um relativismo individual e intersubjetivo a um relativismo socio-histórico e cultural. Certamente, posicionamentos em relação a esses pressupostos repercutem na crença a favor ou contra a comensurabilidade dos paradigmas. Afinal, eles podem dialogar entre si? É fato que os métodos estão apoiados em abordagens teórico-conceituais. Tudo isso torna desafiador a adoção de métodos mistos, para além do modismo no discurso.

Alguns autores (e.g.: Bryman & Bell, 2007; Cherryholmes, 1992; Mir & Watson, 2000) optam por uma solução pragmática e defendem a independência do método. Afirmam que a escolha do método deve estar apoiada no critério de funcionalidade para abordar o fenômeno, evitando

4 Esta seção se refere à comunicação da autora Sônia Maria Guedes Gondim

esclarecer de modo explícito como manejar as contradições ontológicas e epistemológicas aí implicadas. Outros avançam um pouco mais (e.g.: Greene & Caracelli, 1997), afirmando o caráter dialético do método, em que múltiplas e contraditórias visões da realidade levam a uma síntese integradora. Ou seja, a adoção mista de métodos qualitativos e quantitativos levaria a uma síntese mais compreensiva do fenômeno investigado, o que relativizaria as contradições epistemológicas e ontológicas. No entanto, não há consenso sobre a independência do método, a despeito do referencial teórico. Portanto, a defesa e a aplicação prática de métodos mistos exige uma reflexão crítica mais ampla, que talvez não esteja sendo feita a contento até o momento.

Critérios que orientam o uso de métodos mistos

Dois principais objetivos orientam o uso combinado de métodos qualitativos e quantitativos. O primeiro objetivo centra-se na busca de consistência de resultados, ou seja, de confiabilidade. O segundo objetivo é o da complementaridade, com foco no desenvolvimento, em que os resultados de um método permitem desenvolver outro método, ou da expansão, quer pela ampliação do escopo de abrangência de um fenômeno, quer pela construção de modelos teóricos mais sofisticados (Greene, Caracelli & Graham, 1989; Niglas, 2004; Rodríguez-Sabiote, Pozo Llorente, & Gutiérrez Pérez, 2006).

O uso de métodos mistos pode estar orientado pelo tipo de corte temporal, sendo simultâneo ou sequencial, e pelo *status* de cada um, igual ou diferenciado (Morse, 2003). No caso de simultâneo, métodos qualitativos e quantitativos são usados ao mesmo tempo, ao passo que no sequencial, cada um deles é usado em separado, podendo ter o mesmo *status* ou não (Figura 1).

Figura 1. Uso de métodos mistos segundo corte temporal e status.

Nota. As caixas altas sinalizam maior status dado ao método no desenho da pesquisa.

A escolha do status de cada método e o corte temporal certamente dependem do desenho da investigação e das suposições do pesquisador sobre a possibilidade de contribuição de cada método para os objetivos pretendidos. No uso sequencial, o método quantitativo pode oferecer um panorama geral da importância das variáveis a serem aprofundadas pelos métodos qualitativos. Outra possibilidade é o método qualitativo ser usado inicialmente para explorar um fenômeno, sendo seguido pelo método quantitativo, visando obter generalização empírica. De todo modo, a decisão depende dos propósitos de pesquisa.

Analisando o cenário dos métodos mistos em Psicologia Organizacional e do Trabalho

Há muita diversidade de métodos e técnicas em pesquisas em Psicologia Organizacional e do Trabalho, decorrente das variadas adesões a teorias epistemológicas e a princípios ontológicos. A adesão do pesquisador à abordagem idiográfica (foco no aprofundamento do particular) ou, ao contrário, à abordagem nomotética (foco na generalização empírica e controle estatístico e de variáveis), muitas vezes divide os pesquisadores que fazem uso de métodos qualitativos e quantitativos, repercutindo na decisão de adesão a métodos mistos e no tipo de corte temporal e status atribuído a cada um dos métodos utilizados.

O predomínio de métodos quantitativos vem sendo assinalado pelas revisões de literatura ao longo dos anos. Dos 734 artigos empíricos entre 1993-2002 publicados no *Journal of Marketing*, *European Journal of Management* e *Journal of Services Marketing* analisados por Hanson e Grimmer (2005), 553 fizeram uso de métodos quantitativos, 76 de métodos qualitativos e 105 de

métodos mistos.

Um ano depois, Hurmerinta-Peltomaki e Nummela (2006) publicaram a análise de 484 artigos do período de 2000 a 2003 (*International Business Review*, *Journal of International Business Studies*, *Journal of World Business*, *Management International Review*), em que constataam que dos 394 textos empíricos, 269 fizeram uso de métodos quantitativos, 57 de métodos qualitativos e 68 de métodos mistos.

Em revisão um pouco mais recente, Grimmer e Hanson (2009) analisaram 1.195 artigos empíricos do *International Journal of Human Resource Management*, constatando que somente 11% deles fizeram uso de métodos mistos. Duas perspectivas metodológicas foram encontradas. Nos artigos provenientes dos Estados Unidos da América, Canadá e China predominavam métodos quantitativos (87%), em relação aos métodos qualitativos (5%) e mistos (8%). Nos artigos provenientes de autores do Reino Unido e da Austrália havia maior uso de métodos mistos (21%) e estudos qualitativos (33%).

Uma revisão também recente de artigos empíricos, entre 2003 e 2009, de três periódicos internacionais da área de gestão e de comportamento organizacional realizada por Molina-Azorin e Cameron (2010) concluiu uma vez mais a favor do predomínio de métodos quantitativos. Dos 445 estudos analisados no *Strategic Management Journal*, 365 fizeram uso de métodos quantitativos, 64 de métodos mistos e 16 de métodos qualitativos. No caso de métodos mistos, 53 tinham propósitos de desenvolvimento, 61 usaram o corte temporal sequencial e 53 deram maior status ao método quantitativo.

Dos 373 estudos empíricos analisados no *Journal of Organizational Behavior*, 235 eram quantitativos, 20 fizeram uso de métodos mistos e 17 de métodos qualitativos. No que tange aos estudos de métodos mistos, nove tiveram como propósito o desenvolvimento, 15 usaram o corte temporal sequencial e 12 deram maior status ao método quantitativo. Por último, dos oito documentos analisados (revisão de livros e artigos empíricos) no *Organizational Research Methods*, somente dois fizeram uso de métodos mistos, tendo propósito de complementação, dando maior status ao método qualitativo.

No que diz respeito ao subcampo da gestão, Cameron e Molina-Azorin (2010) constataram que os métodos mistos representam 10% do total de estudos. Os periódicos que tratam da gestão estratégica e negócios internacionais (17%) e marketing (14%) fazem mais uso de métodos mistos que periódicos voltados para o empreendedorismo (8%) e o comportamento organizacional (7%).

Ao deslocar a análise para o cenário brasileiro, revisões recentes reafirmam a importância dos métodos quantitativos em alguns subcampos e a pequena expressividade dos métodos mistos. A revisão de Vergara e Peci (2003) de 194 artigos publicados em 2000 e 2001 em três periódicos internacionais (*Organizational Studies*, *Administrative Science Quarterly* e *Academy of Management Journal*) e três periódicos nacionais (*Revista de Administração de Empresas*, *Revista de Administração da USP* e *Revista de Administração Pública*) concluiu que nos estudos nacionais o método quantitativo predomina (51%), sendo seguido pelo qualitativo (38%), os métodos mistos aparecendo em menor proporção (11%).

Ao analisar 178 artigos empíricos do campo, Tonetto, Amazarray, Koller e Gomes (2008) ressaltam o predomínio em comportamento organizacional de métodos quantitativos (47%), seguidos da combinação de métodos (16%) e, por último, de métodos qualitativos (7%). Mais recentemente, Borges-Andrade e Pagotto (2010) analisaram artigos empíricos publicados nos período de 1996 a 2009 em periódicos de administração (n=5) e psicologia (n=9). Dos 424 artigos analisados sobre comportamento organizacional, os autores concluíram a favor do equilíbrio no uso dos métodos quantitativo (42%) e qualitativo (42%), em separado, sendo que somente 16%

dos estudos recorreram aos métodos mistos.

O descompasso entre o discurso a favor de métodos mistos e o seu uso efetivo

Ainda que se reconheça haver outros estudos de análise metodológica em diversos subcampos de intersecção com a psicologia organizacional e do trabalho e não citados neste texto, o que foi apresentado ilustra de modo claro o que ocorre no cenário mais amplo. Caberia perguntar se haveria convergência de uso de métodos mistos na produção nacional e internacional. Embora haja sinais de que os métodos mistos são mais usados em alguns subcampos e talvez estejam um pouco mais presentes na literatura internacional, é fácil constatar que os métodos mistos não parecem ter crescido em grandes proporções nos últimos anos. No Brasil, por exemplo, eles se situam na casa dos 10%. Quais as possíveis explicações para este descompasso entre o crescimento de manuais de métodos mistos e do discurso a favor de seu uso e os resultados de revisões afirmando a relativa estabilidade do emprego de métodos mistos ao longo dos anos?

Um dos aspectos apontados por Creswell e Plano Clark (2007) diz respeito aos três níveis de aceitação. O primeiro nível é o da aceitação por aquiescência, que está relacionada à tolerância que se tem para com a suposição de que os métodos mistos podem ajudar na compreensão mais ampla do fenômeno, sem que o pesquisador use de fato esta alternativa. O segundo nível de aceitação é o da formação de atitude, em que, por exemplo, o pesquisador, os editores de revistas científicas e os coordenadores de entidades financiadoras de projetos científicos defendem o seu uso e explicitam nas normas de submissão a receptividade de métodos mistos. O terceiro nível envolve a concreta adesão e aplicação prática de métodos mistos e o investimento em publicações sobre procedimentos metodológicos no uso combinado de métodos, que podem auxiliar na formação de futuros pesquisadores mais aptos a manejar esse tipo de desenho de investigação.

Certamente, a pressão tenderá a crescer, tendo em vista ser a psicologia organizacional e do trabalho pertencente a um campo multidisciplinar (sociologia, economia, psicologia, administração), sensível, portanto, às crescentes demandas para resolver questões sociais e oferecer soluções para os problemas e desafios organizacionais. Em sendo assim, a pressão para utilização de métodos mistos provocará outro movimento que envolverá a produção de conhecimentos de como fazer melhor uso dos métodos mistos nesse campo científico.

Mesmo com a maior difusão dos métodos mistos a partir de 2003, ano em que são publicados manuais especializados em métodos mistos, ainda há questões teóricas pouco amadurecidas, que não podem ser ignoradas. Não há clareza sobre o que de fato é planejar uma pesquisa fazendo uso de métodos mistos.

Algumas questões ainda não foram satisfatoriamente respondidas e exigem maior cuidado dos pesquisadores que aderem ao uso de métodos mistos. Como superar as inconsistências entre os paradigmas? Não há uma solução fácil, pois torna difícil conceber a independência do método desvinculado da teoria que lhe dá suporte. Uma segunda questão a ser posta é até que ponto a escolha dos métodos mistos não passa de uma saída tangencial para evitar um posicionamento crítico mais claro sobre a melhor forma de abordar um fenômeno. Isso certamente repercute na discussão sobre a formação de pesquisadores aptos a procederem a escolhas maduras em termos metodológicos. Do nosso ponto de vista, não basta desenvolver projetos interdisciplinares, é necessário formar uma cultura de compartilhamento e de transferência de conhecimentos e habilidades, o que capacitaria melhor o pesquisador para utilizar métodos diversificados. Ou seja, o uso de métodos mistos exige maior preparo do pesquisador.

Para além da formação de pesquisadores, a difusão de métodos mistos repercutirá nas normas e regras que orientam as publicações, visto que sua utilização não apenas demanda mais

tempo e recursos financeiros, como requer mais espaço de texto para apresentação e discussão dos resultados.

Exemplos de aplicação de abordagens multinível e método misto

O objetivo desta última seção do artigo é apresentar dois exemplos que possam ilustrar questões metodológicas apontadas nas duas seções anteriores.

Aplicando a abordagem multinível em pesquisa

Esta seção ilustra o uso de abordagem multinível como método capaz de evitar erros de julgamento e compreensão sobre fenômenos organizacionais que se manifestam em diferentes níveis de análise. A pesquisa de Brandão (2009) ilustra muito bem a aplicação bem sucedida do método para estabelecer o nível ao qual pertence o construto estudado; definir os constructos de acordo com o nível; criar ou escolher medidas compatíveis com os fenômenos e aos níveis a que pertencem; classificar os fenômenos de emergência, quando o construto de interesse pertence a um nível mais abrangente (meso ou macro), mas foi definido, construído e coletado a partir de atributos e processos do nível micro (individual). A abordagem ainda possibilita ao pesquisador escolher a melhor forma de descrever, mensurar e analisar os atributos coletivos de interesse.

O estudo de Brandão (2009) objetivou testar dois modelos multivariados de predição de importantes variáveis critério da área de comportamento organizacional: expressão de competências gerenciais (nível 1 – nível do indivíduo) e desempenho de unidades organizacionais (nível 2 – agências bancárias). Entre as variáveis explicativas e de controle testadas estavam variáveis pertencentes ao nível 1 e ao nível 2. Todos os construtos foram definidos e medidos de acordo com o nível a que se referiam, respeitando as recomendações técnicas anteriormente mencionadas.

	Variáveis	Definições	Medidas
	Horas de treinamento do funcionário	Número de horas que o gestor dedicou a atividades de TD&E em um ano.	Horas por gestor (fonte secundária)
Variáveis Explicativas Nível 1 – Indivíduo	Percepção de suporte organizacional	Posição relativa da pessoa dentro do grupo (agência) quanto às suas percepções sobre suporte.	Diferença ou desvio entre o escore atribuído pelo indivíduo às escalas de suporte e a média do grupo (agência), calculado como o escore individual menos a média do grupo.
	Estratégias de Aprendizagem	Práticas que as pessoas utilizam para aprender e desenvolver novos conhecimentos e habilidades em contextos de trabalho.	Frequência de uso de cada estratégia de aprendizagem no trabalho em uma escala de 1 (nunca faço) a 10 (sempre faço).
	Elaboração do plano de desenvolvimento profissional	Indicador de motivação para a aprendizagem relativo à elaboração de plano pessoal de desenvolvimento (facultativo).	Variável dicotômica: 1 (elaborou o plano) e 0 (não elaborou o plano)

Variáveis controle Nível 1 – Indivíduo	Dados socioprofissionais	Gênero Cargo Nível de escolaridade Experiência gerencial	Masculino-feminino Alta e média gerência Ensino médio até pós-graduação Anos em funções gerenciais
Variáveis Explicativas Nível 2 – Agência	Horas de treinamento da agência	Número de horas dedicadas pelos gerentes a atividades de treinamento (fonte secundária).	Média de horas de treinamento por agência. Modelo de composição.
	Percepção coletiva de suporte organizacional	Percepção dos gerentes sobre o tratamento que recebem da organização em retribuição aos esforços que despendem no trabalho. Origina-se no nível individual, mas é considerada contextual quando tratada no nível 2 de compartilhamento.	Média das respostas às escalas por agência. Modelo de composição
Variáveis controle Nível 2 – Agência	Tamanho da agência	Quantidade de funcionários da agência (fonte secundária).	Número total de funcionários por agência.
	Grau de complexidade da agência	Categoria a que pertence a agência em termos de complexidade administrativa, que varia de 1 (menos complexa) a 5 (mais complexa). Indicador composto de caráter objetivo, extraído de fonte secundária.	Escore de classificação da agência, que varia de 1 a 5.
Variável critério Nível 1 – Indivíduo	Expressão de competências gerenciais	Grau de expressão de competências gerenciais, descritas em termos de comportamentos observáveis no trabalho, avaliados de acordo com escala de 1 (não expresso) a 10 (expresso plenamente). As metas definidas para cada perspectiva são ponderadas de modo distinto de acordo com os acordos de trabalho.	Médias das respostas dos indivíduos às escalas de expressão de competências.
Variável critério Nível 2 – Agência	Desempenho da agência em seis perspectivas de resultado: estratégias e operações, resultado econômico, clientes, comportamento organizacional, processos internos e sociedade (fonte secundária).	Classificação da agência de acordo com o percentual de alcance de metas estabelecidas para cada perspectiva em acordo de trabalho. Esses percentuais são obtidos multiplicando-se por 100 a divisão entre resultados alcançados e esperados. O percentual é convertido em conceitos que classificam as unidades em uma escala de 1 a 6, sendo que os três primeiros intervalos indicam que o alcance de metas foi inferior a 100% e os demais crescem até a superação de metas em 121% ou mais.	Conceitos médios com pesos distintos para cada perspectiva de desempenho da agência

Quadro 1. Modelo da expressão de competências gerenciais em agências bancárias.

Fonte: Adaptado de Brandão (2009).

Fazendo uso de métodos mistos

No que diz respeito à adoção de métodos mistos de pesquisa em POT no Brasil, suas potencialidades e desafios, pode-se formular as seguintes questões:

- (1) Será possível aplicar com sucesso um método misto de pesquisa em estudo nacional?
- (2) Os benefícios são maiores do que as dificuldades?
- (3) Quais são esses benefícios?
- (4) É possível publicar a experiência completa em revista científica nacional ou internacional?
- (5) Em que situações o método misto é aplicável?

A resposta às primeiras duas questões é sim, pois há experiências bem sucedidas de aplicação de método misto em pesquisa nacional. Há vários benefícios associados ao uso de método misto, entre os quais a descrição mais detalhada do fenômeno estudado e a formulação de explicações mais robustas, válidas e confiáveis, uma vez que se originam da triangulação de métodos e fontes de pesquisa. As vantagens do uso desse tipo de abordagem metodológica são bem maiores do que as dificuldades. Entretanto, a publicação da experiência completa de estudos sequenciais mistos em apenas um artigo é inviável pela quantidade de páginas destinadas a publicações de artigos em revistas científicas. Os autores, nesses casos, publicam diversos artigos para que a pesquisa completa possa ser disseminada.

A última pergunta se refere a que situações o método misto seria indicado. Certamente que esta decisão depende do problema e das perguntas de pesquisa, e também da amplitude do estudo e do grau de aprofundamento que se pretende dar ao fenômeno.

Conforme mencionado na seção anterior, a combinação de métodos qualitativos e quantitativos exige reflexões teóricas, análises conceituais e consciência da compatibilidade entre as abordagens epistemológicas subjacentes à escolha do método.

No exemplo que ilustra esta seção, o método quantitativo precedeu o método qualitativo. O primeiro permitiu estabelecer relações gerais entre variáveis e também identificar perfis de agrupamentos que viabilizaram o subsequente estudo qualitativo em profundidade, mediante entrevistas narrativas com representantes de cada um dos agregados identificados no estudo quantitativo. Neste caso, então, os métodos mistos foram usados de modo sequencial. O escopo claramente definido de que recorte do estudo, quer produto do método quantitativo, quer qualitativo, permitiu que a tese de doutorado de Rodrigues (2011) fosse apresentada sob a forma de artigos diferenciados, mas bastante articulados entre si. A Figura 3 apresenta um resumo dos dois estudos realizados pela autora, que ilustram a aplicação bem sucedida de método sequencial misto de pesquisa.

O Estudo 1 caracteriza-se pela adoção de método quantitativo e extensivo, de corte transversal, uso de questionários e análises estatísticas diversas e sofisticadas. O Estudo 2, de natureza qualitativa, explicativa e intensiva, trata em maior profundidade dos processos, dinâmicas e trajetórias individuais que de vínculos com a organização. Os dois estudos combinados produziram resultados robustos e consistentes, que demonstraram a possibilidade de aplicação bem sucedida desse método em pesquisas sobre comportamento organizacional.

Objetivos	Estudo 1	Medidas	Amostra	Análise de dados
1. Revisar e refinar as medidas do entrincheiramento organizacional e do comprometimento de continuação, como ponto de partida para a análise das relações entre si e com o comprometimento afetivo.	Estudo 1 - Quantitativo, extensivo, de corte transversal	Questionários: Etrincheiramento Comprometimento afetivo e de continuação	1664 trabalhadores de diversos setores e regiões do país	Foram utilizados para as análises os softwares SPSS 16.0 e AMOS 16.0. Análises fatoriais exploratórias e confirmatórias com modelagem por equações estruturais das escalas de entrincheiramento e comprometimento de continuação.
2. Avaliar se o entrincheiramento organizacional, o comprometimento de continuação e o comprometimento afetivo diferem em termos dos seus antecedentes e consequentes.		Percepção de empregabilidade Práticas de gestão de pessoas Intenção de permanência Intenção de desempenho extra Intenção de defesa da organização		Modelagem por equações estruturais para investigação de relacionamentos entre variáveis e ajuste do modelo.
3. Caracterizar padrões de vínculos que combinem diferentes níveis de comprometimento afetivo e de entrincheiramento organizacional, discriminando-os quanto a variáveis pessoais, ocupacionais e organizacionais.		Questões sobre variáveis demográficas, ocupacionais e organizacionais		Análises de <i>cluster</i> , análise discriminante e ANOVA. Após as análises de <i>clusters</i> em um banco preliminar com 1386 casos, foram identificados quatro grupos de trabalhadores com diferentes níveis de comprometimento e entrincheiramento. Da listagem de casos mais representativos, foram selecionados aqueles que, no questionário de coleta do Estudo I, indicaram disponibilidade para participar de uma segunda etapa da pesquisa.
Objetivos	Estudo 2	Medidas	Amostra	Análise de dados
Descrever, a partir de estudos de casos representativos dos padrões de vínculos identificados, as explicações construídas pelos trabalhadores para sua permanência e contribuição para a organização, explorando a dinâmica dos vínculos estabelecidos com a organização ao longo do tempo.	Estudo 2 - qualitativo, de caráter explicativo e intensivo	Roteiro de entrevista Tópicos-guia: - Dinâmica dos vínculos - Contribuições - Permanência	Quatro casos representativos dos padrões de vínculo	Análise da literalidade das entrevistas, com base em suas transcrições, visando encontrar os temas emergentes, compreender os fatos (eventos) relevantes, atores, sentimentos e emoções, cognições, comportamentos, intenções de saída e permanência na organização.

Quadro 2. Síntese dos estudos propostos por Rodrigues (2011).

Fonte: Adaptado de Rodrigues (2011, p. 38).

As duas pesquisas de Rodrigues (2011) são um bom exemplo de pesquisa sequencial (quanti e depois quali) com combinação e síntese dos resultados de dois métodos na construção de interpretações e na criação de um modelo de pesquisa robusto, apoiado em referenciais teóricos consistentes, epistemologicamente compatíveis entre si e baseados em fortes evidências empíricas. O método misto, nesse caso, aumentou a compreensão sobre os padrões de comportamento individual, validou e enriqueceu o modelo de investigação para futuras pesquisas sobre a dinâmica dos processos de vinculação do indivíduo com a organização.

Considerações finais

O tema central deste artigo são questões de natureza metodológica na produção de conhecimento na subárea de psicologia organizacional e do trabalho. O primeiro texto focou especificamente no alinhamento entre níveis de análise e de interpretação. O desalinhamento entre o nível teórico (definição do constructo) e o nível de análise produz efeitos que levam a erros de interpretação e de compreensão dos fenômenos, conhecidos como falácia atomística e ecológica, que se caracterizam como erros cometidos pelo pesquisador ao analisar dados em um nível e tirar conclusões para outro. O exemplo da tese de doutorado de Brandão (2009) em que se fez uso de um modelo multinível demonstrou a pertinência de seu uso, que possibilitou a especificação de construtos em distintos níveis e a análise de relações entre esses níveis, a partir de medidas perceptuais precisas e válidas e indicadores objetivos de resultados organizacionais, extraídos de fontes secundárias. As contribuições teóricas e metodológicas da pesquisa foram importantes para o avanço do conhecimento sobre relações entre relevantes variáveis pertencentes a níveis distintos de análise.

O segundo texto apresentou um panorama do uso de métodos mistos na subárea de psicologia organizacional e do trabalho, procurando ressaltar que a defesa de sua utilização ainda está mais no nível do discurso do que na prática de investigação científica desta subárea, quer no Brasil ou no exterior. Alerta também para os desafios no uso de métodos mistos, particularmente em virtude de problemas de incomensurabilidade ontológica e epistemológica que sustentam a escolha e os procedimentos metodológicos, o que exige um nível de reflexão mais aprofundado e crítico do pesquisador.

O exemplo da tese de doutorado de Rodrigues (2011) em que se fez uso de métodos mistos em sequência demonstrou a adequação da escolha metodológica, justificativa teórica e empiricamente, e pode contribuir de modo efetivo não só para a compreensão do fenômeno em estudo como para sustentar a proposição de um modelo explicativo dos vínculos do indivíduo com a organização que orientarão estudos futuros.

Os fenômenos estudados no campo da psicologia organizacional e do trabalho apresentam-se em diversos níveis: individual (micro), grupal (meso) e organizacional (macro), mas as pesquisas, até o presente, ainda estão fortemente centradas no nível individual e em medidas perceptuais, baseadas em julgamento humano, auto e heteroavaliações. De igual modo, os fenômenos que circunscrevem as relações do homem com o seu trabalho, clientes, colegas, chefes e a própria organização exigem abordagens multimétodos, embora os estudos na área ainda estejam fortemente apoiados em metodologia quantitativa. Essas variáveis pertencem a distintos níveis de análise que precisam ser definidas, medidas e analisadas com cuidado. A expectativa é que o leitor interessado nesta temática, um estudioso do tema da área de psicologia organizacional e do trabalho, encontre neste artigo algumas ideias provocativas sobre o fazer pesquisa que contribuam para sua reflexão e sua prática em busca da melhoria e fortalecimento da produção do conhecimento neste campo

científico.

Referências

- Bazeley, P. (2004). Issues in mixing qualitative and quantitative approaches to research. In R. Buber, J. Gadner, & L. Richards (Orgs.), *Applying qualitative methods to marketing management research* (pp141-156). UK: Palgrave Macmillan.
- Brandão, H. P. (2009). *Aprendizagem, contexto, competência e desempenho: Um estudo multinível. (Tese de doutorado não publicada)*. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Bryman, A. & Bell, E. (2007). *Business research methods* (2nd ed). Oxford: Oxford University Press.
- Cameron, R., & Molina-Azorín, J. (2010, Julho). The use of mixed methods across seven business and management fields, *Justice and sustainability in the global economy*. 10th International Federation of Scholarly Associations of Management (IFSAM 2010), Paris, France.
- Chan, D. (1998). Functional relations among constructs in the same content domain at different levels of analysis: A typology of compositions models. *Journal of Applied Psychology*, 83, 234-246. doi: 10.1037/0021-9010.83.2.234
- Cherryholmes, C. H. (1992). Notes on pragmatism and scientific realism. *Educational Researcher*, 21(6), 13-17. doi: 10.3102/0013189X021006013
- Cooke, N., Salas, E., Cannon-Bowers, J., & Stout, R. (2000). Measuring team knowledge. *Human Factors*, 42, 151-173. doi: 10.1518/001872000779656561
- Creswell, J. W., & Plano Clark, V. (2007). *Designing and conducting mixed methods research*. California, Thousand Oaks: Sage Publications.
- Creswell, J. W. (2003). *Research design: Qualitative, quantitative and mixed methods approaches* (2nd ed.). California, Thousand Oaks: Sage Publications.
- González-Romá, V., & Peiró, J. M. (1999). Clima en las organizaciones laborales y en los equipos de trabajo. *Revista de Psicología General y Aplicada*, 52(2-3), 269-285.
- Greene, J. C., & Caracelli, V. J. (1997). *Advances in mixed-methods evaluation: The challenges and benefits of integrating diverse paradigms*. San Francisco, USA: Jossey-Bass.
- Greene, J. C., Caracelli, V. J., & Graham, W. F. (1989). Toward a conceptual framework for mixed method evaluation designs. *Educational Evaluation and Policy Analysis*, 11(3), 255-274. doi: 10.3102/01623737011003255
- Grimmer, M., & Hanson, D. (2009). Qualitative and quantitative research published in the *International Journal of Human Resource Management*. 23rd Annual Australian & New Zealand Academy of Management (ANZAM) Conference, Melbourne, Australia.
- Hanson, D., & Grimmer, M. (2005). The mix of qualitative and quantitative research in major marketing journals. *European Journal of Marketing*, 41(1/2), 58-70. doi: 10.11082/03090560710718111
- Hox, J. J. (1995). *Applied multilevel analysis*. Amsterdam: TT Publikaties.
- Hurmerinta-Peltomaki L., & Nummela, N. (2006). Mixed methods in international business research: A value-added Perspective. *Management International Review*, 46(4), 439-459. doi: 10.1007/s11575-006-0100-z
- Klein, K., & Kozlowski, S. (2000). *Multilevel theory, research and methods in organizations*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Mir, R., & Watson, A. (2000). *Strategic management and the philosophy of science: the case for a*

- constructivist methodology. *Strategic Management Journal*, 21(9), 941–953. doi:10.1002/1097-0266(200009)21:9<941::AID-SMJ141>3.0.CO;2-D
- Molina-Azorín, J., & Camero, R. (2010). The application of mixed methods in organisational research: A literature review. *The Electronic Journal of Business Research Methods*, 8(2), 95-05.
- Morse, J. M. (2003). Principles of mixed and multi-method method research design. In A. Tashakkori & C. Teddlie (Orgs.), *Handbook of mixed method* (pp. 189-208). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Niglas, K. (2004). The combined use of qualitative and quantitative methods in educational research. Tallinn Pedagogical University. Dissertations on Social Sciences. Recuperado de <http://www.tlulib.ee/files/arts/95/nigla32417030233e06e8e5d471ec0aaa32e9.pdf>.
- Puente-Palacios, K. E., & Portmann, A. C. (2009). Equipes de trabalho: Fundamentos teóricos e metodológicos da mensuração de seus atributos. *Revista Avaliação Psicológica - IBAP*, 8(3), 369-379.
- Rodrigues, A.C.A. (2011). *Trabalhador entrincheirado ou comprometido? Delimitação dos vínculos do indivíduo com a organização.* (Tese de doutorado não publicada). Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Rodríguez-Sabiote, C., Pozo Llorente, T., & Gutiérrez Pérez, J. (2006). La triangulación analítica como recurso para la validación de estudios de encuesta recurrentes e investigaciones de réplica en Educación Superior. *RELIEVE, Revista Electrónica de Investigación y Evaluación Educativa*, 12(2), 289-305. Recuperado de http://www.uv.es/relieve/v12n2/RELIEVEv12n2_6.htm.
- Schneider, B., Salvaggio, A. N., & Subrats, M. (2002). Climate strength: a new direction for climate research. *Journal of Applied Psychology*, 87(2), 220-229. doi: 10.1037/0021-9010.87.2.220
- Snijders, T. & Bosker, R. (1999). *Multilevel analysis. An introduction to basic and advanced multilevel modeling.* London: Sage Publications.
- Tashakkori, A., & Teddlie, C. (Orgs.). (2003). *Handbook of mixed methods in social & behavioral research.* Thousand Oaks, CA: Sage.
- Thurston, W. E.; Cove, L., & Meadows, L. M. (2008). Methodological congruence in complex and collaborative mixed methods studies. *International Journal of Multiple Research Approaches, Computer Assisted Multiple & Blended Research*, 2, 2-14. doi: 10.5172/mra.455.2.1.2
- Tonetto, A. M., Amazarray, M.R., Koller, S. H., & Gomes, W.B. (2008). Psicologia organizacional e do trabalho no Brasil: Desenvolvimento científico e contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*, 20, 165-173. doi: 10.1590/S0102-71822008000200003
- Vergara, S. C., & Peci, A. (2003). Escolhas metodológicas em estudos organizacionais. *Revista Organizações & Sociedade*, 10(27), 13-26.

Como Citar:

Abbad, G., Puente-Palácios, K., & Gondim, S. M. G. (2014). Abordagens Metodológicas em Psicologia Organizacional e do Trabalho. *Revista Brasileira de Psicologia*, 1(2).

Formação e Difusão das Cognições Sociais: TV, Racismo e Homofobia

Marcus Eugênio Oliveira Lima¹

Dalila Xavier de França²

Raimundo C. Gouveia³

Ana Clésia da Silva Costa⁴

Introdução

Este artigo integra as comunicações de Dalila França e Ana Clésia Costa sobre o modo como desenhos animados colaboram na difusão e perpetuação do racismo na infância com a comunicação de Raimundo Gouveia que discute as relações entre crenças e valores na produção do preconceito contra os homossexuais.

Existem dois pontos de contato muito significativos entre as análises que compõem este artigo. De um lado a busca do entendimento da gênese de uma atitude que tem, ao longo de muitos anos, se constituído como um dos maiores problemas das relações intergrupais e como uma das principais causas de conflito social (Augoustinos & Reynolds, 2001) e de mal estar psicológico (Major, McCoy, Kaiser, & Quinton, 2003). Por outro lado, as duas comunicações pontificam outro aspecto fundamental em suas análises, o de que o preconceito resulta de crenças que são socialmente construídas e compartilhadas e que passam por processos de difusão e aprendizado na sociedade, muitas vezes utilizando como veículo os meios de comunicação de massa e impactando as pessoas muito antes de elas possuírem um juízo crítico sobre o que veem e ouvem.

Além desses encontros teóricos, os dois textos que compõem este artigo apresentam abordagem metodológica rigorosa, com evidência empírica que integra processos mais cognitivos, como a formação de estereótipos, com processos mais sociais, como a difusão de crenças. A articulação de níveis de análises é uma atitude fundamental no entendimento de um fenômeno multicausal como o preconceito. Efetivamente, o preconceito é um problema intrapsicológico, uma vez que são os indivíduos que o expressam; mas é também e ao mesmo tempo uma questão interpessoal, uma vez que é aprendido e expresso nas relações entre as pessoas; simultaneamente é intragrupal, pois decorre de percepções de status e papéis sociais e é também ideológico, pois estrutura políticas de governo, organizando o Estado e a sociedade de uma determinada forma.

Para análise do preconceito, a abordagem proposta pelos autores deste artigo é a de articulação psicossocial, que considera as inter-relações entre os níveis de análise intrapsíquico, interpessoal, posicional e ideológico (Doise, 1982). A articulação de níveis de análise fornece uma compreensão ampliada dos fenômenos (Camino, 1996; Wachelke & Brígido, 2007).

Os estereótipos e os preconceitos são um campo de pesquisa que permite integrar conceitos e métodos das abordagens mais cognitivistas e com as mais sociais em psicologia social, ampliando o poder heurístico das duas abordagens em comparação ao seu uso isolado. Consideramos que na análise desses fenômenos conseguimos vislumbrar as limitações e possibilidades dessas abordagens com mais clareza porque a construção e expressão de estereótipos e preconceitos mobilizam os quatro níveis de análise referidos neste texto; níveis que marcam os pontos de contraste e de intersecção entre as teorias ou abordagens em tela e permitem entender melhor a relação indivíduo sociedade.

Esta é, portanto, a proposta dos textos que ora são apresentados aos leitores. No primeiro estudo as autoras analisam à luz das contribuições da psicologia social do desenvolvimento, a formação das primeiras atitudes étnicas na infância. O texto apresenta um estudo de metodologia

1 Psicólogo, doutor em psicologia, professor da Universidade Federal de Sergipe.

2 Psicóloga, doutora em psicologia, professora da Universidade Federal de Sergipe.

3 Psicólogo, doutor em psicologia, professor da Universidade Federal da Bahia.

4 Psicóloga pela Universidade Federal de Sergipe.

sofisticada no qual os impactos de desenhos animados pró e antissociais sobre o racismo são investigados. No segundo texto o autor analisa, fundamentando-se nas ideias de Serge Moscovici, a forma como as crenças, concebidas como uma dimensão de entendimento que refletem as dinâmicas sociais e que podem ser estratégicas nas relações de poder entre os grupos, ligam-se aos processos identitários, por um lado, e ao preconceito contra homossexuais por outro.

Mídia e Estereótipos de Negros Presentes no Discurso de Crianças⁵

Os estereótipos estão presentes nas nossas interações quotidianas, sobretudo, nos meios de comunicação, livros, mídia. Mesmo nos contextos familiar e escolar nos defrontamos com estereótipos raciais (Operario & Fiske, 1998). A onipresença dos estereótipos, somada à sua alta capacidade de difusão através de alguns meios de comunicação, a exemplo da televisão, tem preocupado estudiosos que questionam o impacto da mídia sobre o comportamento e visão de mundo de crianças e adolescentes. Inquieta ainda, conhecer como a mídia influencia a formação de estereótipos de grupos minoritários (Liebert & Sprafkin, 1988; Monteiro, 1999; Richert, Robb, & Smith, 2011; Staples, 2000).

O presente texto analisa o impacto da mídia nas atitudes intergrupais de crianças; de forma mais específica foca os estereótipos relativos a personagens negros presentes no discurso espontâneo de crianças que tiveram contato com *priming* racista e outras que foram submetidas a um *priming* pró-social.

A formação de estereótipos

Estereótipos são características atribuídas aos membros de um grupo social. Os estereótipos envolvem uma classificação ou categorização de pessoas ou grupos a partir de critérios pré-estabelecidos ou de características superficiais (Oakes, Haslam, & Turner, 1994).

Aos três anos de idade as crianças podem identificar, classificar e rotular pessoas por grupos de gênero e raciais (Allport, 1954). O período pré-escolar é marcado por rápida aprendizagem das categorias sociais de seu meio cultural, incluindo jogos, atividades, ocupações futuras, e papéis sociais (Katz, 1983). Crianças de 5 anos de idade já identificam e aderem a estereótipos culturalmente difundidos em suas avaliações dos grupos sociais (Augoustinos & Rosewarne, 2001).

A televisão como agente de socialização

Os meios audiovisuais, particularmente a televisão, têm cumprido uma função educativa juntamente com a família e com a escola (Pereira, 2002). Pesquisas sobre a influência da televisão no comportamento infantil, têm se preocupado com o conteúdo apresentado e tempo de exposição (Richert, Robb, & Smith, 2011), e ainda com a transmissão de estereótipos sociais (Huston, Wright, Marquis, & Green, 1999). Observa-se em crianças entre 3 e 7 anos a diminuição do interesse por programas educativos e um aumento do interesse pelos desenhos e comédias; e este interesse é tanto maior quanto mais velha é a criança (Huston, Wright, Marquis, & Green, 1999).

O hábito de assistir televisão aumenta até os 11 anos e declina um pouco durante a adolescência. Aos 18 anos o indivíduo terá passado mais tempo assistindo à televisão do que realizando qualquer outra atividade, exceto dormir (Huston et al., 1999).

A televisão tem substituído atividades como ler, conversar com amigos, ir ao cinema, praticar algum exercício físico (Monteiro, 1999). Observa-se que meninos assistem mais à televisão do que

5 Esta seção se refere à comunicação das autoras Dalila Xavier de França e Ana Clésia S. Dias Costa

meninas, e crianças de minorias pobres são mais propensas a assistir televisão do que as não minoritárias e de nível socioeconômico alto (Huston et al., 1999).

Observa-se nas crianças uma relação entre assistir televisão e a manutenção de visões tradicionais acerca dos papéis masculinos e femininos (Huston et al., 1999). Na televisão personagens pertencentes a grupos minoritários são geralmente descritos de maneira desfavorável, como cômicos, pouco aptos e preguiçosos, ou como vilões ou vítimas (Liebert & Sprafkin, 1988; Staples, 2000).

Observa-se que as minorias raciais são apresentadas em menor frequência. Os informativos que representam as minorias raciais de forma estereotipada e preconceituosa, dificilmente analisam o contexto no qual elas estão inseridas e muito menos associam essas informações como sendo consequência do racismo. Muitas dessas mensagens são transmitidas de forma implícita (Dijk, 1997).

A descrição desfavorável de personagens de grupos minoritários pode levar à adoção de atitudes raciais negativas em direção a esses grupos por parte das crianças, enquanto retratos positivos de minorias parecem reduzir estereótipos étnicos e raciais e aumentar a probabilidade do estabelecimento de amizades inter étnicas entre as crianças (Graves, 1993).

As autoras deste texto fizeram um estudo com 33 crianças de ambos os sexos com idades entre 7 a 10 anos (média da idade 8 anos e meio e desvio padrão de 1.16), equilibradas com relação ao gênero e à série escolar (2º ao 5º ano). Com relação à cor da pele, 16 crianças eram brancas, 10 eram pardas e 7 eram negras. As crianças eram provenientes de escolas particulares dos municípios de Aracaju e de Salgado, ambos no estado de Sergipe. Para fins de análise de dados as crianças foram divididas em dois grupos (programa pró-social e programa antissocial).

A coleta dos dados foi realizada na própria escola das crianças. As pesquisadoras pediram a colaboração da direção da escola para a realização do estudo. Após o aceite da direção, solicitava-se a colaboração dos professores, e em seguida da criança. Após a concordância das professoras e da criança, cada criança participante foi convidada pelas entrevistadoras duas por vez. Cada entrevistadora se encarregava de entrevistar uma criança em ambientes separados de modo que, as crianças não tinham acessos à história uma da outra. Na sala de entrevista apenas a entrevistadora e a criança estavam presentes.

A coleta se iniciava com a seguinte instrução que era dita para a participante:

“Eu estou querendo fazer um filme sobre as crianças e seus amigos. Para isto, eu resolvi ouvir algumas crianças desta escola para ter ideias de como escrever uma história interessante para montar o filme. Primeiro você vai assistir a um filme, depois vai falar sobre ele e responder algumas perguntas que eu vou lhe fazer. Você pode responder do jeito que você achar certo, para mim o que é importante é o que você pensa. Podemos começar?”

Após a anuência da criança, iniciava-se a apresentação dos filmes. Os filmes consistiram de recortes de cenas dos programas Barney e seus amigos (*priming* pró-social) e Sítio do Pica Pau Amarelo (*priming* racista), cada recorte possuía aproximadamente seis minutos de duração. Os participantes foram divididos em dois grupos, balanceados por cor, sexo e idade, em conformidade com o filme que assistiam. Deste modo, 18 crianças assistiram ao filme Barney e seus amigos e ficaram no grupo *priming* pró-social. O outro grupo foi constituído de 15 participantes que assistiram ao episódio do Sítio do Pica-pau amarelo e ficaram no grupo *priming* racista.

Após a apresentação dos filmes, colocavam-se duas fotografias de crianças uma branca e outra negra (meninos ou meninas, conforme o gênero do participante) sobre a mesa, de frente para a participante, e solicitava-se-lhe que contasse uma história tendo aquelas crianças das fotografias

como personagens.

A escolha dos vídeos baseou-se no reconhecimento através de literatura da área, do conteúdo antissocial e racista presente no caso do sítio do Pica Pau Amarelo e evidenciado por Carneiro (1998), e pró-social e educativo no caso do Barney e seus amigos (Hilty, 2004; Mandaji, 2010). A seguir, descreveremos cada um desses programas:

Priming pró-social (Barney e seus amigos)

Barney e Seus Amigos é uma série de TV de animação direcionada ao público infantil que foi criado em 1987 por Sheryl Leach. A série apresenta Barney (um dinossauro púrpura e verde de quase dois metros de altura), seus amigos Baby Bop, BJ e Riff, e um grupo de crianças. Juntos, eles estão sempre preocupados em passar mensagens educacionais positivas para expectadores (Costa & França, 2011).

A vinheta apresentada no estudo piloto é um fragmento do episódio “Um mundo de amigos”. Nesse fragmento aparece Barney e um grupo de cinco crianças, três meninos e duas meninas que aparentam ter entre oito e 12 anos. Das cinco crianças duas são negras, duas são brancas e uma é oriental. Elas estão se preparando para participar de uma feira sobre diferentes países, e convidam Barney para ir com elas. Eles visitam o Quênia, conhecem os instrumentos musicais e animais desse país e Barney leva as crianças para fazer um Safári como se elas estivessem na África. No final da vinheta, Barney e as crianças concluem que todas as crianças do mundo são iguais mesmo que tenha culturas e costumes diferentes (Costa & França, 2011).

Priming Racista (Sítio do Pica Pau Amarelo)

O Sítio do Pica-pau Amarelo é uma criação do escritor brasileiro Monteiro Lobato. Os personagens principais moram ou passam boa parte do tempo no sítio de Dona Benta, avó de Narizinho e Pedrinho. A história conta ainda com a Boneca falante Emília, com a cozinheira Tia Nastácia, com o homem da roça Tio Barnabé, com o saci (personagem do folclore brasileiro- Menino negro que falta uma perna e fuma cachimbo), com a cuca, entre outros.

As histórias de Monteiro Lobato foram adaptadas para a televisão. A versão mais conhecida foi a da Rede Globo que ficou no ar de março de 1977 a 31 de janeiro de 1986. Para o presente estudo, foi utilizado um fragmento do episódio *O Saci*. Nesse episódio, Tia Nastácia conta para Pedrinho e Narizinho sobre a existência do Saci. Pedrinho fica curioso e vai conversar com tio Barnabé para saber se Saci existe mesmo, pois sua avó lhe disse que é apenas folclore. Tio Barnabé conta para o menino, que o Saci existe; que ele apronta e diz que um dia no qual conseguiu fazer uma armadilha para que o Saci não aprontasse mais com ele. Nesse fragmento, são apresentados três personagens negros (a cozinheira Tia Nastácia, o tio Barnabé e o Saci), três personagens brancos (a dona do sítio Dona Benta e seus dois netos, Pedrinho e Narizinho) e a boneca de pano Emília, que pertence a Narizinho. Após a apresentação dos vídeos, os participantes foram levados a contar uma história sobre as duas crianças apresentadas nas fotografias.

Os dados foram analisados por Análise de Conteúdo (Bardin, 1979). As histórias foram transcritas totalizando 33 histórias. Procedeu-se à leitura flutuante e construção de categorias baseadas no conteúdo expresso pelas crianças.

Algumas narrativas tinham aspectos em comum com mais de uma categoria, como as produzidas pelos participantes 8 e 17 que assistiram ao vídeo do Barney e 4, 5, e 11 produzidas pelos participantes que assistiram ao vídeo do Sítio do Pica-pau Amarelo e foram incluídas em mais de uma categoria. A seguir apresentamos as principais categorias levantadas, suas definições e

participantes que as mencionaram.

Categoria Interação Positiva: A história gira em torno de temas como amizade, ajuda mútua, relação horizontal entre as crianças e apresentam final feliz.

Estes temas estiveram presentes nas histórias contadas pelos participantes 1, 4, 6, 10, 11, 13, 14, 15, 16 e 18 que assistiram ao vídeo do Barney e nos participantes 1, 6, 8, 12 e 14 que assistiram ao vídeo do Sítio do Pica-Pau Amarelo.

“... Yasmin (branca) e Priscila (negra) são duas amigas que todo dia elas brincavam no parque, brincavam na escola, estudavam juntas...” (S. 1, 7 anos, Barney).

“Vitória (negra), ela tem oito anos e ela brinca com as meninas de boneca e de vestir roupa nas crianças, e Amanda (branca), ela brinca com Vitória de pega-pega, esconde-esconde, de boneca.”(S. 8, 9 anos, Sítio).

Observamos que os participantes que assistiram ao vídeo pró-social, produziram mais narrativas com conteúdos baseados na amizade, ajuda mútua e reciprocidade entre as personagens (10 evocações em 18 narrativas, 55.6%), do que os participantes que assistiram aos vídeos com conteúdo racista (5 evocações em 15 narrativas, 33.3%).

Categoria Parentesco Inter-racial: Os participantes referem que as crianças têm o mesmo pai ou mãe.

Estes temas estiveram presentes na história contada pelos participantes 2, 8 e 9 que assistiram ao vídeo do Barney, e nos participantes 5, 7 e 9 que assistiram ao vídeo do Sítio do Pica-Pau Amarelo.

“... Mike (branco) e Bruno (negro) moravam juntos, eles eram irmãos...” (S. 9, 9 anos, Sítio).

“... Mateus (Negro), ... correu pra casa do irmão.... bateu a porta da casa do irmão, ... Gustavo (Branco) abriu a porta pra ele ...” (S. 8, 8 anos, Barney).

Observamos que dos participantes que assistiram ao vídeo com conteúdo pró-social, 16.7% (3 evocações em 18 narrativas) referiram que as personagens eram irmãos, enquanto dos que assistiram ao vídeo com conteúdo racista 20% mencionaram esse conteúdo (3 evocações em 15 narrativas).

Categoria Unidos por um Objetivo Comum: Histórias em que as personagens se unem para resolverem um conflito produzido por um terceiro personagem ou por uma condição.

Estes temas estiveram presentes na história contada pelos participantes 5, 8, e 12 que assistiram ao vídeo do Barney, e nos participantes 11, 12 e 15 que assistiram ao vídeo do Sítio do Pica-Pau Amarelo.

“...aí achou a casa da bruxa... aí em vez de colocar elas duas no fogo, empurraram a bruxa dentro do fogo, aí foram embora”(S. 5, 7 anos, Barney)

“... Tereza (Negra) e Maria (Branca)... Foram para o bosque catar morango, só que não tinha morango..., elas ficaram muito triste ..., elas tiveram uma ideia de plantar uns morangos e ... depois de alguns dias elas, elas tiveram os morangos e fizeram tortas, bolos e etc.”... (S. 12, 10 anos, Sítio)

Observamos em conformidade com a categoria parentesco interracial, que dos participantes que assistiram ao vídeo com conteúdo pró-social, 16.7% (3 evocações em 18 narrativas) evocaram narrativas nas quais as personagens se unem para resolver um problema comum, enquanto dos que assistiram ao vídeo com conteúdo racista 20% mencionaram esse conteúdo (3 evocações em 15 narrativas).

Categoria Interação Negativa: A história gira em torno de temas como brigas, conflitos entre as crianças ou de acontecimentos inesperados que perturbam a harmonia, e algumas vezes apresentam fim trágico.

Estes temas estiveram presentes na história contadas pelos participantes 2, 3 e 17 que assistiram ao vídeo do Barney e no participante 4 que assistiu ao vídeo do Sítio do Pica-Pau Amarelo.

“...aí Rodrigo (negro) falou: - Vamos atacá-la! Aí Luis (branco) falou: - Não, não vamos. Deixa a cobra aí quieta. Vamos sair daqui. Aí com raiva, Rodrigo pegou uma pedra e jogou na cobra. A cobra avançou e pegou Luis...” (S. 17, 10 anos, Barney).

“... Beatriz (negra) era uma menina muito sapeca e Fernanda (branca) era mais quietinha. Um dia, Beatriz pegou as coisas de Fernanda e quebrou. Fernanda fica triste...” (S. 4, 8 anos, Sítio)

Observamos que as narrativas baseadas em conflitos entre as personagens estiveram mais presentes nos participantes que assistiram ao vídeo com conteúdo pró-social, foram 16.7% das evocações (3 evocações em 18 narrativas). Enquanto apenas 6.7% dos que assistiram ao vídeo com conteúdo racista mencionaram esse conteúdo (uma produção em 15 narrativas).

Categoria Características Estereotipadas Atribuídas ao Negro: Nas narrativas dos participantes, o personagem negro age ou é descrito de modo estereotipado. Nessas narrativas surgem palavras como malvado, reprovou, foi preso; e comportamento travesso e desobediente.

Estes temas estiveram presentes na história contada pelos participantes 8 e 17 que assistiram ao vídeo do Barney, e nos participantes 3, 4, 5, 10 e 11 que assistiram ao vídeo do Sítio do Pica-Pau Amarelo.

“... Gustavo (branco) e Matheus (negro) fizeram uma casa, um fez de palha, um fez de bloco, aí veio o lobo e assoprou a casa de Matheus, aí Matheus, aí correu pra casa do irmão...” (S. 8, 8 anos, Barney).

“... aí o Saci falou: - Eu nem conheço quem é essa Dona Benta. E que eu saiba, ela é uma velha coroca que mora no sítio...” (S. 3, 7 anos, Sítio)

Os resultados demonstram que os participantes que assistiram ao vídeo com conteúdo racista produziram mais narrativas em que a criança negra é descrita de modo estereotipado 33.3% (cinco produções em 15 narrativas), do que os participantes que assistiram ao vídeo pró-social 11.1% (duas produções em 18 narrativas).

Categoria Rejeição do Negro: Narrativas em que o personagem negro é rejeitado ou ocorre uma separação das personagens.

Este tema esteve presente na história contada pelo participante 7 que assistiu ao vídeo do Barney, e nos participantes 2 e 13 que assistiram ao vídeo do Sítio do Pica-Pau Amarelo.

“... Mariana (Branca) e Karine (Negra) eram muito amigas, todo dia ... brincava muito... Um dia Mariana foi embora e Karine ficou só, muito tempo, Mariana achou uma amiga pra brincar e brincou muito”. (S. 7, 8 anos, Barney).

“Ian (Negro) e Filipe (Branco). Ian era um menino solitário, não tinha ninguém para brincar, na escola ninguém brincava com ele...” (S. 2, 7 anos, Sítio).

“... os pais de Eduardo (Branco) não gostavam que ele brincasse com Pedro (Negro) porque ele era de outra cor” (S. 13, 10 anos, Sítio).

Assim como na categoria características estereotípicas atribuídas ao negro, os participantes que assistiram ao vídeo com conteúdo racista produziram mais narrativas em que a criança negra é rejeitada, deixada de lado ou abandonada 13,3% (2 evocações em 15 narrativas), do que os participantes que assistiram ao vídeo pró-social 5,6% (1 evocações em 18 narrativas).

Ao se analisar os resultados deste estudo, conclui-se que na categoria características estereotípicas atribuídas ao negro, os participantes submetidos ao *priming* racista emitiram mais narrativas com conteúdo estereotípico do que aqueles submetidos ao *priming* pró-social. Isso indica que os participantes expressam estereótipos do negro em seu discurso espontâneo com mais frequência quando assistem a programas que representam o negro de modo estereotipado (Augoustinos & Roswarne, 2001).

Outro resultado que emerge nas análises diz respeito à categoria rejeição do negro, expressa com maior frequência nos participantes submetidos ao *priming* racista, e em menor frequência nos participantes submetidos ao *priming* pró-social. Essas narrativas remontam estudos que observam a rejeição ou exclusão do negro como parceiro em atividades e brincadeiras (Cavalleiro, 2000; França & Monteiro, 2011; Santana & Müller, 2011).

Destarte, observa-se que as categorias interação positiva e negativa, aparecem com mais frequência nas narrativas dos participantes submetidos ao *priming* pró-social, enquanto as categoria características estereotípicas atribuídas ao negro, rejeição do negro, parentesco inter-racial e unidos por um objetivo comum aparecem nos participantes submetidos ao *priming* racista.

É digno de nota que na categoria interação negativa, os participantes fizeram uma vinculação de ações geradoras de conflito à criança negra. A esse respeito vale ressaltar estudos Liebert et al. (1988) e Staples (2000) que referem a apresentação de personagens de grupos minoritários como vilões. E o de Graves (1993) que afirma que a apresentação desfavorável dos grupos minoritários leva à adoção de atitudes negativas em direção a esses grupos.

Apesar de termos obtido algumas evidências, no presente estudo, na direção da influência de programas racistas na facilitação de estereótipos do negro, os resultados não são conclusivos. Estes resultados carecem de mais análises considerando o efeito da idade e etnia dos participantes e das normas sociais presentes nos contextos de resposta.

Pesquisas posteriores apoiadas em delineamento longitudinal analisando o efeito da exposição contínua das crianças a programas pró-sociais e racistas poderão aprofundar as evidências encontradas neste estudo.

Em seguida apresentamos o texto de Raimundo Gouveia sobre homofobia.

Homofobia: Um Fenômeno Psicossocial⁶

Ao escolher o tema para tratar neste simpósio do PROCAD, optei por traçar o caminho da minha carreira, o qual se enquadra nessa visão psicossocial e sociocognitiva. Em minha dissertação de mestrado no campo do comportamento político, investiguei os fatores cognitivos das participações em campanhas eleitorais e em movimentos sociais (Gouveia, 1995; Gouveia, França, Costa, & Camino, 1997). De lá para cá, meu interesse tem se voltado para os chamados movimentos culturais ou movimentos identitários, os quais estão voltados para modos de ser na sociedade contemporânea. Nesse cenário, temos investigado o preconceito, os fatores sociais relacionados a ele, tais como valores, crenças, representações, que fundamentam atitudes e comportamentos discriminatórios baseados na orientação sexual (Gouveia, Ismael, & Camino, 2008). Partimos dos estudos clássicos sobre a influência social, enquanto processo de legitimação

6 Esta seção se refere à comunicação do autor Raimundo Gouveia

e inovação das normas sociais e da noção do que pode ser considerado como certo e errado socialmente (Gouveia, 2011).

Para isto, temos nos fundamentado principalmente nas ideias de Moscovici e seus colaboradores, que propõem uma superação da visão coercitiva das crenças, dos valores, da moral, como sendo impostas aos indivíduos pela vida social. Moscovici provocou uma atualização de paradigmas importantes perante os cenários político e social contemporâneos. Ele destaca a possibilidade de negociação de valores e crenças, devido a sua posição estratégica na interação social. As crenças sociais não são entendidas apenas como organizações objetivas de informações “armazenadas” pelos indivíduos, já que sofrem constantes reavaliações diante da dinâmica social, podendo ser consideradas de modo estrategicamente diferente, em consonância com as situações implicadas na situação de interação (Moscovici, 2000). Em outras palavras, as crenças não são percebidas apenas como organizações objetivas de conhecimento, mas como uma nova dimensão de entendimento, já que sofrem constantes reavaliações diante da dinâmica social, podendo ser usadas de maneira estratégica, dependendo da situação (Moscovici, 2011).

Essas estratégias estão ligadas aos processos de identitários, em que estão em jogo categorias sociais, identidades sociais e pessoais. Na defesa da identidade coletiva e das crenças que a fundamentam, pode ocorrer o que Moscovici denomina de dispersão de informação, ou seja, a defasagem entre as informações disponíveis no momento e as que são necessárias para dominar todos os elementos de uma sequência de raciocínio sobre assuntos de interesse social.

Nós temos como exemplo clássico as representações sociais do vírus HIV(AIDS), da epidemia da AIDS, quando surgiu na década de 1980. Na época, o fenômeno era representado como um “câncer gay”, uma doença terrível que atingia um determinado grupo, cujo estereótipo é marcado pelo comportamento sexual considerado promíscuo. Há então um processo de focalização, que se constitui em um esforço do sujeito para dar preferência a determinadas perspectivas da questão que se harmonizem melhor com suas convicções mais profundas (Moscovici, 1961).

Dessa perspectiva, aquela visão do senso comum do preconceito como resultado de certa ignorância passa a ser questionável, já que há processos psicossociais que levam à rejeição de certas informações que contradizem as cognições do indivíduo. As representações sociais são parte de uma dinâmica que traduz interesses sociais, e podem ser definidas como conjuntos de proposições, ações e avaliações que focam um coro coletivo, que pode ser mais ou menos harmonioso (Moscovici, 2000). Aliás, é importante destacar a questão do consenso como parte desse processo, uma vez que a sociedade vai se apropriando desse conhecimento sobre determinado objeto, o qual é colocado numa escala de preferência que varia de acordo com as suas relações sociais. Desse modo, a sociedade converte o objeto social em um instrumento do qual ela pode dispor, a partir de uma escala de preferência nas relações sociais (Moscovici, 1961).

Nas interações sociais há uma exigência para que o sujeito tome uma decisão sobre o assunto em pauta e defina seu posicionamento (Moscovici, 1961). Talvez hoje, mais do que nunca, haja necessidade de dizer de que lado você está. Essa tomada de decisão precisa ocorrer tanto no nível individual quanto no nível grupal. As representações sociais possibilitam certo conforto psicológico, pois possibilita que a gente se posicione a partir do senso comum. Isso dá uma sensação de tranquilidade por estar ao lado da maioria naquele contexto.

Neste sentido, o preconceito ganha um sentido político, e é compreendido além da prática discriminatória cotidiana, já que expressa uma maneira compartilhada de ver o mundo. E vai além da prática cotidiana, representando uma maneira de compartilhar certa visão do indivíduo no mundo. Além de sua expressão em situações concretas, envolve aspectos subjetivos que são decisivos para a hegemonia dos grupos na dinâmica social. Segundo Camino e Pereira (2000, p.56), “ao

analisarmos as formas concretas de preconceito, como o racismo, o antissemitismo, o machismo, etc., observamos que eles fazem parte de ideologias políticas mais amplas”. Temos assim uma visão mais ampla da dinâmica do processo psicossocial que resulta no preconceito, levando em consideração questões individuais, grupais e organizacionais.

Temos realizado alguns estudos para investigar essa relação entre valores e crenças sociais e posicionamentos políticos. Este é o caso dos estudos que tiveram como objetivo investigar a influência dos valores e das crenças sociais sobre a sexualidade nos direitos dos homossexuais (Gouveia, 2007^a; 2007^b; 2009). Foram utilizadas estratégias que visam contornar as normas do “politicamente correto”, evitando que elas interfiram na expressão clara das opiniões e atitudes dos sujeitos pesquisados. No caso, para investigar possíveis atitudes preconceituosas diante das categorias de pessoas homossexuais, decidimos analisar os posicionamentos políticos diante de situações sociais concretas, tais como os direitos civis reivindicados pelo movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais). Então, realizamos três estudos empíricos sobre a influência dos valores e crenças sociais sobre a natureza da sexualidade nos posicionamentos diante dos direitos civis das LGBT.

Em um dos estudos (Gouveia, 2007a), verificamos como as visões sobre as famílias, a conjugalidade, a criação de filhos e as causas atribuídas à homossexualidade afetam os posicionamentos diante dos direitos civis dessa categoria social. Foram entrevistados estudantes universitários de cursos que podiam formar profissionais que teriam influência nos direitos civis, como direito, psicologia e serviço social; o curso de ciências da computação entrou como comparação. Assim, a amostra foi composta por 256 estudantes de universidade pública da cidade de João Pessoa, sendo 55% mulheres; 70% períodos iniciais; 76% católicos, 12% evangélicos, 2,4% espíritas, 5% religiões afro-brasileiras e 9% s/religião. Foi utilizado um questionário com perguntas abertas e fechadas.

Na relação entre curso e concordância com o direito à união civil, vemos uma porcentagem de 59% de concordância total com a concessão desse direito às pessoas homossexuais; trata-se de uma cifra que se repete em vários outros estudos no país. A maioria dos estudantes que concordam com esse direito pertence ao curso de psicologia e direito (77% e 70% respectivamente). Os que menos concordaram, ao contrário do que esperávamos, não são do curso de computação (46% de concordância), mas do de serviço social (35%). No que se refere ao direito de os casais homossexuais adotarem filhos, observa-se uma concordância média de 41%, sendo majoritária entre os estudantes de psicologia (63%) e minoritária entre os de computação (25%).

Tínhamos uma lista de explicações de causas, de crenças sobre a origem da homossexualidade, a partir de estudos de Lacerda, Pereira e Camino (2002). Pedimos aos participantes que escolhessem uma dessas explicações em relação a homossexualidade masculina e feminina, acreditando que as visões fossem diferentes em relação aos gêneros. Ao relacionar os cursos com essas explicações sobre a homossexualidade, vimos que os cursos de computação e serviço social são os que mais aderem às explicações do tipo moral (“falta de vergonha, falta de amor a Deus”). O curso de psicologia é o que mais adere a causas indefinidas; denominada originalmente nos estudos anteriores como causas psicossociais, e que se referem à homossexualidade como uma expressão natural, uma das formas de manifestação da sexualidade.

Podemos observar na Tabela 1 que a maioria dos participantes que atribuem causas morais à homossexualidade masculina estão matriculados nos cursos de computação e serviço social (19% e 15% respectivamente); enquanto a maioria dos que atribuíram causas indefinidas pertencem ao curso de psicologia (74%).

Tabela 1

Correlação Entre os Tipos de Causas Atribuídas à Homossexualidade Masculina e o Curso dos Participantes

Curso	Tipos de causa da homossexualidade masculina			
	moral	fisiológica	psicológica	indefinida
Psicologia	-	8,2	17,8	74,0
Direito	6,0	13,4	22,4	58,2
Serviço Social	14,8	13,0	13,0	59,3
Computação	18,9	17,0	28,3	35,8
Total	8,9	12,6	20,2	58,3

$\chi^2_{(9)} = 28,28$, $p. <.001$

Com relação à homossexualidade feminina, observou-se que uma das poucas diferenças em relação à homossexualidade masculina é a atribuição do fenômeno a causas externas à vontade dos sujeitos, como por exemplo, “decepção com os homens, resultados de traumas e de violência sexual”.

Na relação das causas com o direito à união civil, viu-se que a maioria das pessoas que concordam atribui à homossexualidade, causas fisiológicas e indefinidas. São causas que estão acima da vontade do indivíduo, e do processo de culpabilização do sujeito; no que diz respeito à adoção ocorre a mesma relação.

Em uma pergunta aberta, pedimos aos estudantes que descrevessem os elementos que compõem uma família. A maioria destacou os elementos união, convivência, modo de cumplicidade (40%); enquanto o restante dos estudantes dividiu-se entre os elementos consanguinidade, núcleo social primário e base de assistência e formação (média de 20% para cada categoria).

A partir de estudos anteriores (Lacerda, Pereira, & Camino, 2002; Pereira & Camino, 2000) apresentamos os elementos que caracterizam uma família, e pedimos para eles ordenarem em grau de importância. O amor e a fidelidade apareceram como os elementos mais importantes, e os casamentos civil e religioso como os menos importantes. Relacionando esses elementos aos cursos, observa-se que amor, compromisso e dinheiro são mais valorizados na psicologia, e diferença de sexo entre os casais e casamento religioso em computação e serviço social.

Na relação entre os elementos que compõem a família e as causas da homossexualidade se observa que os participantes que valorizam mais o amor e o compromisso atribuem mais causas indeterminadas e menos causas morais à homossexualidade, seja masculina ou feminina. Quanto aos posicionamentos diante do direito dos homossexuais à união civil, observa-se que a valorização dos elementos amor, compromisso e dinheiro estão relacionados com a concordância; enquanto diferença de sexo entre o casal (visão segundo a qual um casal só pode ser composto por um homem e uma mulher) e casamento religioso estão ligados à discordância. Na relação com o direito a adoção para casais homossexuais masculinos ou femininos repete-se o mesmo padrão de respostas.

Finalmente, perguntamos se crianças criadas por casais homossexuais poderiam sofrer influência negativa nos aspectos da sexualidade e da autoestima (Tabela 2). Mais uma vez repete-se o padrão: amor, compromisso e, de certa forma, dinheiro, mostram-se relacionados à negação da má influência; ao passo que diferença de sexo e de casamento religioso se encontra relacionada à crença nessa má influência.

Tabela 2

Ranking dos Elementos Fundamentais da Família em Relação à Crença na Má Influência de Pais Homossexuais na Sexualidade e na Autoestima dos Filhos

Ordem	Fundamentos da família	sexualidade		x ²	autoestima		x ²
		sim	não		sim	não	
1	Amor	117,29	103,20	5,645*	115,66	102,19	4,863**
2	Fidelidade	112,71	106,10	< 1	115,54	100,11	3,608**
3	Compromisso	124,23	95,74	11,696*	118,94	97,66	6,400*
4	Ter filhos	114,86	105,82	1,156	113,89	104,63	1,191
5	União entre sexos diferentes	89,78	131,95	24,971*	89,56	136,81	30,781*
6	Dinheiro	118,21	102,21	3,578**	115,66	102,19	2,602
7	Casamento religioso	102,22	119,41	4,156**	113,89	104,63	< 1
8	Casamento civil	115,84	104,76	1,765	113,81	104,73	1,165

* *p.* < .01; ** *p.* < .05

Uma vez que estávamos discutindo direitos de cidadania, entrevistamos de forma aberta algumas lideranças do movimento pelos direitos de LGBTs, para saber qual a sua visão a respeito do casamento, da família, da adoção e sua importância para os homossexuais. Fizemos a análise lexical das articulações dos discursos por meio do Alceste e constatamos que as ideias dividem-se em dois eixos de análise (Gouveia & Camino, 2009) (vide Figura 1).

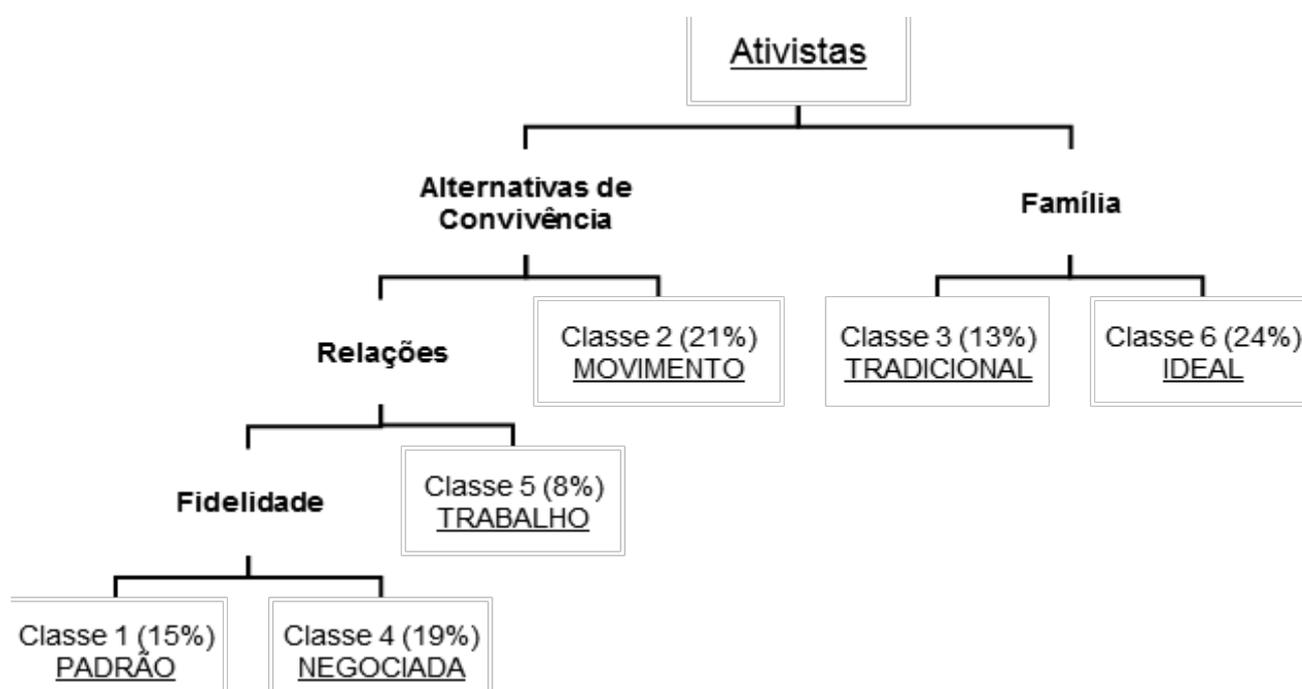


Figura 1. Articulações dos discursos resultantes da análise lexical dos contextos do discurso dos militantes do movimento LGBT da Paraíba.

O primeiro eixo de análise se refere à família *tradicional* ou concreta e à *ideal*, em que

se observa uma visão crítica da família patriarcal e da assimetria de poder, ao mesmo tempo em que se idealiza uma família mais democrática e informal. O segundo eixo mostra *alternativas* para a constituição familiar. O fenômeno de alternativas à vida familiar (amigos que convivem como família, por exemplo) é constatado em um levantamento bibliográfico realizado por Peplau e Fingerhut (2007) sobre a união entre pessoas do mesmo sexo. A participação no *movimento* é vista tanto como meio de influência nas *mudanças* sociais, quanto como alternativa de convivência, juntamente com as relações com os colegas de *trabalho* e os amigos. Além disso, as *uniões afetivas* podem ser estáveis (*padrão*) ou ocasionais (*negociadas*), dependendo da importância atribuída à fidelidade. A análise fatorial de correspondência indica que a classe referente às ideias sobre a família tradicional (concreta) ocupa um espaço próprio, mas mantém aspectos comuns com as classes que se referem às relações alternativas e que se apresentam de forma mais ou menos sobreposta. Isto pode ser interpretado como uma indicação de que os valores familiares dos militantes não são muito diferentes dos valores tradicionais.

A apreciação desses discursos não deve perder de vista seu caráter panfletário. Embora os ativistas não excluam as opiniões particulares, buscam uma perspectiva coletiva enquanto portavozes das aspirações da categoria homossexual, bem como das subcategorias que representam. Ainda podemos observar que as questões referentes à legitimação da união civil e à adoção por casais homossexuais não parecem indispensáveis por si mesmas. São destacadas como mais importantes para a isonomia de direitos entre heterossexuais e homossexuais.

A partir dessa trajetória, observamos a importância do processo de socialização na compreensão do preconceito. Então passamos a investigar os agentes de ensino sobre o tema da sexualidade na escola. As perguntas que nortearam este outro estudo que será brevemente descrito aqui foram: Até que ponto, para lidar com situações do cotidiano escolar, toma-se como referência de análise o conhecimento científico formal ou o conhecimento do senso comum, considerando os valores morais e crenças sociais que deles subjazem? Quais dos tipos de conhecimento prevalecem nas tomadas de decisões diante de situações de discriminação entre estudantes, ou de comportamentos que não condizem com os padrões estabelecidos para a diferenciação entre os gêneros? Nosso objetivo é analisar as formas de abordagem de questões ligadas à sexualidade, diferenças de gênero e de orientação sexual em operadores do sistema educacional. Para isto, estamos utilizando como estratégia metodológica a análise dos discursos provocados por dilemas situacionais que façam referência a algumas situações.

Desse modo coletamos opiniões de profissionais das cidades de Recife e Salvador sobre questões práticas, tais como: o que você faria se um menino quisesse participar de uma turma de balé formada apenas por meninas ou uma menina desejasse jogar em um time de futebol composto apenas por meninos? Acreditamos que ao apresentar situações desse tipo podemos contornar a regulação das respostas pela moral do que é considerado como politicamente correto, e ter acesso aos posicionamentos dos participantes juntamente com os valores e crenças que lhes servem de justificativa.

A partir das primeiras análises dos resultados, podemos inferir que os agentes de ensino se posicionam contra a discriminação baseada em gênero e orientação sexual; pelo menos quando ela parte de alunos e pais. No entanto, seus posicionamentos diante das situações apresentadas levam-nos a entender que estão mais preocupados com os comportamentos considerados como indícios de homossexualidade do que com comportamentos explicitamente homofóbicos.

Uma análise geral dos estudos empíricos apresentados aqui nos permite concluir que sobrevive uma visão da homossexualidade enquanto fenômeno antinatural que resulta de distúrbios biopsicológicos. No entanto, há evidências de uma preocupação com a pressão social, no sentido

de evitar a manifestação aberta da homofobia representada pelas explicações moralizantes, as quais são determinadas basicamente pelas doutrinas religiosas mais fundamentalistas. Assim, os participantes defendem a tolerância diante dos homossexuais, mas também os estigmatizam como pessoas essencialmente diferentes, as quais precisariam ser consideradas socialmente com cautela e reserva (Gouveia, 2007a).

Porém, é possível observar uma tendência de mudança desses valores e normas ligados à família patriarcal. Muitos universitários admitem a possibilidade de pessoas homossexuais serem consideradas capazes de ter características que as habilitem a exercer papéis de agentes de socialização, pelo menos como pais e mães. A admissão dessa possibilidade provoca um aumento nos níveis de concordância diante do direito à adoção de crianças (Gouveia, 2007a). Juntando-se a isto as novas visões da família – as quais valorizam mais sua função afetiva e solidária do que sua função reprodutiva -, somos levados a acreditar que se abre algum espaço para a inclusão social das famílias homoparentais, já que essas visões da família foram constatadas também entre os militantes.

Entre semelhanças e diferenças nos pontos de vista de estudantes e militantes, parece haver uma dificuldade para encontrar um espaço de comunicação, no qual as minorias possam revelar estas semelhanças de valores e interesses sociais, e a sociedade civil possa sentir-se à vontade para expressar suas dúvidas e preocupações diante das diferenças. Mesmo provocando situações imediatas de conflito, o debate pode gerar oportunidades para as minorias mostrarem que não são tão “exóticas” quanto imaginam aqueles que se sentem inseguros diante das diferenças sociais. Ao mesmo tempo, podem mostrar que a atitude de reserva diante dos homossexuais - pelo menos na população pesquisada - está mais relacionada à desinformação do que à intransigência. Portanto, ao se promover a difusão de informações através de debates estar-se-á promovendo o respeito a modos de vida diferentes, mas que não são necessariamente excludentes. Afinal, as novas visões sociais que surgem no processo sócio-histórico têm se acumulando e não se substituindo, e por isto carecem de um espaço democrático de coexistência, que superem as diferenças categoriais em nome dos direitos universais dos seres humanos.

Considerações finais

Os dois textos apresentados neste artigo abordaram, de perspectivas diversas, questões relativas à formação e expressão de preconceitos e estereótipos, tema de fundamental importância na atualidade, haja vista os conflitos sociais decorrentes de intolerância com a diversidade em um mundo em crise. Os relatos das investigações empíricas desenvolvidas pelas autoras do primeiro texto permitiram compreender as possíveis relações estabelecidas entre programas televisivos dirigidos ao público infantil e a expressão de atitudes negativas e de estereótipos, principalmente em relação à categoria social de negros.

A principal conclusão é que programas que incentivam ou exibem ações pró-sociais sugerem ter impactos distintos dos que contêm mensagens e formas de expressão racista. Apesar da advertência das autoras de que os resultados não podem ser generalizados em virtude de não terem sido explorados os efeitos da idade e etnia dos participantes e das normas sociais, certamente as conclusões do estudo são inquietantes e nos convidam a ser mais cuidadosos na eleição e construção de programas dirigidos ao público infantil.

As questões sobre a homofobia trazidas pelo autor do segundo texto convidam o leitor a refletir em outra direção: na das relações entre o preconceito e os valores, crenças e representações que fundamentam atitudes e comportamentos discriminatórios baseados na orientação sexual. O preconceito é aí entendido em um sentido político e ideológico, e ultrapassa a prática discriminatória

cotidiana, expressando uma maneira compartilhada de visão de mundo. Em um dos estudos relatados encontrou-se evidência de que as visões sobre as famílias, a conjugalidade, a criação de filhos e as causas atribuídas à homossexualidade afetam os posicionamentos diante dos direitos civis da categoria social de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais.

A partir de uma simples pergunta aos profissionais do ensino sobre o que fariam se um menino quisesse participar de uma turma de balé formada apenas por meninas ou uma menina desejasse jogar em um time de futebol composto apenas por meninos, os resultados sugerem que os agentes de ensino se posicionam contra a discriminação baseada em gênero e orientação sexual, mas suas respostas a essa questão aberta levam em conta mais os indícios de homossexualidade do que a homofobia.

Apesar de a homossexualidade ser vista como um fenômeno antinatural há indícios de uma preocupação em evitar a manifestação aberta da homofobia representada pelas explicações moralizantes.

Referências

- Allport, G.W. (1954). *The nature of prejudice*. Massachusetts: Addison-Wesley.
- Augoustinos, M., & Rosewarne, D. (2001). Stereotype knowledge and prejudice in children. *British Journal of Developmental Psychology*, 19, 143-156. doi: 10.1348/026151001165912
- Augoustinos, M., & Reynolds K.J (Eds.). (2001). *Understanding prejudice, racism, and social conflict* (pp. 1-23). Londres: SAGE.
- Camino, L. (1996). Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. *Psicologia e Sociedade*, 8(1), 17-42.
- Carneiro, M. L. T. (1998). *O racismo na história o Brasil: Mito e realidade*. (7ª ed). São Paulo: Ática.
- Cavalleiro, E. S. (2000). Discursos e práticas racistas na educação infantil: A produção da submissão e do fracasso escolar. In D.M. Queiroz et al. (Orgs.), *Educação, Racismo e Anti-racismo* (pp.193-219). Salvador: Novos Toques, Programa A Cor da Bahia, UFBA.
- Costa, A. C.S. D., & França, D. X. (2011). Estereótipos relativos a personagens negros e brancos presentes no discurso espontâneo das crianças que assistiram a programa pró-social e antissocial. *Educamazônia*, 4, 1 (6). Recuperado de <http://revistaeducamazonia.cw7.info/cont.php?cont=1160>.
- Dijk, T. A. V. (1997). *Racismo y análisis crítico de los medios*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Paris: PUF.
- França, D. X. & Monteiro, M. B. (2011). Identidade racial e atitudes para o próprio e outro grupo em crianças. In S. C. S. Fernandes, C. E. Pimentel, V. V. Gouveia, & J. L. Álvaro-Estramiana (Orgs.), *Psicologia social: Perspectivas atuais e evidências empíricas* (pp.59-74). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gouveia, R.C. (2007). *Os consensos sociais sobre a natureza da sexualidade e os posicionamentos diante do movimento GLBT*. (Tese de doutorado não publicada). Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Paraíba.
- Gouveia, R.C. (2011). Processos de influência social. In L. Camino, A.R.R. Torres, M.E.O. Lima, & M.E. Pereira (Orgs.), *Psicologia Social: Temas e teorias* (pp. 241-296). Brasília: Techopolitik.
- Gouveia, R.C., & Camino, L. (2009). Análise psicossocial das visões de ativistas LGBTs sobre família e conjugalidade. *Revista Psicologia Política*, 9(17), 47-65.

- Gouveia, R.C., França, D., Costa, J. B. da, & Camino, L. (1997). O papel das crenças políticas no comportamento dos eleitores de João Pessoa em 1992 e 1994. In L. Lhulier, L. Camino, & P.J. Krischk (Orgs.), *Estudos do comportamento político: Abordagem multidisciplinar* (pp. 107-125). Florianópolis: Ed. Letras Contemporâneas.
- Gouveia, R.C., Ismael, E.C., & Camino, L. (2008). Equidade de gênero e diversidade sexual. In I.M. Gentle, M.N. T. Zenaide, & V.M.G. Guimarães (Orgs.), *Gênero, diversidade sexual e educação: Conceituação e práticas de direito e políticas públicas* (pp. 79-92). João Pessoa: Universitária da UFPB.
- Gouveia, R.C., Melo, I., & Camino, L. (2007). As crenças sobre a natureza da homossexualidade e as atitudes frente às reivindicações do movimento GLBT. In E. C. Krutzen & S. B. Vieira. (Orgs.), *Psicologia Social, clínica e saúde mental* (pp. 180-201, 1ed.). João Pessoa: Universitária da UFPB.
- Graves, S. B. (1993). Television, the portrayal of African-Americans, and the development of children's attitudes. In G. L. Berry & J. K. Asamen (Orgs.), *Children and television: Images in a changing sociocultural world* (pp.179-190). Thousand Oaks, C.A: Sage Publications.
- Hilty, E. B. (2004). De Vila Sésamo a Barney e seus amigos: A televisão como professora. In Steinberger, S.R., Kincheloe L. J. (Orgs.), *Cultura infantil: a construção corporativa da infância* (2ªed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Huston, A. C., Wright. J. C., Marquis. J., & Green, S. B. (1999). How young children spend their time: Television and other activities. *Developmental Psychology*, 35(4), 912-925. doi: 10.1037/0012-1649.35.4.912
- Katz, P.A.(1983). Developmental foundations of gender and racial attitudes. In P. H. Robert L. Leahy (Org.), *The child's construction of social inequality* (pp.41-78). New York: Academic Press.
- Lacerda, M., Pereira, C., & Camino, L. (2002). Um estudo das novas formas do preconceito contra os homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 165-178. doi: 10.1590/S0102-79722002000100018
- Liebert, R. M., & Srafskin, J.(1988). *The early window: Effects of television on children and youth* (3rd ed). New York: Pergamon Press.
- Major, B., McCoy, S., Kaiser, C., & Quinton, W. (2003). Prejudice and self-esteem: A transactional model. *European Review of Social Psychology*, 14, 77-104. doi: 10.1080/10463280340000027
- Mandaji, C., & Silva, F. (2010, Julho). A relação entre formatos e consumo nos programas televisivos infantis. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*, Campina Grande, Paraíba.
- Monteiro, M. B. (1999). Meios de comunicação social e construção da realidade social: crescer com a violência televisiva em Portugal. *Psicologia*, XII (2), 321-339.
- Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son publique*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (2011). *A Invenção da sociedade: Sociologia e psicologia*. São Paulo: Vozes.
- Moscovici, S. (2000). *Representações sociais: Investigações em psicologia social*. São Paulo: Vozes.
- Oakes, P. J., Haslam, S. A., & Turner, J. C. (1994). *Stereotyping and social reality*. Massachusetts, Blackwell.
- Operário, D., & Fiske, S. T. (1998). Racism equal power plus prejudice: A social psychological equation for racial oppression. In J. L. Eberhardt & S. T. Fiske (Orgs.), *Confronting racism: The*

- problem and the response (pp. 33-54). Thousand Oaks, CA: Sage Publications
- Peplau, A.L., & Fingerhut, A.W. (2007). The close relationships of lesbian and gay men. *Annual Review of Psychology*, 58, 405-24.
doi: 10.1146/annurev.psych.58.110405.085701
- Pereira, C., & Camino, L. (2000). O papel de Psicologia na construção dos Direitos Humanos: Análise das teorias e práticas psicológicas na discriminação ao homossexualismo. *Revista Perfil*, 13(13), 49-69.
- Pereira, R. M. R. (2002). Infância, televisão e publicidade: Uma metodologia de pesquisa em construção. *Cadernos de Pesquisa*, 115, 235-264. doi: 10.1590/S0100-15742002000200005
- Richert, R. A., Robb, M. B., & Smith, E. I. (2011). Media as social partners: The social nature of young children's learning from screen media. *Child Development*, 82(1), 82–95. doi: 10.1111/j.1467-8624.2010.01542.x
- Santana, M. A., & Müller, M. L. R. (2011). Discriminação racial no cotidiano escolar: O que dizem as diretoras. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (Des) Igualdades, Salvador, Bahia.
- Staples, G. B. (2000). Television in black and white: Report on the Children Now Survey of ethnic representation in television programming. Atlanta Constitution, DI-2, 15.
- Wachelke, J.F.R., & Camargo, B.V. (2007). Representações sociais, representações individuais e comportamento. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 41(3), 379-390

Como Citar:

Lima, M. E. de O., França, D., Gouveia, R., & Costa, A. C. da S. (2014). Formação e Difusão das Cognições Sociais: TV, Racismo e Homofobia. *Revista Brasileira de Psicologia*, 1(2).

Trabalho do formador de professores para a educação profissional

Work Trainers of Teachers for professional education

Deivis Perez¹



Resumo: Este artigo apresenta pesquisa sobre o trabalho do formador de professores para educação profissional, que objetivou examinar os instrumentos laborais destes profissionais, a concepção de mediação pedagógica subjacente aos textos prescritivos do trabalho e as matrizes teórico-metodológicas mobilizadas na atividade laboral. O aporte teórico foi a Clínica da Atividade, vertente da Psicologia do Trabalho. Adotou-se a autoconfrontação simples para recolha dos dados, que articula entrevista, observação, análise documental e registro em vídeo do trabalho. Foram voluntários o coordenador e três formadores de curso de instituição educacional paulista. Os resultados apontaram que o trabalho dos formadores é atividade dirigida para outras pessoas, com uso de instrumentos concretos e imateriais. Os textos prescritivos sugerem a utilização da abordagem cognitivista de educação, mas na ação efetiva dos formadores adotou-se perspectiva histórico-cultural de desenvolvimento humano. Ao final há as limitações desta pesquisa e sinaliza-se a necessidade de produção ulterior de estudos sobre a temática.

Palavras-chaves: psicologia do trabalho, educação profissional, trabalho do formador.

Abstract: This article presents research that examined work of a teacher trainer for professional education, which aimed to study the work of these professional instruments, the design of pedagogical mediation underlying the prescriptive texts of the work and the theoretical-methodological arrays deployed in labor activity. The theoretical framework was Clinical Activity, strand of Work Psychology. We adopt a simple self-confrontation for data collection, combining interviews, document analysis, and video recording of the work. Were the volunteer coordinator and three trainers course in São Paulo educational institution. The results showed that the work of trainers activity is directed to others, using concrete and intangible instruments. Prescriptive texts suggest the use of cognitive education approach, but in the effective action of the trainers was adopted cultural-historical perspective of human development. At the end there are the limitations of this research and indicates the need for further scientific research on the subject.

Keywords: work psychology, professional education, trainer's work.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e Escolar da UNESP - campus Assis

Apresentação da pesquisa

Este artigo relata um estudo acadêmico-científico do campo da Psicologia do Trabalho, o qual teve como finalidade investigar a atividade laboral do formador de professores do campo da educação profissional técnica de nível médio. A análise da temática foi realizada por meio do estudo do trabalho de um grupo de formadores que atuava num curso denominado Educação e Linguagem, que contava com a participação de professores que atuavam em uma rede de cinquenta e quatro escolas pertencentes a uma instituição de educação profissional do Estado de São Paulo. Especificamente, esta pesquisa teve como objetivo identificar e examinar três dimensões do trabalho dos formadores de docentes: a) os instrumentos de trabalho utilizados pelos formadores; b) a perspectiva de mediação pedagógica subjacente aos textos prescritivos do trabalho destes profissionais; c) as matrizes teóricas e metodológicas mobilizadas pelos formadores durante a efetiva realização da sua atividade laboral.

Considerando os objetivos do estudo foram delimitadas três categorias analíticas, que favoreceram o exame do trabalho dos formadores, a saber: *trabalho prescrito*, *trabalho real* e *trabalho interpretado*. Nesta pesquisa foram empregadas as definições de Bronckart para trabalho prescrito e trabalho real, conforme segue:

A primeira expressão designa o trabalho como ele é predefinido em diversos documentos produzidos pelas empresas ou pelas instituições, que dão instruções, modelos, modos de emprego, programas, etc. Portanto o 'trabalho prescrito' constitui-se como uma representação do que deve ser o trabalho, que é *anterior* à sua realização efetiva [...]. Já a expressão 'trabalho real' designa as características efetivas das diversas tarefas que são realizadas por um trabalhador em uma situação concreta. (Bronckart, 2006, p. 208)

O trabalho interpretado, de acordo com Machado (2007), é composto pelo conjunto de reflexões e análises que o trabalhador elabora sobre a sua própria atividade laboral após ela ter sido realizada. O trabalho interpretado se expressa no discurso e nas representações construídas pelo trabalhador acerca do conjunto de suas atividades cotidianas. Inclui os conceitos e teorias adotadas pelo indivíduo em seu trabalho, suas motivações, o modo como ele percebe as ações realizadas, bem como as responsabilidades assumidas no espaço em que executa o seu ofício.

Neste estudo foi adotado como referencial teórico-metodológico a Clínica da Atividade, que se insere nas Ciências do Trabalho, particularmente no campo da Psicologia do Trabalho. De modo complementar, foram utilizados os aportes do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) sobre os diferentes tipos de trabalho, conforme definições anteriormente apresentadas. A recolha de dados foi realizada por intermédio do dispositivo denominado autoconfrontação, que foi desenvolvido no âmbito da Clínica da Atividade e tem sido usado por psicólogos e pesquisadores para intervir em processos laborais e favorecer a coleta de informações para pesquisas acadêmicas. Este dispositivo reúne de modo articulado instrumentos ou procedimentos de pesquisa como a entrevista semiestruturada; a análise de documentos e o registro em áudio e vídeo do trabalho. A pesquisa contou com a participação voluntária de três formadores e do coordenador do curso Educação e Linguagem, que era oferecido como parte de um amplo programa institucional de capacitação docente para a educação profissional.

Vale destacar que o interesse pelo trabalho dos formadores de professores para a educação profissional de nível médio justifica-se em função do reduzido número de estudos acadêmico-científicos sobre o tema, considerando os dados sobre a produção de dissertações e teses nas universidades brasileiras, tornadas disponíveis pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal

de Nível Superior (CAPES). Em levantamento realizado em outubro de 2013², foram localizadas, entre mais de 125 mil trabalhos acadêmicos, apenas quarenta pesquisas dedicadas à análise do trabalho docente nos diferentes níveis educacionais brasileiros, mas nenhum sobre o trabalho do formador de professores para a educação profissional técnica de nível médio. O presente estudo foi realizado visando, também, contribuir para minimizar esta lacuna nos estudos especializados.

Este artigo está organizado em quatro subseções, além desta apresentação e das considerações finais, em que abordamos, sucessivamente: a) contexto de realização do estudo; b) a abordagem teórico-metodológica adotada; c) procedimentos de recolha dos dados; d) análise dos dados.

Contexto da pesquisa

Neste tópico foram delineados o contexto institucional em que estavam inseridos os formadores e o curso utilizado como meio para a recolha de dados; as características profissionais gerais dos voluntários da pesquisa. Cumpre mencionar, antes do relato do estudo, que, por solicitação dos seus voluntários e em respeito ao sigilo ético, foram omitidas as informações que pudessem identificar os participantes da pesquisa, bem como, da instituição promotora do curso Educação e Linguagem, de agora em diante nomeada *Escola Formadora*, sem prejuízo para o entendimento do conjunto de dados e reflexões sobre a temática examinada.

Os dados foram coletados em uma instituição educacional de caráter público que possui cinquenta e quatro escolas no Estado de São Paulo. No tocante à estrutura organizacional, a Escola Formadora tem órgãos de administração estadual, responsáveis pelas diretrizes de ação institucional; departamentos de gestão municipais que, a partir das diretrizes estaduais, elaboram as estratégias de atendimento à demanda populacional e de formação técnica profissionalizante considerando as particularidades de cada localidade.

Nesta pesquisa optou-se pelo estudo do trabalho dos formadores de professores realizado em um curso denominado *Educação e Linguagem*, que fazia parte do programa institucional de formação de docentes (doravante Programa) da Escola Formadora. Este Programa, que reunia vinte e cinco cursos temáticos de capacitação em serviço dos docentes, era organizado e oferecido pelo setor de gestão de pessoas da Escola Formadora. Os cursos tinham duração de dezesseis a quarenta e oito horas e contemplavam temáticas como trabalho pedagógico por projetos e por competências; planejamento e avaliação do processo pedagógico; uso de artefatos tecnológicos facilitadores da aprendizagem; entre outros.

A definição do curso em que foi realizada a recolha dos dados ocorreu em acordo entre o pesquisador e os quatro voluntários da pesquisa (coordenador e três formadores do curso). O critério para escolha do curso foi o elevado número de professores que eram capacitados nas suas turmas e, principalmente, o fato de os formadores considerarem que se tratava de processo formativo que oferecia maior complexidade pedagógica, de modo que a própria participação dos voluntários nesta pesquisa poderia contribuir para a reflexão acerca do trabalho realizado.

O curso Educação e Linguagem possuía duração de 38 horas e, de acordo com o Projeto Pedagógico do Programa de formação de docentes (Escola Formadora, 2012b), tinha como objetivo contribuir para a apropriação, por parte dos docentes participantes, de estratégias de ensino acerca do uso da língua portuguesa (oral e escrita) adaptadas às necessidades de aprendizagem dos alunos de cursos técnicos profissionalizantes.

2 O levantamento considerou teses ou dissertações que abordavam a temática “trabalho docente” e que apresentavam, entre as palavras-chave de indexação, relação com a temática em questão.

É importante registrar que todo o curso era estruturado e realizado por meio do uso, pelos formadores e pelos docentes em fase de capacitação, de um *software* educacional, denominado *Investigando Textos com Sherlock!*, que se propõe a contribuir, de modo lúdico, com o processo de ensino desenvolvido por educadores que trabalham com a aprendizagem e a construção de sentido de textos em língua materna e línguas estrangeiras (Scatena, 2009). Considerando o uso deste *software* no curso Educação e Linguagem, incluímos na pesquisa o exame dos documentos prescritivos do trabalho dos formadores que acompanhavam o *Sherlock*, os quais serão apresentados no tópico dedicado à recolha de dados.

Conforme mencionado anteriormente, esta pesquisa contou com quatro voluntários, sendo um coordenador e três formadores contratados pela Escola Formadora. No período em que os dados da pesquisa foram coletados (entre 2011-2012) o grupo de formadores era composto por quinze profissionais especializados em educação profissional e formação de professores, todos com mestrado completo e alguns com doutorado em andamento. Os formadores não eram funcionários contratados pela Escola Formadora. Eles realizavam o trabalho para aquela instituição, mas eram sócios ou contratados por empresas de terceirização de mão de obra ou, em alguns casos, eram funcionários de organizações não governamentais (Ongs) especializadas em educação. Os três formadores participantes desta pesquisa possuíam graduação e mestrado no campo educacional e eram funcionários de uma Ong, reconhecida por sua atuação na educação. O coordenador possuía graduação e mestrado em administração e era funcionário contratado pela Escola Formadora, submetido ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Abordagem teórica e metodológica da pesquisa

Os referenciais teórico-metodológicos adotados na pesquisa foram a Clínica da Atividade e, especificamente no tocante ao exame dos tipos de trabalho, o Interacionismo Sociodiscursivo (ISD). A Clínica da Atividade e o ISD têm como suas raízes epistemológicas a perspectiva racionalista-materialista de Baruch Espinosa, o materialismo dialético de Karl Marx e, de maneira central, a Psicologia Histórico-Cultural ou Sócio-Desenvolvimentista de Vigotski³. Os pesquisadores da Clínica da Atividade e do ISD têm se dedicado ao desenvolvimento de procedimentos metodológicos e analíticos para o estudo do trabalho, com atenção especial para o trabalho docente. Em função disto, julgamos que eram referenciais pertinentes para o estudo da atividade dos formadores do curso Educação e Linguagem.

O ISD aborda o trabalho, em sintonia com Vigotski, considerando-o como parte fundamental do desenvolvimento humano. Nesta abordagem o centro das pesquisas e suas unidades analíticas encontram-se na atividade languageira, percebida como fenômeno social, dialógico e semiótico de produção e circulação de textos orais ou escritos, situados em um contexto sócio-histórico determinado (Bronckart, 2006). No ISD é a análise dos diferentes textos (orais e escritos), construídos na rede discursiva que envolve a atividade laboral, que pode conduzir o pesquisador a uma compreensão profunda dos elementos que marcam o trabalho de um profissional ou de um grupo de trabalhadores.

A Clínica da Atividade, por sua vez, se dedica à elaboração e aperfeiçoamento de estratégias e instrumentos de pesquisa que pretendem favorecer a análise psicológica do trabalho e a sua transformação (Clot, 2006). Esta vertente teórica da Psicologia do Trabalho iniciou seu desenvolvimento com os estudos acadêmicos do psicólogo francês Clot (2006; 2010). A Clínica da Atividade, de acordo com Clot (2006), considera que o trabalho é uma atividade dirigida em

3 Nesse trabalho optou-se por adotar “Vigotski”, conforme as traduções de Paulo Bezerra das obras do pensador russo para o português.

situação concreta/real, que é composta pelo comportamento e pela subjetividade do trabalhador, pelas prescrições da tarefa e sua efetiva realização, pelos instrumentos concretos e semióticos usados pelos profissionais e pelo coletivo de trabalho, que são os colegas, coordenadores ou chefes, assistentes, entre outros.

A perspectiva desenvolvimentista vigotskiana orienta a Clínica da Atividade, de acordo com Clot (2010; 2006), na compreensão do trabalho humano, que é definido como experiência que permite a modificação do meio, o desenvolvimento e a transformação do homem por intermédio do estímulo que o trabalho oferece à articulação entre a ação individual e a atividade coletiva, o que faz emergir e consolidar as capacidades de indivíduos e grupos. Trata-se de perspectiva ampliada da noção de trabalho, que reconhece a sua relevância para a realização das potencialidades humanas.

É sob a influência de Vigotski que a Clínica da Atividade defende que o trabalho é um fenômeno social e psicológico e que a Psicologia é uma ciência que deve construir e acurar estratégias metodológicas e interventivas que permitam às pessoas e grupos experimentarem a possibilidade de transformação da própria realidade, a ampliação da sua vitalidade e potência de agir e a promoção de metamorfoses emocionais.

A Psicologia, os seus profissionais e pesquisadores, conforme a proposta de Vigotski (1927/2004, p. 283), devem considerar que a “[...] necessidade de sair de uma vez por todas dos limites da experiência direta é assunto de vida ou morte [...]”. Em função disto, Vigotski indicou que os psicólogos e teóricos da área deveriam elaborar e desenvolver métodos indiretos de acesso ao psiquismo humano, capazes de favorecer aproximações sucessivas dos fenômenos psicológicos, e que considerem os comportamentos observáveis e os aspectos conscientes do homem, analogamente aos métodos diretos, mas que também permitam reconstruir e interpretar outras dimensões do psiquismo, não conscientes e subjetivas. O dispositivo usado nesta pesquisa, nomeado autoconfrontação, conforme concebido na Clínica da Atividade, busca atender ao chamado vigotskiano no sentido da produção de instrumentos metodológicos acadêmicos e interventivos que favoreçam o exame e compreensão das diferentes dimensões do psiquismo humano.

A autoconfrontação é um dispositivo metodológico de experimentação dialógica que busca captar o plurilogismo profissional sobre ações e atividades próprias de um ofício determinado, sendo utilizada para investigar o agir do trabalhador “a fim de ampliar seu raio de ação, seu poder de agir sobre o próprio meio e sobre eles mesmos” (Clot, 2010, p. 208). A autoconfrontação se caracteriza por ser uma atividade dirigida, inicialmente por um especialista (pesquisador) e, depois, pelos próprios trabalhadores, em um processo de diálogo.

Há duas modalidades de autoconfrontação: simples e cruzada. A autoconfrontação simples é aquela em que os dados recolhidos são examinados pelo pesquisador conjuntamente com cada voluntário da pesquisa, com o objetivo de favorecer a análise do próprio trabalho por parte dos profissionais. A autoconfrontação cruzada implica no exame dos dados pelo pesquisador em parceria com todos os participantes da pesquisa e, em seguida, a submissão dos resultados ao coletivo ampliado de trabalho, que inclui todos os trabalhadores que realizam uma modalidade de trabalho e/ou ocupam uma mesma posição funcional em uma instituição. Neste caso a finalidade é envolver todo o coletivo laboral em um debate acerca das possibilidades de transformação do trabalho. Nesta pesquisa optou-se pela autoconfrontação simples, que pareceu adequada para apoiar o alcance dos objetivos propostos, que envolviam a identificação das ferramentas laborais, o estudo das prescrições do trabalho e das matrizes teóricas e metodológicas mobilizadas no trabalho real pelos formadores de professores, considerando as impressões dos próprios voluntários do estudo.

Em seguida, serão apresentados os instrumentos para a recolha de dados relativos ao trabalho prescrito, real e interpretado dos formadores de professores e, também, a sequência de

passos seguidos para a realização

Procedimentos de recolha de dados

Trabalho prescrito

Os dados acerca do trabalho prescrito dos formadores de professores foram coletados por meio do exame dos seguintes documentos: 1) Proposta Pedagógica da Escola Formadora (Escola Formadora, 2012a), que era o documento global da organização e que norteava todos os cursos do Programa de formação institucional de docentes, inclusive o curso Educação e Linguagem; 2) Projeto Pedagógico do Programa institucional de formação (Escola Formadora, 2012b); 3) Plano institucional do curso Educação e Linguagem (Escola Formadora, 2012c), que orientava o trabalho dos formadores e, também, os planos feitos pelos próprios trabalhadores.

De acordo com o que foi mencionado previamente, de modo complementar, mas não menos relevante, foram examinados os documentos prescritivos do *software* educacional *Sherlock*, que era usado durante todo o curso para o ensino da temática “linguagem”: a) Manuais do *Sherlock*; b) Textos sobre o uso e utilidade do *software*, disponíveis nos seus Manuais; c) Texto prescritivo do trabalho do profissional que utiliza o *Sherlock*, que acompanha o CD-ROM de instalação do *software*.

Trabalho real

O pesquisador realizou a observação, acompanhada de registros escritos, e a gravação em áudio e vídeo de sequências de atividades de trabalho dos formadores participantes do estudo. Após, as anotações das observações ou as gravações foram analisadas pelo pesquisador, em diálogo com os voluntários da pesquisa.

Trabalho interpretado

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os formadores antes e após as atividades de trabalho para a coleta de dados acerca do trabalho interpretado pelos próprios actantes. De modo complementar, foi entrevistado o coordenador do curso, para a recolha de dados sobre as dimensões institucional e organizativa do trabalho dos formadores.

A recolha de dados com uso da autoconfrontação simples

Nesta pesquisa a autoconfrontação simples foi realizada em cinco etapas ou movimentos de recolha dos dados, abaixo descritos.

Movimento 1 – Documentos prescritivos do trabalho dos formadores relacionados ao curso Educação e Linguagem, incluindo aqueles do *software Sherlock*

Este movimento teve como foco o exame dos textos de prescrição do trabalho dos formadores e os documentos que acompanham o CD ROM do *Sherlock*. A finalidade era identificar, em sintonia com os objetivos da pesquisa, a abordagem de mediação pedagógica prescrita para o trabalho dos formadores. Ainda, foram analisados os documentos prescritivos elaborados pelos próprios formadores.

Movimento 2 - Observação e entrevista semiestruturada

O segundo movimento da autoconfrontação foi dedicado à recolha de dados que permitissem conhecer as matrizes educacionais teórico-metodológicas adotadas pelos formadores de professores no trabalho real desenvolvido no curso Educação e Linguagem e no uso do *Sherlock*.

Neste movimento foi feita a observação do trabalho dos três formadores voluntários da pesquisa. Os aspectos relevantes observados foram registrados em um diário pelo pesquisador. Após, realizamos uma entrevista semiestruturada com cada um dos formadores, para esclarecer dúvidas e detalhar informações acerca das suas atividades laborais, dos instrumentos ou ferramentas de trabalho usadas, das referências metodológicas e teóricas adotadas no curso e no uso do *Sherlock*.

Movimento 3 – Registro/Gravação da atividade de trabalho

Considerando as informações obtidas nas observações e entrevistas, o pesquisador realizou o registro de sequencias de trabalho dos formadores, gravadas em áudio e vídeo. Tratou-se da continuidade do levantamento de dados sobre o *trabalho real* dos participantes da pesquisa, com ênfase para o uso da principal ferramenta de mediação do curso, o *software* já citado. O pesquisador buscou captar momentos representativos do trabalho dos formadores, com especial atenção para o uso do *Sherlock*, indicado pelos trabalhadores como elemento central do processo de mediação.

Movimento 4 – Seleção de trechos das atividades de trabalho registradas

Após a gravação das sequencias de trabalho dos formadores, o pesquisador analisou os registros e selecionou trechos significativos ou representativos da atividade de cada formador. Estes trechos foram utilizados no movimento seguinte.

Movimento 5 – Autoconfrontação simples

Nesta fase a intenção era realizar aproximações sucessivas em relação ao trabalho interpretado pelos próprios trabalhadores. Cada formador assistiu os trechos da gravação (áudio e vídeo) da sua atividade laboral, que foram previamente selecionados pelo pesquisador. Os dados obtidos neste movimento foram os comentários e interpretações acerca do próprio trabalho feitos no exato momento em que assistia o seu registro. Os comentários de cada formador também foram gravados em áudio e vídeo. Ainda, o pesquisador elaborou previamente um roteiro de questões que organizou o diálogo sobre o trabalho dos voluntários da pesquisa. Cumpre lembrar que nesta fase cada voluntário assistiu ao seu vídeo com o pesquisador, isto é, o trio não viu os registros conjuntamente.

Ao final do processo de autoconfrontação simples o pesquisador realizou o exame e aproximações pertinentes entre a literatura acadêmico-científica e as informações que emergiram do campo. Nos tópicos seguintes são apresentadas as análises feitas sobre o trabalho dos formadores, considerando os objetivos delimitados para a pesquisa.

Análise dos dados recolhidos

Este tópico tem três subdivisões, as quais possuem relação com cada um dos objetivos da pesquisa, que eram identificar e examinar: a) os instrumentos de trabalho utilizados pelos formadores; b) a perspectiva de mediação pedagógica subjacente aos textos prescritivos do trabalho destes profissionais; c) as matrizes teóricas e metodológicas mobilizadas pelos formadores durante a efetiva realização da sua atividade laboral.

Instrumentos de trabalho

O trabalho docente e, portanto, dos formadores (educadores de outros professores) possui

ferramentas concretas e imateriais, em função de se tratar de atividade laboral dirigida e realizada “[...] sobre e com seres humanos, que evoca atividades como instruir, supervisionar, servir, ajudar, entreter, divertir, cuidar, controlar, etc. Essas atividades se desdobram segundo modalidades complexas em que intervêm a linguagem, a afetividade, a personalidade” (Tardif; Lessard, 2005, p. 33). Nesta pesquisa foram identificados instrumentos concretos e imateriais usados pelos formadores sem eu trabalho, conforme segue:

a) Prescrições do trabalho - são representadas pelos planos elaborados pelos próprios formadores (autoprescrição), documentos norteadores do curso Educação e Linguagem e, também, do uso do *software Sherlock*.

Ao longo do processo de autoconfrontação os formadores sinalizaram para a importância das prescrições de trabalho como instrumentos facilitadores e organizadores da atividade laboral. As prescrições não eram percebidas como elementos limitadores do trabalho, mas avaliadas pelos formadores como instrumentos necessários ao seu bom desenvolvimento do trabalho e fundamentais para nortear o processo educativo realizado com os docentes em fase de capacitação. Os formadores destacaram que as prescrições eram modificadas em função da realidade concreta do trabalho e das demandas cotidianas de aprendizagem daqueles que estavam sendo formados, o que denotava a desejada articulação e complementaridade, no caso dos formadores, entre as modalidades prescritiva e real presentes no mundo do trabalho.

b) Técnicas de ensino e recursos didático-pedagógicos - os formadores do curso Educação e Linguagem utilizavam um conjunto de estratégias metodológicas de ensino que apresentavam, em acordo com os escritos de Masetto (2003), um caráter instrumental, ou seja, eram ferramentas ou instrumentos laborais usados pelos formadores para favorecer o processo educativo. A observação do trabalho e os dados obtidos na autoconfrontação indicaram que as principais estratégias e recursos didáticos usados eram: 1) dinâmicas de grupo, utilizadas para sensibilizar ou apoiar o aprofundamento da análise de temas e saberes estudados; 2) dramatizações, empregadas para promover a vivência simulada de situações conflituosas que os professores em capacitação poderiam encontrar na realização do seu trabalho com alunos, especialmente aquelas que envolviam valores e aspectos da dimensão comportamental e do relacionamento interpessoal em sala de aula; 3) recursos audiovisuais, empregados para ilustrar as exposições dos formadores e incentivar a reflexividade e o debate por parte do coletivo de participantes do curso. Estes recursos incluíam filmes, fotos, vídeos de curta duração, cartazes, etc. 4) debates com todo o grupo de docentes em capacitação, adotadas pelos formadores sempre desejavam incentivar os participantes do curso Educação e Linguagem a se expressarem sobre uma determinada temática estudada. 5) exposição dialogada, comumente usada pelos formadores para apresentar tarefas a serem realizadas durante a aula e explicar conceitos; 6) uso de artefato tecnológico, o *software Sherlock*, como elemento mediador central da aprendizagem sobre os sentidos e significados das palavras e expressões. De acordo com os formadores o *software* era o principal instrumento de trabalho no curso Educação e Linguagem porque tinha como eixo central o incremento da aprendizagem sobre aspectos relativos à linguagem e língua.

Outros instrumentos que os professores utilizavam estavam associados à promoção das relações interativas do formador com os participantes e mutuamente entre um participante e outro. Atentos à relevância de garantir a interação entre os integrantes do processo educativo e, também, objetivando assegurar a adequada gestão do grupo de pessoas, os formadores adotavam constantemente três instrumentos imateriais de trabalho que denominavam *intervir*, *encaminhar* e *devolver*. Em síntese, estes instrumentos diziam respeito ao modo como os formadores realizavam a mediação pedagógica, por meio da fala, da observação e da escuta dos participantes do curso.

A intervenção era definida pelos formadores como toda e qualquer modificação no ambiente instrucional: proposição de atividades, orientações aos participantes sobre o que e como fazer trabalhos no espaço educativo, organização do espaço físico/concreto usado nas aulas. O encaminhamento se referia às instruções dos formadores aos participantes que visavam conduzir o grupo no sentido do alcance dos objetivos indicados nos documentos prescritivos do curso Educação e Linguagem. A devolução dizia respeito ao conjunto de produções dos participantes, apresentadas a todo o grupo e aos formadores e, também, os retornos ou *feedbacks* verbais dos formadores aos docentes em capacitação. Os formadores consideravam que a própria fala era um importante instrumento de trabalho, na medida em que a utilizavam para organizar o grupo, ajudar os participantes do curso a conferir sentido e significado ao que estava sendo ensinado e aprendido.

O domínio adequado do conjunto de instrumentos de trabalho era percebido pelos formadores como fundamental para o apropriado desenvolvimento do processo de trabalho. Este domínio das ferramentas pertinentes ao próprio ofício foi apontado pelos formadores como um dos principais elementos potencializadores da atividade laboral que realizavam e componente fundamental para o incremento da satisfação autopercebida em relação ao trabalho.

Referenciais presentes nas prescrições do trabalho dos formadores

A análise dos documentos prescritivos do curso Educação e Linguagem e do *software Sherlock* apontou que a abordagem educacional que norteava o curso era a cognitivista, em particular aquela perspectiva sintonizada com as pedagogias centradas no lema aprender a aprender. Em síntese esta abordagem, segundo Coll (1994, p. 136) sugere que “a finalidade última da intervenção pedagógica é contribuir para que o aluno desenvolva a capacidade de realizar aprendizagens significativas por si mesmo”. Neste caso, mais relevante que os conhecimentos a serem aprendidos pelos alunos é o método por eles utilizado para acessar as informações ou conhecimentos.

Cumprir notar que o trabalho prescrito para o formador nos documentos do curso apresentava como característica própria do cognitivismo a indicação para que fossem adotadas metodologias ativas e participativas, as quais teriam como função principal a construção de saberes de modo autônomo pelo participante do curso. Ainda, os documentos do *Sherlock* trazem como característica do cognitivismo a sugestão de o educador criar um desequilíbrio capaz de motivar o aluno a buscar o aprendizado individualmente ou em conjunto com seus pares.

A percepção de que os documentos do curso Educação e Linguagem e da sua principal ferramenta de mediação pedagógica, o *Sherlock*, tem um modelo de mediação de caráter cognitivista é corroborada pelas indicações do manual do *software* (Scatena, 2009), que sugere que os formadores devem atuar no sentido de garantir que os aprendizes (no caso desta pesquisa, são os professores em formação) resolvam os problemas por si mesmos. Isto está em sintonia com a visão cognitivista de mediação que, de acordo com Mizukami (2003, p. 71) “[...] não consistirá na transmissão de verdades, informações, demonstrações, modelos, etc., e sim em que o aluno aprenda, por si”. Também o Projeto Pedagógico do Programa institucional de formação docente e o plano do curso Educação e Linguagem trazem o seguinte texto: “[...] mediante a adoção de metodologias ativas e participativas, que privilegiem a construção dos saberes em um processo que preveja a atividade do sujeito e sua interação com os outros” (Escola Formadora, 2012c, p. 02).

No processo de realização da autoconfrontação dois formadores sinalizaram que compreendiam que os documentos prescritivos do curso e do *software* apresentariam como referências teóricas e metodológicas a abordagem educacional histórico-cultural de Vigotski.

Eu percebo que não há indicação direta para se trabalhar com as propostas de Vigotski, mas a minha leitura é que o estímulo a uma mediação que coloca as pessoas em contato umas com as outras para aprender tem tudo a ver com a visão de educação e de desenvolvimento humano que ele (Vigotski) propunha. (Depoimento de formador em entrevista semiestruturada, 2012)

De fato, é possível admitir a presença das concepções de Vigotski em um curso e *software* identificados com o cognitivismo e as pedagogias centradas no lema aprender a aprender na medida em que, de acordo com Duarte (2006), estas perspectivas educacionais são, em verdade, apropriações neoliberais da teoria vigotskiana. Entretanto, não se pode desconsiderar que as aproximações entre as teorias de Vigotski e ideias neoliberais e pós-modernas, conforme sinaliza Duarte (2006), são esforços no sentido da descaracterização da visão do autor russo.

No contexto desta pesquisa, o quadro observado no trabalho prescrito, em que se nota uma relação indireta entre a educação histórico-cultural de Vigotski e o processo de mediação dos formadores, se modifica quando são analisados os dados relativos aos trabalhos real e interpretado dos formadores, conforme segue.

Matrizes teórico-metodológicas utilizadas pelos formadores

Os dados relativos ao trabalho real dos formadores apontam para um processo de mediação, em especial quando há o uso do *Sherlock*, referenciado em perspectivas educacionais bastante distintas da cognitivista, sugerida nos documentos prescritivos. Muito provavelmente isto foi possível porque o *Sherlock*, que era o principal instrumento de trabalho dos formadores na mediação do curso, foi concebido não como um veículo de conteúdos fechados, mas como uma ferramenta de conhecimentos aberta, que pode ser alterada pelo seu usuário. Assim, é possível que sejam adotadas abordagens teórico-metodológicas educacionais alternativas àquela prescrita nos documentos que acompanham o *software* e, no caso desta pesquisa, também nos documentos prescritivos do curso Educação e Linguagem.

O centro da distinção entre as prescrições do curso e do *Sherlock* e o modo como é efetivamente realizado o trabalho dos formadores de professores, no caso analisado, se encontra em três dimensões básicas: a) no modo como os formadores estruturam e estimulam as relações interativas em aula, visando à elaboração de saberes pelos docentes em formação; b) no redimensionamento do valor e no modo como é estruturada a mediação dos formadores; c) na maneira como a linguagem é abordada pelos formadores no cotidiano do processo educativo. A concepção adotada pelos formadores, conforme veremos abaixo, aproxima-se dos pressupostos de desenvolvimento humano de educação histórico-cultural de Vigotski.

No tocante às relações interativas em aula, a característica principal da atividade laboral dos formadores é o trabalho colaborativo. Isto porque, durante a autoconfrontação simples, no momento em que assistiam o registro do próprio trabalho, o trio de formadores sinalizou que havia a busca ativa por realizar uma ação educativa distinta daquela prescrita nos documentos do curso e pelo *Sherlock*, na tentativa de ampliar o entendimento acerca de como os seus alunos (professores em formação) se organizavam para a construção da aprendizagem. Nos documentos do curso se sugere que os aprendizes atuem em um processo educativo caracterizado pela mera soma de esforços individuais com vistas à elaboração de saberes. Já os formadores de professores adotaram, conforme observado nos registros em vídeo e nas entrevistas de pesquisa, uma perspectiva colaborativa, em que o resultado do processo de ensino e aprendizagem era alcançado pelo esforço coletivo, em atividades em que havia intensa interação e ajuda mútua.

A distinção entre as prescrições do curso Educação e Linguagem e do *software*, ambas de caráter cognitivista, e o modo como os formadores atuam no que diz respeito às relações interativas

na aula, na perspectiva histórico-cultural de educação, ficou evidenciada no registro em vídeo do trabalho dos formadores durante a realização da principal atividade de complementação de trechos de textos disponíveis no *Sherlock*. A prescrição do *software* sugere que cada aprendiz realize a leitura dos textos e preencha as lacunas conferindo um sentido pessoal ao que foi lido. Após, o participante consulta seus colegas para verificar se há diferenças no modo de compreensão do texto. Os formadores voluntários desta pesquisa optaram por uma abordagem colaborativa, em que todos os aprendizes deviam interagir para construir conjuntamente a compreensão do tema ou do texto disponível no *Sherlock*. Os formadores organizaram os docentes participantes do curso Educação e Linguagem de modo que todos tivessem que interagir e, principalmente, entrar em acordo com os pares para preencher as lacunas e conferir sentido aos textos analisados com uso do *Sherlock*. Neste modo de atuação dos formadores, os aprendizes trabalham em conjunto com seus parceiros de aula e, somente desta forma, torna-se possível preencher integralmente as lacunas do texto e, em última análise, construir saberes.

O importante aqui é notar que os alunos (professores em formação) discutiam, analisavam e compartilhavam mutuamente e com o formador a construção de sentido e significado textual e, por consequência, a própria linguagem escrita. O papel do formador era mediar a busca de referências que permitissem articular o conteúdo e o sentido do texto proposto pelo *software* com a história de vida de cada participante do processo educativo e com o contexto sociocultural, político, histórico e econômico no qual está inserido. É a atividade coletiva e colaborativa, associada à constante busca de referências significativas entre o contexto mais amplo e os alunos/professores em formação, que aproxima o trabalho dos formadores da visão histórico-cultural de educação e desenvolvimento humano.

Os dados de campo da pesquisa apontaram, também, que a linguagem, temática central do curso estudado, foi trabalhada no processo formativo a partir do debate e análise dos significados e sentidos das palavras e dos textos disponíveis no *software Sherlock*, que eram estudados pelo conjunto de docentes em capacitação. Este modo de tratar a linguagem também apresenta relação com a visão histórico-cultural de Vigotski. Para o autor: “o significado é apenas uma das zonas do sentido, a mais estável e precisa. Uma palavra adquire o seu sentido no contexto em que surge; em contextos diferentes, altera seu sentido” (Vigotski, 1934/2000, p. 181). De acordo com Leontiev (1954/2004, p. 102) o que é estabelecido pelo social designa o *significado do signo lingüístico* e a interpretação de um signo realizada pelo sujeito histórico em seu contexto denomina-se *sentido*. Por fim, no diálogo estabelecido com os formadores durante a exibição do vídeo com o registro do trabalho real, foi possível notar que estes profissionais organizam seu planejamento (autoprescrição do trabalho) e processo de mediação das aulas, em sintonia com Vigotski, tendo como foco favorecer a análise e compreensão, pelos docentes em formação, do sentido que as palavras assumem na atividade languageira, ou seja, no contexto social, cultural e histórico específico do indivíduo que produz um texto, seja ele escrito ou falado.

Considerações finais

Ao final, como se pôde perceber no desenvolvimento deste artigo, é possível indicar que a atividade laboral do formador responsável pelo ensino e/ou capacitação de outros docentes para a prática educativa, envolve uma profunda compreensão do papel dos textos prescritivos nos processos de trabalho e, também, a mestria para mobilizar saberes teóricos e metodológicos próprios dos campos da educação e do desenvolvimento humano que permitam modificar o que foi prescrito no curso efetivo do seu ofício.

O trabalho dos formadores se caracteriza por ser uma atividade dirigida para outras pessoas

(os seus educandos) e realizada *com, para e sobre* aqueles que são seu foco da ação profissional (Tardif, Lessard, 2005). Para dar conta do trabalho de capacitação de outros professores, os formadores utilizam um conjunto de instrumentos concretos e imateriais, tais como: *software* educacional; a própria fala; técnicas de ensino (dinâmicas, dramatizações, exposição dialogada); entre outros. Parece relevante salientar que o domínio dos instrumentos próprios do seu trabalho é notado pelos formadores como aspecto potencializador da sua atividade laboral e, principalmente, um componente que incrementa o nível de satisfação autopercebida em relação ao trabalho.

Considerando os documentos norteadores (trabalho prescrito) do curso Educação e Linguagem e, também, aqueles que acompanham o *software* examinado, foi possível afirmar que tanto os prescritores do curso quanto os idealizadores do *Sherlock* sugerem que os formadores adotem uma abordagem cognitivista de atuação, especificamente aquela relacionada às práticas próprias das pedagogias centradas no lema aprender a aprender. Nesta concepção teórico-prática o aprendiz é estimulado constantemente a elaborar conhecimentos de forma autônoma e a mediação do formador tem como foco incentivar os aprendizes a desenvolver estratégias de pesquisa e busca ativa de informações. No tocante ao trabalho realizado pelos formadores de professores que participaram da pesquisa pode-se apontar, a partir dos dados coletados, que as atividades de mediação (trabalho real e interpretado) se caracterizam por uma aproximação com a visão histórico-cultural vigostkiana de educação e desenvolvimento humano, considerando, entre outras coisas, a busca constante por conferir ao processo educativo um caráter histórico, social e culturalmente situado.

À guisa de conclusão cumpre notar, conforme indicado anteriormente, que há uma lacuna nos estudos especializados sobre o trabalho do formador de docentes, particularmente para o campo da educação profissional técnica de nível médio. Este estudo apresentou características exploratórias desta temática e, em função disso, há limitações que não se pode negar e, ainda, parece necessário e adequado sinalizar que há necessidade de outras produções acadêmicas capazes de: a) confirmar os achados da pesquisa por meio do exame da atividade de trabalho de um número maior de formadores; b) identificar e examinar os aspectos potencializadores e dificultadores do trabalho desta categoria profissional; c) investigar os condicionantes sociopolíticos e culturais específicos do processo formativo de docentes para a educação profissional e, portanto, dos formadores de professores da área; entre outras. Apesar disso, é preciso considerar que os resultados desta pesquisa sinalizam para a indispensabilidade e relevância de produzirmos saberes científicos que favoreçam a identificação e exame das teorias e estratégias metodológicas norteadoras do trabalho dos formadores de docentes para a educação profissional, sem as quais estarão ausentes as condições básicas para uma análise profunda e crítica acerca do papel, relevância e abrangência do papel dos formadores de professores. Esperamos que o conjunto de conhecimentos acadêmicos sistematizados por meio deste estudo estimule a realização ulterior de pesquisas sobre o tema.

Referências

- Bronckart, J.P. (2006). *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. (A.R. Machado, M.L.M. Matencio). Campinas, SP: Mercado das Letras.
- Clot, Y. (2006). *A função psicológica do trabalho*. (A. Sobral). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Clot, Y. (2010). *Trabalho e poder de agir*. (G.Freitas, M. Vianna). Belo Horizonte, MG: Fabrefactum.
- Coll, C. (1994). *Aprendizagem escolar e construção de conhecimento*. Porto Alegre: ArtMed.
- Duarte, N. (2006). *Vigotski e o aprender a aprender: crítica às apropriações neoliberais e pós-*

- modernas da teoria vigotskiana*. Campinas, São Paulo: Autores Associados.
- Escola Formadora. (2012a). *Proposta pedagógica institucional*. São Paulo: Autor (não publicado).
- Escola Formadora. (2012b) *Projeto pedagógico do programa institucional de formação de docentes*. São Paulo: Autor (não publicado).
- Escola Formadora. (2012c). *Plano do curso Educação e Linguagem*. São Paulo: Autor (não publicado).
- Leontiev, A. N. (2004). *O desenvolvimento do psiquismo*. (2ª ed., R.E. Frias). São Paulo: Centauro. (Trabalho original publicado em 1954).
- Machado, A.R. (2004). (org.). *O Ensino como trabalho: uma abordagem discursiva*. Londrina, PR: Eduel.
- Machado, A.R., Coutinho, A.M.M. (2007). (Orgs.). *O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas*. Campinas: Mercado de Letras.
- Masetto, M.T. (2003). *Competência pedagógica do professor universitário*. São Paulo: Summus.
- Mizukami, M.G. (2003). *Ensino: as abordagens do processo*. São Paulo: EPU.
- Scatena, A. (2009). (Org.). *Investigando textos com sherlock! Manual do usuário*. São Paulo: Editora SENAC-SP.
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Estado de São Paulo/Senac-SP. (2009a). *O que é o Sherlock*. São Paulo: Editora Senac-SP.
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Estado de São Paulo/Senac-SP. (2009b) *Investigando textos com Sherlock! Planejamento de uso*. São Paulo: Editora Senac-SP.
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Estado de São Paulo/Senac-SP. (2009c). *Investigando textos com Sherlock! Aprendendo inglês com Sherlock*. São Paulo: Editora Senac-SP.
- Tardif, M., Lessard, C. (2005). *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. (J.B. Kreuch). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Vigotski, L.S. (2000). *A construção do pensamento e da linguagem*. (P. Bezerra). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1934).
- Vigotski, L.S. (2004) *Teoria e método em Psicologia*. (3ª ed., C. Berliner), São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1927).
- Vigotski, L.S. (2007). *A formação social da mente*. (7ª ed., J.C. Netto, L.S.M. Barreto). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1929).

Como Citar:

Perez, D. (2014). Trabalho do formador de professores para a educação profissional. *Revista Brasileira de Psicologia*, 1(2).

Dança-movimento em idosos: implicações no corpo e na produção de subjetividade

Dance-movement in the elderly: implications in the body and production subjectivity

Juliana Soares Bom Tempo¹

Fernanda Vitti²



Resumo: Tendo em vista as exigências estéticas e capitalistas sobre o corpo e a desvalorização da potência do corpo idoso na sociedade atual, propusemos analisar a relação dos idosos com o corpo e com o mundo, e os efeitos da dança e do movimento corporal na produção de subjetividades. A partir do método da cartografia, de pesquisa-intervenção, foram realizadas quatro oficinas de movimento corporal e dança com um grupo de idosos de um Centro de Convivência, utilizando produção de desenhos, entrevistas iniciais e finais individuais, além da construção de diários de campo pelas pesquisadoras. Os dados foram analisados na relação com os conceitos de subjetividade de Guattari e de corpo e movimento de Gil, buscando nas entrevistas e diários de campo afetos e transformações nas relações com os corpos. Observou-se que os idosos passaram a estabelecer novas relações, abrindo-se às potências geradas nos encontros na potencialização criativa da vida.

Palavras-chaves: corpos, subjetividade, movimento.

Abstract: Considering the aesthetic and capitalist requirements on the body and the devaluation of the elderly body's potency in society, we proposed to analyze the relation of the elderly with the body and the world and the effects of dance and body movement in the production of subjectivities. From the method of cartography, four dance and movements workshop were help with a group of elderly, from a Senior Living Center, with production of draws, individual interviews, besides the construction of field journals by researchers. The data was analyzed in relation to Guattari's subjectivity and Gil's body and movement, seeking affects and transformations in relations with the bodies. Thus, it was observed the elderly began to establish new relations, opening to potencies engendered at the encounters, enabling a creative potentialization of life.

Keywords: body, subjectivity, movement.

1 Psicóloga e mestre em psicologia pela UFU, doutoranda da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e bolsista CAPES PDSE na Université Paris X Nanterre.

2 Psicóloga formada pela Faculdade de Jaguariúna (FAJ).

Introdução

Considerando as exigências corporais culturais e históricas e o lugar dos idosos na atual sociedade, esta pesquisa se propôs a investigar a relação com o corpo de um grupo de idosos, que frequentavam um Centro de Convivência de uma cidade no interior do estado de São Paulo. Para isso, destacamos a importância do movimento corporal na produção de subjetividades e suas implicações, ligadas aos modos de se viver e se relacionar com o corpo na produção de novos agenciamentos, na abertura dos corpos aos afetos produzidos nos encontros.

Nesta investigação, tivemos como objetivo atuar na mobilização das concepções comumente pronunciadas a respeito dos idosos e dos corpos envelhecidos como incapazes e precários. Nosso investimento volta-se para outros prismas, considerando as produções de subjetividades que podem acontecer ao propormos práticas corporais e de movimento para esse público, as novas relações com os corpos e as outras conexões a partir dos encontros entre corpos e dança, verificando, assim, a efetividade da intervenção com o uso da dança e do movimento para mudanças na produção de subjetividade do idoso.

Desse modo, buscamos analisar as relações construídas pelos idosos, considerando a capacidade produtiva e criativa dos corpos e questionando os padrões estéticos corporais atuais, produzindo novos afetamentos, corporeidades e subjetividades, outras relações entre os corpos e o mundo.

Afetos e encontros: corpos e subjetividades em movimento

Para Breton (1995) o corpo é vivido na sociedade atual como algo individual e isolado, tendo valor no que é externo a ele. O corpo vive desse modo, a pressão por atingir uma exigência para ser aceito socialmente, sendo que, aqueles que não se enquadram no padrão, estão sujeitos a preconceitos e estereótipos.

Há, na sociedade atual, uma fascinação pela estética, haja visto o aquecimento do consumo e o estrondoso aumento do oferecimento de produtos cada vez mais especializados nesse mercado, de maneira que os indivíduos têm cada vez mais tendência a investir em busca por certo corpo, a fim de torná-lo conforme tais ideais de beleza e juventude. As mídias colaboram e fortalecem esta visão, mostrando sempre os belos corpos jovens, magros e atléticos e, como alvo de sátiras, seus opostos.

Diante desse cenário, nessa mesma sociedade, a velhice está associada a perdas que levam ao isolamento, a uma imagem negativa, à perda de papéis sociais e à precariedade das condições de vida, em imagens que são associadas a esse momento da vida. Podemos citar que os corpos envelhecidos dos idosos sofrem o desgaste da saúde e da idade e que, diante disto, não se enquadram nos padrões impostos pela mídia, reduzindo, pela fortificação dessas imagens e crenças, as possibilidades de potencialização criativa da vida ali presente. O olhar social se foca no corpo idoso em suas limitações, naquilo que ele não possui, nas faltas que se instalam em função do avanço da idade.

Guattari (1992) pensa a subjetividade como algo sempre em produção; ao se voltar para o corpo, trata-se de uma produção que envolve instâncias individuais, coletivas e institucionais, não se limitando apenas a uma disciplina ou instância dominante. A subjetividade, para o autor, é um conjunto de condições e relações, o que torna possível o surgimento de uma nova forma de pensar as constituições individuais e coletivas.

Segundo os autores Guattari e Rolnik (1986) existe a produção de uma subjetividade

capitalística em composição com a vida, visando atender as existências globais do sistema do capital, construídas por equipamentos coletivos (midiáticos, tecnológicos), produzindo um “inconsciente maquínico” do capitalismo, que está, a todo tempo, capturando as relações, os discursos, os corpos, fazendo-os produzirem a favor de um mercado de consumo e retirando a potência de vida e de singularização dos corpos envolvidos. Tal inconsciente maquínico capitalístico refere-se a conexões inconscientes de forças, que produzem certa subjetividade. Deste modo, entende-se que uma subjetividade se dá na constituição não de um sujeito único, mas de sujeitos-mundo.

As relações com os padrões corporais agenciam toda uma indústria de produção, desde produtos de beleza até terapias e medicamentos para patologias ligadas a tais padrões dos corpos e dos modos de vida, produzindo subjetividades submissas a essa lógica das relações.

Para Guattari (1999) as produções de subjetividades capitalísticas estão ligadas à construção de individualidades, à percepção do próprio corpo em relação a um modelo ideal, com base em padrões socialmente definidos; ou seja, a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social, e os cuidados com o corpo e com a saúde estão no centro deste processo maquínico.

Mesmo com toda essa modulação social que vivemos nas relações com os corpos e com a própria saúde, sempre haverá escapes e processos de singularização que fazem fugir todo direcionamento da vida ao consumo. Existem nesses fluxos vontades de produção de novos encontros, de afecções que componham outros tipos de subjetividades, que descolem as produções subjetivas do capital, que retirem os corpos das relações de submissão aos padrões e aos discursos de beleza e saúde. Trata-se das produções de outras saúdes, uma saúde que pouco tem haver com as adaptações requeridas por essas relações com um meio cultural, que prima pela falta e pelo déficit. Antes, trata-se de uma saúde que produz certa poética ao criar novas relações com os corpos e com a vida.

Uma espécie de “saúde poética”, que nada tem haver com uma saúde psíquica estável e bem adaptada. Esta última se avalia efetivamente segundo o critério de fidelidade a um código, resultante de um processo equilibrado de identificações do ego com imagens dos personagens que compõem o mapa oficial do meio em que se vive (Rolnik, 2006, p. 7).

Diante dessas concepções, nas oficinas de movimento que propomos junto a idosos, houve uma implicação com a potência clínica desses processos poéticos de produção de uma dança e de relações outras com os corpos. Uma mistura entre arte e clínica, que se alia à criação de um terreno híbrido na abertura dos corpos, para a produção de uma clínica poética.

Construímos um trabalho em oficinas de movimento, que se propôs a intervir nos regimes de relações dos afetos entre corpos, contando com nossos encontros iniciais com movimentos estáveis e enrijecidos. Frente a isso, procuramos tatear tais campos e criar abalos que abrissem os corpos à invenção de outros modos de relação. Há sempre um processo descontínuo, com regressões, desistências e também enfrentamentos e criações de novos modos de relação, buscando as linhas de potência nesse processo e abandonando as de destruição. O que está em jogo nesse processo são os corpos e as relações construídas a todo tempo a partir dos encontros.

Gil (2004) apresenta uma visão do corpo que, ao entrar em movimento, produz novos sentidos de suas próprias produções, e afirma que o corpo que dança se modifica e se configura em corpo instável, não como um sistema mecânico. Compõe mais que um corpo físico, é também composto pelas marcas da subjetividade, sendo esta entendida como espaço de conexões coletivas, que se relaciona com o mundo e é afetada por esses encontros.

Segundo Deleuze (1999, p. 47), “(...) o movimento é o próprio ato da potência. Fazer o movimento é passar ao ato, estabelecer a relação humana”. Os encontros dos corpos tornam

possíveis variáveis campos de experimentação, que excedem a organização do que é planejado, permitindo a vivência e proporcionando uma transformação destes corpos. Esta transformação é possível através da movimentação dos corpos, que são essencialmente dançantes e potencializadores da vida.

Deleuze (2002) define o corpo em duas maneiras: a primeira de que o corpo tem uma infinidade de partículas que compõe as relações de repouso e de movimento, de velocidade e lentidão e, entre essas partículas, define-se um corpo. A segunda é vista de outro lado, a partir de um corpo que afeta outros corpos ou é afetado por eles, sendo este poder de afetar e de ser afetado o que define o corpo na sua individualidade.

Deste modo, Deleuze (2002) aponta que as coisas se definem pela capacidade de criar agenciamentos de movimentos e afetos, não sendo possível prever antecipadamente as capacidades de afeto dos corpos, mas sim através da experimentação e da construção de um plano de imanência, plano vinculado às forças que acontecem no presente, sem deixar de atuar concomitante no passado e no futuro.

Assim, em busca de potencializar as relações de vida, apostamos em uma prática de movimentos que se propôs enquanto clínica, que se ocupou com as diferentes produções de subjetividade e com os afetos produzidos por cada encontro.

Caminhos Percorridos

Decisões de percursos

Baseamos a escolha metodológica nos conceitos de Guattari e Rolnik (1996) com relação à subjetividade, de que esta não implica em uma posse, mas sim na produção que acontece a partir dos encontros com o outro social, entendido como tudo aquilo que produz efeitos nos corpos e nas maneiras de viver.

Deste modo, é possível aos pesquisadores manterem-se no campo, em contato direto com as pessoas e seu território existencial, afetando e sendo afetados nos encontros com os participantes, em uma relação na qual produzam subjetividades.

A partir desses efeitos do pesquisar sobre o pesquisador e o campo é que são traçadas as metas, cartografando processos durante o percurso, ao inverso do método tradicional, que caminha em direção a metas pré-fixadas (Passos & Barros, 2009).

Utilizamos como método nesta pesquisa a cartografia. Esta é, portanto, entendida como “um método segundo o qual toda pesquisa tem uma direção clínico-política e toda a prática clínica é, por sua vez, intervenção geradora de conhecimento” (Passos & Barros, 2009, p. 26).

Em função dessa perspectiva teórico-metodológica, trata-se aqui de cartografar os encontros, sendo os pesquisadores participantes ativos desse processo. Não há, sob esse prisma, sentido em buscar uma neutralidade nem nas atuações desenvolvidas e nem mesmo nas escritas que se seguem. Os processos de escritas são ainda a própria produção da pesquisa.

Partindo dessas concepções, essa investigação só foi iniciada após aprovação de projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Faculdade de Jaguariúna, sob parecer nº 009/2013. Além disso, foi apresentado, esclarecido e assinado o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Pesquisas com Seres Humanos* com cada um dos idosos que se disseram interessados em participar da investigação. Após a concordância e assinatura do termo, em duas vias, as pesquisadoras iniciaram os procedimentos da pesquisa.

Oficinas: espaços de encontros e movimentos

Oficinas são locais de encontro, e funcionam como estratégias que possibilitam transformações. Neste contexto, oferecem-se como um território coletivo e inventivo, como práticas de subjetivação reveladoras de potências criativas, acionando processos de produção de subjetividades.

Tornam-se importantes agenciadores de um campo de experimentação, de trocas intensivas entre forças coletivas interessadas em participar das ações de modo a compor e transformar os corpos, a partir dos afetos que se dão nos encontros.

Esta estratégia já fora referenciada por Correa (2000), apontando que, o fazer compartilhado de oficinas, realizadas em instituições educacionais e sociais com crianças e adolescentes e sobre diferentes temáticas, foi capaz de trazer à tona vivências dos participantes e suas diferentes visões do mundo, possibilitando trocas e a produção de novos sentidos e saberes.

Essa pesquisa se deu a partir de oficinas de dança e movimento corporal que foram capazes de produzir afetos e subjetividades, modificando a relação com os corpos e produzindo mudanças no mundo, tendo, portanto, uma dimensão clínica e poética, na efetivação de uma clínica poética.

Os procedimentos e a proposição das oficinas enquanto clínica poética foram desenvolvidos a partir dos estudos de pesquisas, como as apresentadas nos trabalhos que têm sido desenvolvidos em centros de pesquisa tais como os da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP/SP; da Universidade do Estado de São Paulo – Assis/SP; da Universidade Estadual de Maringá/SP e da Universidade Federal Fluminense – Niterói/RJ, experimentando e criando estratégias clínicas, pautadas nos referências filosóficos de Deleuze e Guattari; além da realização e publicação de trabalhos clínicos envolvendo práticas artísticas e corporais (Passos & Barros, 2000; Peres, Borsonello, & Peres, 2000; Parpinelli & Souza, 2005).

Sendo assim, foram realizadas quatro oficinas de movimento corporal como estratégia, partindo de um planejamento e realizando um encontro semanal com um grupo de idosos de um Centro de Convivência. Estas foram pensadas previamente pelas pesquisadoras, em três momentos: entrevistas iniciais, oficinas e entrevistas finais.

A partir da delimitação dos momentos, produzimos os roteiros das entrevistas e as oficinas foram pré-planejadas, levando-se em conta os temas e técnicas que pretendíamos abordar em cada encontro.

Propusemos a realização de entrevistas iniciais e finais, visando cartografar as relações dos idosos com os corpos antes e depois de participarem das oficinas de movimento.

As entrevistas iniciais foram realizadas individualmente uma semana antes de dar início à primeira oficina, em uma sala privada na própria instituição. As pesquisadoras iniciaram uma entrevista aberta, partindo de um roteiro que continha questões sobre: a relação atual do idoso com o corpo; a relação atual que o mundo (a mídia, as pessoas, o consumo) tem com o corpo; e as expectativas quanto às oficinas, que propunham relações com o corpo, através de dança e movimento corporal.

Estas mesmas questões foram retomadas nas entrevistas finais, na semana seguinte à última oficina, nas quais procuramos compreender as relações do idoso com o corpo e com o mundo, após terem participado de oficinas de movimento, assim como seus sentimentos, pensamentos e percepções de mudanças a partir desta experiência.

As oficinas foram planejadas com base nos seguintes temas pré-definidos: primeiramente, seria levantado, no grupo, a questão sobre o que é corpo, buscando provocar um pensar sobre suas relações com o corpo e desse com o mundo; em seguida, problematizaríamos a questão do

corpo do idoso na sociedade atual; a partir disso, proporfamos a vivência de cada parte do corpo, explorando suas possibilidades e proporcionando a interação entre os participantes, através do movimento corporal e da improvisação de movimentos; e, por fim, pretendíamos refletir e discutir sobre as transformações que foram possíveis ou não, sobre a relação com o corpo e com o mundo após este processo, abrindo espaço para as impressões dos participantes e finalizando as oficinas em grupo.

Diante do que foi vivenciado e percebido pelos participantes e pesquisadores na primeira oficina, foram pensados os procedimentos das seguintes e, a cada oficina, as próximas eram pensadas, partindo do que foi vivenciado na anterior. Precisamos nos moldar ao campo, o campo foi se moldando a nós, às necessidades e capacidades dos corpos, imaginárias e objetivas, exploradas nas práticas.

Apesar das oficinas serem pensadas e planejadas previamente, estas foram conduzidas pela dinâmica das forças presentes, abertas ao que os corpos se dispunham a experimentar, diante do que brotou a partir dos encontros e dos campos de afetos.

Espaços de Encontro

Em um primeiro momento, as oficinas seriam realizadas com idosos que frequentam uma Faculdade da Terceira Idade, porém, devido a uma incompatibilidade de horários entre instituição, pesquisadoras e sujeitos, optamos pela aplicação da pesquisa em um Centro de Convivência de Idosos.

Percebemos a importância de trabalhar a relação desse grupo de idosos com o corpo, a partir de observações, prévias à pesquisa, destes em atividades habituais, dos problemas de relacionamento entre eles e através de conversas informais com os idosos e profissionais desta instituição. Assim, observamos a demanda em atuar de modo a explorar as potencialidades desses corpos, dando outras existências às visões redutivas das mídias e das concepções dominantes, muitas vezes adotadas por eles, acerca dos ideais de beleza, de saúde e eficiência de corpos tidos como desejáveis.

O primeiro procedimento realizado em campo foi a entrevista inicial, com aqueles que demonstraram interesse em participar do processo. Posteriormente foram realizadas quatro oficinas e, em seguida, a entrevista final.

As oficinas foram realizadas em uma sala ampla da instituição, onde acontecem alguns eventos internos. Utilizamos tapetes, que foram dispostos no chão próximos aos bancos para criar um ambiente mais acolhedor e possibilitar aos idosos a utilização dos planos baixos e do chão durante as oficinas.

Construção dos dados

Utilizamos como dados da pesquisa observações, desenhos e relatos das entrevistas e os que ocorreram durante o processo, além de diários de campo das pesquisadoras.

Ao final de cada oficina, esses diários de campo foram construídos pelas pesquisadoras, contendo o relato de informações objetivas, uma descrição detalhada da atividade, assim como as impressões sobre os encontros entre pesquisador e campo, buscando “captar e descrever aquilo que se dá no plano intensivo das forças e dos afetos” (Barros & Kastrup, 2009, p. 70).

No planejamento das oficinas, inicialmente, as pesquisadoras idealizaram a aplicação de desenhos ao final de todos os encontros. Porém, ao longo do processo, e a partir da forma como os

participantes foram sendo afetados pelos encontros, decidiu-se por apenas um desenho no primeiro encontro, utilizando, então, as expressões verbais e relatos dos participantes para o mapeamento destes afetos.

As entrevistas iniciais e finais foram anotadas em seu percurso e, após cada entrevista, transcritas pelas pesquisadoras, tornando-se um importante objeto de análise.

As oficinas foram divididas em três momentos: relaxamento, movimento entre corpos e acolhimento. Percebemos que essa organização contribuiu para o bom andamento da pesquisa, sendo que o primeiro permitiu que fossem criadas condições para uma maior abertura dos corpos aos encontros da oficina, através de diálogos com as pesquisadoras e exercícios de relaxamento e respiração. Já no segundo momento apresentaram-se técnicas e práticas de danças e a vivência do corpo em movimento, produzindo encontros criativos; e, ao final, os participantes foram acolhidos naquilo que os afetava e que afetavam, possibilitando algum tipo de expressão desses afetos e atualizações e ressignificações de memórias.

Iniciamos a primeira oficina na semana seguinte às entrevistas. Esta foi construída e idealizada pelas pesquisadoras, que criaram um plano prévio de ação. Este plano visava cartografar a relação com o próprio corpo nas relações com o mundo, com o cotidiano e entre os corpos, iniciando com um exercício de relaxamento, alguns exercícios de movimentos corporais seguidos de desenhos. Ficariam livres para dançar entre os planos baixo, médio e alto; então, desenhariam novamente as novas reverberações vivenciadas, encerrando o primeiro encontro. Esse era o programa, que criamos com a perspectiva de mobilizar os corpos, diante do que eles traziam dos processos vividos e de aberturas às intervenções que poderíamos disparar nos encontros.

Ao chegarmos ao campo e propormos que se sentassem no chão, presenciamos verbalizações sobre problemas de saúde limitantes. Os participantes apresentaram questões relacionadas ao corpo doente, diziam “não dar conta” e acentuavam suas limitações físicas, chegando a dizer que havíamos escolhido o lugar e as pessoas erradas para fazer esse trabalho.

Durante esses primeiros momentos, a partir das verbalizações e das posturas corporais com olhares baixos e corpos encurvados, percebemos que havia uma acomodação muito grande por parte dos participantes e um forte sentimento de impotência, que nos afetou com a mesma intensidade com a qual foi emitida. Esse clima criado pelos discursos e pelas expressões dos corpos produziu uma sensação de que aquele trabalho não seria possível naquele local e com aquele público.

Decidimos persistir na ideia e continuar ali. Falamos sobre nossos desejos, enquanto pesquisadoras, de conhecer esses corpos que nos contavam e discutimos no grupo as possibilidades dos corpos, aquilo que permitissem a todos participarem, atendendo àquilo (que até então acreditavam) que podiam fazer. Essa renegociação ganhou a funcionalidade de intervenção, reafirmando a proposta do método da cartografia e da pesquisa-intervenção. Desviamos os discursos do que é mais costumeiro com relação aos idosos, o foco no adoecimento, na limitação, colocando esses fatores como um potencializador dos encontros que estávamos construindo. Buscamos colocar os focos nas potências dos corpos, forçando-os um pouco para saírem daquele discurso, e não em déficits.

A sugestão, então, foi que, aqueles que pudessem se sentar no chão, o fizessem e, quem não conseguisse fazê-lo, poderia permanecer nos bancos.

Deste modo, foi necessária uma grande flexibilidade das pesquisadoras para adaptarem-se a um cenário imprevisto, construindo novas formas de cartografar a relação com o corpo. O programa sofreu alterações e começamos a compor com os processos que já se apresentavam presentes, produzindo desvios e intervindo nos discursos com relação à condição contemporânea

dos corpos idosos difundida pelas mídias ou mesmo nos discursos focados em uma saúde idealizada, enfatizando a falta e as limitações em relação a um modelo que não se apresentava presente.

Iniciamos a primeira oficina com o relaxamento e o exercício de respiração, nos quais os participantes foram convidados a fechar os olhos, relaxar e observar o corpo, voltando a atenção para a respiração, os batimentos cardíacos, os toques e sensações do corpo, como proposta de abertura dos corpos ao que estava sendo vivenciado na oficina. Em seguida, realizaram movimentos que exploravam cada parte do corpo, membros, tronco e articulações, utilizando a música e a dança oriental árabe e apresentando outros movimentos, que compunham com os corpos dançantes.

Decidimos não utilizar os desenhos no meio da oficina pela ausência de mesas e cadeiras no ambiente que pudessem servir de apoio. Ainda assim, ao final, os participantes foram convidados a se deslocar para outro espaço com mesas e cadeiras, onde puderam expor seus afetos em palavras, a pedido das pesquisadoras, e no papel, utilizando lápis de cor, grafite e canetinhas coloridas, sendo o momento de acolhimento. Em seguida, falaram sobre os desenhos com uma das pesquisadoras, individualmente, sendo estas falas e imagens peças fundamentais para a construção das próximas oficinas. Utilizaram imagens de folhas, flores e frutas nos desenhos e oralmente e estes elementos foram trazidos para a prática nas oficinas seguintes, incorporando os sentidos de vida apresentados pelos participantes e apostando nas sensibilidades que esses materiais abririam nos corpos ao provocar novos encontros³.

Na segunda oficina, inicialmente os participantes ficaram livres para sentarem-se nos bancos, deitarem ou se sentarem no chão para o momento do relaxamento. Foram orientados a posicionar-se confortavelmente, convidados a fechar os olhos e fazer um exercício de respiração, no qual o ar preencheria cada parte do corpo, à medida que inspiravam, esvaziando o corpo na expiração. Assim como na primeira oficina, a música árabe trouxe uma atmosfera dançante. Foram conduzidos a um caminhar e a movimentos exploratórios do espaço e dos corpos presentes. Os encontros com outros corpos criaram conexões, que provocaram falas, risos, toques e abraços espontâneos. Neste movimento, os participantes foram convidados a formar duplas, escolhendo um lugar da sala para ficar e se comunicar sem palavras, através do olhar, sem usar a voz.

Com as mãos unidas, começaram a se movimentar ao som da música, explorando as possibilidades de movimento das articulações, descobrindo movimentos adormecidos e mesmo desconhecidos. Nesse movimento, caminharam com a dupla, formando uma dança, até se separarem, se unindo novamente em uma roda, girando e se movimentando nessa formação. Mantendo o círculo, porém com as mãos desunidas, os participantes fizeram um movimento, um por vez, que foi reproduzido pela pessoa que estava à direita na roda, acrescentando um movimento próprio e assim por diante até que todas as pessoas criassem um movimento.

Passamos, então, todos juntos, a repetir os movimentos, ao ritmo da música, na ordem aprendida, e depois cada um à sua maneira, livremente.

Ao final, entregamos frutas aos presentes – maçã, banana, carambola e mexerica – com as quais dançaram e se relacionaram, explorando os sentidos e memórias, com um comando de não poderem comer a própria fruta, podendo, somente, experimentar aquelas que pertenciam aos demais. As pesquisadoras procuraram provocar o apetite, dando sugestões ligadas às sensações gustativas. Posteriormente, experimentaram todas as frutas, inclusive as suas.

As frutas foram incorporadas ao processo, a partir de suas aparições nos desenhos

3 A utilização desses objetos no trabalho será descrita a seguir, no relato das oficinas. As escolhas de incluir esses objetos nas oficinas se deram inspirados nos trabalhos artísticos de Lygia Clark, chamado Estruturação do self pesquisados, nas perspectivas clínicas, por Suely Rolnik (2006).

da primeira oficina, com a intenção de corporificá-las, observando a forma como os idosos se relacionavam com estas e com a emergência de aspectos relacionados às relações com os corpos, com a oralidade, permitindo que estas fossem vivenciadas na relação com o outro.

Percebeu-se que participantes e pesquisadoras foram fortemente afetados na relação com as frutas, gerando um estranhamento no envolvimento dos participantes e certos desconfortos nas pesquisadoras. A intensidade dos afetos provocou mudança no que fora planejado para o encerramento da oficina, que seria uma produção de desenhos. Não houve diálogo sobre as ressonâncias da oficina entre as pesquisadoras e os participantes, acabaram de comer as frutas e saíram da sala, finalizando a oficina. A atmosfera produzida pelas relações entre corpos e frutas, o comer a fruta do outro, a vontade de comer disparada pelas sugestões impossibilitou as falas, as palavras faltaram para aquele momento.

Esses afetos levaram a não realização da terceira oficina na semana seguinte, como uma decisão das pesquisadoras, devido à sensação de que havia a necessidade de um maior espaço de tempo entre as oficinas, que permitisse a produção de sentidos acerca dos afetos provocados pela experiência.

Para a terceira oficina, planejamos conversar sobre os afetamentos do encontro anterior, e assim aconteceu logo no início do trabalho. Depois da conversa, introduzimos o exercício de respiração e relaxamento, assim como nas oficinas anteriores. Ainda neste processo inicial, foram retomadas memórias corporais dos outros dois encontros, as quais cada um dos participantes expressou com uma postura corporal, que foi tencionada e relaxada, permitindo emitir sons nesse relaxamento.

Foram entregues pedaços de tecido aos participantes, que, em duplas, tocaram uns aos outros através dos tecidos e, depois, a si mesmos, conduzidos por uma música árabe. Trocaram os tecidos, dançaram e se relacionaram com eles, sentindo a textura, tocando cada parte do corpo com eles, enquanto caminhavam pela sala.

Apostamos no trabalho com os tecidos, a fim de possibilitar uma abertura dos corpos ao encontro com os objetos, entendendo que estes também são corpos que afetam e que possuem forças, buscando outras formas de se relacionar, através do tato, de gestos e texturas, da leveza e maleabilidade, que permitiam aos corpos que se abrissem para essas sensações.

Fizemos uma pausa nos corpos e na música, com os olhos fechados, atentos ao próprio corpo e às sensações. Foram entregues pétalas de rosas nas mãos de cada participante e jogadas sobre eles. Eles podiam dançar com elas e fazer o que quisessem, utilizando os movimentos, sons, tecidos e pétalas, livremente.

As pétalas foram trazidas para a oficina em função do conteúdo apresentado nos desenhos e nas falas da primeira oficina, por isso, as pesquisadoras utilizaram-se desta estratégia, possibilitando a vivência real deste corpo floral, suscitando memórias e afetos neste encontro.

Ao final, abrimos espaço para que os participantes pudessem expressar seus sentimentos e impressões vivenciados na oficina. Verbalizaram reflexões acerca de seus comportamentos, preocupações familiares e memórias emocionadas, sendo acolhidos pelas pesquisadoras.

Na quarta e última oficina, planejamos um encontro menos direcionado e mais livre, utilizando tecidos, pétalas e frutas, objetos com os quais já haviam se relacionado, além de um novo elemento: folhas secas.

Iniciamos novamente com o exercício de respiração e relaxamento e, ao abrirem os olhos, se depararam com esses quatro grupos de objetos, dispostos em bandejas, no chão, uma em cada extremidade dos tapetes. Os participantes foram questionados quanto àquilo que estavam

observando e as pesquisadoras sugeriram que caminhassem até aqueles objetos, convidando-os para dançar. Poderiam escolher aqueles que quisessem e fazer o que desejassem com eles. Isso foi pensado pelas pesquisadoras, de maneira a possibilitar que os participantes se relacionassem com objetos trazidos nos desenhos da primeira oficina já vivenciados nesse trabalho nas oficinas anteriores, de maneira a produzir novos encontros e formas de relação com esses corpos, além de outros desconhecidos, que apareceram como provocadores àquilo que foi apresentado nos desenhos anteriormente: as folhas secas.

Os participantes escolheram os objetos, caminharam com eles, comeram as frutas e sentaram-se nos bancos, espontaneamente, um de cada vez. Sentados, alguns fecharam os olhos, outros olhavam e manuseavam os objetos. Permaneceram ali por alguns minutos e as pesquisadoras os orientaram a perceber as sensações no corpo, ficando livres para satisfazer aquilo que seu corpo pedia. Perguntou: “o que se quer fazer?”. Os participantes apresentaram voluntariamente ao grupo seus desejos, memórias, histórias de vida e sentimentos, relacionando-os à escolha dos objetos. Em relação às folhas secas, estas foram associadas à velhice e a si mesmos e à proximidade da finitude da vida.

Verbalizaram sobre a experiência das oficinas, ressaltando suas vantagens e os afetos mobilizadores provocados. As pesquisadoras abriram espaço para quem quisesse falar sobre aquilo que estava sentindo e pensando, e também apresentou suas impressões diante do grupo, incentivando-os à busca pelas potencialidades dos corpos.

Finalizamos a oficina devolvendo os objetos em seus lugares. As pesquisadoras permitiram que, quem quisesse, levasse consigo as pétalas e folhas secas. Sugeriu que, nesse movimento de levar e deixar, os participantes pensassem naquilo que foi vivido como potente, levando-o para a sua vida, e, ao contrário, deixassem ali aquilo que vivenciaram de maneira despotencializante.

Ao falar com os participantes sobre o corpo, este foi associado por eles ao corpo físico, às limitações e doenças, influenciadas por visões médicas, pautadas em uma terapêutica centrada nas doenças e não nas potencialidades, conforme já havia observado Breton (1995). Inicialmente, os idosos buscavam nas oficinas um espaço de atividade física, para movimentar o corpo e melhorar a saúde física; porém, encontraram muito mais um trabalho de sensibilização e produção de novas relações com o próprio corpo e os corpos dos outros.

Com relação aos que se envolveram na pesquisa, começamos as entrevistas com dez participantes, sendo que dois deles não participaram de nenhuma oficina. Ao total, passaram pelas oficinas 14 idosos, sendo que: cinco participaram de apenas uma oficina e não fizeram a entrevista inicial, e, dos demais, cinco participaram de apenas uma oficina, seis de duas oficinas, um compareceu a três oficinas e dois participaram de todo o processo. As entrevistas finais foram realizadas com seis idosos. Também houve aqueles que interromperam sua participação durante as vivências ou que passaram por lá apenas para observar.

Após as entrevistas iniciais, no decorrer das oficinas, participando apenas de uma oficina e abandonando-as ou retornando ao final do processo, percebemos esses movimentos como indicadores da existência de potências criativas nesses corpos, pois, de alguma forma, entraram em contato com elas ao desejarem fazer parte do processo, mas não seguiram e se envolveram de maneira que nos permitisse analisar todos os participantes. O critério que optamos para fazer análise do processo de investigação se deu ao final da construção dos dados, considerando os imprevistos e as adaptações que a investigação necessitou fazer durante o percurso. Diante disto, criamos o critério de análise apenas dos seis participantes que estiveram em pelo menos duas oficinas e na entrevista final. Além disso, os dados das entrevistas iniciais também foram analisados. Esta escolha de critério de análise se deu considerando que a produção de subjetividade, de

corporeidades e de discursividades acerca dos corpos e da condição de idosos configura-se em um processo coletivo de enunciação, o que nos permite pensar mais na produção que os momentos da pesquisa agenciaram a partir dos encontros do que nos indivíduos enquanto sujeitos isolados.

Resultados e discussão

Através dos relatos dos participantes nas entrevistas iniciais e nas primeiras oficinas, constatamos a efetivação de uma visão dos idosos participantes acerca da fragilidade dos corpos dos idosos, apresentando-os como doentes, impotentes e improdutivos, ressaltando aquilo que o corpo não pode mais, as faltas e as ineficiências. Descreveram a relação com o corpo na entrevista inicial: *“sou cardiopata e tenho várias pontes de safena”* (S1); *“me sinto bem, uns dias com dor, outros sem”* (S3); *“a saúde está tudo bem, agora que tomo remédios”* (S4); *“gosto do meu corpo, o único problema é que tenho bico de papagaio e artrose”* (S5).

Também relataram sentimentos de afastamento do padrão de beleza midiáticos e os desejos de pertencimento à sociedade, que valoriza a adaptação dos corpos a esse padrão estético. Apontaram: *“gostaria de ser mais magra, mas tenho dificuldades de emagrecer ...”* (S6); *“só quero melhorar a barriga”, “não posso usar vestido, por causa da barriga”* (S8). Em relação à visão da mídia sobre o corpo, S6 afirmou: *“O que mostra é mulheres altas, esbeltas”*. Quando questionados sobre o que achava dessa visão, completou: *“Acho que é o certo, concordo que tem que ser assim”*.

Há, nesses depoimentos, a efetivação do “inconsciente maquínico” ligado ao consumo de uma imagem ideal, que alimenta todo um mercado estético, tal qual conceituado por Guattari e Rolnik (1986), que se constrói sobre a exigência dos corpos de produções de subjetividades, que se componham à sociedade, sobre pilares capitalísticos.

À medida que foram se desenvolvendo os trabalhos com as oficinas de movimento, ocorreu uma processual desconstrução dos discursos vitimizados, em especial daqueles idosos que participaram de todas as oficinas oferecidas, sendo que, ao final, apresentaram, nas entrevistas finais e na última oficina, uma relação modificada com o corpo, não mais sendo tão acentuadas suas limitações físicas, mas sim enfatizado aquilo que conseguiram conquistar e que descobriram que conseguiam fazer – as potências dos corpos. Referiram: *“me sinto mais disposto, (...) foi um incentivo para eu tomar algumas iniciativas”, “percebi que a gente tem potencial, só que não usa”, “aprendi que preciso ser mais firme em minhas colocações”* (S1); *“me sinto com mais vontade de participar das atividades”* (S9); *“não é porque a gente tem idade que vai desprezar outros conhecimentos”* (S7).

Foi, ainda, apresentado nos encontros, nos relatos, nos desenhos e nas entrevistas atualizações de memórias, sobretudo da infância, que remeteram ao corpo jovem, carregado de potência de vida, que nos mostra ter sido possível o contato com essa potência. Relataram: *“me lembrei de quando eu era criança e a gente brincava no sítio, subia nas árvores ... era muito gostoso”* (S11); *“quando eu era pequena, a gente andava no pau de arara, não tinha encosto igual esse banco”* (S9); *“estou aqui me lembrando de algumas ‘loucuras’ que já fiz”* (S1).

Observamos, assim, a abertura dos corpos a uma produção de subjetividades, através dos encontros dos corpos em movimento nas oficinas, percebidos nas construções de novos conceitos acerca das constituições individuais e coletivas, que levam a novas formas de se relacionar com os corpos e com o mundo como nos propõe pensar Guattari (1992).

Apontam para reverberações de um processo que impulsiona e estimula vontades de se colocarem como seres ativos na sociedade e na própria vida, modificando as concepções criadas pelas visões midiáticas sobre o corpo idoso, que assim, deixa de ser improdutivo, passa a agir,

percebendo suas capacidades criativas e as potencialidades de suas produções. Nas palavras de um dos participantes na entrevista final: *“Não é por sermos idosos que somos inválidos, existe muita coisa que podemos fazer em benefício próprio e da sociedade”*.

Apesar da observação de mudanças construtivas nos corpos, também ocorreram variáveis movimentos de desistência de alguns participantes. Após as entrevistas iniciais, no decorrer das oficinas, participando apenas de uma oficina e abandonando-as ou retornando ao final do processo, percebemos esses movimentos como parte dos processos que ora se insinuam e ora regridem, anunciaram um desejo de fazer parte de conhecer o que se passava ali, mas não conseguiram seguir adiante e se envolver de maneira que se permitissem relacionar com esse novo corpo que surgia. Podemos aqui considerar o próprio processo aberto ao novo como algo que desterritorializa e que pode ser paralisado por medos e inseguranças, por crenças de incapacidades e improdutividades já muito incorporadas.

Esta dinâmica também foi percebida nos esquecimentos daquilo que foi experienciado, sem deixar, é claro, de considerar a influência das debilidades neurológicas envolvidas. Quando as pesquisadoras pediram na entrevista final e nas oficinas que relembassem o que fora vivido nos encontros e descrevessem os afetos provocados nos corpos, alguns participantes disseram não se lembrar e confundiram com dinâmicas realizadas por outros profissionais da instituição. Em um dos momentos, as pesquisadoras iniciaram uma das oficinas retomando as vivências da anterior, na qual foram trabalhadas as relações com as frutas, a partir das memórias dos participantes. A memória do encontro foi resgatada, com a ajuda das pesquisadoras, até o momento que as frutas entraram em cena, sendo que nenhum dos participantes conseguia se recordar deste momento, ainda que as pesquisadoras dessem dicas, como *“foi-lhes entregue algo, com o qual dançaram, (...) sentiram a textura (...), o cheiro, (...)”*. Quando, enfim, se recordaram, poucos conseguiram expressar suas afetações, se prendendo em opiniões superficiais, como *“foi bom”* e *“eu gostei”*.

Assim, percebeu-se também a dificuldade de entrar em contato com um corpo íntimo, que propõe relações com *“a fruta do outro”* e com *“a própria fruta”*, em um movimento que provoca e insinua a vivência das relações entre os corpos. Deste modo, aqueles que retornaram às oficinas depois de ausências, pareceram ter precisado de uma pausa, de um tempo para digerir e acreditar nas potências do corpo, se abrindo aos afetos e às transformações, através do trabalho corporal. Duas delas, que participaram da primeira e da última oficina, justificaram suas faltas: *“eu não vim porque eu estava jogando (...) depois eu voltei porque me deu vontade”* (S9) e *“nos outros dias eu não vim por causa da dor na perna, mas hoje [última oficina] eu vim porque eu sei que é bom”* (S7).

Segundo Gil (2004, p. 197), *“entrar no movimento dançado (...) é deixar-se impregnar pelo movimento da atmosfera que transporta os corpos”*. Para ele, há dois devires da dança, sendo que o primeiro coloca o bailarino no *“estado de dança”* e, a partir daí, um segundo devir que *“convoca os poderes de metamorfose do corpo”* (Gil, 2004, p. 197). Gil (2004, p. 197) afirma que *“já não se trata de ‘entrar’ na dança, mas de se construir o seu próprio plano de imanência”*.

Assim, os participantes se permitiram a um estado de dança, ao aceitar a participação no processo, se envolveram na relação com esse corpo ainda desconhecido, que de alguma forma amedrontava os que se dispuseram a essa busca.

Durante as oficinas perguntavam *“já está acabando?”*, *“vai demorar?”*, e justificavam-se das mais diferentes maneiras, como *“preciso ir ao banco”* ou *“tenho que fazer fisioterapia”*. Muitas vezes, o próprio grupo tentava convencer as tentativas de desistência a permanecerem ali, desconstruindo suas justificativas. Diziam, por exemplo: *“mas você pode ir ao banco depois!”* ou *“mas você pode fazer fisioterapia outro dia; a fisioterapeuta vem todos os dias e essas oficinas são só uma vez por semana”*.

Diante dos relatos e das relações construídas entre os participantes, houve, durante o processo de investigação, a produção de modificações das relações que estes estabeleciam com os corpos e entre os corpos, novos modos de atuar coletiva e institucionalmente, produzindo intervenções entre eles, como as citadas acima, de que poderiam ficar na oficina e deixar outros afazeres para depois. Além disso, o trabalho abriu os corpos a relações com o próprio corpo e com os outros corpos que antes não estavam dadas, de terem atividades não só ligadas às doenças e às prevenções destas como apresentadas na primeira oficina em discursos e dificuldades, mas também criando aberturas vinculadas à produção da vida e de uma saúde como podem ser verificadas nas falas que apresentaram atualizações de memórias de como eram os corpos no passado e a capacidade de se movimentarem e dançarem como ocorreu no decorrer das oficinas, capacidade esta desacreditada em um primeiro momento.

Frente a estas constatações, as oficinas e os encontros ganharam funcionalidades clínicas, produziram poéticas nos corpos com novos movimentos e novas expressões, produzindo corporeidades e subjetividades, colocando em movimento os ideais midiáticos de corpos eficientes e afirmando as potências corporais em jogo. Uma clínica poética, que conseguiu criar entre as pessoas e os objetos presentes nos encontros uma atmosfera que aumentou a capacidade dos corpos de afetar e serem afetados.

Considerações Finais

Concluimos que as oficinas de dança e movimento corporal tiveram grande influência na produção de subjetividades do grupo de idosos trabalhado, trazendo reflexões e memórias sobre a relação com o corpo e o mundo, provocando transformação nas formas de se relacionar com o corpo. Isso levou, ao menos durante o processo de vivência da dança e do movimento, a um caminhar reverso às exigências capitalistas atuais, que reduzem os idosos às suas limitações físicas e mentais, uma visão enraizada que se torna uma crença coletiva e paralisa a vida.

A experimentação do corpo, este visto sempre na relação com sistemas de eficiência ou ineficiência pela atual sociedade, quando apresentado em sua potência dançante, produziu uma clínica de desconstrução dos sujeitos-mundo vinculados aos ideais capitalísticos de corporeidades, provocando aberturas, por onde circularam forças e devires de transformação, que permitiram a criação de novas relações entre corpos e subjetividades nesse processo.

Deste modo, oficinas que propuseram o movimento de corpos em dança foram produtoras de devires que impulsionam olhares sobre a vida e as potencialidades pertencentes ao corpo idoso, que foi recriado nos encontros, produzindo novos modos de viver os corpos, os movimentos e de ver o mundo.

Junto a estes aspectos positivos da pesquisa, houve também limitações dessa investigação em função de várias atividades que existiam na instituição e que concorreram com os momentos das oficinas, além das desistências de alguns participantes e entrada de outros, de forma que o processo não ocorreu com um grupo que acompanhou inteiramente o procedimento proposto. Deste modo, sugerimos encontrar e desenvolver parcerias institucionais, vinculando as atividades propostas por futuros estudos ao quadro de atividades da instituição, o que minimizaria as ausências por concorrências. Outra sugestão seria de recrutar um número maior de participantes já considerando as desistências que ocasionalmente poderão ocorrer durante os procedimentos propostos.

Com esta pesquisa, percebemos a importância do olhar para o corpo idoso, que, mesmo envelhecido, continua em movimento de construção e reconstrução de si e do mundo, descobrindo potências, visando uma maior maleabilidade dos corpos às produções que se fazem presentes e uma reconfiguração de novas relações com os corpos, que apontou uma potência clínica.

Detectamos uma necessidade de mais estudos e trabalhos com idosos, de maneira a tentar desfigurar e refigurar suas visões limitantes sobre o corpo, libertando-os e permitindo-se libertar das amarras sociais, e possibilitando que vivenciem o corpo, potencializando a vida que lhes pertence e tenham o movimento e a dança como mobilizadores de encontros e afetos.

Referências

- Breton, D. (1995). A síndrome de Frankenstein. em D. B. Sant'ana (org.). *Políticas do corpo*. (pp. 49 – 68). São Paulo: Estação Liberdade.
- Correa, G. C. (2000). Oficina: novos territórios em educação. Em M.O. Pey (org.) *Pedagogia libertária — experiências hoje*. São Paulo: Imaginário.
- Deleuze, G. (2002). *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Gil, J. (2004). *Movimento Total*. São Paulo: Iluminuras.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Parpinelli, R. S., & Souza, E. W. F. (2005). Pensando os fenômenos psicológicos: um ensaio esquizoanalítico. *Psicologia em Estudo*, 10(3), 479-487. Recuperado em 07 de setembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722005000300016&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S1413-73722005000300016.
- Passos, E., & Barros, R. B. (2000). A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(1), 71-79. Recuperado em 07 de setembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722000000100010&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0102-37722000000100010.
- Passos, E., Kastrup, V., & Da Escóssia, L. (2009). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Meridional.
- Peres, R. S., Borsonello, E. C., & Peres, W. S. (2000). A Esquizoanálise e a produção da subjetividade: considerações práticas e teóricas. *Psicologia em Estudo*, 5(1), 35-43. Recuperado em 13 de agosto de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722000000100003&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S1413-73722000000100003.
- Rolnik, S. (2006). Lygia Clark da obra ao acontecimento. *Catálogo publicado por ocasião da exposição: Lygia Clark, da obra ao acontecimento*. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Como Citar:

Bom-Tempo, J. S., & Vitti, F. (2014). Dança-movimento em idosos: implicações no corpo e na produção de subjetividade. *Revista Brasileira de Psicologia*, 1(2).

Historicamente, a homossexualidade, como categoria social, assumiu diversas representações e, por conseguinte, foi construída, identificada e significada de modos distintos, dependendo das exigências e da realidade socioeconômica, histórica e política de cada época. Se em tempos mais remotos as relações íntimas entre pessoas do mesmo sexo não eram vislumbradas de maneira problemática, a partir do século XIX, com a ascensão do discurso médico-psiquiátrico, essas relações passaram a ser vistas como uma patologia dentro do espectro da anormalidade. Desde então, diversos outros discursos, como o médico-científico, o religioso, o psicanalítico, também tentaram abordar o tema homossexualidade, buscando identificar causas e apresentar explicações que legitimem ou não essa condição existencial.

Atualmente o tema homossexualidade vem sendo discutido pelas ciências humanas e biológicas, pelos grupos religiosos e pelo senso comum de um modo geral, sobretudo após a tentativa de aprovação pela Comissão Brasileira de Direitos Humanos do projeto do deputado João Campos (PSDB-GO), que propõe a liberação de tratamento psicoterapêutico para os homossexuais. Com a extinção dos artigos da Resolução nº 001/99 do Conselho Federal de Psicologia, que proíbem tal prática por parte dos psicólogos (CFP, 2013). Diante da grande repercussão da proposta entre o público LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), psicólogo(a) s e a sociedade em geral, o então parlamentar retirou de pauta o projeto de lei relatado.

Além das polêmicas impulsionadas pelo projeto de lei mencionado acima, outras questões relacionadas aos sujeitos LGBTTT vêm ganhando destaque na mídia, (des)construindo crenças, valores e representações. Nesse contexto, observa-se a profusão de discursos acerca da legitimidade dos modos de ser que fogem ao padrão heterossexual, coadunando em posicionamentos atitudinais favoráveis e desfavoráveis ao reconhecimento e conquista de direitos civis para este grupo.

Dentre as reivindicações da agenda LGBTTT, destaca-se o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a criminalização da homofobia e a adoção de crianças. Estas temáticas refletem um cenário conflitante, em que é possível observar processos de afirmação de identidades, diferenciação intergrupar, expressão de preconceitos e apoio a políticas discriminatórias.

Tais processos possuem implicações psicossociais e requerem investigações que sirvam como vias de compreensão das bases estruturantes destas condutas, respaldando intervenções em prol da fomentação de uma cultura de respeito e acolhimento da diversidade.

Em função das discussões levantadas a esse respeito, que, por vezes, envolvem diretamente o nome da Psicologia enquanto ciência e profissão, considera-se pertinente fazer um levantamento bibliográfico do que a Psicologia brasileira tem produzido acerca do tema homossexualidade.

Por isso, é relevante esclarecer que o foco dado à área de Psicologia nesse artigo, não desmerece as diferentes áreas do conhecimento que se debruçam sobre este tema. Reconhece-se, aqui, que o conhecimento produzido pelas diferentes áreas do saber também possui sua relevância. O fato é que a Psicologia tem sido constantemente citada e colocada em cheque, e, nesse sentido, é preciso tomar uma posição acadêmica e científica a respeito dos caminhos políticos traçados no Brasil.

O presente trabalho, portanto, arraiga-se no âmbito de uma revisão sistemática e crítica da literatura brasileira psicológica e se propõe a contribuir para a ampliação das alterações que perpassam a homossexualidade, com o intuito de identificar lacunas a serem pesquisadas e respaldadas teoricamente.

Método

O procedimento metodológico utilizado para o desenvolvimento do presente estudo foi de

cunho bibliográfico. Mais precisamente, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, sem delimitar um período de tempo específico, com os descritores “homossexualidade” e “psicologia” nas principais bases de dados que indexam periódicos, a saber: Periódicos Eletrônicos de Psicologia - PePSIC (que inclui indexadores como Scientific Electronic Library Online-SciELO); BVS Psicologia Brasil (que contempla os seguintes indexadores: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde – Lilacs e o Index Psi Periódicos Técnico-Científicos) e o Portal de periódicos da CAPES. Para tanto, considerou-se os seguintes critérios de refinamento: a inclusão de textos publicados em língua portuguesa, escritos por psicólogos e/ou pesquisadores na área; e a exclusão de textos coincidentes, e/ou que não tiveram seus conteúdos disponíveis de maneira completa, e/ou que não fizeram referência direta ao tema.

O material discursivo foi lido/refletido na íntegra, de modo a extrair as convergências, divergências e novas perspectivas acerca do tema abordado. A partir da leitura exaustiva dos trabalhos, dois tipos de análises foram realizadas: uma quantitativa e outra qualitativa.

A primeira, de natureza quantitativa, objetivou traçar um perfil da produção bibliográfica, em relação à quantidade de trabalhos publicados, ano de publicação, região predominante dos pesquisadores, tipos de produção (teórica x empírica), áreas/teorias que se fundamentam as publicações, método de pesquisa utilizado e perfil dos participantes dos estudos.

A segunda, de cunho qualitativo, realizada a partir da técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977), com a participação de três juízes, objetivou identificar as categorias temáticas de análise que representam os assuntos mais recorrentes na produção acadêmica brasileira sobre a homossexualidade.

Resultados

Em termos quantitativos, foram encontrados 32 trabalhos, incluindo artigos (28), dissertações (2) e teses (2), distribuídos ao longo de dez anos (2002-2012): 2009 (8), 2007 (6), 2010 (4), 2008 (3), 2002 (2), 2003 (2), 2011 (2), 2012 (2), 2004 (1), 2005 (1), 2006 (1). Quando foi avaliado o vínculo institucional do primeiro autor, se constatou que os trabalhos são produzidos, sobretudo, por estudiosos do sudeste (10), seguido do nordeste (8), sul (7), centro-oeste (3) e norte (1).

É relevante registrar também que dos trinta e dois trabalhos listados, dezoito são estudos empíricos e os outros quatorze são trabalhos teóricos. Sobre as áreas da psicologia que se fundamentam os textos encontrados, constatou-se o predomínio de trabalhos na área da psicologia social (22), seguidos de trabalhos mistos (8) que não seguem uma área teórica, nem uma teoria específica, e, por fim, de trabalhos fundamentados na teoria psicanalítica (2). Em relação especificamente ao método utilizado nos estudos empíricos, se sobressaíram as pesquisas qualitativas (27), compostas por estudos de caso e ensaios teóricos, seguida das que mesclam metodologias quantitativas e qualitativas (4), e por último, as quantitativas (1), com o uso de escalas e questionários. No que se refere aos participantes dos estudos, constatou-se que quatro foram realizados com homossexuais do sexo masculino, dois com homossexuais do sexo feminino, três com homossexuais tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino e os demais com a população em geral (familiares – 1; estudantes universitários – 4; professores – 1 e demais cidadãos – 2).

Em termos qualitativos, após analisar o conteúdo dos trabalhos que atendiam aos critérios de inclusão, foram elencadas seis categorias temáticas (Bardin, 1977), que representam os assuntos mais recorrentes na produção acadêmica brasileira sobre a homossexualidade. A seguir, serão apresentadas as principais elucubrações teóricas e empíricas a respeito de cada uma dessas categorias.

Concepções teóricas e história da homossexualidade: alguns apontamentos

O termo “homossexualidade” circunscreve o relacionamento sexual e afetivo entre pessoas do mesmo sexo (Pereira, 2009) e, até 1892, não consistia em uma categoria discursiva como hoje se apresenta. Nessa época, apesar das relações entre pessoas do mesmo sexo já existirem e causarem estranheza e reprovação, não representava ainda um marcador ou determinante da identidade.

No final do século XIX, em função do discurso médico-científico, a nomenclatura homossexual estava arraigada ao cerne das patologias. A sexologia, enquanto ciência emergente do século XIX, alicerçada no ideal positivista de classificação, acabou por elevar a homossexualidade ao status patológico (Belmonte, 2009; Vieira, 2009). Logo, a partir de então, a sexualidade tomou proporções para além de uma preocupação moral, pois tornou-se foco de produções discursivas que, pretensiosamente, se dizem verdadeiras sobre o sujeito (Guimarães, 2009; Madureira & Branco, 2007).

De acordo com Vieira (2009), Freud se apropriou das discussões em torno dessa problemática e teceu esforços para aniquilar o caráter de patogenicidade atribuído à homossexualidade, difundido nos manuais de psiquiatria da época. Nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, refuta as concepções do discurso médico a respeito da homossexualidade, retirando-a da condição de anormalidade.

Para além das divergências teóricas que possam suscitar as premissas lançadas por Freud, são inegáveis suas contribuições para a constituição de um pensamento crítico acerca das questões que apeteçam a homossexualidade. Este, na medida em que lança o convite para a problematização da própria heterossexualidade, propõe certa libertação do imperativo biológico como um processo natural de sua produção, demonstrando que a escolha do objeto sexual não é predeterminada e fixa, mas contingencial. Em linhas gerais, ele propõe o afastamento do olhar da biologia, em prol da ótica da cultura (Vieira, 2009).

Autores como Toledo e Pinafi (2012), afirmam que alguns dos estigmas que hoje perduram em relação aos sujeitos que fogem ao padrão heteronormativo, são frutos do julgamento arbitrário realizado séculos atrás pelo clivo da cultura judaico-cristã ao se referir aos sodomitas. Os sujeitos que mantinham relações sexuais com pessoas do mesmo sexo (sodomia) eram considerados desviantes e doentes, sendo colocados à margem daquilo que vinha a ser a sexualidade humana, sofrendo, assim, com os preconceitos que lhe eram dirigidos (Belmonte, 2009; Fernandes, 2009; Santos, 2008).

Mediante essas considerações, as relações sexuais entre as pessoas do mesmo sexo biológico atravessavam a crença de que se originavam por consequências de incitações demoníacas. Gouveia et al. (2012) e Santos et al. (2007) lembram que o discurso da tradição judaico-cristã, dentre outros fatores, colaborou para as ações depreciativas em relação aos homossexuais, na medida em que os atribuíam uma conotação pecaminosa.

A sodomia já foi elevada à condição de crime, com o intuito de robustecer a repressão à homossexualidade, sendo perseguida e, conseqüentemente, castigada por três tribunais, a saber, Justiça Real, Santa Inquisição e a Vara Episcopal. Para essas instâncias investigativas/punitivas, as relações homossexuais representavam um pecado mortal e deviam ser banidas para se cumprir a vontade soberana de Deus (Pereira, 2009).

Silva (2003) ressalta alguns fatos históricos que contribuíram decisivamente para a marginalidade que a homossexualidade assume nos dias de hoje, por exemplo: o discurso médico-psiquiátrico, no final do século XVIII, com a patologização das práticas homossexuais; a

dicotomização dos papéis sexuais de pessoas do mesmo sexo entre ativo e passivo; a epidemia da AIDS na década de 1980 e a atribuição de suas causas aos homossexuais masculinos. Esses eventos contribuíram de forma significativa para o reflorescimento da homofobia que estava latente na sociedade, culminando em práticas discriminatórias pautadas em velhos preconceitos e estigmas sociais, como veremos mais detalhadamente na sessão a seguir.

Homofobia e preconceito internalizado: algumas considerações

Conforme Pinto (2011), a população brasileira LGBTTT representa, em média, 5% a 10% da população total, sendo alvo de discriminação, preconceito e atitudes negativas em virtude da sua orientação sexual.

O Brasil, assim como a maioria dos países ocidentais, é considerado um país de cultura machista, fundamentado no patriarcalismo, e estes fatores podem servir de explicações para os elevados índices de homofobia. A este respeito, Silva (2007) alerta para o fato de que mesmo com a não aceitação da condição do homoerotismo como transtorno mental pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS), ainda se percebe ações depreciativas homofóbicas em pleno século XXI.

Hoje, a homofobia é considerada uma violência de gênero e está enraizada profundamente na trama social, mantendo forte ligação com um conjunto de outros problemas sociais e estruturais. A complexidade e dimensão que abrange as questões em torno da homofobia significa um desafio para os psicólogos que, em grande medida, estão pouco afeiçãoados com o entendimento e operacionalização da gramática de gênero que exige uma compreensão de ordem psicossociológica (Smigay, 2002).

Acerca dessas questões, Pereira (2009), em uma revisão da literatura sobre as perseguições e condenações dos sujeitos que divergem do padrão heteronormativo, constatou que são mais verificáveis atitudes preconceituosas e discriminatórias em contextos religiosos que são fundamentados em citações bíblicas, concebendo crenças a respeito da natureza da homossexualidade. Este autor identificou na análise empreendida, que as crenças biológicas sobre a natureza da homossexualidade se relacionam negativamente com o preconceito flagrante e de forma positiva com o preconceito sutil. Por sua vez, a crença de natureza religiosa e ético-moral da homossexualidade e a crença na natureza psicológica mostraram correlação positiva com o preconceito. O único modelo de crença que apresenta relação negativa com o preconceito se ancora na natureza psicossocial da condição homossexual.

Tecendo algumas reflexões acerca de como o preconceito e a discriminação têm se colocado nas sociedades modernas, Fleury e Torres (2007) evidenciaram que algumas mudanças no âmbito social, legal e, a própria promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos na segunda metade do século XX, contribuíram para o declínio do preconceito e da discriminação. Porém, defendem a ideia de que estes não deixaram de existir, mas, apresentam-se hoje de maneira mais sutil e velada, isto é, de modo diferente daquelas expressadas em outros tempos.

Os autores supracitados constataram, em pesquisa realizada com 135 estudantes de pós-graduação na área de recursos humanos acerca de como estes avaliavam indivíduos homossexuais e heterossexuais, com o objetivo de verificar a presença de infra-humanização no preconceito contra homossexuais, que aos heterossexuais foram atribuídas mais características positivas em detrimento dos homossexuais. Perceberam também que as justificativas para a percepção negativa dos brasileiros com relação ao/a homossexual/homossexualidade estavam ancoradas em causas abstratas, na qual as pessoas se eximem de qualquer responsabilidade, atribuindo-a não a si mesmas, mas à nação, por exemplo.

Toledo e Pinafi (2012) realizaram uma pesquisa com o intuito de identificar os correlatos valorativos das motivações interna e externa, eleitas pelas pessoas para se posicionarem sem preconceito em relação ao público gay e constataram posições conservadoras a este respeito. O referido estudo evidenciou que o preconceito contra os homossexuais coaduna com o desejo dos heterossexuais de manter tradições referentes ao gênero, tais como a conservação do modelo heteronormativo. O mesmo revelou também correlação negativa para proceder sem preconceito entre a motivação interna e os valores normativos como a religiosidade, sinalizando que as pessoas atravessadas por crenças dessa ordem, agem sem preconceito, sobretudo em função das pressões sociais do que mesmo de suas convicções internas. Os dados encontrados por Toneli et al. (2003) corroboram esses achados.

O sentimento de exclusão dos homossexuais é tão significativo que mesmo os que nunca sofreram algum tipo de preconceito em relação a sua orientação sexual, temem serem vítimas de atitudes dessa ordem. Em pesquisa com esse público, Madureira e Branco (2007) identificaram em suas narrativas o medo das retaliações tanto por parte dos amigos, quanto da família, sendo muitas vezes necessário mentir e/ou omitir a própria orientação sexual em prol da coexistência das relações.

Em pesquisa realizada por Fernandes e Santos (2009), com o objetivo de conhecer as estratégias utilizadas pelos sujeitos homossexuais para enfrentar o preconceito, foi constatado que o foco no problema (análise direta dos fatores estressores) e a busca por suporte social (busca de apoio de pessoas próximas) se caracterizaram como as estratégias mais recorridas. A busca por estas estratégias de enfrentamento do preconceito visam promover a tolerância, a minimização, assimilação ou ignorância do agente estressor, configurando-se como um mecanismo de adaptação para o manejo dos problemas. Os resultados desta pesquisa indicaram, também, que as pessoas que recorrem à análise direta do foco do problema e ao suporte social como maneiras de enfrentar a discriminação, tendem a explicar os eventos de suas vidas baseados em suas próprias habilidades e ações. Ao passo que as pessoas que se ancoram em recursos emocionais e religiosos para enfrentar a discriminação, atribuem às causalidades externas, como sorte, destino, Deus e outras pessoas, os acontecimentos de sua vida.

Conforme Nunan (2010), os sujeitos estigmatizados estão com a autoestima em constantes ameaças (diretas e indiretas), dado a gama de estereótipos produzidos pelas instituições sociais tais como, a família, a escola, bem como por intermédio das informações difundidas nos meios de comunicação de massa. Para este autor, as instituições citadas contribuem para a manutenção de imagens estereotipadas que denotam aos homossexuais um caráter de inferioridade e desvio moral em relação aos heterossexuais, fazendo com que os mesmos internalizem esse tipo de associação.

A título de exemplificação de como as instituições pelas quais o sujeito é perpassado reforçam modelos engessados de concepção de gênero e sexualidade, podemos citar a pesquisa desenvolvida por Maia et al. (2011) com grupos de professores sobre a homossexualidade. Neste estudo, verificou-se no discurso dos professores a crença em padrões hegemônicos a respeito do masculino e do feminino, bem como, concepções que não levam em consideração o importante caráter político e instrumental de transformações sociais da escola, sobretudo a discussão das questões que perpassam o gênero e a sexualidade.

Britzman (2009), tecendo reflexões acerca da Psicologia do amor e a escola por intermédio de uma leitura psicanalítica, sugere que a pedagogia reconheça as diferentes expressões de amor, seja ela homo ou heterossexual no escopo de suas preocupações, a partir de um viés que considera tais expressões não como um problema e sim a forma como os sujeitos se posicionam na vida.

Assim, dialogando sobre o processo de escolarização e sua relação com a história individual que cada sujeito carrega, Britzam (2009, p. 56) afirma que:

A escolarização é o lugar em que estas dimensões de histórias se encontram e competem, causando uma confusão do tempo. O que era impensável para uma geração, a mais nova assume como dado. Os professores devem encarar uma geração de estudantes que não conhecem a sexualidade sem um mundo de AIDS, famílias gays e lésbicas, orgulho gay, fertilização *in-vitro*, controle de natalidade, direitos dos transexuais, *websites* de informação que excedem o conhecimento baseado na escola e rompem todo monopólio acerca da visão de mundo.

Ferrari e Marques (2010), por sua vez, avaliam o processo de exclusão que é estabelecido na escola como sendo resultado de processos classificatórios e discriminatórios, que acabam por legitimar a compreensão da realidade dos sujeitos envolvidos nesse contexto. Muitas vezes no cotidiano escolar, constata-se que os alunos que não se enquadram nos padrões considerados normais, ficam às margens ou são eliminados da convivência social, rotulados como produtos que não se adaptam e/ou não atendem as expectativas.

Apesar de a escola ser por definição um local privilegiado para o questionamento da realidade e para a transformação social, percebe-se o silenciamento e o imobilismo dessa instituição frente às questões das ações depreciativas, como por exemplo, a homofobia. Cabe a escola, trabalhar no sentido de promover projetos que possibilitem a emancipação dos alunos, reconhecendo e problematizando o que está posto como natural no cotidiano escolar (Ferrari & Marques, 2010).

No que tange a internalização do preconceito, quando muito forte e perniciosos os estereótipos, as vítimas tendem a aceitá-lo e a incorporá-lo a sua autoimagem, nutrindo assim, sentimentos negativos a respeito da própria orientação sexual e, conseqüentemente, generalizando para o *self* como um todo. Essa postura é denominada pela literatura pertinente por preconceito internalizado. Segundo Toledo e Pinafi (2012) esse tipo de preconceito pode acarretar em isolamento afetivo, sexual e social dos homossexuais.

Segundo Nunan (2010), o preconceito internalizado está, na maioria dos casos, correlacionado com sentimentos de culpa, vergonha, ódio de si mesmo, medo, desconfiança, insegurança, baixa autoestima, dificuldade de estabelecer e manter relacionamentos amorosos, isolamento social, entre outros.

A ideia de internalização do preconceito surge a partir da década de 1970 e ganha força na década de 1980, com a criação do conceito “homofobia internalizada” por Malyon. A internalização do preconceito seria de maneira sucinta, a aceitação de características inferiores que resultariam em sentimentos de vergonha do sujeito homossexual em se reconhecer de tal modo (Nunan, 2010).

Conforme Madureira e Branco (2007), a homofobia internalizada desestrutura subjetivamente os sujeitos, pois há o deslocamento da violência simbólica do campo intersubjetivo para a dimensão subjetiva, acarretando sérias conseqüências em suas vidas. Nas palavras desses autores:

A homofobia internalizada, emocionalmente enraizada, no caso das pessoas que apresentam uma orientação homoerótica traz um potencial desestruturante em termos subjetivos, ou seja, consiste em um foco de sofrimento psíquico (culpa, ansiedade, depressão...). Em outras palavras, a violência simbólica subjacente à homofobia social (plano intersubjetivo) reaparece como violência contra si mesmo(a) (plano subjetivo). Além disso, pode implicar em uma dissociação entre os desejos, as fantasias e as relações afetivo sexuais homoeróticas vivenciadas e outras dimensões importantes de si mesmo(a) (Madureira & Branco, 2007, p. 87).

Coelho (2008) aponta que o processo de internalização da homofobia pode resultar na ocultação e/ou rejeição da própria identidade homossexual, envolvendo assim, as relações

românticas e sexuais vivenciadas por estes sujeitos em um clima de segredo, perpassado pelo sentimento de vergonha. Assim sendo, assumir-se como contrário a norma que condiciona o gênero e a sexualidade nos moldes heterossexuais é, em grande medida, se expor as retaliações e o ostracismo de uma sociedade pouco tolerante frente à alteridade (Toledo & Pinafi, 2012).

Homossexualidade e repertórios discursivos: cura, apoio familiar e identidade

Por volta de quatro décadas atrás, os cientistas das áreas de saúde e de humanas ainda discutiam as questões relacionadas à orientação sexual sob a égide da dicotomização saúde *versus* doença, ou seja, como sendo uma patologia passível de cura (Santos & Fernandes, 2009). Atualmente muitos discursos giram em torno das questões relacionadas à homossexualidade, inclusive sobre a possibilidade de tratamento. Conforme Dunker e Neto (2010), estas premissas se constituem como ponto nevrálgico quando se refere à homossexualidade egodistônica, em que a orientação sexual do sujeito não está em harmonia com seu desejo, podendo este, conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), procurar tratamento. Neste caso a homossexualidade é concebida como um transtorno passível de cura, sendo considerada razão de sofrimento pelo próprio indivíduo (Belmonte, 2009).

Para tais autores, no Brasil esta ideia de cura da homossexualidade está ligada ao discurso religioso conservador que se intensificou entre as décadas de 1980 a 2000, provocando relações conflituosas.

Outra questão bastante polêmica concerne aos estudos que tecem considerações sobre a possibilidade da homossexualidade estar ligada a uma condição genética. Contudo, Menezes e Brito (2007) afirmam que os estudos realizados não se baseiam em evidências empíricas consistentes. Conforme essas autoras, a dificuldade em localizar os supostos determinantes biológicos que explicariam o comportamento homossexual pode estar atrelada a proposição de que o padrão homossexual mantém relações com a variabilidade, o alargamento do prazer sexual e com questões evolutivas.

Pereira (2009), ao se debruçar na investigação das crenças a respeito da natureza da homossexualidade, constatou que se trata de uma estrutura multidimensional, em que há concepções que contemplam crenças essencialistas de cunho biológico, crenças de que se trata de uma doença psicológica, bem como, crenças que concebem a dimensão religiosa e ético-moral sobre a natureza da homossexualidade.

Em pesquisa realizada por Lacerda et al. (2002), foram entrevistados 220 universitários, dentre estes, alunos do curso de Psicologia, Engenharia Civil e Medicina, com o intuito de obter explicações acerca da homossexualidade. Tendo em vista que foi utilizada uma escala de respostas para a homossexualidade que apresentava explicações biológicas, ético-morais, religiosas, psicológicas e psicossociais, os autores verificaram que as respostas que mais predominaram foram as de ordem ético-morais com 14%, seguidas por justificativas religiosas (13%), psicossociais (12%), psicológicas (11%), e, por fim, por explicações biológicas com 9% das respostas. Na análise das ancoragens sociais, os autores constataram que as explicações que apresentavam um caráter mais preconceituoso estavam ligadas aos estudantes de engenharia, que deram respostas balizadas no caráter ético-moral e religioso. Já o grupo de não-preconceituosos e dos preconceituosos sutis foi constituído por mulheres e estudantes de Psicologia, que justificaram suas respostas a partir do viés das questões psicossociais.

Na pesquisa realizada por Palma e Levandowski (2008), com seis mulheres homossexuais da cidade de Caxias do Sul (Rio Grande do Sul) e região, foi constatado que as participantes da pesquisa se referiram à homossexualidade como algo inerente ao sujeito e sua história e não como

uma opção sexual. Quanto às consequências positivas da homossexualidade, percebeu-se que as respostas apontavam para sentimentos de felicidade, melhora na qualidade do relacionamento, possibilidade de ficar com pessoas dos dois sexos e de fazer novas amizades. Enquanto que em relação às consequências negativas da condição homossexual, foram apontados o preconceito e o isolamento. Ainda com relação à mesma pesquisa, quando indagadas qual tinha sido a reação dos familiares frente à revelação da homossexualidade, as respostas variaram entre apoio, nervosismo, choque, agressividade e culpa.

Sobre o apoio familiar, Santos et al. (2007), em relato de experiência de grupos de pais com filhos homossexuais, acentuaram que a não aceitação dos genitores em relação a orientação sexual dos filhos corrobora com o florescimento do preconceito, engendrando assim, ações depreciativas que reforçam o estigma social enfrentado pelo público gay nos espaços macrossociais. O estudo evidenciou, ainda, que há maior facilidade das mães em detrimento dos pais de abordarem a temática da alteridade do comportamento sexual dos filhos que se distanciam da heteronormatividade.

Toneli et. al. (2003) também ressaltam a importância da família no enfrentamento dos conflitos vivenciados pelo sujeito homossexual, sobretudo na adolescência. Dada à complexidade da experiência e o entendimento que a descoberta da condição homossexual dos filhos ainda se configura como um tabu para muitos pais, os referidos autores realçam a importância de grupos de acolhimento que objetivem discutir/refletir a temática, visando redesenhar a percepção dos pais frente à situação.

Trazendo uma discussão acerca da lesbianidade na telenovela *Senhora do Destino* (Rede Globo, 2004-2005), Borges e Spink (2009) posicionaram a mídia como grande construtora de novas dinâmicas e produtoras de novos sentidos, tendo em vista que a mídia é por eles entendida como o reflexo da sociedade e, portanto, denota as práticas discursivas um caráter multifacetado. Na análise de recortes das falas de alguns personagens da novela mencionada, os autores constataram que os termos utilizados (“desgosto”, “doença”, “imoral”, “desaprovação”, “sapatona”, “vício”, etc.) para referenciar a opinião dos familiares com relação à orientação sexual da filha homossexual serviam para denotar um caráter patogênico e de má-conduta da mesma. Por fim, os dados revelaram que tem existido, de fato, uma incorporação/familiarização da temática “lesbianidade” na mídia como um todo e, conseqüentemente, na sociedade. No entanto, a forma como essa legitimação/incorporação tem se colocado, é ainda insuficiente para a desestabilização das normas e modelos sexuais ditos normais e hegemônicos.

No estudo realizado por Chidiac e Oltramari (2004), acerca da identidade *queer* das *drag queens*, ficou claro que a identidade desses sujeitos não é fixa, mas está em constante processo de metamorfose, contrariando a ideia de uma essência identitária. Assim, os sujeitos *drag queens* seriam e estariam, ao mesmo tempo, assumindo características físicas e psicológicas tanto masculinas quanto femininas, tendo em vista, que estes buscam assumir no ato performático o outro que não lhe é acessível, no caso o sexo feminino.

No tocante a identidade do sujeito que interpreta a *drag*, os autores supracitados perceberam nas entrevistas realizadas com três *drag queens* que estes conseguem manter certa autonomia das duas identidades construídas, porém, reconhecem que muitas vezes pode haver certa confusão entre as mesmas. Assim, pode-se dizer que as *drags* possuem traços psicológicos, posturas e atitudes que são construídos única e exclusivamente para a montagem do personagem que escolhem interpretar.

Homossexualidade e movimentos sociais: a tessitura de uma rede complexa de reivindicações

No Brasil, iniciaram-se as discussões no âmbito público sobre a homossexualidade no final dos anos 1970, período em que vários grupos de militância social fizeram eclodir debates em torno do direito desta poder ser vivida fora da configuração da clandestinidade. Sendo, esse período contemporâneo ao movimento de oposição à ditadura militar, onde fervilhavam manifestações de propostas alternativas aos costumes e ao moralismo ao qual se ancorava a classe média, emergem lutas de cunho político em defesa do amor livre e o amor entre iguais (Belmonte, 2009).

Ainda de acordo com o mesmo autor, os diferentes movimentos sociais que imbricaram a luta pela reivindicação dos direitos de cidadania após a década de 1970 no Brasil, foram muito importantes para a construção de uma identidade homossexual, como também, contribuíram para o processo de transformação da representação que se tinha da própria homossexualidade. Os movimentos sociais, apesar de suas diferenças, eram caracterizados pelo modo coletivo de tomada de decisões, priorizando as reivindicações do grupo como um todo, não negando em suas pautas de discussões temas que atravessavam as minorias culturais, étnicas e sexuais, como por exemplo: sexualidade, contracepção, aborto, inserção da mulher no mercado de trabalho, o racismo e movimentos afirmativos da homossexualidade.

Seguindo, ainda, o raciocínio de Belmonte (2009), no final da década de 1970, os movimentos de militância homossexual ganharam força e visibilidade, engendrando na complexa tessitura da rede de reivindicações, jornais ligados aos militantes, reuniões de discussão e ativismo, construindo e fortalecendo, assim, uma identidade enquanto grupo social. Contudo, é válido ressaltar que apesar das transformações propiciadas pelos movimentos homossexuais dessa época, as críticas e tensões não deixaram de lhes permear no sentido de alertar para a ênfase no gênero masculino que vinha sendo difundida, reproduzindo por vezes, a dinâmica das relações de gênero estabelecidas pelos heterossexuais.

Um importante aspecto a ser destacado é que o surto de AIDS na década de 1980 provocou mudanças na organização da militância homossexual, estabelecendo uma nova fase do movimento, na qual as discussões em relação à proposta da liberação homossexual foram colocadas em suspensão, visto que nesse momento a preocupação central consistia nas possíveis intervenções e assistência às vítimas. Em razão da notoriedade que a doença alcançou em todo o país, pode ser evidenciado para a sociedade que o sujeito homossexual existe e que não podia ser considerado como o “outro” na perspectiva de um continente a parte, alheio à realidade nacional (Belmonte, 2009).

Promovendo reflexões acerca dos movimentos sociais, Machado e Prado (2005) apontam que a dualidade existente entre “Movimentos Sociais Tradicionais”, que reivindicam questões econômico-estruturais, e os “Movimentos Sociais Novos”, que estão preocupados com as questões simbólico-culturais, por assumirem um caráter único e particular na análise desses fenômenos, tem-se mostrado insuficientes para dar conta dos “novos movimentos sociais”.

O movimento LGBTTT serve para constatar a insuficiência dessa dualidade, tendo em vista que este movimento assume hoje no Brasil um caráter de questões político-econômicas, na reivindicação de direitos, como por exemplo, a luta pela legalização da parceria civil. Esta posição reverbera na contestação de elementos simbólico-culturais, como é o caso da insuficiência do conceito de família na atualidade, frente às novas configurações familiares (Machado, & Prado, 2005).

Na pesquisa, realizada pelos autores acima, sobre os movimentos sociais de dois grupos

LGBTTTT organizados (um de gays e outro de lésbicas) na cidade de Belo Horizonte no estado de Minas Gerais, constatou-se a existência de “heterogeneidade da luta política nesse campo dos direitos nas sociedades modernas” (p. 56), o que pode dificultar na conquista dos direitos, apesar de reconhecermos os grandes avanços e conquistas nos últimos anos desses movimentos.

Ainda nessa mesma pesquisa, os autores concluíram que com relação à identidade coletiva, ficou evidente a diversidade de práticas das quais os grupos se utilizam para compor suas identidades, mesmo que temporárias, corroborando assim, na multiplicidade dos movimentos homo na referida cidade.

A redemocratização do Brasil culminou na maior abertura do estado para a participação social na proposição de políticas públicas, inclusive dos movimentos relacionados à homossexualidade. Os temas centrais postos em pauta pelo movimento homossexual são referentes ao direito de adoção por casais homoafetivos, herança em caso de morte de um dos cônjuges, pensão, legalização do casamento entre iguais, legislação que puna a homofobia, entre outros (Belmonte, 2009). Hoje se percebe que boa parte destas reivindicações foram atendidas e avançaram, ao menos de forma parcial, no sentido da legalização do casamento gay; da adoção e o entendimento da homofobia como um crime, representando atualmente o que há de mais atual e recorrente no debate referente às questões que apeteçam a homossexualidade.

Homossexualidade e adoção: novas possibilidades

Pode-se perceber que nas últimas décadas o conceito de família tem passado por algumas mutações e que na atualidade não podemos mais dizer que esta seja constituída apenas por casais heterossexuais, visando atender a um modelo de família nuclear. Todavia, a união conjugal entre pessoas do mesmo sexo e a adoção de filhos por parte destes ainda não são legitimadas juridicamente. Esta dificuldade tem sido apontada devido ao preconceito e exclusão social de grupos minoritários, a exemplo, dos homossexuais (Araújo, Oliveira, Sousa, & Castanha, 2007).

No Brasil, um homossexual legalmente pode adotar uma criança porém, ainda há resistências que, por vezes, se pautam em impedimentos morais, evidenciando que apesar da sociedade brasileira vir modificando seus conceitos, ainda se trata de um processo lento. Nossas leis não contemplam a possibilidade de adoção por casais homoafetivos, motivo pelo qual muitos homossexuais se candidatam à adoção na condição de família monoparental, evitando com isso o julgamento de sua orientação sexual (Futino & Martins, 2006).

Na pesquisa realizada por Araújo et al. (2007) com estudantes concluintes dos cursos de Direito e Psicologia acerca das representações sociais que estes apresentavam em relação a adoção por casais homoafetivos, constatou-se que 51% da amostra total demonstrou ser contrários à adoção. Já com relação à porcentagem de alunos que se mostraram favorável a adoção, registrou-se 29% dos estudantes de Direito e 40% dos estudantes de Psicologia. Para justificar tais posicionamentos, ficou explícito na pesquisa que os alunos se ancoraram nos discursos moral-religioso, médico-científico e psicológico. Os autores sugerem a partir de tais dados, a elucidação da temática através de uma análise psicossocial, tendo em vista que ela assume um caráter complexo e dinâmico.

Psicologia e questões de gênero: (Des)construindo sentidos

Mesmo reconhecendo os avanços da Psicologia para com as questões de orientação sexual, a exemplo, do enfraquecimento do paradigma da cura da homossexualidade ou de reorientação das práticas “desviantes”, percebe-se que o viés heterossexista ainda prevalece nas pesquisas e nas práticas psicológicas (Lacerda & Camino, 2002). Não é de se negar que, muitas vezes, a

ciência psicológica contribuiu decisivamente com as suas verdades para legitimar os pensamentos aversivos e negativos acerca da homossexualidade (Guimarães, 2009).

Aponta-se ainda, que o preconceito assumido por alguns psicólogos é do tipo velado, pois tratam a homossexualidade como um distúrbio que deve ser assumido e/ou superado. A própria resolução 001 do Conselho Federal de Psicologia - CFP, que referencia a atuação do psicólogo com relação à orientação sexual, estabelece que a homossexualidade não se configura como uma doença, porém, muitos psicólogos ainda assumem a ideia de cura, apoiando-se em preceitos morais e religiosos em suas práticas.

Logo, cabe ressaltar que as práticas dos profissionais da Psicologia, no que se referem ao público LGBTTT, devem colaborar para a aniquilação de concepções de cunho preconceituoso e discriminatório das identidades sexuais que não seguem a hegemonia dominante (Guimarães, 2009; Madureira & Branco, 2007).

Em relação à clínica psicológica com o público não-heterossexual, Toledo e Pinafi (2012) alertam para a necessidade de se tomar cuidado com a cristalização de uma identidade homossexual, tendo em vista que esses sujeitos buscam fundamentar uma percepção de si que não seja vazia e acabam se tornando, muitas vezes, apenas essa auto-imagem, impedindo a emergência de outras identidades necessárias para uma vida social mais satisfatória. Para tanto, a clínica nunca, em hipótese alguma, deverá contribuir para o enrijecimento da identidade homo ou heterossexual, e sim viabilizar que o sujeito possa ver-se/sentir-se livre para outras condições existenciais.

Para Toledo e Pinafi (2012), os terapeutas que atendem o público LGBTTT devem colaborar e ajudar os sujeitos não-heterossexuais a refletir de maneira positiva acerca de suas experiências e relações, auxiliando o paciente na reelaboração daquilo que para ele é negativo na sua condição sexual.

Cabe ressaltar que o objetivo da clínica com o público LGBTTT não é o de fazer com que o homossexual seja feliz, nem tampouco que se sintam normais, mas principalmente, que reconheçam e assumam sua diferença.

A gramática de gênero e sexualidade requer uma discussão ampla que considere os diferentes fatores intervenientes, culturais, sociais (macrossociais e microssociais), subjetivos, e entre outros, para que se possa chegar a uma compreensão condizente com as dimensões das nuances que a envolvem. Cabe à Psicologia, superar o olhar individualista que tradicionalmente lhe atravessa e propor pesquisas sobre gênero e sexualidade de forma interdisciplinar, fortalecendo o diálogo com os demais campos do saber, evitando concepções reducionistas e politicamente ingênuas sobre essa temática. Este tipo de postura deve ser gerenciada o quanto antes, afinal, a Psicologia produz conhecimentos que podem e devem ser capazes de contribuir com a transformação social alicerçada nos ideais de uma cultura democrática que valoriza e respeita a diversidade (Madureira & Branco, 2007).

A psicologia esteve por muito tempo presa a conceitos e preconceitos que a impediram de avançar em algumas questões, inclusive nos aspectos referentes à diversidade sexual. Precisamos superar o discurso da heteronormatividade para avançarmos no processo de compreensão das múltiplas e complexas nuances sob as quais se engendram os sujeitos homossexuais, as identidades sexuais e de gênero de um modo geral (Santos, 2008).

Discussão

Com base na revisão sistemática realizada, serão pontuadas algumas rápidas reflexões sobre o estado da arte dos trabalhos realizados na Psicologia sobre o tema homossexualidade.

Em primeiro lugar, é relevante refletir sobre o número ainda escasso de trabalhos brasileiros produzidos na área da Psicologia sobre o tema homossexualidade, e, também, a disparidade na produção acadêmica entre as macrorregiões brasileiras, pois enquanto o sudeste e o nordeste figuram com o maior número de produções acerca do tema, as demais regiões mostram uma produção muito incipiente. De acordo com Santos (2008), essa pouca visibilidade dada ao tema da diversidade sexual é reflexo de uma ciência que se tornou hermética a determinadas questões, em função da preservação de um modelo binário de compreensão da realidade humana. Por outro lado, não se pode negar que a produção científica sobre o tema homossexualidade tem, nos últimos anos, mesmo que de forma tímida, começado a se destacar no cenário da Psicologia brasileira, o que leva a acreditar que este tema está, paulatinamente, saindo do campo da invisibilidade acadêmica, mérito este atribuído, sobretudo, a área da Psicologia Social.

Em segundo lugar, é importante refletir, especificamente, sobre os poucos estudos empíricos realizados em relação ao tema, principalmente com a população homossexual. Este dado aponta lacunas que indicam a necessidade de mais pesquisas que tornem conhecidas as vivências dos homossexuais em seu contexto sócio-familiar e cultural, tal como a diversidade de discursos que são compartilhados por esses atores, que, por vezes, contribuem para o modo como estes se posicionam social e subjetivamente.

No que se refere aos temas problematizados, prevalece o tema homofobia, talvez em virtude do grande número de casos de violência contra homossexuais veiculados pelos meios de comunicação e amplamente discutidos pelo senso-comum, e de casos de preconceito e discriminação contra homossexuais, que extrapolam os limites das relações pessoais e demandam intervenções judiciais.

Também é interessante notar que para além de temas clássicos que permeiam as discussões acerca da homossexualidade, novas alterações emergem no cenário das reivindicações dos movimentos sociais como, por exemplo, questões referentes à adoção por casais homossexuais e a oficialização dos casamentos entre pessoas do mesmo sexo. No entanto, estas problematizações são pouco exploradas pela literatura, o que é compreensível em função do caráter recente do percurso histórico desses movimentos.

Considerações Finais

Os resultados discutidos, *a priori*, mostram a complexidade e o caráter polissêmico do tema homossexualidade, sendo este passível de interpretações a partir de diversos discursos, que tentam dar conta do fenômeno em voga. Dentre estes discursos, destaca-se o da Psicologia que, apesar de ainda incipiente, nos últimos anos tem sido demandada a se posicionar frente à problemática da gramática de gênero e sexualidade, como também na construção de intervenções que ora propõem a reorientação da sexualidade pautado na conservação do modelo heteronormativo, ora propõem um tratamento ao sofrimento advindo da experiência homossexual, numa lógica mais contextualizada.

A Psicologia enquanto ciência e profissão, a partir da instância maior que regulamenta e normatiza a prática profissional do psicólogo (CFP), se posiciona de modo contrário a toda e qualquer intervenção que desconsidere a diversidade na forma como os sujeitos expressam os seus afetos, sejam eles hetero ou homossexuais. Desse modo, cabe a esse profissional estar atento a essas questões, para que assim possa melhor delinear a sua prática em conformidade com o objetivo de minimização e/ou extinção da discriminação, preconceito e violência com relação àqueles que não se encaixam no modelo dominante de sexualidade.

Por fim, porém, sem ter a pretensão de esgotar a problemática aqui abordada e discutida,

reconhece-se a importância de novas pesquisas, principalmente empíricas, no campo da Psicologia, que busquem identificar todo o processo pelo qual o sujeito homossexual se vê perfilhando diante da vivência de sua sexualidade. Aponta-se também a necessidade de revisões bibliográficas que possam compilar um maior acervo de estudos sobre a temática, abrangendo uma maior variedade de descritores, de idiomas e de áreas do conhecimento além da Psicologia.

Referências

- Araújo, L. F., Oliveira, J. S. C., Sousa, V. C., & Castanha, A. R. (2007, maio). Adoção de crianças por casais homoafetivos: Um estudo comparativo entre universitários de direito e de psicologia. *Psicologia e Sociedade*, 19(2), 95-102. Recuperados em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000200013>
- Bardin, Laurence. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Belmonte, P. R. (2009, jun). História da Homossexualidade: Ciência e Contra-Ciência no Rio De Janeiro. (Tese de doutorado, Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ). Recuperados em <http://www.fiocruz.br/ppghcs/media/tesepilarbelmonte.pdf>
- Britzman, D. P. (2009). Professor@s e Eros. *Educar - UFRP*, (35), 53-62. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602009000300005>
- Borges, L. S., & Spink, M. J. P. (2009, dez). Repertórios sobre lesbianidade na mídia televisiva: Desestabilização de modelos hegemônicos? *Psicologia e Sociedade*, 21(3), 442-452. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000300018>
- Chidiac, M. T. V., & Oltramari, L. C. (2004). Ser e estar drag queen: um estudo sobre a configuração da identidade queer. *Estudos de Psicologia, Natal*, 9(3), 471-478. Recuperados de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n3/a09v09n3.pdf>
- Coelho, C. C. F. (2008). *Atitudes de Guardas Prisionais Relativamente a Contactos Sexuais entre Reclusos e à sua Prevenção*. Dissertação de Mestrado). Recuperados em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8713>
- Dunker, C. I. L., & Neto, F. K. (2010). (Curar a Homossexualidade? A psicopatologia prática do DSM no Brasil. *Rev. Mal-Estar e Subjetividade*, 10(2), 425-446. Recuperados em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-61482010000200004&script=sci_arttext
- Ferrari, A., & Marques, L. P. (2010, jun). Homossexualidade e deficiência mental: jogos discursivos e de poder na construção dessas identidades no contexto escolar. *Revista Mal-estar e Subjetividade, Fortaleza*, 10(2), 635-672. Recuperados de http://www.unifor.br/images/pdfs/subjetividade/artigo12_2010.2.pdf
- Fleury, A. R. D., & Torres, A. R. R. (2007, out). Análise psicossocial do preconceito contra homossexuais. *Estudos de Psicologia*, 24(4), 475-486. Recuperados de <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v24n4/v24n4a07.pdf>
- Futino, R. S., & Martins, S. (2006, dez). Adoção por homossexuais – uma nova configuração familiar sob os olhares da psicologia e do direito. *Aletheia*, (24), 149-159. Recuperados de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-03942006000300014&script=sci_arttext
- Gouveia, V. V., Athayde, R. A. A., Soares, A. K. S., Araújo, R. C. R., & Andrade, J. M. A. (2012, abr). Valores e Motivações para Responder sem Preconceito Frente a Homossexuais. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 17(2), 215-225. Recuperados em <http://www.scielo.br/pdf/pe/v17n2/v17n2a04.pdf>

- Guimarães, A. F. P. (2009). O desafio histórico de “tornar-se um homem homossexual”: um exercício de construção de identidades. *Temas em Psicologia*, 17(2), 553-567. Recuperados de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X2009000200023&script=sci_arttext
- Lacerda, M., Pereira, C., & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 165-178. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722002000100018>.
- Maia, A. C. B., Navarro, C., & Maia, A.F. (2011). Relações entre gênero e escola no discurso de professoras do ensino fundamental. *Revista Psicologia da Educação*, 32(1), 25-46. Recuperados em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752011000100003
- Machado, F. V., & Prado, M. A. M. (2005, jun). Movimentos homossexuais: A constituição da identidade coletiva entre a economia e a cultura. O caso de dois grupos brasileiros. *Interações*, 10(19), 35-62. Recuperados de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-29072005000100003&script=sci_arttext
- Madureira, A. F. A., & Branco, A. M. C. U. A. (2007, jan). Identidades Sexuais Não-hegemônicas: Processos Identitários e Estratégias para Lidar com o Preconceito. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 23(1), 81-90. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722007000100010>
- Menezes, A. B. C., & Brito, R. C. S.(2007, jan). Reflexão sobre a Homossexualidade como Subproduto da Evolução do Prazer. *Psicologia em Estudo*, 12(1), 133-139. Recuperados em <http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n1/v12n1a15.pdf>
- Nunan, A., Jablonski, B., Féres-Carneiro, Terezinha. (2010). O Preconceito Sexual Internalizado por Homossexuais Masculinos. *Interação em Psicologia*, 14(2), 255- 262. Recuperados de <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs-2.2.4/index.php/psicologia/article/view/12212>
- Nunan, A. (2010, jul). Preconceito internalizado e comportamento sexual de risco em homossexuais masculinos. *Psicologia Argumento*, 28(62), 247-259. Recuperados em <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/pa?dd1=3726&dd99=view>
- Palma, Y. A., & Levandowski, D. C. (2008, out). Vivências pessoais e familiares de homossexuais femininas. *Psicologia em Estudo*, 13(4), 771-779. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722008000400015>
- Pereira, A. S. L. S. (2009, nov). Normas Sociais, Crenças sobre a Natureza da Homossexualidade e Preconceito contra os Homossexuais. (Tese de doutorado, Fundação para a ciência e tecnologia). Recuperados em <https://repositorio.iscte.pt/handle/10071/2784>
- Pinto, D. P. (2011, out). Discriminação, Preconceito e Atitudes Relativamente a Lésbicas: Estudo numa Amostra de Estudantes de Enfermagem. (Dissertação de Mestrado). Recuperados em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/17832>
- Psicologia, Conselho Federal. (2013, jun). Direitos Humanos: Aprovação do PDC 234/2011 é um retrocesso. *Notícias Conselho Federal de Psicologia*. Recuperados em: <http://site.cfp.org.br/nota-do-cfp-aprovacao-do-pdc-2342011-e-um-retrocesso-para-os-direitos-humanos/>
- Santos, A. F., & Fernandes, S. C. S. (2009). Enfrentamento, locus de controle e preconceito: um estudo com pessoas de orientação sexual homoafetiva. *Psicologia em Revista*, 15(3), 101-119. DOI 10.5752/P.1678-9563.2009V15N3P101
- Santos, E. N.(2008). Adolescência, homossexualidade, gênero: a psicologia sócio-histórica como um novo caminho. *Revista de Psicologia da Unesp*, 7(1), 1-11. Recuperados de <http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewArticle/92/121>.
- Santos, M. A., Júnior, J. U. B., & Moscheta, M.S.(2007). Grupo de pais de jovens homossexuais.

Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas, 3(2), 1-16. Recuperado de DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-69762007000200002>.

- Silva, V. G. A. (2007, mar). Visibilidade do suposto passivo: uma atitude revolucionária do homossexual masculino. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 7(1), 71-88. Recuperados em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000100006
- Silva, S. G. (2003). Preconceito no Brasil Contemporâneo: as Pequenas Diferenças na Constituição das Subjetividades. *Psicologia Ciência & Profissão*, 23(2), 2-5. Recuperados de <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n2/v23n2a02.pdf>
- Smigay, K. E. V. (2002, jun). Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. *Psicologia em Revista*, 8(11), 32-46. Recuperados de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/136>
- Toledo, L. G., & Pinafi, T. (2012). A clínica psicológica e o público LBGT. *Psicologia Clínica – PUCRJ*, 24(1), 137-163. Recuperados de <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652012000100010>
- Toneli, M. J. F., Mendes, D., Vavassori, M. B., Guedes, T., & Finkler, I. (2003, Jul). Concepções e práticas de adolescentes do sexo masculino sobre sexualidade. *Psico-USF*, 8(2), 203-211. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712003000200012>.
- Vieira, L. L. F. (2009, jun). As Múltiplas Faces da Homossexualidade na obra freudiana. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 9(2), 487-525. Recuperados de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S151861482009000200006&script=sci_arttext&tlng=es

Como Citar:

Alexandre, M. E. S. de, Lima, E. D. de, & Galvão, L. K. de S. (2014). Homossexualidade e a Psicologia: revisitando a produção científica nacional. *Revista Brasileira de Psicologia*, 1(2).

O controverso discurso do politicamente correto: algumas considerações e desdobramentos

The controversy discourse of political correctness: some considerations and consequences

Mateus Pranzetti Paul Gruda¹



Resumo: O politicamente correto é uma forma discursiva que começou a ganhar força, sobretudo, a partir de meados da segunda metade do século XX e vem se consolidando como um tipo de discurso relevante na contemporaneidade, ao ser causador e/ou alvo de diversas polêmicas e controvérsias. Neste texto, discutimos dialeticamente algumas implicações e impactos que o discurso do politicamente correto detém nos processos de subjetivação atuais. Para tal, levantamos perspectivas positivas e negativas acerca de tal tipo discursivo, elencando criticamente tanto as que o encaram como uma forma de coerção, policiamento, censura e sufocação da liberdade da linguagem, como aquelas que o compreendem como algo necessário à sociedade quando visa uma normatização na esfera pública em termos de repensar efetivamente acerca das desigualdades históricas existentes e propagadas continuamente, dentre outros mecanismos, pela linguagem corrente. Defendendo intransigentemente a igualdade, nos filiamos à segunda perspectiva.

Palavras-chaves: discurso, politicamente correto, contemporaneidade.

Abstract: Political correctness is a discursive form that has began consolidate, especially, from the second part of 20th century and it is becoming a relevant discourse form in contemporary, since it is responsible or target of several polemics and controversies. In this text, we will discuss in a dialectical way about some of its implications and impacts on the current subjective process. For that, we listed both aspects named as positives and negatives of the politically correct discourse, critically discussing the perspectives that consider the political correctness as a discursive form of coercion, policing, censorship and suffocation of the freedom of the language, and also other perspectives that understand the political correctness as something necessary when it aims the normalisation in the public sphere on terms of an horizontalization of social relations and to rethink about historic inequalities which are continuously propagated by several mechanisms, included the current language.

Keywords: discourse, political correctness, contemporary.

¹ Doutorando em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP – campus Assis) e Bolsista de doutorado pela FAPESP

Introdução

Nos últimos tempos, sobretudo a partir do final dos anos 90 do século XX, temos nos deparado com a proliferação da expressão/ideia politicamente correta (Avelar, 2011; Dunant, 1994; Suhr & Johnson, 2003; Ribeiro, 2000; Williams, 1995), a qual tem servido para caracterizar certo modo de agir, de pensar e/ou de se expressar. O uso contínuo e indiscriminado desta denominação fez com que fosse completamente incorporada à linguagem cotidiana sem que, ao certo, se pense acerca de suas significações, o que gera *a priori* uma legião de defensores e outra de detratores do politicamente correto, situação em que ambos os grupos formam, mesmo que de modo casual e despropositado, um movimento extremamente favorável e outro altamente crítico a tal fenômeno.

A ausência de ciência das significações possíveis do que seria o politicamente correto é compreensível, uma vez que há controvérsias quanto à origem de tal expressão (e às ideias que conseqüentemente se encontram embutidas na mesma) e, por essa razão, inclusive podemos falar em origens do politicamente correto. A depender de quem recuperou a formação e o surgimento da ideia expressa no termo, é possível encontrarmos divergências de ordem ideológica e com relação em quais sociedades tal prática se iniciou e, posteriormente, foi difundida ao redor do mundo.

Sem intentar recuperar toda a bibliografia disponível acerca das raízes histórica envolvendo o tema, mas apenas para ilustrar a citada pluralidade das origens indicamos que, de um modo geral, a maioria dos autores consultados por nós localiza o surgimento da expressão/ideia de “politicamente correto” nos Estados Unidos, atribuindo a atores sociais diversos a sua consolidação e difusão. Uns afirmam que este tipo de perspectiva politicamente correta foi criada por movimentos sociais organizados pela chamada *New Left* (Nova Esquerda) e por parcela da intelectualidade estadunidense em uma tentativa de proteger às chamadas minorias (Cabrera, 2012) e o multiculturalismo (Semprini, 1999), com intento geral de promover os direitos humanos. Outros apontam se tratar de um termo urdido pelos conservadores para desclassificar estes comportamentos de preocupação com as diferenças. Como descreve Renato Ribeiro, “[...] o termo ‘politicamente correto’ foi cunhado pelos detratores e não pelos defensores da posição que assim é retratada. Ninguém *afirma* ser politicamente correto. O termo sempre se expressa na terceira pessoa, ou pelo menos jamais na primeira, como acusação ou zombaria” (2000, p. 27, grifo do autor). Em obras como as organizadas por Williams (1995) e Dunant (1994), nas quais há reflexões profundas e diversas sobre o fenômeno do politicamente correto nos Estados Unidos e na Inglaterra, sobretudo, no final da década de 1980, é possível localizar essas ideias de defesa e proteção dos subjogados e, ao mesmo tempo, da transformação do termo em rótulo ofensivo.

Bento (2008) também nos diz que a expressão/ideia de politicamente correto apareceu nos Estados Unidos na década de 1960, um dos momentos históricos em que houve grande articulação por parte dos movimentos sociais naquele país, sendo sistematizado, consolidado e institucionalizado em meados da década 1990, principalmente durante o governo do presidente Bill Clinton. Como um exemplo desta conjuntura, o autor menciona um código de linguagem que fora instaurado na Universidade de Michigan no ano de 1989, que proibia quaisquer comportamentos verbais ou físicos os quais visassem estigmatizar um indivíduo por conta de sua etnia, gênero ou condição socioeconômica.

Em uma posição diametralmente oposta, há aqueles que asseveram ser o fenômeno do politicamente correto um legado dos regimes comunistas da China Maoista e da antiga União Soviética – principalmente enquanto essa era comandada por Josef Stálin (Dunant, 1994). Segundo tal entendimento, os partidos comunistas e seus principais dirigentes pretendiam de algum modo “limpar” a linguagem com a finalidade de que não mais ofendesse ou humilhasse os diversos grupos sociais. Todavia, aqueles que apontam o politicamente correto como uma ideia tributária aos

regimes comunistas detêm uma perspectiva negativa quanto a tal sistema político-social e, deste modo, rotulam-nos como sendo os criadores da ideia do politicamente correto, compreendendo-a como algo igualmente negativo/pejorativo.

Lind (2000), por exemplo, segue por esta trilha de ideias ao delinear que o politicamente correto é uma consequência direta do chamado “Marxismo Cultural” –, o qual, para este autor, é o marxismo traduzido de termos econômicos para termos culturais e que foi difundido e estruturado, principalmente, pelos autores/pensadores vinculados à Escola de Frankfurt, como Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin – e remonta ao período posterior ao da Primeira Guerra Mundial, por volta da década de 1930. A partir disso, Lind afirma categoricamente que o Marxismo Cultural e o Politicamente Correto se aproximam por ambos se tratarem de ideologias totalitárias – mas, embora assuma que toda ideologia é totalitária por moldar a realidade a partir de seus pressupostos, curiosamente ressalta que o conservadorismo, se entendido nas próprias palavras deste pensador “de modo correto” (agora qual seria este modo correto, Lind não explica), não é ideológico – o que Žižek (1996) rebateria ao dizer que se afiançar fora da ideologia é um já estar completamente imerso na própria. De um modo geral, Lind apresenta que o politicamente correto, tal qual o marxismo cultural, impinge ditatorialmente e perigosamente como as relações sociais devem pautar-se.

I. Parker (comunicação pessoal, 15 de julho de 2013) se indagando de onde provinha o fenômeno do politicamente correto afirmou se recordar de que, de fato, isto se relacionava ao discurso da Esquerda, sobretudo àquele propagado pelos movimentos feministas nos anos 70 e 80 do século XX, os quais proferiam construções linguísticas politicamente corretas que, segundo Parker, pretendiam justamente ironizar o modo politicamente correto pelo qual utilizavam para se referirem uns aos outros. Inclusive, as pessoas confeccionavam *bottons* e camisetas com dizeres: “eu sou politicamente correto”. Entretanto, os movimentos de Direita, respaldados pelos discursos e ideologias dominantes, se apropriaram do fenômeno, ressignificando-o ao dotá-lo de extremo exagero e atribuindo à Esquerda toda a carga de policiamento deletério subjacente a uma ideia de politicamente correto, o que igualmente conseguiu com que as posições de Esquerda, adotadas amplamente pelos movimentos progressistas, se cristalizassem pouco a pouco no imaginário social como má humorada e coercitiva. Deste modo, a Direita obscureceu as raízes históricas do termo politicamente correto, o qual se referia a esgrachar o *status quo*, além de nas palavras de Parker: “patologizar aqueles que estão preocupados em como a linguagem é usada”.

A fim de entendermos do que se trata o politicamente correto, ao longo do artigo procedemos a uma tentativa de sistematizar suas principais características, analisando concomitantemente algumas das consequências e impactos que produz nos processos de subjetivação e nas diversas práticas discursivas e sociais da atualidade. Contudo, antes de iniciarmos nossas análises e reflexões, delimitemos e explicitemos que compreendemos a linguagem para além de mera transmissora de informação ou suporte para o pensamento (Brandão, 1995). Ao contrário disso, na perspectiva que nos vinculamos, a linguagem se estrutura em forma de discurso, se constitui e é constituída de modo sócio-histórico, produzindo realidades sociais e subjetividades (Orlandi, 1999; Traverso-Yepez, 1999). Destarte, o discurso politicamente correto propaga sentidos ao funcionar seguindo as particularidades que discutiremos a seguir, as quais não estão desconectadas dos contextos sócio-históricos e das ideologias com as quais se vinculam e materializam. Além disso, por conta do politicamente correto ser dialeticamente produto e produtor das realidades sociais e subjetivas, reforçamos a impossibilidade de ser aprisionado como detentor de um único sentido possível.

Algumas considerações e desdobramentos

Seguindo uma perspectiva dialética, guiaremos a análise aqui proposta pelo desdobramento e confronto de argumentações e visões díspares e opostas (contudo que não se anulam, posto que sejam dialéticas) acerca do politicamente correto, buscando não nos atermos tão somente na mera descrição de tais posições. Em outros termos, procuraremos discutir e confrontar os próprios pontos convergentes e divergentes dentro de cada uma das posturas que são adotadas diante do discurso do politicamente correto.

Embates entre o conservadorismo e as normatizações na esfera pública

Por um lado, o politicamente correto pretende promover **normatizações na esfera pública**, visando combater as desigualdades e os preconceitos arraigados de modo sócio-histórico, bem como ocasionar o respeito ao multiculturalismo (Semprini, 1999) e às denominadas minorias (Cabrera, 2012). Concordando com Eagleton (1998, p. 61) de que **normatização** não necessariamente é algo deletério, autoritário e preocupante, tal como escreve e exemplifica o autor: “a normatividade quando quer dizer repressão sexual deve ser condenada, mas defendida quando significa, digamos, o acordo de praxe pelo qual trabalhadores conquistam o direito de faltar ao trabalho em determinadas situações.”.

Todavia, os movimentos contrários ao politicamente correto, que são representados por um discurso conservador e hegemônico, majoritariamente propagado pela grande mídia através de seus analistas e articulistas, procuram desqualificar pronta e radicalmente uma das ideias possíveis ao politicamente correto (normatização da esfera pública). Frequentemente, o campo central para tal confronto é o do léxico por conta das mudanças que o politicamente correto teria por pretensão propor no uso das palavras.

O discurso conservador e hegemônico usualmente atribui ao politicamente correto um sentido fortemente negativo, como se tratasse de um rótulo ofensivo e/ou pejorativo (Dunant, 1994; Ribeiro, R., 2000), taxando-o como, dentre outras acepções, censura desmedida e desnecessária, fascismo gratuito, mera patrulha da linguagem falada. Argumentando, principalmente, que mudar, atenuar ou remover palavras do vocabulário cotidiano não implica no apagamento do que estas representam na realidade vivenciada pelo corpo social (Bento, 2008; Lind, 2000; Ribeiro, J., 2005; Zamboni, 2012). Partindo desse entendimento, o discurso conservador e hegemônico subverte aquilo que o discurso politicamente correto carrega como uma de suas ideias essenciais (reforcemos novamente pela importância que imputamos a isso: normatizações na esfera pública), tomando a tentativa de construção de um respeito mútuo e amplificado por mero caso de uma pretensa “ditadura das minorias” (Williams, 1995).

Destarte, o conservadorismo defende a manutenção irrestrita à ordem e ao instituído tal como estes se encontram no presente, uma vez que não há quaisquer possibilidades de mudanças no horizonte. Afinal, compreende a proposição de outros termos no léxico como tão somente a trivial mudança dos próprios, não das ideias que neles estão contidas e propagadas, as quais, segundo o aqui supracitado ponto de vista conservador e hegemônico, jamais mudarão ou poderão sequer ser questionadas e repensadas. Inclusive, é interessante a seletividade e inconsistência dessa linha argumentativa, pois, como questiona Fairclough:

It is worth considering why critics of ‘PC’ [politicamente correto] readily say that it is ‘PC’ to suggest that adult females should be referred to as ‘women’ and not ‘girls’, but does not see it as ‘PC’ when ‘back account’ are re-labelled as ‘financial products’² (Fairclough, 2003, p. 21).

2 Vale a pena considerar o porquê dos críticos ao politicamente correto prontamente apontarem que é politicamente

Afinal, o simples fato de um grupo social passar a se denominar de outro modo, como no comumente citado caso do Movimento Negro que adere a termos como “afrodescendente” (o qual está vinculado às origens ancestrais do indivíduo) e o próprio “negro” para se autoqualificar, em detrimento dos diversos outros termos pejorativos que são utilizados cotidianamente, já é razão para que os propagadores do discurso conservador e hegemônico se manifestem de forma veemente, se sentindo tolhidos em sua liberdade individual e inviolável de se expressar livremente. Com relação a isto, Avelar (2011) relembra que nos EUA, no início dos anos 1990, houve um forte movimento por parte da Direita nas universidades daquele país, a qual promovia colóquios e simpósios para se discutir a suposta pressão dos movimentos sociais e de minorias para que a sociedade passasse a adotar palavras e frases politicamente corretas – lembrando que nesta perspectiva o termo **politicamente correto** detém uma carga negativa, assim, politicamente correto é aquilo que por incomodar o conservadorismo passa a ser identificado como algo despropositado e desprezível. Embora, como demonstra Richard Ohmann (citado por Williams, 1995), a maioria esmagadora dos burocratas e comandantes das universidades daquela época era o autêntico protótipo do opressor (brancos, homens, politicamente identificados com visões de Direita), ou seja quem ditava os rumos da universidade não era nenhuma “ditadura das minorias”, mas, como na clássica frase do filme estadunidense “Casablanca” de 1942, pelos “usual suspects” (os suspeitos de sempre). Além disso, sobre essa suposta pressão dos movimentos sociais e de minorias, Avelar (2011) pontua como de difícil demonstração e criada pelo discurso conservador de Direita para simplesmente “[...] silenciar o outro enquanto se faz de vítima oprimida”.

Esse mecanismo dos opressores inverterem as posições de opressor e oprimido decorre de um processo respaldado em um cinismo contemporâneo (Safatle, 2008; Žižek, 1996), em que esta troca de postos é iniciada com a fusão e confusão dos papéis e lados que cada sujeito oprimido ou opressor ocupa na configuração social, como se não houvesse determinantes diferenças de classe ou dentro das estruturas hierárquicas – “somos todos iguais” bradam os opressores, ainda que tenham a sólida, porém impronunciável publicamente, convicção de que uns são mais iguais que outros –, as quais realmente inviabilizam, bem como pulverizam por completo, a possibilidade de existência da horizontalidade nas relações sociais.

Assim, seguindo a lógica que estamos discutindo, um governante tirano pode cinicamente difundir sua fragilização e opressão sofrida por conta daqueles que constantemente se encontram subjugados passarem a levantar as suas vozes discordantes, ainda que estes sejam massacrados e sufocados inclementemente pela violência do Estado comandado pelo “frágil” poderoso, o qual se vale justamente das estruturas opressivas para seguir governando. Emprestemos o exemplo do “11 de setembro” estudado por Žižek (2003a), para tornar mais concreto o que estamos descrevendo. O filósofo assevera que o processo de vitimização é um ponto nevrálgico do discurso politicamente correto e, embora esteja tratando de outro contexto, o da **guerra ao terror** encampada pelo governo estadunidense no cenário que emergiu após os ataques sofridos no mês de setembro de 2001, o filósofo conclui que:

[...] a fim de restaurar a inocência do patriotismo americano, o *establishment* conservador americano mobilizou o principal ingrediente da ideologia politicamente correta que ele oficialmente despreza: a lógica da vitimização. Apoiando-se na ideia de que a autoridade é conferida (apenas) aos que falam da posição de *vítima*, ele se baseava no seguinte raciocínio implícito: “agora nós somos as vítimas, e é isso que legitima o fato de falarmos (e agirmos) de uma posição de autoridade” (Žižek, 2003a, p. 13-14, *itálicos do autor*).

Outro exemplo. Com o advento e posterior fortalecimento da disseminação da troca de arquivos

correto sugerir que se referencie a mulheres adultas por “mulheres”, não por “garotas/meninas”, mas não vê como politicamente correto quando “conta bancária” passa a ser denominada como “produto financeiro”. (em nossa tradução).

de áudio, vídeo e texto pela internet, as grandes corporações detentoras dos direitos de “produção” (cabem aspas, uma vez que quem de fato produz são os artistas, os técnicos de áudio, escritores, roteiristas, dentre tantos outros trabalhadores associados a produção cultural) e distribuição destes conteúdos, ao invés de repensarem suas estratégias de mercado, *marketing* ou preços praticados, justificaram as quedas nos números de vendas de seus filmes e discos musicais tão somente à livre e gratuita circulação de tais produtos culturais na rede mundial de computadores. Indo além, as associações se valeram das leis de *copyright* para interpelar judicialmente usuários de programas de troca de arquivos, como no caso do pioneiro e finado *Napster* surgido e “desaparecido” ainda no início da década de 2000. A lógica subjacente é semelhante àquela anteriormente descrita, uma vez que gigantes do mercado do entretenimento asseveravam uma pseudofragilidade diante de um número ínfimo de pessoas, ao pensarmos no tamanho dos mercados fonográfico ou cinematográfico mundiais, que por trocarem arquivos, muitas vezes sem visar lucro algum sobre isto, estariam promovendo o colapso do mercado do entretenimento. Portanto, ao serem vítimas dos usuários, as corporações teriam a autoridade e o salvo-conduto para esmagá-los, mesmo que o argumento seja facilmente desmontável, já que bastaria observar o número baixo de pessoas com amplo acesso a internet naquele momento, comparando-o com os números referentes à queda da comercialização de produtos da indústria cultural e do entretenimento e com o tamanho dos mercados atingidos por estas.

A tese da vitimização é evocada frequentemente em debates envolvendo o politicamente correto, portanto se faz necessário que dediquemos um pouco mais de nossa atenção a ela. Compreendemos que na acepção que estamos seguindo por ora (perspectiva do politicamente correto enquanto tentativa de promover o igualitarismo), a vitimização é uma falácia e um modo de desqualificar qualquer alteração do paradigma social vigente fundando na desigualdade e opressão. Ao contrário de estimular os oprimidos a se sentirem ou se portarem como vítimas, este discurso politicamente correto ataca a ideologia dos algozes, a qual, por dissimular os conflitos existentes, contribui justamente para o encaixe dos oprimidos na condição de falsas vítimas.

O ponto central é contribuir no fortalecimento das noções de classe, identidades e modos de subjetivação historicamente subjugados, promovendo o chamado “empoderamento” e conscientização destes grupos de indivíduos acerca dessa condição que lhes foi imputada. Conseqüentemente, a luta é travada em duas frentes de batalha: no campo da mudança de rota das distorções sociais via políticas afirmativas; e na seara ideológica pela produção de discursos outros e contra hegemônicos relativos ao instituído, colocando em perspectiva até que ponto tais construções hegemônicas são factuais.

Retornando a questão dos embates envolvendo o léxico cotidiano, basta também observarmos o fervor crítico das opiniões publicadas e os argumentos utilizados em episódios como o da cartilha “Politicamente Correto & Direitos Humanos” (Queiroz, 2004), lançada em maio de 2005 pelo Governo Federal brasileiro, ou, em outro acontecimento mais recente, transcorrido no mês de fevereiro de 2012, envolvendo uma ação do Ministério Público Federal de Uberlândia-MG contra o dicionário Houaiss e sua editora, por julgar que o dicionário em questão contém expressões preconceituosas e racistas relacionadas aos ciganos (MPF/MG, 2012). Para o primeiro caso referenciamos os seguintes textos publicados pela chamada grande mídia: Freire (2005), Gullar (2005), Jordão (2008), Mendes (2005), Ribeiro, J. (2005), Schwarcz (2005) e Zamboni (2012). Enquanto para a polêmica envolvendo o dicionário, apontamos os escritos igualmente publicados através dos grandes veículos de comunicação: Albuquerque (2012), Brum (2012), Lessa (2012) e Rodrigues (2012).

Em ambos os casos, aqueles articulistas – alguns completamente, outros somente nestes episódios citados – vinculados a um discurso inclinado ao conservadorismo e à defesa cínica

da liberdade de expressão irrestrita repudiaram tais ações, apontando de prontidão o caráter politicamente correto (e, por tal entendimento, deletério) destas. Salientamos também que tais textos, ainda que não sejam acadêmicos, em formato de artigo científico, demonstram a materialização dessa perspectiva hegemônica e conservadora frente a ideia/expressão politicamente correto. Além do que, artigos de opinião publicados na mídia, seja impressa ou digital, são uma boa forma de se perceber como alguns sentidos estão circulando pelo corpo social, ou até mesmo, como alguns são postos em circulação.

O temor, por vezes cínico e até certo ponto persecutório, pela instauração de um Big Brother e sua “Novilíngua”, tal como descritos por George Orwell (1976) em sua conhecida obra “1984”, ou de uma polícia da linguagem, como o corpo de bombeiros de “Fahrenheit 451” de Ray Bradbury (2007) que queima todo ou qualquer livro, por julgá-los perigosos e desnecessários àquela sociedade fundada no imagético e na ultravelocidade (qualquer semelhança com a atualidade é mera coincidência, uma vez que o livro de Bradbury foi publicado em 1953), se fazem presentes consideravelmente no rol de argumentos articulados em tais textos críticos a ambas as ações por parte do poder público nacional. Ainda que, de qualquer maneira, concordemos que a iniciativa de se editar um documento de como a população deva falar ou impedir um dicionário consolidado e respeitado de circular (se é que estas ações se trataram exatamente disto), de fato se aproxime de algum modo ao que ocorrem em estados totalitários.

Exageradamente, Bento (2008) compara a imposição de uma linguagem politicamente correta com o caso da LTI, a linguagem do Terceiro Reich, se valendo de análises realizadas por Klemperer (2009) acerca desta e dizendo que em ambos os casos (cartilhas do politicamente correto e a língua nazista) há uma dissociação gradativa entre pensamento e linguagem, pois, ao se domesticar e restringir esta, aquele paulatinamente se despotencializa e se afunila de tal modo a desembocar em uma ausência total na capacidade de se pensar/refletir. Contudo, as ferrenhas críticas a tais iniciativas poderiam também levar em alta consideração a necessidade de se pensar na reafirmação de preconceitos que ocorre constantemente, mas não somente, através da linguagem, como inclusive propôs Queiroz (2005), o autor da polêmica cartilha “Politicamente Correto & Direitos Humanos”, em artigo publicado no sítio *Observatório da Imprensa* em meio a toda grita conservadora à época da distribuição do documento editado pelo governo federal brasileiro.

Antes de prosseguirmos, comentemos um pouco mais detidamente acerca do livro de Bradbury (2007). O argumento central utilizado pelo escritor de “Fahrenheit 451” é de que a culpa pela inversão na função do corpo de bombeiros – promover a queima, ao invés de combater as chamas – e o abandono total dos livros por tal sociedade retratada nesta obra, deve ser atribuída às **minorias e ao policiamento politicamente correto** procedido e promovido por estes, os quais paulatinamente foram censurando trechos e termos dos livros até se chegar ao ponto de que toda e qualquer obra literária se tornou completamente proibida. Através deste enredo podemos pontuar a inversão ideológica da vitimização, pois a tese é de que o simples questionar constante das minorias desaguaria no desmoronamento do mundo em que os humanos são inteligentes, articulados e livres.

Assim, não haveria saída para os grupos subjugados, uma vez que somente a manutenção da opressão é garantia de se evitar o totalitarismo e automatismo. Certamente, poderia se contra argumentar que estamos sendo categóricos nesta forma de analisar, no entanto, percebam que o autor é igualmente categórico ao imputar a destruição do conhecimento propagado pelos livros às minorias. Claro que “Fahrenheit 451” não tece somente tal afirmação, há outras críticas como no caso do processo de imbecilização promovido pelos meios de comunicação de massa e pela propaganda vinculada através destes. Porém, como estávamos afirmando, nesse livro de Bradbury (2007) podemos especular o quanto a ideologia dominante é atuante, uma vez que não apenas

inverte as posições oprimido-opressor, como igualmente transfere aos oprimidos a responsabilidade pela formatação e despontencialização de todos os sujeitos integrantes da sociedade futurista de “Fahrenheit 451”.

Sumarizando, o discurso conservador e hegemônico que é contrário ao politicamente correto, majoritariamente, tem como intuito literalmente conservar o *status quo*, despontencializando quaisquer iniciativas de promoção de igualdade (ou ao menos, certo arrefecimento nas disparidades sociais), ao reduzir a importância de se discutir visões preconceituosas e promotoras de desigualdades que as palavras carregam e reafirmam. Para tal discurso, é inútil pretender substituir termos, pois como já afirmamos, segundo este ponto de vista, o que representam continuará existindo independentemente das mudanças propostas ou levadas a cabo. Tal cosmovisão de mundo ignora aquilo asseverado peremptoriamente por Agamben (2004, p. 15) de que: “[...] como se sugeriu, a terminologia é o momento propriamente poético do pensamento, então as escolhas nunca podem ser neutras.” - ainda que nessa passagem de seu texto esteja especificamente justificando o porquê utiliza a expressão: “estado de exceção”, ao invés de outras como “estado de sítio” ou “decretos de urgência”.

Como diz Avelar (2011), até o mero fato de se propor uma nomenclatura alternativa, ou confrontar o que os termos correntes carregam, explicitando-nos, já é encarado como tentativa desmedida de censura, de tolhimento da liberdade de expressão e de manipulação ditatorial da linguagem. Não por acaso, como já pontuamos e também é discutido pelos diversos autores presentes na obra organizada por Williams (1995), as referências ao “dicionário novilinguístico” imposto pelo Big Brother no livro “1984” de George Orwell (1976), bem como o ato de caricaturizar a tentativa de se adotar novas formas para se referir aos grupos sociais, são constantes na argumentação dos detratores do politicamente correto. Assim sendo, a proposição de mudanças ou é desimportante e infrutífera ou trata-se de um patrulhamento excessivo à linguagem.

Todavia, vale a ressalva de que vivemos mergulhados em uma “sociedade da informação” contemporânea, como denominam Polizelli e Ozaki (2008), o que implica nas relações sociais e na linguagem estarem cada vez mais ancoradas e influenciadas pelas mídias, a qual, como pontua Rajagopalan (2000, p. 97), tem seu poder fundado na linguagem e aqueles que a (mídia) compõem compreendem amplamente que ao se alterar palavras da linguagem, “consegue-se interferir no mundo”.

Em outras palavras, nesta compreensão, a troca de termos implica na troca das coisas, “pois as coisas não são nada se não produtos produzidos a partir dos objetos que só são apresentados a nós por intermédio da linguagem.” (Rajagopalan, 2000, p. 98). Embora, concordemos com os pontos de vista de Possenti (1995) e Renato Ribeiro (2000). Para este, em uma perspectiva de Esquerda, há o reconhecimento do caráter específico das demandas raciais, de gênero, dentre outras, mas as situa de um modo **mais amplo no âmbito do social**. Para aquele, o uso da busca etimológica para fim ideológico ou retórico mantém a ideia ilusória de que a linguagem é formada por sentidos verdadeiros e puros, sendo que: “o relevante não é, pois, a etimologia, mas o fato de que ela retorna, eventualmente, em diversos discursos.” (Possenti, 1995, p. 141).

O politicamente correto que torna tudo homogêneo: comentários e questionamentos acerca dos exageros

Por outra perspectiva, em um cenário do pós Segunda Guerra Mundial, segundo Deleuze (1992), emergem as chamadas **sociedades de controle**, que se contrapõem em alguns pontos ao modelo das **sociedades disciplinares** caracterizadas por Foucault (2004). Nesse contexto de domínio dos mecanismos de controle, a vida é cada vez mais gerenciada em suas diversas

dimensões, o que, evidentemente, inclui o âmbito das palavras que devem ou não devem ser ditas. Em tal cenário, um discurso politicamente correto de homogeneização dos discursos, mas, sobremaneira, das condutas e dos modos de subjetivação, alcança força e ganha legitimidade.

A busca por uma socialização fundada apenas nos **consensos**, e não mais nos **conflitos**, exige que a acidez e a virulência sejam progressivamente apagadas, mesmo que isto implique em um processo de esvaziamento e de dessubjetivação dos e nos sujeitos e discursos (Žižek, 2003a, 2003b; Lipovetsky, 2005), o que, inclusive, se coaduna com a ideia e o ideal de um mundo *light* (Rojas, 2007) e de uma “desertificação do real” (Žižek, 2003a). Em termos práticos e cotidianos, poderíamos dizer que aquelas substâncias químico-físicas que, por exemplos, proporcionam o sabor proeminente dos alimentos ou o descontrole da consciência, dentre outras “inadequações” aos comportamentos “corretos”, e, ao mesmo tempo, engordam, causam torpor, colocam em risco certo bem-estar particular, etc. devem ser retiradas de circulação.

Na perspectiva *light* do capitalismo liberal-democrata, há de se convergir o prazer pleno às proibições e para tal, diz Žižek (2003b, p. 96), surgem dentre outras coisas: “[...] coffee without caffeine, cream without fat, beer without alcohol... And the list goes on: what about virtual sex as sex without sex, the Colin Powell doctrine of warfare with no causalities (on our side, of course) as warfare without warfare”³. Em outro texto, prosseguindo a extensa lista de exemplos, igualmente ocorre neste contexto o surgimento: “[...] da redefinição contemporânea da política como a arte da administração competente, ou seja, a política sem política; ou mesmo o multiculturalismo tolerante de nossos dias, a experiência do Outro sem sua Alteridade” (Žižek, 2003a, p. 25).

Seguindo a visão de mundo proporcionada por tal acepção de discurso politicamente correto, outras multiplicidades e “desvios” nos processos de subjetivação padrões, sendo estes forjados previamente e oferecidos pelo modo de produção vigente como um (falso) leque infinito de opções, são malditos ou até mesmo completamente indesejáveis. Por exemplos, não se associar ao pensamento neoliberal, criticar o capitalismo atual enquanto um sistema de produção econômico, simbólico e semiótico deletério à humanidade (Bifo, 2007) ou se pensar em outras formas possíveis para a existência humana, são ações que podem ser encaradas como ideais e posturas opostas ao pensamento único promovido por esta leitura de mundo politicamente correta, a qual comporta as afirmações pretensamente irrefutáveis de que vivenciamos em um mundo pós-ideológico, onde, segundo Fukuyama (1992) a história se encerrou com a consolidação e hegemonia do capitalismo globalizado liberal-democrático.

Ao não haver “outro mundo possível” (como apregoa o *slogan* do Fórum Social Mundial, com qual visa se afirmar alguma esperança de mudanças profundas no excludente e perverso modelo econômico global vigente), quaisquer radicalismos/extremismos políticos passam a ser enquadrados como:

[...] indicativos de seu oposto, de uma limitação, de uma recusa, na verdade, de “ir até o fim”. O que foi o recurso dos jacobinos ao “terror” radical se não um tipo de atuação histórica que atesta sua incapacidade de perturbar os próprios fundamentos da ordem econômica (propriedade privada etc.)? **E o mesmo não vale também os chamados “excessos” do politicamente correto? Eles também não simbolizam um recuo da perturbação das causas (econômicas etc.) reais do racismo e do sexismo?** (Žižek, 2013, p. 99, grifos nossos).

O que o filósofo esloveno escreve a respeito nesse breve excerto acerca do politicamente correto é nevrálgico e importantíssimo. A crítica de que tal discurso do politicamente correto ao

3 “Café sem cafeína, creme sem gordura, cerveja sem álcool... E a lista continua: sexo virtual como sexo sem sexo, a doutrina de guerra de Collin Powell, em que não há baixas (no nosso lado, é claro), ou seja, uma guerra sem guerra.” (em nossa tradução).

defender as minorias, o multiculturalismo, a pluralidade, enfim, as diferenças de um modo geral, relega atacar o problema central que, segundo Žižek, estrutura e proporciona a desigualdade das/ nas relações sociais: o modo de produção capitalista (as citadas **questões econômicas**). Assim sendo, acompanhando esse encadeamento de ideias, o politicamente correto ataca tão somente as consequências trágicas (racismo, violência de gênero, preconceitos ligados à questão de diferenças entre níveis socioeconômicos) de uma lógica que intrinsecamente não tem a capacidade e/ou intento de proporcionar o igualitarismo, a solidariedade e os sentidos de coletividade e de alteridade.

Concordamos em parte com a afirmação de Žižek, pois para que o todo desmorone, não é desprezível o questionamento e desconstrução dos fragmentos que o compõe. E, ainda que o autor utilize aspas na palavra **excesso**, relativizando-a (ou ironizando-a), reafirmamos que atacar às consequências do capitalismo é igualmente importante e constitutivo para os processos de transformação do modo pelo qual as relações sociais se efetivam e se estruturam dentro de tal ordem desigual, o que permite, inclusive, imaginar outra forma possível de existência. Enquanto os excessos (sem aspas) de um tipo de pensamento e de discurso politicamente correto são deveras problemáticos e questionáveis, estando conectados àquilo que ainda discutiremos logo a seguir.

O modo politicamente correto focado neste mero e cego enaltecer por enaltecer as diferença e a pluralidade, contudo e de fato, deve ser interpelado já que tal visão é parceira de um melhor funcionamento do próprio capitalismo, ao incluir e produzir novos modos de existir nas prateleiras do mercado de identidade e dos processos de subjetivação, os quais são denominados por Rolnik (1997) de **identidades globalizadas flexíveis**, que, pretensamente únicas e contraditoriamente serializadas, detêm como característica preponderante o fato de estarem à disposição aos consumidores ávidos pelo “novo” e pelo “exclusivo”. Isto implicaria, segundo a autora, em uma adicção pelas referências identitárias.

Frente a este vício, Rolnik (1997) propõe a ocorrência de dois processos conflituosos e opostos envolvendo-o, quais sejam: 1) o fortalecimento das identidades locais; 2) o desaparecimento, implicando na impossibilidade de existir, de toda ou qualquer identidade. Embora razoavelmente longa, vale a citação literal em que a autora explicita os problemas envolvendo este **falso** dilema, o qual está interligado a certa acepção de politicamente correto:

Num pólo, as ondas de reivindicação identitária das chamadas minorias sexuais, étnicas, religiosas, nacionais, raciais, etc. Ser viciado em identidade nestas condições é considerado politicamente correto, pois se trataria de uma rebelião contra a globalização da identidade. Movimentos coletivos deste tipo são sem dúvida necessários para combater injustiças de que são vítimas tais grupos; **mas no plano da subjetividade trata-se aqui de um falso problema**. O que se coloca para as subjetividades hoje não é a defesa de identidades locais contra identidades globais, nem tampouco da identidade em geral contra a pulverização; é a própria referência identitária que deve ser combatida, não em nome da pulverização (o fascínio niilista pelo caos), mas para dar lugar aos processos de singularização [...] (Rolnik, 1997, p. 21, grifos nossos).

Tal perspectiva pode ser aproximada a ideia de indiferença às diferenças proposta por Safatle (2012), na qual as particularidades são eclipsadas por um grande senso comunitário e em que possa transcórrer uma relativização do superdimensionamento das dimensões individuais e individualizantes. Todavia, o movimento dialético entre o singular-universal-particular (Oliveira, 2005) é uma constante a ser assinalada para que **a indiferença às diferenças** não se torne **uma indiferença ao diferente**, nem que esse processo desemboque em uma homogeneidade completa, a qual, por princípio, está em desacordo com os embates constantes entre as dimensões do singular-universal-particular⁴.

4 Resumidamente, a dialética singular-universal-particular, pensada a partir da obra de Marx, é a “[...] relação entre a

Por outro lado, também não poderíamos deixar de salientar o perigo desta perspectiva entusiasmada frente aos processos de singularização. O cuidado diz respeito a estes serem cooptados pela lógica do capital, o que os tornaria mais um instrumento, dentre os tantos outros, de validação das pseudoparticularidades pretensamente únicas da mercadoria (seja ela material ou psicológica, como no caso das identidades e processos de subjetivação). Afinal, nada mais interessante ao capitalismo – sobretudo, nesta sua fase globalizada e hegemônica – do que a oferta, ainda que falsa, de uma multiplicidade infinita de opções singulares e de singularidades para que cada consumidor seja contemplado e se sinta especial e único.

Mais uma questão é a que diz respeito aos termos da língua, notoriamente caricatos, que são produzidos por certo discurso politicamente correto (tais como: *verticalmente prejudicado* para “anão”; *prestadora de serviços sexuais* para “puta”; dentre outros) os quais, usualmente, se aproximam de definições técnicas e são desprovidos das marcas histórico-sociais que lhes imputaria alguma coloração e/ou vivacidade – o que de modo algum justifica a manutenção das violências, dominações e preconceitos existentes. Há casos em que a mudança terminológica é exagerada, pois não admite a alteração ou questionamento dos sentidos que ali estão contidos.

Curiosamente, a crítica ao politicamente correto se dá na generalização indistinta e não direta e exclusivamente a estas manifestações específicas, que, de fato, carregam as nódoas de uma homogeneização do mundo e, normalmente, não estão acompanhadas de reflexões ou retomadas dos porquês em se problematizar as denominações consideradas preconceituosas e discriminatórias. Nesta perspectiva de alterações fundadas em um pseudotecnicismo neutro, como apontam Possenti e Baronas (2006), há certa ingenuidade em se imaginar que as palavras **isoladamente** carreguem os seus sentidos, como se não detivessem ou estivessem engendradas histórica ou ideologicamente (Borges, 1996). Deste modo, a mera alteração dos termos realmente apenas pode colocar em evidência os preconceitos que os subjazem, o que “[...] não resolve o problema das assimetrias sociais, antes, o dissimula.”, como reflete Borges (1996, p. 111). Embora discutindo a questão de identidade e reconhecimento atribuídos ou forjados para os loucos ou doentes mentais, José Gonçalves Neto e Aluísio Lima igualmente apontam que o problema em si das denominações está ligado aos contextos políticos, sociais e ideológicos. Segundo as palavras dos próprios autores citados:

Se as formas de vida, formas de reconhecimento e jogos de linguagem forem os mesmos, os usos que significam os termos serão os mesmos. Em suma, para mudar as políticas de identidade estigmatizantes é preciso mais que mudar os discursos: é preciso mudar as práticas que os sustentam (Lima, 2012, p. 48-49).

Neste ponto, há conflitos com o politicamente correto atrelado a um policiamento do que seria o **correto** – o qual, usualmente, é extremado e pouco articulado e, por tais razões, passível de ser questionado. Um exemplo para isto se passou com o cartunista Angeli, no ano de 2010, em uma de suas tiras no jornal a *Folha de S. Paulo*. No desenho havia uma mulher dizendo ao marido que fazia tempo que ele não a tocava, no quadrinho seguinte o marido dá uma surra na esposa e redargui que agora a tocara. A reação do público via cartas ao jornal e manifestações pelas redes sociais na internet foi intensa e crítica, no sentido de dizer que o jornal e o cartunista estimulavam a violência contra a mulher, entretanto, sequer notou-se, como o próprio Angeli (2010) ressaltou em entrevista à Revista Trip, que o ridículo da história era justamente o marido-agressor. Todavia, os fatos da sociedade brasileira ser extremamente machista⁵ e a violência contra mulher ser algo

singularidade (indivíduo) e a universalidade (o gênero humano), a qual se concretiza através das múltiplas mediações determinadas pelas relações sociais específicas do contexto (a particularidade) em que esse indivíduo está inserido.” (Oliveira, 2005, p. 50).

5 Ainda que nós, brasileiros e brasileiras, tenhamos elegido uma mulher para a Presidência da República em 2010,

corrente, tornam compreensíveis (e possíveis) essas leituras relacionadas ao “estímulo da violência contra a mulher” da polêmica tirinha – tal qual no exemplo dado por Possenti (1995) e Possenti e Baronas (2006) acerca de possíveis leituras racistas relacionadas à expressão “período negro da história”, uma vez que o racismo ainda é algo amplamente existente na sociedade brasileira atual.

Outro exemplo semelhante se deu na época do lançamento do filme estadunidense “Django Unchained” (2012) de Quentin Tarantino. A película se passa no sul dos Estados Unidos nos idos dos anos de 1858, período próximo e anterior a Guerra de Secessão, e conta a história de um escravo negro, Django, recém-liberto por um alemão caçador de recompensas, Dr. King Schultz, que após ajudá-lo em uma empreitada vai à busca de encontrar e resgatar sua esposa igualmente escrava e negra, Broomhilda. Em sua forma usual de se valer do pastiche e do *kitsch* na construção de seus roteiros, Tarantino promove uma mistura de referências *pop* com elementos de filmes de faroeste italiano da década de 60, os chamados *Westerns Spaghetti*.

Dentre os aspectos constitutivos da obra, um que foi sobremaneira incensado foi o abuso do termo “nigger” (o qual é considerado racista e pejorativo pelos Movimentos Negro de países anglófonos) nos diálogos travados ao longo do filme. O diretor Spike Lee afirmou à época em sua conta da rede social *Twitter*: “American Slavery Was Not A Sergio Leone Spaghetti Western. It Was A Holocaust. My Ancestors Are Slaves. Stolen From Africa. I Will Honor Them.”⁶. E em uma entrevista dada neste mesmo período, o cineasta afirmou com veemência que não assistira ao filme de Tarantino e nem tencionava vê-lo.

Ainda que o questionamento ao uso indiscriminado de um termo racista seja completamente válido, neste caso é possível notar o exagero extremado do discurso politicamente correto, uma vez que, se Spike Lee tivesse visto “Django Unchained” notaria que o final apoteótico da película retrata justamente o escravo-liberto e personagem central da trama explodindo a Casa-Grande. Em outros termos, a história ficcionada no filme apontaria para uma resistência implacável por parte de Django frente aos seus algozes, o que é demonstrado na eliminação física dos mesmos (como retratado nas tantas sequências de tiroteios com sangue jorrado a esmo ao estilo próprio de Tarantino), mas, principalmente, pelo simbolismo de se explodir a maior insígnia da opressão escravocrata: a própria Casa-Grande. Conquanto, como no apontamento anterior de Possenti (1995) e Possenti e Baronas (2006), uma leitura apressada poderia caracterizar “Django Unchained” como um filme racista por usar de forma abundante um termo racista para se referir aos negros, já que a sociedade estadunidense, apesar de ter elegido um presidente negro em 2008 pela primeira vez na história daquele país e o reconduzido ao cargo no ano de 2012, é permeada profundamente pelo racismo.

Considerações finais

De qualquer maneira, o que apreendemos e refletimos acerca de tudo que expusemos nas páginas anteriores é que podem ocorrer (e certamente ocorrem) exageros⁷ em prol, ou em nome, de uma corrente do discurso politicamente correto, entretanto, normalmente, as críticas mais ferrenhas e caricaturais provêm de um discurso conservador e hegemônico, o qual tem por fundamento, sobretudo, a manutenção de uma ordem notoriamente desigual. Entendemos que

não raro são as comparações de que a Presidenta foi sufragada por conta de suas competências “masculinas”, tais como a firmeza nas decisões e capacidade de comando.

6 “A escravidão americana não foi um filme de Western Spaghetti do Sergio Leone. Aquilo foi um holocausto. Meus ancestrais são escravos. Sequestrados da África. Eu os honrarei.” (em nossa tradução).

7 Como diz Ribeiro (2000, p. 28): “pode haver ingenuidade ou excesso, às vezes, mas tanto já se exagerou numa direção que não haverá grande mal em ir uns poucos anos no rumo oposto.”, o que implica em reparações históricas, uma vez que “a história tem que ser pensada como o que foi (ou é), a saber, como uma relação de violência, na qual certos grupos sociais prevaleceram sobre outros.”. (p. 28, grifos do autor).

o politicamente correto tem primordialmente como norte a construção de relações sociais mais igualitárias e democráticas, através da tentativa de explicitação (e revisão) da desigualdade existente, usualmente se valendo dos significados que as palavras carregam.

No entanto, como também afirmamos, há a uma pretensão maior por normatizações na esfera pública, visando o respeito mútuo e a desconstrução de preconceitos e das opressões sofridas por determinados grupos sociais, que perpassa pela linguagem, mas não se encerram nesta. Até porque as palavras por si não produzem os efeitos de sentido opressivos e discriminatórios, o que possibilita a elas tais caracteres é a existência de “[...] suporte (para a AD, ‘se houver condições de produção’) sociológico e histórico na formação social para que haja uma ideologia [, por exemplo,] racista que se materialize num discurso que contenha marcas características dessa ideologia.” (Possenti, 1995, p. 131). A desconstrução intenta, mormente, propor uma perspectiva política e social distinta daquela arraigada historicamente.

Evidentemente que isto se trata de certa idealização, ou de utopia, a ideia de uma sociedade, na qual tais conflitos específicos estejam mitigados por completo e possa haver um igualitarismo baseado na “indiferença às diferenças”⁸, como proposto por Safatle (2012, p. 21). Todavia, ao se rejeitar por completo esta outra possibilidade aventada por esse discurso politicamente correto, por assim dizer, propositivo, tal qual descrevemos enfaticamente, caímos em um reafirmar contínuo e acrítico de um mundo cerrado e imóvel, em que as dominações e as cizânias sociais devem permanecer eternamente, sem poderem sequer serem questionadas.

Ressaltemos, porém, que a proposição de um igualitarismo amplamente disseminado e real entre os seres humanos, não anula ou pretende dissipar a existência das diferenças subjetivas e nos processos de subjetivação. Esta posição política apenas não admite facilmente que as diferenças sociais vigentes conduzam as relações humanas do modo desproporcional, vertical e autoritário tal como o fizeram até então.

Destarte, ainda que reforçemos o aspecto dialético inerente ao discurso do politicamente correto, em outros termos, a ideia de que este não detém uma possibilidade unívoca de interpretação e de implicação nos diversos discursos e práticas sociais, compreendemos que o último aspecto arrolado (normatização na esfera pública) é que deve ser destacado. Além disso, seguindo a perspectiva política adotada em nosso texto, é importante considerar que o discurso politicamente correto não pode ignorar o componente “classe”, a fim de suplantiar e erodir efetivamente a ordem vigente.

Lembrando também que a discussão sobre o caráter autoritário imputado ao politicamente correto ocorrida nos últimos no Brasil não é novidade no mundo ocidental, posto que o conservadorismo já utilizou desse expediente (inclusive, com os mesmos argumentos) em países anglófonos desde o final da década de 1980 (cf. Dunant, 1994; Suhr & Johnson, 2003; Williams, 1995). Frente a isto, se faz necessário o questionamento e desmonte de tais estratégias de inversão cínica, em que os dominantes se colocam na posição de oprimidos por aqueles que são verdadeiramente oprimidos. Para isso, ao decodificar os aspectos que compõem a crítica a uma das perspectivas discutidas acerca do discurso do politicamente correto, é possível vislumbrar os componentes ideológicos do

8 Ideia que gerou controvérsias, sendo as principais críticas: o fato de que ser indiferente, em alguma instância, trata-se de não nutrir qualquer tipo de preocupação com o outro; e que esta perspectiva de não se afirmar diferenças está, segundo Barros (2012, p. 154), ligada à “[...] liberdade negativa defendida pelos liberais clássicos, segundo a qual ausência de impedimentos físicos, jurídicos ou morais (identitários?) é o que torna livre e autônomo.”, portanto, relativamente distante a uma posição ideológica e/ou política que se entenda de Esquerda. No entanto, concordamos com o Safatle (2012), no ponto em que o pensamento de uma “indiferença às diferenças” reflete tanto um respeito apriorístico entre as pessoas, independentemente de quem/o que sejam, bem como se coaduna com a ideia de uma retomada dos direitos universais da humanidade por um discurso de cunho progressista, como expõe e propõe Santos (1997).

cinismo contemporâneo que serve para justificar a manutenção completa do *status quo*. Finalmente, e por conta de tudo que expusemos, concordamos com Farclough (2003, p. 27), quando afirma que o politicamente correto “[...] needs to be addressed seriously by the left, because the critique of ‘PC’ remains an effective and damaging strategy.”⁹.

Referências

- Agamben, G. (2004). *Estado de exceção: Homo Sacer II, I.*. São Paulo: Boitempo.
- Albuquerque, S. M. (2012). Ministério Público quer censurar dicionário. *Observatório da Imprensa*, ano 16, n. 684, 06 mar. 2012. Recuperado de http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed684_ministerio_publico_quer_censurar_dicionario.
- Angeli. (2010). Ele não é de oposição nem de situação: é contra a politicagem e o politicamente correto. *Revista Trip*, ano 24, n. 191.
- Avelar, I. (2011). As origens da expressão “politicamente correto”. *Revista Fórum*, ano X, n. 96. Não paginado. Recuperado de <http://revistaforum.com.br/idelberavelar/2011/04/04/as-origens-da-expressao-politicamente-correto/>
- Barros, D. F. A esquerda que não teme dizer seu nome (notas de leitura). *Revista Margem Esquerda: ensaios marxistas*, n. 19, p. 153-154, 2012.
- Bento, A. (2008). A língua da <<correção política>>. In: Serra, P. & Ferreira, I. (orgs.). *Retórica e mediatização: da escrita à internet* (pp. 9-51). Covilhã: LabCom; Universidade da Beira Interior.
- Bifo, F. B. (2007). *Generación Post-Alfa: patologías e imaginarios en el semiocapitalismo*. Buenos Aires: Tinta Limón.
- Borges, L. C. (1996). A busca do inencontrável: uma missão politicamente (in)correta. *Cadernos de Estudo Linguísticos*, 31, 109-125.
- Bradbury, R. (2007). *Fahrenheit 451*. Rio de Janeiro: Editora Globo.
- Brandão, H. N. (1995). *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP.
- Brum, E. (2012). Senhor procurador, leia o verbete “dicionário”: o caso Houaiss e a tentativa do apagamento da história. *Revista Época*, 05 mar. 2012. Recuperado de <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/03/senhor-procurador-leia-o-verbete-dicionario.html>
- Cabrera, M. R. D. (2012). A questão do politicamente correto em temáticas relativas à homossexualidade e seus reflexos na representação da informação (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília).
- Deleuze, G. (1992). *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: Deleuze, G. *Conversações, 1972-1990* (pp. 219-226). São Paulo: Ed. 34.
- Dunant, S. (org.). (1994). *The war of the words: the Political Correctness debate*. London: Virago.
- Eagleton, T. (1998). *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Fairclough, N. (2003). ‘Political correctness’: the politics of culture and language. *Discourse & Society*, 14(1), 17-28.
- Freire, R. (2005). Chama o Aurélio. *Revista Época*, São Paulo, 09 maio, p. 138.

9 O politicamente correto “[...] precisa ser encarado seriamente pela esquerda, uma vez que a crítica ao politicamente correto permanece uma estratégia efetiva e prejudicial.” (em nossa tradução).

- Foucault, M. (2004). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Fukuyama, F. (1992). *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Gullar, F. (2005). A coisa está branca. *Folha de S. Paulo*, 15 maio, Ilustrada, Caderno 5. p. 12.
- Jordão, C. (2008). A invasão do politicamente correto. *ISTOÉ*, 08 set. Recuperado de http://www.istoe.com.br/reportagens/8822_A+INVASAO+DO+POLITICAMENTE+CORRETO
- Klemperer, V. (2009). *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Lefort, C. (1994). Claude Lefort ataca a crítica conformista. *Folha de S. Paulo*, 20 de mar. Recuperado de http://almanaque.folha.uol.com.br/entrevista_filosofia_claude_lefort1.htm
- Lessa, I. (2012). Nossa lingual, nossa alma. *BBC Brasil*, Colunistas, 29 de fevereiro. Recuperado de http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/120229_ivan_lessa_rw.shtml.
- Lima, A. F. (org.). (2012). *Psicologia social crítica: paralaxes do contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina.
- Lind, W. (2000). *The Origins of Political Correctness*. Recuperado de <http://www.academia.org/the-origins-of-political-correctness/>.
- Lipovetsky, G. (2005). *A era do vazio*. Barueri, SP: Manole.
- Mendes, A. (2005). O politicamente correto, de novo, *Blog do Noblat*, 06 de maio. Recuperado de <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2005/05/06/o-politicamente-correto-de-novo-22362.asp>
- MPF/MG. (2012). *Ministério Público Federal de Minas Gerais vai à justiça para mudar verbetes do Dicionário Houaiss*. Recuperado de http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/mpf-mg-vai-a-justica-para-mudar-verbete-do-dicionario-houaiss
- Oliveira, B. (2005). A dialética do singular-particular-universal. In: Abrantes, A. A., Silva, N. R & Martins, T. F. (Orgs.). *Método histórico-social na psicologia social* (pp. 25-50). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Orlandi, E. P. (1999). *Análise de discurso – Princípios & Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- Orwell, G. (1976). *1984*. São Paulo: Nacional.
- Polizelli, D. L & Ozaki, A. (Orgs.). (2008). *Sociedade da Informação: os desafios da era da colaboração e da gestão do conhecimento*. São Paulo: Saraiva.
- Possenti, S. (1995). A linguagem politicamente correta e a análise do discurso. *Revista de Estudos da Linguagem*, 2(3), 125-142.
- Possenti, S. & Baronas, R. L. (2006). A linguagem politicamente incorreta no Brasil: uma língua de madeira?. *Polifonia*, 12(2), 47-72.
- Queiroz, A. C. (2004). *Politicamente correto e direitos humanos*. Brasília: SEDH.
- Queiroz, A. C. (2005). Como é difícil quebrar preconceitos. *Observatório da Imprensa*, ano 10, n. 328, 10 de maio. Recuperado de <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=328IPB007>
- Rajagopalan, K. (2000). Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem “politicamente correta”. In: Silva, F. L. & Moura, H. M. M. (Orgs.). *O Direito à Fala: A Questão do Preconceito Lingüístico* (pp. 93-102). Florianópolis: Insular.
- Ribeiro, J. U. (2005). Politicamente correto: linguagem e delírio autoritário. *Observatório da Imprensa*, ano 10, n. 327, 03 maio. Recuperado de <http://www.observatoriodaimprensa.com>.

br/artigos.asp?cod=327IPB004

- Ribeiro, R. J. (2000). Grandeza e miséria do “politicamente correto”. In: Ribeiro, R. J. *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil: ensaios* (pp. 26-44). São Paulo: Companhia das Letras.
- Rodrigues, S. (2012). Ciganos X Houaiss: faltam judeus, baianos, japoneses... *Veja Online*, Blog Curiosidades etimológicas, 28 fev. Recuperado de: <http://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/curiosidades-etimologicas/ciganos-x-houaiss-depois-virao-judeus-baianos-japoneses/>
- Rojas, E. (2007). *El hombre light: una vida sin valores*. Madri: Temas de Hoy.
- Rolnik, S. (1997). Toxicômanos de identidade: Subjetividade em tempos de globalização. In: Lins, D. (org.). *Saberes nômades* (pp. 19-24). Campinas, SP: Papyrus.
- Safatle, V. (2008). *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo.
- Safatle, V. (2012). *A Esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas.
- Santos, B. S. (1997). Uma concepção multicultural dos direitos humanos. *Lua Nova*, 39, 105-124.
- Semprini, A. (1999). *Multiculturalismo*. Bauru, SP: EDUSC.
- Schwarcz, L. M. (2005). Quem tem medo do politicamente incorreto? *Folha de São Paulo*, 15 maio. Brasil, Caderno 1, p. 10
- Suhr, S. & Johnson, S. (2003). Re-visiting ‘PC’: introduction to special issue on ‘political correctness’. *Discourse & Society*, 14(1), 5-16.
- Traverso-Yeppez, M. (1999). Os discursos e a dimensão simbólica: uma forma de abordagem à Psicologia Social. *Estudos de Psicologia*, 4(1), 39-59.
- Williams, J. (org.). (1995). *PC wars: politics and theory in the academy*. London: Routledge.
- Wilson, J. K. (1995). *The myth of political correctness: the conservative attack on higher education*. Durham: Duke University Press.
- Xexéo, A. (2005). Ainda sobre a cartilha. *O Globo*, 15 maio. Segundo Caderno, Caderno 2, p. 8.
- Zamboni, J. C. *Notas sobre o politicamente correto*. Recuperado de: http://www.jczamboni.com.br/J.C.Zamboni-Notas_sobre_o_politicamente_correto.pdf
- Žižek, S. (org.). (1996). *Um mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Žižek, S. (2003a). *Bem-Vindo ao deserto do Real!: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas*. São Paulo: Boitempo.
- Žižek, S. (2003b). *The puppet and the dwarf: the perverse core of Christianity*. Cambridge: Massachusetts; London: England: The MIT press.
- Žižek, S. (2013). *Alguém disse totalitarismo?: Cinco intervenções no (mau) uso de uma noção*. São Paulo: Boitempo.

Como Citar:

Gruda, M. P. P. (2014). O controverso discurso do politicamente correto: algumas considerações e desdobramentos. *Revista Brasileira de Psicologia*, 1(2).

RESENHA: “Cultural dynamics of women’s lives”

Review: “Cultural dynamics of women’s lives”

Delma Barros Filho¹

O livro *Cultural dynamics of women’s lives*, coletânea editada por Ana Cecília Bastos, Kristiina Uriko e Jaan Valsiner, reúne capítulos que são o resultado de estudos conduzidos em dez países: Brasil, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, Índia, Irlanda, Portugal e Reino Unido. Trata-se de um conjunto diversificado no qual o leitor pode encontrar pesquisas que abordam questões relativas às vidas das mulheres, tais como a gravidez e o parto, a partir da perspectiva delas próprias. A obra está organizada com uma introdução geral seguida por vinte e sete capítulos, distribuídos em cinco partes temáticas. No início de cada uma das cinco partes os editores apresentam de forma panorâmica o conjunto de textos, relacionando-os com a temática geral do livro. No final, consta em apêndice um belo ensaio fotográfico com imagens de mulheres.

1ª. Parte. *Cultural construction of gender: symbolic ambivalences*. Em seis capítulos são abordadas questões em torno da categoria gênero. Os editores enfatizam que é muito difícil conceber qualquer discussão sobre a vida das mulheres sem considerar a questão de gênero, concebido enquanto uma construção biológico-cultural para a qual concorrem regras próprias de funcionamento dos diferentes contextos nos quais mulheres e homens se desenvolvem.

2ª. Parte. *Weavers of meanings through women’s cultural realities*. Nos textos desta parte são apresentadas discussões a respeito do papel biológico da mulher e sua relação com seus papéis sociais em diversos contextos culturais. Para realizar tais discussões os autores se servem de exemplos sobre o processo de socialização da mulher, as estratégias de enfrentamento da violência sexual, as questões relacionadas com o racismo e com a construção do *self* feminino.

3ª. Parte. *Living through life transitions: contexts of motherhood*. O foco da discussão dos seis capítulos desta parte é a transição para a maternidade e as adaptações necessárias neste processo. Os ajustes dizem respeito à mulher e a outras pessoas envolvidas. A maternidade é considerada em suas dimensões biológica, psicológica e cultural. Mudanças que têm ocorrido na maneira de realização do parto, que se tem tornado crescentemente tecnológico e medicalizado, também são discutidas. Por fim, são levantadas questões a respeito do possível impacto que estas mudanças trarão à compreensão futura de maternidade.

4ª. Parte. *Becoming the mother: dialogs within selves*. Nos cinco capítulos apresentados são realizadas discussões em torno da formulação geral “Quando uma criança nasce, a mãe também nasce”. Neste caso a ênfase recai sobre a experiência subjetiva de ser mãe de um recém-nascido, ao invés de se destacar a díade mãe-criança. Também são discutidas questões relativas às experiências não-normativas, nas quais tensões e ambivalências que cercam o complexo de relações eu-outro, que constituem a maternidade em suas variações culturais, são amplificadas. Apesar desta amplificação, as autoras propõem que resultados de pesquisa que ilustram esses modelos provavelmente também caracterizam a chamada experiência “normativa” de maternidade. Ou seja, a diferença é de grau, não de natureza.

5ª. Parte. *The deep humanity of knowledge: realities of research encounters*. Na última parte do livro quatro capítulos focalizam a construção do conhecimento científico. São levantados aspectos sobre a perspectiva assumida pelos pesquisadores em relação 1) aos pesquisados; 2) ao conhecimento produzido; 3) aos limites de construção do conhecimento; e 4) à política que preside a empresa científica atual. A necessidade do estabelecimento de uma parceria pesquisador-pesquisado é enfatizada, no sentido de que o pesquisador não deve impor sua cosmovisão, mas se interessar pelas explicações construídas pelos participantes quando respondem questões de

1 Psicóloga, mestre e doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

pesquisa.

Ao agrupar e relacionar os capítulos em eixos temáticos os editores criaram as condições para que potenciais leitores organizem suas consultas: lendo integralmente cada capítulo que compõe as diversas partes, ou examinando os eixos que lhes pareçam mais promissores para o momento da pesquisa. Portanto, dentre as virtudes do presente livro se destaca sua forma de organização. Outra característica relevante é o fato de que o livro oferece ao leitor a possibilidade de refletir sobre importante questão que pauta muitas discussões travadas no âmbito da psicologia, que é aquela das relações entre natureza e cultura, ou da natureza cultural do desenvolvimento.

A esse respeito, na apresentação os editores escrevem que analisar a vida das mulheres em torno das questões discutidas constitui uma oportunidade para se observar interações entre a biologia e a cultura. É o caso, por exemplo, quando são avaliadas as relações entre gravidez e parto em suas possíveis conexões com a transição para a maternidade². Ao analisar a variação cultural de eventos que têm uma base biológica comum, como é o caso da gravidez e do parto, é possível flagrar leis de organização dos fenômenos psíquicos que são construídos em torno desses importantes momentos de transição. Portanto, a apreciação panorâmica desta coletânea também serve como uma boa ilustração para a ideia de construção de abstrações a partir de casos empíricos, noção fundamental à compreensão de ciência defendida pelos editores. Assim, apresentada a estrutura geral do livro e explicitado aquilo que considero ser o seu interesse mais fundamental, que é focalizar a variabilidade cultural da experiência humana, recomendo sua leitura não apenas para estudantes e pesquisadores dos temas tratados, mas para interessados em questões científicas de um modo geral. Isso porque, dado que se trata da reunião de pesquisas realizadas em três continentes, é possível refletir a partir da sua leitura, a fim de compreender mais abstratamente os fenômenos sob estudo - tarefa crucial, que cumpre à ciência em geral realizar, e à psicologia em particular.

Referências

Bastos, A. C., Uriko, K. & Valsiner, J. (2012). *Cultural dynamics of women's lives*. Charlotte, NC: Information Age Publish

2 Throughout these different places, women's lives are an interesting stage for observing the interaction between biology and culture (e.g., sex vs. gender; pregnancy and childbirth vs. transition to motherhood). The focus on the cultural variability of human experience opens the door for the search of commonalities so needed in psychological theorizing. Here, this search is directed by how cultural models of womanhood (and motherhood) constrain personal experiences, especially through developmental transitions. (Bastos, Uriko e Valsiner, 2012, p. xiii)

Como Citar:

Barros-Filho, D. (2014). Resenha: "Cultural dynamics of women's lives." *Revista Brasileira de Psicologia*, 1(2).